



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Educação

Gestão Partilhada de Recursos entre Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS: O caso das instituições do concelho do Fundão

Mariana Salvado Justiça

Orientadoras

Professora Doutora Maria João da Silva Guardado Moreira

Professora Doutora Sandra Regina Vieira Alexandre Ferreira Vieira

Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gerontologia Social, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria João da Silva Guardado Moreira e da Professora Doutora Sandra Regina Vieira Alexandre Ferreira Vieira, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Março de 2020

Composição do júri

Presidente do júri

Grau académico, nome do presidente do júri”

Vogais

Grau académico, nome do presidente do júri”

Categoria profissional e o nome da Instituição

Grau académico, nome do presidente do júri”

Categoria profissional e o nome da Instituição

Grau académico, nome do presidente do júri”

Categoria profissional e o nome da Instituição

Agradecimentos

A realização deste trabalho de projeto envolveu a participação, o apoio e o esforço de vários intervenientes. Sem os seus contributos e as suas motivações inspiradoras, o término desta etapa teria sido, com certeza, mais árduo.

O meu profundo reconhecimento e agradecimento a todos os que me ajudaram no decorrer deste percurso, desempenhando um papel preponderante no desenvolvimento e concretização desta dissertação de mestrado.

Às minhas orientadoras Professora Doutora Maria João da Silva Guardado Moreira e à Professora Doutora Sandra Regina Vieira Alexandre Ferreira Vieira, o meu agradecimento pela transmissão de conhecimentos, na instrução e acompanhamento neste novo desafio pessoal e científico.

Um agradecimento especial à Dra. Florência Basílio pela solidariedade cooperativa, o amparo e a força nos momentos de maior angústia, stress e preocupação. Agradeço a disponibilidade, a partilha de conhecimentos e todo o apoio prestado.

Às IPSS envolvidas neste estudo, em especial aos dirigentes e aos presidentes dos órgãos sociais, agradeço toda a colaboração;

A todos os especialistas entrevistados das diversas áreas pelo seu contributo enriquecedor e disponibilidade.

Ao Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde pelo apoio e disponibilidade demonstrada.

Aos meus pais agradeço todo o apoio, suporte e compreensão, sobretudo nos momentos mais difíceis e de maior ausência, sem eles não teria sido possível;

Aos meus amigos, bem como a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com o seu apoio, com o seu tempo e dedicação, nesta importante etapa de aprendizagem.

Este trabalho corresponde a um dos produtos científicos desenvolvido no quadro projeto de IC&DT:

STAI.Bin SISTEMA TECNOLÓGICO DE APOIO À PROMOÇÃO E AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL, ECONÓMICO E AMBIENTAL DO CIRCUITO CURTO SMARTFARMER.PT NA BEIRA INTERIOR | CENTRO-01-0145-FEDER- 023825 - Programa 02/SAICT/2016

Resumo

Apresenta-se um Trabalho de Projeto desenvolvido no mestrado em Gerontologia Social explorando a gestão partilhada de recursos entre Instituições Particulares de Solidariedade Social no concelho do Fundão. Aprofundou-se com maior destaque os recursos alimentares, tendo como foco o papel e perspetiva das IPSS enquanto consumidores coletivos nos circuitos curtos agroalimentares (CCA) naquele território. Definiram-se como objetivos de investigação, em primeiro lugar, identificar por parte das IPSS a necessidade de gestão de recursos; em segundo, identificar o sistema de organização da logística e da gestão alimentar nas IPSS; e por último, identificar as potencialidades da gestão partilhada de recursos apresentando-se recomendações de política pública para a efetivação da melhoria da gestão das IPSS, avançando-se com uma proposta de intervenção promotora do maior envolvimento das IPSS em CCA.

Enunciaram-se as seguintes questões de investigação: Quais as necessidades referidas pelas IPSS quanto à possibilidade de gestão partilhada de recursos? Qual o papel adotado pelas IPSS na compra através dos circuitos curtos agroalimentares? Quais as condições de compra pelas IPSS, dos recursos alimentares no âmbito da economia local, enquanto atores de consumo coletivo?

Metodologicamente trata-se de um estudo exploratório, de diagnóstico de caso, articulando abordagem quantitativa e qualitativa, com recurso a inquéritos por questionário e as entrevistas semiestruturadas. Os inquéritos por questionário foram aplicados aos dirigentes das IPSS do concelho do Fundão, e as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a especialistas de várias áreas, nomeadamente, Dietista, Contabilista, Assistente Social, Agricultor-Horticultor, e Vereadora da Educação.

O estudo conclui que, por um lado, a gestão partilhada de recursos entre IPSS é uma mais valia, pois permite criar laços e estabelecer melhores relações entre IPSS e outras entidades. Por outro lado, as IPSS beneficiam em partilhar recursos alimentares apoiando-se nomeadamente, em circuitos curtos agroalimentares, na medida em que têm a oportunidade de consumir produtos diversificados, com qualidade, saudáveis, frescos, e sazonais, podendo ainda, conhecer a origem e as condições de produção desses produtos, através da relação direta com os produtores locais.

O presente estudo permite ainda concluir que para futuras investigações na área, podem-se utilizar estratégias como foram apontadas na proposta de intervenção, nomeadamente a implementação de um guia de boas práticas que contenha orientações práticas no sentido de as IPSS adotarem em relação aos CCA; a criação de políticas públicas pelos organismos competentes, que possam regular as questões de gestão partilhada entre IPSS, nomeadamente no âmbito dos CCA na região. Propõe-se também a criação de reuniões entre IPSS e produtores locais, onde possa existir um

espaço reservado ao diálogo e ao debate, que vá de encontro aos interesses, expectativas e necessidades de ambas as partes.

Palavras chave

Economia Solidária, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Gestão Partilhada, Recursos, Circuitos Curtos Agroalimentares

Abstrata

A Project Work developed in the Master in Social Gerontology is presented exploring the shared management of resources between Private Institutions of Social Solidarity in the municipality of Fundão. Food resources went deeper with greater focus, focusing on the role and perspective of IPSS as collective consumers in the short agro-food circuits (CCA) in that territory. Research objectives were defined, firstly, to identify the need for resource management by IPSS; second, to identify the organization of logistics and food management in the IPSS; and finally, to identify the potential of shared resource management by presenting public policy recommendations for the effective improvement of IPSS management, advancing with an intervention proposal that promotes greater IPSS involvement in CCA.

The following research questions were raised: What are the needs mentioned by the IPSS regarding the possibility of shared resource management? What role do IPSS play in purchasing through short agri-food circuits? What are the conditions of purchase by IPSS of food resources within the local economy, as actors of collective consumption?

Methodologically, it is an exploratory study, diagnosing the case, articulating a quantitative and qualitative approach, using questionnaires and semi-structured interviews. The questionnaire surveys were applied to the heads of the IPSS in the municipality of Fundão, and the semi-structured interviews were applied to specialists from various areas, namely, Dietitian, Accountant, Social Worker, Farmer – Horticulturist, and Councilor for Education.

The study concludes that, on the one hand, the shared management of resources between IPSS is an asset, as it allows to create bonds and establish better relationships between IPSS and other entities. On the other hand, the IPSS benefit from sharing food resources based, *inter alia*, on short agro-food circuits, as they have the opportunity to consume diversified, quality, healthy, fresh, and seasonal products, being able to know the origin and the conditions of production of these products, through direct relationship with local producers.

The present study also allows us to conclude that for future investigations in the area, strategies as indicated in the intervention proposal can be used, namely the implementation of a guide of good practices that contains practical guidelines in the sense of the IPSS to adopt in relation to the CCA; the creation of public policies by the competent bodies, which can regulate issues of shared management between IPSS, namely within the scope of the CCA in the region. It is also proposed to create meetings between IPSS and local producers, where there may be a space reserved for dialogue and discussion, which meets the interests, expectations and needs of both parties.

Keywords

Solidarity economy, Private Social Solidarity Institutions, Shared Management, Resources, Short Agri-Food Circuits

Índice geral

Introdução	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1. As Instituições Particulares de Solidariedade Social – expressão da Economia Solidária.....	5
1.1. O Estatuto das IPSS.....	8
1.2. Formas Jurídicas das IPSS.....	9
1.3. Desafios de Gestão das IPSS numa perspetiva de sustentabilidade e competitividade territorial.....	11
1.4. Empreendedorismo social.....	14
1.5. Responsabilidade Social	15
1.6. Inovação Social.....	15
1.7. Tipos de Gestão nas IPSS.....	16
1.8. Teoria da Dependência dos Recursos	18
1.9. Gestão de Recursos Humanos	20
1.10. Gestão de Recursos Alimentares	22
2. As IPSS enquanto atores de consumo coletivo nos Circuitos Curtos Agroalimentares.....	27
2.1. Circuitos Curtos Agroalimentares	29
2.2 Potencial de consumo coletivo das IPSS na Beira Interior	32
3. As IPSS no Concelho do Fundão.....	33
3.1. História do Fundão	34
3.2. Caracterização geoeconómica do Concelho do Fundão	34
3.3. As IPSS do Concelho	41
3.4. Projetos de promoção alimentar no concelho do Fundão	46
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	49
1. Questão de investigação	49
1.1. Objetivos do Trabalho de Projeto	50
2. Tipo de estudo	50
2.1. Estudo de caso exploratório	50
2.2. Perspetiva quantitativa	51
2.3. O estudo de caso	52
3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	54

3.1. Inquérito por questionário	55
3.2. Entrevista semi-estruturada	56
3.3. Notas de campo	60
4. Triangulação dos dados.....	61
5. Princípios éticos	62
6. Percurso metodológico do estudo.....	63
6.1. A etapa 0 e 1 de investigação	66
6.2. A 2 etapa de investigação	66
6.3. A 3 etapa de investigação	67
6.4. A 4 etapa de investigação	68
CAPÍTULO III – ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	69
1. Bloco 1 «Contextualização do estudo e da realização da entrevista».....	69
1.1. Bloco 2 «Perfil do entrevistado».....	70
1.2. Bloco 3 «As Instituições Particulares de Solidariedade Social»	70
1.3. Bloco 4 «Gestão partilhada de recursos alimentares»	73
1.4. Bloco 5 «Circuitos Curtos Agroalimentares»	78
1.5. Bloco 6 «Economia Local – o papel das IPSS enquanto atores de consumo coletivo»	79
1.6. Bloco 7 «Considerações Finais»	81
1.6.1. Discussão sobre a Análise de Conteúdo das Entrevistas	81
2. - Análise dos dados recolhidos através do inquérito por questionário.....	84
2.1. Bloco 1 «Caracterização pessoal do profissional que preenche o questionário»	85
2.2. Bloco 2 «Caracterização das instituições»	87
2.3. Bloco 3 «Sustentabilidade das instituições»	91
2.4. Bloco 4 «Sustentabilidade alimentar nas instituições»	99
2.5. Bloco 5 «Gestão partilhada de recursos»	118
2.6. Reflexão sobre a análise de dados recolhidos através do inquérito por questionário.....	122
2.7. Discussão final da recolha de dados das entrevistas e dos inquéritos por questionário.....	124
CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO	127
1. Limitações da investigação	127
2. Principais conclusões da investigação.....	128

3. Recomendações e proposta de intervenção.....	131
Proposta de Projeto de Intervenção	133
Introdução	133
Enquadramento	133
Necessidades e Problemas:	135
Potencialidades e Recursos:.....	135
Denominação do projeto	136
Referências Bibliográficas	139
Apêndices	145

Índice de figuras

Figura 1: Localização do Concelho do Fundão em Portugal Continental.....	35
Figura 2: Freguesias do Concelho do Fundão	36
Figura 3: Logotipo SmartFarmer	47
Figura 4: <i>Carta Social</i>	66

Índice de tabelas

Tabela 1: Competências associadas aos tipos de gestor.....	17
Tabela 2: Composição das refeições.....	24
Tabela 3: Frequência recomendada para a presença na ementa de alguns métodos de confeção, pratos culinários e alimentos.....	24
Tabela 4: Número de porções consideradas para cada grupo de alimentos por dia....	25

Índice de quadros

Quadro 1: Distribuição Geográfica das IPSS em 2015	7
Quadro 2: Respostas Sociais Desenvolvidas no âmbito dos 4 grupos populacionais específicos.....	8
Quadro 3: Formas Jurídicas das IPSS	10
Quadro 4: Nº de refeições confeccionadas diariamente por distrito (Castelo Branco e Guarda)	32
Quadro 5: PORDATA, Município do Fundão	37
Quadro 6: Rede de Serviços e Equipamentos Existentes	42
Quadro 7: Aplicação das etapas correspondentes à investigação	63
Quadro 8: Descrição do número de utentes por respostas sociais.....	90
Quadro 9: Descrição do número total de funcionários por categorias	90
Quadro 10: Descrição das fontes de financiamento com maior impacto/menor/ e sem impacto no orçamento das instituições	91
Quadro 11: Descrição das entidades com as quais as instituições mantêm uma cooperação mais estreita	94
Quadro 12: Descrição das atividades que as instituições promovem de apoio à dinamização da economia local, com menor e maior impacto na economia local	95
Quadro 13: Descrição de um dos mais importantes investimentos que as instituições tenham realizado nos últimos 3 anos	97
Quadro 14: Descrição das diferentes possibilidades das IPSS partilharem recursos com maior relevância e menor relevância	98
Quadro 15: Descrição do número de refeições diárias (em média) distribuídas aos utentes por respostas sociais	100
Quadro 16: Descrição do número de refeições diárias (em média) distribuídas pelos funcionários	100
Quadro 17: Descrição do número total de refeições diárias (em média) distribuídas pelos utentes e funcionários.....	101
Quadro 18: Descrição dos processos utilizados para as compras nas instituições.....	102
Quadro 19: Descrição de outros processos para as compras utilizados pelas instituições	102
Quadro 20: Descrição da periodicidade de aquisição dos produtos apresentados	104
Quadro 21: Descrição do tipo de fornecedor por tipologia de produtos alimentares adquiridos.....	105
Quadro 22: Descrição de outros fornecedores.....	106

Quadro 23: Descrição das quantidades (em média – kg) adquiridas/produzidas por semana de produtos alimentares utilizados nas instituições	107
Quadro 24: Descrição de qual a origem e tipologia dos donativos recebidos pelas instituições.....	108
Quadro 25: Descrição dos obstáculos que as instituições enfrentam no abastecimento de produtos de origem local.....	109
Quadro 26: Descrição das 5 principais vantagens da utilização de Circuitos Curtos Agroalimentares pela Instituição	111
Quadro 27: Descrição dos 3 alimentos mais utilizados na confeção alimentar das instituições.....	112
Quadro 28: Descrição dos 3 principais critérios para a elaboração das ementas.....	113
Quadro 29: Descrição do valor mensal em média gasto em alimentação nas instituições.....	114
Quadro 30: Descrição da percentagem de valor face a outros custos das instituições	115
Quadro 31: Descrição do valor pago pelos utentes pelo serviço de refeição (mensal)	116
Quadro 32: Descrição do tipo de ações desenvolvidas pelas instituições para evitar ou diminuir o desperdício alimentar	116
Quadro 33: Descrição dos 3 principais motivos pelo qual as instituições ainda não utilizam nenhum mercado eletrónico	117
Quadro 34: Descrição das pontencialidades de partilha dos recursos referidos indicados pelas instituições.....	119
Quadro 35: Descrição das opiniões dos inquiridos sobre o Conceito de Economia de Partilha	120

Índice de gráficos

Gráfico 1: Distância em KM, entre sede e freguesias.....	38
Gráfico 2: Descrição da idade dos inquiridos.....	85
Gráfico 3: Descrição do tipo de género dos inquiridos	85
Gráfico 4: Descrição do nível de escolaridade dos inquiridos.....	86
Gráfico 5: Descrição da área de formação inicial dos inquiridos	86
Gráfico 6: Descrição do cargo desempenhado pelos inquiridos nas instituições	86
Gráfico 7: Descrição do número de anos de exercício profissional dos inquiridos nas instituições	87
Gráfico 8: Descrição dos anos de existência das instituições inquiridas.....	87
Gráfico 9: Descrição da natureza jurídica das instituições.....	88
Gráfico 10: Descrição das instituições com estatuto de IPSS.....	88
Gráfico 11: Descrição do fim estatutário das instituições.....	88
Gráfico 12: Descrição do âmbito geográfico de intervenção	89
Gráfico 13: Descrição das respostas sociais existentes nas instituições.....	89
Gráfico 14: Descrição das diferentes fontes de financiamento que contribuem para o funcionamento das instituições	91
Gráfico 15: Descrição de implementação de iniciativas de investimento no âmbito da economia social nos próximos três anos nas instituições	92
Gráfico 16: Descrição das parcerias com as quais as instituições estabelecem	93
Gráfico 17: Descrição de outras parcerias que foram indicadas pelos inquiridos	93
Gráfico 18: Descrição do tipo de produto e/ou serviço que é abrangido pelas parcerias estabelecidas	94
Gráfico 19: Descrição de se nos últimos 5 anos as instituições têm criado lucros.....	96
Gráfico 20: Descrição dos investimentos das instituições.....	96
Gráfico 21: Descrição do tipo de serviço de refeições de que as instituições dispõem.....	99
Gráfico 22: Descrição do número global de refeições diárias concedidas pelas instituições a utentes e funcionários.....	99
Gráfico 23: Descrição do tipo de produção utilizado nas instituições	101
Gráfico 24: Descrição de se as instituições já usam algum sistema informático para encomendas e compras	103
Gráfico 25: Descrição se as instituições recorrem a alguma Central de Compras.....	103
Gráfico 26: Exposição de se as instituições recebem produtos alimentares em forma de donativos.....	108

Gráfico 27: Descrição do tipo de produção dos alimentos confeccionados nas instituições.....	113
Gráfico 28: Descrição do tipo de capital que se apresenta como maior dificuldade do ponto de vista da gestão das instituições.....	118
Gráfico 29: Descrição de como as instituições encaram a possibilidade de existirem potencialidades ou recursos locais que permitam melhorar o seu desempenho perante os recursos	118
Gráfico 30: Descrição da disponibilidade das instituições do concelho do Fundão para a partilha de recursos entre si.....	119
Gráfico 31: Descrição do tipo de instituições com quem as instituições já partilham recursos.....	120

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

CC - Centro de Convívio

CCA - Circuitos Curtos Agroalimentares

CD – Centro de Dia

CN - Centro de Noite

CT - Competitividade Territorial

ERPI – Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

ES - Economia Solidária/Social

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IS - Inovação Social

ISS - Instituto da Segurança Social

OCFL - Organizações Com Fins Lucrativos

OSFL - Organizações Sem Fins Lucrativos

PNPAS - Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável

RS - Responsabilidade Social

SAD- Serviço de Apoio Domiciliário

UC – Unidade Curricular

U.C.C. - Unidade de Cuidados na Comunidade Fundação

Introdução

A temática do presente projeto é a análise exploratória das possibilidades de gestão partilhada de Recursos entre organizações sociais da economia social e solidária, com estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) no concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco. O objetivo é diagnosticar as possibilidades da cooperação e partilha de recursos entre as 36 IPSS do referido concelho da Beira Interior.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social enquadram-se no sector cooperativo e social, e designam-se de instituições sem fins lucrativos, de iniciativa privada. A característica predominante nestas organizações é o apoio de proximidade que é promovido por estas entidades às pessoas, em colaboração com o Estado. Pretendem desta forma, dar resposta às necessidades sociais das pessoas nos seus territórios, promovendo o seu Bem-Estar.

Prestam serviços às diferentes faixas etárias da população, nomeadamente, crianças e jovens, apoiam famílias em condições de vulnerabilidade, protegem os cidadãos na velhice e invalidez, ajudam nas situações de condições socioeconómicas insuficientes, bem como auxiliam em situações de insuficiência de meios de subsistência e falta de trabalho, apoiam a integração comunitária, coadjuvam na promoção e proteção da saúde, tal como colaboram no âmbito da educação e formação profissional (Quintão, 2004, Teixeira, 2008, Almeida, 2011 & Salazar, 2014, citados por Matos, 2015).

A Gestão é um elemento fundamental com muita relevância na estabilidade financeira de uma Instituição. O processo de gestão envolve a concentração de pessoas e recursos para a produção e venda de bens, produtos e serviços. A prática de uma boa gestão traz ordem e consistência a outras dimensões críticas como a qualidade e a rentabilidade. O futuro das Instituições Particulares de Solidariedade Social depende maioritariamente do sucesso da gestão praticada.

A gestão das IPSS direciona-se e tem como objetivo primordial dar resposta às necessidades do seu público-alvo, assegurando neste sentido recursos e meios para a concretização do seu objetivo inicial. O foco da gestão deverá ter sempre como ator principal o cliente, pois a missão organizacional destas Instituições é assegurar o bem-estar a todos os níveis de todos os seus clientes.

Atualmente existem diversas formas de gestão dividindo-se entre outras a gestão económico-financeira e a gestão partilhada de recursos.

A maioria das IPSS no território da Beira Interior, e em particular no Fundão integram nos serviços prestados à população, serviços de restauração. A aquisição dos alimentos numa IPSS deve estar enquadrada numa lógica de gestão sustentável capaz de satisfazer os critérios de qualidade inerente a

todos os outros tipos de serviços prestados aos seus utentes, orientados para satisfação e bem-estar dos mesmos, nomeadamente zelando pela saúde quer dos clientes quer dos funcionários, fomentando assim uma alimentação saudável.

A alimentação saudável é determinante para a saúde. A escassez de recursos naturais e a alteração dos padrões de consumo são alguns dos fatores que constituem ameaças e colocam na base da sustentabilidade do sistema alimentar. Os atuais modelos de produção e distribuição alimentar, à semelhança dos próprios padrões de desenvolvimento vigentes, têm trazido graves consequências ambientais e ecológicas. O agravamento das alterações climáticas extremas, a escassez de recursos naturais e a conseqüente perda da biodiversidade são algumas das preocupações do século XXI.

Assiste-se hoje, como resposta aos desafios colocados pela crescente globalização, a uma crescente valorização dos produtos nacionais, particularmente das produções agroalimentares locais, aparecendo cada vez mais iniciativas que apontam para os circuitos curtos agroalimentares (CCA).

Estes caracterizam-se pela redução de distâncias entre o produtor e o consumidor, apelando assim desta forma a valorização das produções locais, as relações de confiança e uma redução de desperdício de energia no transporte.

Considerando o conjunto de serviços prestados e sobretudo enquanto consumidores coletivos, as IPSS no território da Beira Interior constituem um elevado potencial para a dinamização de processos inovadores para a sustentabilidade dos territórios, como é o caso dos Circuitos Curtos Agroalimentares (STAI.Bin, 2018).

A relevância do estudo

O presente Trabalho de Projeto assenta num estudo de diagnóstico sobre as potencialidades de gestão partilhada de recursos entre IPSS do concelho do Fundão, no âmbito da gestão diária dos mesmos.

Este tema surgiu na sequência de uma reflexão promovida na Unidade Curricular de Seminário de Trabalho Projeto lecionado pela Professora Doutora Maria João da Silva Guardado Moreira, relacionada com as funções desempenhadas como Assistente Social no Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde, entidade com estatuto de IPSS do concelho do Fundão. Integra-se no conjunto das instituições do território da Beira Interior que mais refeições serve diariamente, revelando um elevado potencial de promoção dos CCA no território.

A frequência do Mestrado em Gerontologia Social na Escola Superior de Castelo Branco e especialmente um trabalho apresentado na referida UC alavancou o nosso interesse para o tema em estudo.

A exploração do tema da gestão partilhada de recursos entre IPSS apresenta uma abordagem geral sobre o tipo de recursos que importam mais às IPSS partilhar, procurando-se afunilar o nosso interesse para a área alimentar uma vez que é uma

área fulcral no funcionamento de uma IPSS. Nesta medida, este trabalho procura contribuir para um maior aprofundamento da relação das IPSS com os CCA no concelho do Fundão, integrante do distrito de Castelo Branco, enquanto área de seleção do projeto STAI.Bin, promovido pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB).

A gestão partilhada pode constituir um instrumento importante dentro da gestão de cada uma das IPSS. Uma boa gestão é tanto maior quanto a dimensão do número de clientes.

Para uma Assistente Social enquanto profissional que articula a vida das pessoas com a vida dos sistemas sociais, consideramos que não nos podemos desvincular de um bom funcionamento da IPSS onde trabalhamos; enquanto recurso humano no quadro de funcionários de uma IPSS, existe um compromisso com a apresentação de propostas de soluções exequíveis e validadas que podemos ajudar a Direção a atingir uma atuação sustentável que garanta o sucesso interno e externo da organização social e a satisfação dos seus utilizadores, contribuindo para o desenvolvimento social, económico e ambiental do território onde estão implementadas.

Procura-se com este trabalho explorar qual o posicionamento das IPSS do concelho do Fundão sobre a pertinência e potencialidades da gestão partilhada de recursos a enquadrar no seu modelo de funcionamento. Nesta base apresentar algumas sugestões e recomendações que venham a viabilizar o incremento da partilha de recursos como modelo de gestão sustentável das IPSS e promotor da melhoria e durabilidade das IPSS no concelho. O destaque é dado à dimensão de acessibilidade a recursos alimentares, apresentando-se ideia de projeto de promoção de boas práticas de partilha de recursos.

A estrutura do relatório

O presente relatório encontra-se organizado em quatro capítulos, que se passam a descrever sucintamente:

O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico do estudo, explorando-se o estatuto das IPSS e o papel das entidades sem fins lucrativos, no conjunto das suas diferentes naturezas jurídicas no setor a economia social e solidária em Portugal. Em seguida identificam-se os desafios de funcionamento que estas instituições enfrentam no quotidiano. Exploram-se as linhas de enquadramento da gestão das IPSS no quadro de referência do desenvolvimento sustentável e da competitividade territorial. Destaque para o modelo da teoria da dependência de recursos, explorando-se sobretudo a dimensão de recursos humanos e alimentares nas IPSS. Em seguida identifica-se o potencial das IPSS no desenvolvimento sustentável do território através de processos inovadores de promoção como os Circuitos Curtos Agroalimentares, destacando a perspetiva das IPSS no território da Beira interior. Por

fim, concentra-se a atenção ao território do Fundão apresentando um Diagnóstico geoeconómico do Concelho do Fundão, com destaque para as IPSS do concelho.

O segundo capítulo trata a metodologia e referem-se o local do estudo assim como os processos e instrumentos adotados.

No terceiro capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos através dos inquéritos a representantes das IPSS do concelho do Fundão, entrevistas a especialistas, articulando com a exploração bibliográfica e documental realizada.

No quarto capítulo, anunciamos as considerações finais, tendo em conta os resultados obtidos e as limitações do estudo identificadas, integrando recomendações e proposta de projeto capaz de estimular o processo de gestão de recursos entre IPSS.

No final, indicamos as referências bibliográficas ao longo do texto e, em apêndice anexa-se material tal como grelhas de observação, protocolos de entrevistas e outros documentos que consideramos importantes para uma melhor compreensão do trabalho realizado.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O capítulo I descreve os principais tópicos do trabalho elucidando num primeiro momento a abordagem ao papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social no quadro da economia social e solidária. Identificam-se os desafios de funcionamento que estas instituições enfrentam no quotidiano, explorando as linhas de referência para a gestão das IPSS pautadas pelos conceitos de desenvolvimento sustentável e da competitividade territorial. Na exploração da gestão de recursos, destaca-se o modelo da teoria da dependência de recursos, centrando a atenção aos recursos humanos e alimentares nas IPSS. Destaca-se ainda o potencial das IPSS no desenvolvimento sustentável do território através de processos inovadores de promoção como os Circuitos Curtos Agroalimentares, destacando a perspectiva das IPSS no território da Beira interior. Por último, concentra-se a atenção ao território do Fundão apresentando um Diagnóstico geoeconómico e social do Concelho do Fundão, com destaque para as IPSS do concelho.

1. As Instituições Particulares de Solidariedade Social - expressão da Economia Solidária

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são instituições específicas do contexto português dispersas por todo o território e têm uma representação decisiva na ação social em Portugal.

Em Portugal existem cada vez mais designações, termos e conceitos diferentes para descrever estas instituições. Na opinião de Franco (2005) podem assumir várias designações, organizações ou instituições sem fins lucrativos ou não lucrativas, organizações não-governamentais, terceiro setor, economia social e/ou solidária, entre outras designações. Opta-se neste trabalho pela designação de economia solidária.

A Economia Solidária (ES) constitui um campo heterogéneo e diverso nas suas formulações e expressões concretas. A sua origem está frequentemente associada a expressões como “terceiro sector”, “economia popular”, entre muitas outras, e embora seja paralela à economia social em alguns aspetos, distancia-se ao identificar e integrar nas suas questões os problemas ambientais, a necessidade de um diálogo intercultural, a nova pobreza e exclusão social e as crescentes desigualdades mundiais, constituindo uma tendência mais recente (Domingues, 2009).

Por um lado, a ES coloca-se enquanto projeto político na medida em que admite como essencial a promoção da solidariedade democrática através da dinamização de processos de participação, quer internamente às iniciativas de ES (na sua gestão democrática), quer externamente, por via da animação democrática do espaço público (Amaro, 2009).

Por outro lado, a ES transporta um projeto social, estando ancorada em princípios de emancipação social e de autonomização das pessoas e comunidades, diferenciando-se, assim, de abordagens de cariz filantrópico assistencialista, pelo que assume um maior enfoque na sinalização e combate às desigualdades estruturais, além da luta contra a pobreza (idem). A ponderação também de projetos de cariz ambiental, cultural, territorial, económica e científica, coloca o horizonte da ES numa visão sistémica do mundo, das suas diversas componentes e relações, atribuindo-lhe um carácter holístico ou ecológico, que ultrapassa os limites das preocupações estritamente humanas. As IPSS são “organizações constituídas sem fins lucrativos, pela iniciativa privada de pessoas com o objetivo de dar expressão organizada ao dever moral da solidariedade e justiça social entre as pessoas (...) não são administradas por organismos públicos ou estatais e têm por objetivo garantir os bens e serviços: às crianças e jovens; apoio às famílias; integração social e comunitária; proteção de idosos e cidadãos com deficiência; promoção de saúde; cuidados de reabilitação; educação da cidadania e formação profissional” (Franco, 2005 citado por Ferreira, 2012, p. 9). O Instituto da Segurança Social (2014) define as Instituições Particulares de Solidariedade Social como sendo constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, com objetivos de apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços. Os serviços sociais prestados orientam-se sobretudo para o apoio a crianças e jovens, o apoio à família à a proteção dos cidadãos na velhice ou invalidez ou em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; na promoção e proteção de saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; na educação e formação profissional dos cidadãos e ainda na resolução dos problemas habitacionais das populações. Matos (2015) refere que na Europa nomeadamente em Portugal verificase o crescimento do número de organizações, “sendo que de acordo com o Instituto da Segurança Social (ISS), em 1972 contabilizavam-se 1264 instituições particulares desta natureza, em 1998 o número de IPSS era de 2992, atualmente contabilizam-se cerca de 5113 IPSS a nível nacional”, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Distribuição Geográfica das IPSS em 2015

Distritos	Nº de IPSS
Aveiro	330
Beja	94
Braga	435
Bragança	128
Castelo Branco	168
Coimbra	285
Évora	168
Faro	164
Guarda	342
Leiria	207
Lisboa	1022
Portalegre	119
Porto	598
Santarém	272
Setúbal	226
Viana do Castelo	144
Vila Real	141
Viseu	270
Total	5113

Fonte: ISS, IP., 2015, (Matos, 2015, p.10)

De acordo com o quadro 1, observa-se que é nos grandes centros urbanos nomeadamente Lisboa, Porto e Braga, “que se registam quase 40% do total das IPSS, expressão do maior peso populacional” (cf. Matos, 2015, p.9).

Encontram-se explanadas no quadro 2 as diversas respostas sociais que as IPSS podem desenvolver por grupos específicos, tais como o apoio a crianças e jovens, o apoio à integração social e comunitária, o apoio à família e a proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho (ISS, IP., 2014, citado por Matos, 2015):

Quadro 2: Respostas Sociais Desenvolvidas no âmbito dos 4 grupos populacionais específicos

Apoio a crianças e jovens	Apoio à família	Apoio à integração social e comunitária	Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho
Creche e creche familiar	Centro de atendimento/acompanhamento psicossocial	Acompanhamento social	Cuidados continuados
Centro de atividades de tempos livres	Casa de abrigo	Centro comunitário	Centro de atividades ocupacionais
Centro de apoio familiar e aconselhamento parental	Serviço de apoio domiciliário	Refeitório/cantina social	Serviço de apoio domiciliário
Lar de apoio	Centro de férias e lazer	Comunidade de inserção	Centro de convívio
Intervenção precoce		Centro de alojamento temporário e comunidade de reinserção	Centro de dia
Equipa de rua de apoio a crianças e jovens		Ajuda alimentar	Centro de noite
Centro de acolhimento temporário		Equipa de rua para pessoas sem-abrigo	Lar de idosos
Lar de infância e juventude		Equipa de intervenção direta	Lar residencial
Apartamento de autonomização		Apartamento de reinserção social	Ajuda alimentar
Casa de acolhimento temporário		Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência	Equipa de rua para pessoas sem-abrigo
			Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
			Residência

Fonte: ISS, IP. 2014, (Matos, 2015, p.11).

1.1. O Estatuto das IPSS

As Instituições Particulares de Solidariedade Social regem-se todas por um estatuto que têm que ter na sua constituição. Este estatuto “foi criado pelo Decreto-Lei n.º 519 – G2/79, de 29 de Dezembro com o objetivo de estabelecer a disciplina jurídica das instituições que visam prosseguir fins não lucrativos de segurança social que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, com o objetivo de corrigir o seu âmbito de aplicação, alargando o campo 14 de ação das IPSS, nomeadamente, a prestação de serviços de promoção e proteção da saúde, educação e formação e problemas habitacionais.

O legislador reconheceu que havia instituições de solidariedade social fora da área da segurança social que deveriam ser nelas incluídas, já que a solidariedade social se exerce também em domínios como os da saúde, da educação, da habitação entre outros” (Salazar, 2014, citado por Matos, 2015, p.13-14).

As IPSS podem ter outros fins não lucrativos, desde que assegurem a sua sustentabilidade financeira.

Assim desta forma, procede-se à distinção entre Organizações Com Fins Lucrativos (OCFL) e Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL). As OCFL conseguem manter a sua sustentabilidade financeira através dos seus fins, enquanto que nas OSFL a sustentabilidade financeira é apenas um meio que serve de garantia para atingirem posteriormente os seus próprios fins, que poderão não ser financeiros, mas sim para o alcance da sua missão (Santos, 2008, citado por Coutinho, 2017).

Segundo Carvalho (2005), o que distingue estas duas organizações é essencialmente o tipo de clientes a quem prestam serviços. Menciona diversas características que as distinguem “os objetivos das organizações sem fins lucrativos são mais numerosos e diversos. O preço não é definido como no setor lucrativo, e a avaliação de desempenho é extremamente complexa e difícil, devido a uma falta de motivação para o lucro” (Carvalho, 2005, citado por Coutinho, 2017, p. 25).

As OSFL encontram-se e “enquadram-se num novo setor económico e legal geralmente designado por Terceiro Setor” (Ferreira, 2004; Franco et al, 2005, citados por Coutinho, 2017, p. 25).”

1.2. Formas Jurídicas das IPSS

Quanto às formas jurídicas que as IPSS adotam podem ser de “natureza associativa ou fundacional, como se pode observar no quadro 3 (art.º 2.º do EIPSS)”. As que adotam a forma jurídica de natureza associativa “são as associações de voluntários de ação social, as associações de socorros mútuos ou associações mutualistas, associações de solidariedade social e as irmandades da misericórdia” ... As que adotam a forma jurídica de natureza fundacional “são as fundações de solidariedade social, os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da igreja católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social (art.º 40.º e art.º 41.º do EIPSS)” (Matos, 2015, p.14).

Quadro 3: Formas Jurídicas das IPSS

IPSS	
Fundações	Associações
Fundações de solidariedade social	Associações de voluntários de ação social
Centros Paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica	Associações de solidariedade social
	Associações de socorros mútuos
	Irmandades da Misericórdia

Fonte: (art.º 2.º do EIPSS citado por Matos, 2015, p.15 - 16)

Quanto às formas de agrupamento as IPSS “podem formar as Uniões, as Federações e as Confederações” (Teixeira, 1996 & Salazar, 2014, citados por Matos, 2015, p.15).

Tendo por base o relatório da Carta Social, no ano de 2016 entraram em funcionamento cerca de 83 % das respostas sociais desenvolvidas por entidades não lucrativas, “confirmando, uma vez mais, a preponderância do setor solidário na criação de respostas de apoio social” (Carta Social, 2016, p.18).

A ação social constitui um pilar fundamental na “proteção dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente na prevenção e reparação de situações de carências e desigualdades socioeconómicas, de dependência, de disfunção, de exclusão social, bem como na integração e promoção comunitária das pessoas e no desenvolvimento das suas capacidades (Lei de bases do sistema de segurança social)” (Ferreira, 2012, p. 8).

Nos últimos anos, assistimos a mudanças políticas e económicas que levaram a uma “mudança de paradigma das IPSS, caracterizada por garantir as respostas de qualidade aos utentes com menos recursos. Ou seja, com este cenário instalado, por um lado, a procura dos serviços sociais junto destas instituições é cada vez maior e mais exigente, por outro lado, o governo tem menos recursos financeiros para financiar as IPSS, obrigando-as a investir em alternativas que promovam a sustentabilidade económica” (Ferreira, 2012, p.11). Esta necessidade de mudanças de atitude coloca as organizações à frente novos desafios. Elas têm de adotarem ou alterarem a sua gestão estratégica organizacional com objetivos claros de garantir a eficiência, eficácia e a efetividade dos serviços prestados.

Um dos desafios previstos é a cooperação entre instituições. Existem diversas formas de cooperação que têm como fim “a utilização comum de serviços e equipamentos e o desenvolvimento de ações de solidariedade social, de

responsabilidade comum ou em regime de complementaridade (art.º 87.º do EIPSS) (Matos, 2015, p.15).

O contexto atual das IPSS “têm necessariamente que integrar a sustentabilidade como prioridade estratégica de modo a tornarem-se mais modernas, inovadoras e competitivas. Urge criar condições para promover parcerias e fomentar a emergência das redes sociais para que o país possa manter o seu modelo social perante os grandes desafios da sociedade atual, nomeadamente o envelhecimento da população, o aumento da pobreza, a exclusão social e a diminuição da natalidade que, no seu conjunto, fragilizam a coesão social” (Ferreira, 2012, p.6).

1.3. Desafios de Gestão das IPSS numa perspetiva de sustentabilidade e competitividade territorial

Para uma gestão eficaz e eficiente dos recursos nas organizações é necessário por parte dos responsáveis de gestão, um conhecimento das diferentes vertentes: financeira, material e humana (Fowler, Goold & James, 1995, citados por Santos et. al., 2014, p.79). No entanto, esta tomada de decisão torna-se mais coerente e sustentada, quando existe disponibilidade por parte das organizações em colaborar e disponibilizarem algum tipo de informação de suporte. Esta disponibilização inclui a implementação de sistemas de informação mais recentes e melhores nas organizações (Kaplan (1990) citado por Santos et. al., 2014, p.79).

Segundo Carmo (2011, p. 213-214), a sustentabilidade é propriedade do sistema social, articulando quer a escala temporal (não comprometimento das gerações futuras e responsabilidade para com a memória e o legado histórico deixado pelas gerações passadas), quer espacial (numa lógica glocal), integrando quatro dimensões: ambiental (utilização de fontes de energia renováveis e promoção de comportamentos individuais e coletivos de promoção da autorregulação do ambiente natural), a económica (criação e acompanhamento de organizações e dispositivos que façam a gestão dos recursos naturais e humano-sociais de forma eficiente e renovável ao longo da cadeia de produção, distribuição e consumo, visando comportamentos de consumo responsáveis), a social (existência de instituições sociais que garantam a coesão social e a orientação coletiva direcionados para a defesa dos direitos humanos e qualidade de vida) e a cultural, garantindo a sobrevivência da memória e do património, respeitando as identidades individuais e coletivas e a cultura própria dos atores sociais, promovendo diálogos entre grupos e a sociedade.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir da resolução designada “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/RES/70/1), aprovada em dia 25 de setembro de 2015, estabeleceu um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. O conceito de desenvolvimento sustentável inerente à Agenda 2030 integra de forma integrada os seguintes elementos: as dimensões económica, social e ambiental; abrange objetivos e

metas universais a serem integrados nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos planos nacional, regional e global, a implementar por todos os países e não se restringindo apenas a países em vias de desenvolvimento; o combate às desigualdades e promoção dos Direitos Humanos e que é transversal a todos os ODS; integra a conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores, abrangendo as organizações não-governamentais, o setor privado, a academia, parceiros sociais, e restantes membros da sociedade civil, e a cooperação entre o Parlamento, Governo, autoridades regionais e autarquias locais. Não apenas a Agenda 2030 mas o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável passam a apresentar-se como desafios para todos (Cabaço et al. , 2017). Esta perspectiva aproxima-se à noção de Bem Comum defendida por Felber (2017), entendendo os rendimentos (outputs) numa dimensão ética, centrados no bem-estar de todas as pessoas, em que o lucro se apresenta como um meio e não como um fim em si mesmo.

O desenvolvimento implica a existência de recursos humanos, serviços, instituições e recursos naturais (AM&A, 2017, p. 21, envolvendo todos, apresentando-se como “(...) um processo dinâmico e essencialmente inacabado” (Pinto, 2015, p. 144). Segundo Birou (1970, citado por Pinto, 2015, p. 144) é um processo coletivo, devendo partir dos próprios povos. Pressupõe condições efetivas de participação democrática dos atores sociais, quer individuais quer coletivos. Como refere Pinto (2015, p. 152) para atuar segundo os princípios da equidade e da justiça, em condição de participação democrática, só “(...) será possível, num contexto de ação sociopolítica que siga basicamente princípios de boa governança, desde a responsabilização, participação e descentralização, à consciência e transparência dos sistemas políticos”.

As pessoas são o central no desenvolvimento, assim como o garante do seu bem-estar individual e social, conduzindo-nos a um sentido de responsabilidade sobre o que à ação humana diz respeito, nomeadamente sobre as consequências da mesma; consequências nomeadamente sobre o uso de recursos naturais finitos e cujo uso desmedido põe em risco o futuro da própria humanidade. A mudança de comportamentos individuais e coletivos para “respeitar e cuidar da comunidade de vida”, impõe-se numa lógica de responsabilidade.

Não obstante o desafio do equilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável (dimensões e valores), surge como ilimitada a variedade de projetos com os diferentes níveis de sustentabilidade entre a dimensão ambiental, económica e social, sendo palco de discussões permanentes e lutas de poderes quer a nível local, quer à escala planetária (Pinto, 2015, p. 149-150).

O conceito de Competitividade Territorial (CT) numa lógica de mercado pode induzir-nos primeiramente como conceito competitivo, que significa “poder suportar a concorrência do mercado” na perspectiva de Farrell & Thirion (2001). A competitividade territorial “tem, por conseguinte, um sentido à priori estritamente económico” (Farrell & Thirion, 2001, p. 5).

Na opinião dos autores Farrell & Thirion (2001), um território “torna-se competitivo sempre que possa fazer face à concorrência de um mercado, assegurando ao mesmo tempo uma durabilidade ambiental, económica, social e cultural baseada em lógicas de rede e de articulação interterritorial” (Farrell & Thirion, 2001, p. 5).

Neste sentido, a competitividade territorial pode ser explicada, segundo os autores, o “ter em conta os recursos do território na procura de uma coerência de conjunto; a implicação dos agentes e das instituições; a integração dos sectores de atividade numa lógica de inovação; a cooperação com os outros territórios e a articulação com as políticas regionais, nacionais, europeias e o contexto global” (Farrell & Thirion, 2001, p. 5).

Farrell & Thirion (2001), referem que este tema da competitividade territorial é “um processo que visa atribuir aos agentes locais e às instituições uma capacidade quádrupla: capacidade para valorizar o seu ambiente, agir em conjunto, criar elos de ligação entre sectores tentando reter localmente o máximo de valor acrescentado e iniciar relações com outros territórios e o resto do mundo” (Farrell & Thirion, 2001, p. 5).

As quatro capacidades mencionadas anteriormente “podem relacionar-se entre si com base naquilo a que chamamos “as quatro dimensões” da competitividade territorial, que se combinam de forma específica em cada território, ou seja a **competitividade social** é a capacidade dos agentes de agir eficazmente juntos com base numa conceção partilhada entre os diferentes níveis institucionais; a **competitividade ambiental** é a capacidade dos agentes de sublinhar a importância do seu ambiente tornando-o num elemento distintivo do seu território, assegurando ao mesmo tempo a preservação e a renovação dos recursos naturais e patrimoniais; a **competitividade económica** é a capacidade dos agentes de produzir e reter um máximo de valor acrescentado no território reforçando as relações entre sectores e fazendo a combinação dos recursos das vantagens para valorizar o carácter específico dos produtos e serviços locais; e a **competitividade à escala global** é a capacidade dos agentes de encontrar o seu lugar em relação aos outros territórios e ao mundo exterior em geral, de forma a fazer avançar o seu projeto territorial assegurando-lhe uma viabilidade no contexto da globalização” (Farrell & Thirion, 2001, p. 5).

Deparando-nos com a variedade de respostas sociais oferecidas por estas instituições, traz-lhes uma maior complexidade de gestão global no alcance dos desafios decorrentes. As organizações como Sas IPSS sentem dificuldades financeiras e veem-se confrontadas com a necessidade de adotar uma gestão responsável, mas cada vez mais criativa, pautada por critérios de inovação social para atingir um equilíbrio entre os objetivos económicos, objetivos sociais e os desafios ambientais. Estes critérios estão associados a novos perfis de gestores sociais associados ao empreendedorismo social.

1.4. Empreendedorismo social

Ferreira (2012) destaca a importância do Empreendedorismo Social bem como favorece e distingue o perfil dos empreendedores sociais, por considerar que são estes que ajudam a construir uma mudança social, criando novas combinações de pessoas e recursos para melhorarem a capacidade da sociedade, para resolver os problemas sociais. Segundo Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006), o empreendedorismo social é habitualmente definido por “atividade empreendedora com uma finalidade social” (Austin, Stevenson & Wei-Skillern, 2006, citados por Ferreira, 2012, p.13).

Para vários autores, como Roberts & Woods (2005), Austin, Stevenson e Wei-Skillern, (2006); Mair e Martí (2006) & Sharir & Lerner (2006) citados por Ferreira (2012, p.13) “o empreendedorismo social é um processo de mudança social, de forma a suprir as necessidades sociais, ou seja, é um processo de procura de oportunidades, utilizando os recursos existentes, mesmo que limitados”.

Importa neste âmbito, abordar e realçar também o conceito do trabalho em rede/cooperação, na medida em que este conceito é “fundamental no novo paradigma social porque se configura como um sistema de “nós e elos” capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum e estimula os atores locais a trabalhar em parceria e a criar condições de sustentabilidade ao nível da promoção do desenvolvimento social” (Ferreira, 2012, p.2).

Para diversos autores a rede deve ser entendida como um “sistema de “nós e elos” capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum. A rede deve possibilitar processos capazes de responder aos requisitos de flexibilidade, conectividade e descentralização das intervenções a implementar em torno de determinada temática, território ou setor de atividade” (Benites; Relha; Severiano; Azevedo; Donato; Mira; Fernandes; (2005), Austin, Stevenson, & Wei-skillern, (2006) citados por Ferreira 2012, p.16).

Assim neste sentido, define-se que “o objetivo principal da rede social é estimular os atores locais para o trabalho em parceria, incentivando a criação de condições de sustentabilidade ao nível da promoção do desenvolvimento social, segundo uma visão de território no que concerne aos recursos, meios e capacidades de resposta eficazes” (Alves, Martins & Cheta (2007), citados Ferreira (2012), p.18).

Neste sentido, as IPSS desempenham as suas funções para e com a comunidade, promovendo trabalhos em rede entre elas próprias, com o objetivo de dinamizar uma cultura de parcerias, entre todos os agentes sociais. Como refere Maia (2006), estas instituições “têm um papel fulcral no desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade individual e coletiva que contribua para o enriquecimento da qualidade de vida das suas comunidades” (Maia (2006) citado por Ferreira 2012, p. 6).

1.5. Responsabilidade Social

González e Martínez (2003) ainda neste contexto fazem alusão ao conceito de Responsabilidade Social (RS) afirmando que a mesma deve ser aplicada a todas as organizações e instituições independentemente de qualquer que seja a sua prioridade ou natureza social (González & Martínez, 2003, citados por Centeno, 2010, p.5).

Este conceito de Responsabilidade Social foi na grande maioria “assumido voluntariamente pelas grandes empresas transnacionais pela incorporação de códigos deontológicos com o objetivo de regular e enriquecer as relações com os stakeholders e com a pretensão de operar num contexto ético, sustentável e socialmente responsável” (García 2008, citado por Centeno 2010, p.5).

Assim, desta forma, e de acordo com os autores a gestão das organizações/instituições poderá ser afetada pela responsabilidade social nomeadamente nas atividades produtivas e comerciais, bem como nas suas relações com os grupos de interesse, sendo assim geradora de políticas, estratégias e procedimentos que vão de encontros às suas preocupações (González & Martínez, (2003), citados por Centeno, 2010).

1.6. Inovação Social

O campo da Inovação Social (IS) constitui um espaço plural, existindo diversas definições e exemplos práticos, os quais abrangem desde o desenvolvimento de ideias, modelos, serviços ou produtos, procurando criar respostas para necessidades socialmente reconhecidas como prementes. Assume-se que uma IS permite gerar valor social que, por sua vez, irá gerar um impacto, ou seja, mudanças sistémicas que permitam reconfigurar quadros de valores e de relações, em particular, das relações de poder.

A conceção de IS está associada a um contexto mais alargado de desenvolvimento territorial. Tal conceção tem subjacente a satisfação das necessidades humanas como estando intimamente ligada à transformação das relações sociais de governança, ou seja, aos sistemas que orientam e regulam a alocação de bens e serviços existentes nos territórios e também às relações de reprodução e trocas ao nível das identidades e culturas com base nos lugares e espaços (MacCallum et al, 2009).

A Inovação Social acontece “não só num contexto espacial, mas também enquanto “transformadora” das relações espaciais”. (...) Enquanto satisfação de necessidades humanas alienadas através da transformação das relações sociais: transformações que “melhoram” a governança dos sistemas que orientam e regulam a alocação de bens e serviços que pretendem satisfazer essas necessidades, e que estabelecem novas estruturas de governança e de organizações (fóruns de discussão, sistemas de tomada de decisão política, empresas, etc.). (...) Isto significa que a IS é com

frequência localmente ou regionalmente específica, ou/e espacialmente negociada entre agentes e instituições que têm uma forte afiliação territorial” (Moulaert, 2009, p.12).

Considerando os processos de inovação social sob o ponto de vista macro dos processos de mudança social, é vantajoso recorrer a outros conceitos que permitam compreender os presentes processos de transformação no campo dos territórios locais e das suas economias alimentares.

1.7. Tipos de Gestão nas IPSS

Segundo os autores Lucas & Pereira, (2009, p.10) a direção das IPSS deverá revestir-se de várias formas de intervenção, pelo menos por um membro da direção que em função da sua especial qualificação possa atuar em nome dessa mesma instituição junto de cada resposta social, “numa tipologia baseada em Porter (1987) e Goold, Campbell e Alexandre (1994), que compreende o gestor de valência, gestor de sinergias e gestor de desenvolvimento”.

Esta tipologia baseia-se no “**gestor de valência**” em que a sua intervenção assenta em “alguma ou algumas valências, na sua qualidade de representante da direção, com as suas aptidões de empreendedor social, pesquisando todas as oportunidades para que a valência aumente a qualidade ou a extensão dos serviços prestados. Por isso deve zelar pelo upgrade dos padrões de qualidade das atividades da valência, para o que deve saber reconhecer a oportunidade de novos projetos e as fontes de financiamento necessárias à sua viabilização” (Lucas & Pereira, 2009, p.10).

O “**gestor de sinergias**” deve ser um “especialista em identificar oportunidades de redução de custos ou de aumento da criação de valor social nas valências, pela utilização conjunta de recursos ou de competências disponíveis na instituição. Ele é por definição um integrador de atividades associadas a valências distintas. De facto, uma instituição pode criar maior valor social se melhorar a sua resposta aos clientes combinando atividades integradas em várias valências” (Lucas & Pereira, 2009, p.10).

O “**gestor de desenvolvimento**” é alguém que se “dedique ao estudo de problemas que estejam a bloquear alguma valência, para encontrar uma solução disponível, não importa em que lugar da sociedade. A natureza da valência e do problema em causa são os elementos de trabalho deste especialista com uma forte formação em inovação social” (Lucas & Pereira, 2009, p.10).

É apresentado na tabela 1 as competências associadas a cada um dos tipos de gestor mencionado, onde se associa a cada tipo os saberes que devem dominar, seguido de alguns exemplos que os autores apresentaram para facilitar a compreensão do que foi referido anteriormente.

Tabela 1: Competências associadas aos tipos de gestor

Gestor	Saberes em acção	Exemplos
Gestor de Valência	“Deve conhecer as melhores práticas da valência e conhecer os seus actores e as suas bases científicas. É um assimilador por natureza de knowhow que acede via relacionamentos institucionais e pessoais.”	“Identificar as melhores práticas – independentemente do sector em que se encontrem – e escrutiná-las em função dos interesses da instituição. Organizar programas de benchmarking entre instituições congéneres, para cada valência.”
Gestor de Sinergias	“Deve ter capacidade de inovação económico e social com capacidade de conceber novas ideias e soluções mais eficazes e/ou mais económicas. Deve saber encontrar e mobilizar recursos mal utilizados para valorizar as actividades existentes.”	“Actividades conjuntas entre públicos servidos em diferentes valências, (crianças e idosos) contribui para a criação de uma ambiente mais afectivo e familiar, que resulta socialmente mais favorável para todos os intervenientes.”
Gestor de Desenvolvimento	“Deve ser um especialista no domínio de saber onde se localiza o bloqueamento ao desenvolvimento da valência.”	“Os domínios das TIC, da Qualidade, Projectos Sociais e Empreendedorismo Social apelam para uma intervenção especializada. Criação de uma pool de instituições para a certificação de qualidade, partilhando experiências, custos e benefícios.”

Fonte: (Lucas & Pereira, 2009, p.10)

Portanto, a gestão da diversidade será facilitada se os dirigentes das instituições dispuserem de competências avançadas que suportem a sua função enquanto empreendedores sociais. Se existir uma visão holística no topo das instituições e uma atitude proactiva face aos desafios que estão colocados, as IPSS poderão avançar para projetos partilhados tendo sempre como objetivo final a partilha de recursos para o bom funcionamento das respostas sociais.

1.8. Teoria da Dependência dos Recursos

Pfeffer e Salancik (1978) apresentam-nos a teoria da dependência dos recursos, onde o foco desta teoria se centra no ambiente externo, ou seja, todas as organizações dependem do seu meio envolvente e dos seus elementos que contém este ambiente externo (Pfeffer & Salancik, 1978, citados por Sousa, 2018).

O conceito da teoria da dependência dos recursos surgiu através destes dois autores citados anteriormente, em 1978 através da publicação “Controlo Externo das Organizações” (Pfeffer & Salancik, 1978, citados por Sousa, 2018, p. 28).

Na perspetiva dos autores “a dependência externa baseia-se no controlo externo de alguns recursos que a organização necessita. As organizações são afetadas pelo ambiente ao tornar os recursos disponíveis ou não. A teoria da dependência dos recursos foi adotada para explicar como as organizações dependem dos seus recursos e de relações de dependência com instituições externas, na forma como desenvolvem a estratégia, a estrutura e a sua própria sobrevivência” (Pfeffer & Salancik, 1978, citados por Sousa, 2018, p. 28). “A chave para a sobrevivência organizacional é a capacidade de adquirir e manter recursos” (Hodge & Piccolo, 2005, citados por Sousa, 2018, p.28).

Neste sentido, os gestores ao tomarem decisões estratégicas para abordarem as restrições externas, têm que recorrer aos princípios mais importantes da dependência de recursos (Pfeffer & Salancik, 1978, citados por Sousa, 2018, p. 28). Os gestores “ajustam a estratégia com base nos atuais recursos, e por antecipação de dependência de recursos tendo em conta a missão da organização” (Hodge & Piccolo, 2005, citados por Sousa, 2018, p.28)

Callen (2010) e outros autores afirmam que as organizações sem fins lucrativos podem gerir os seus ambientes externos “através da colocação dos gestores em proporção às habilidades para influenciar o ambiente exterior para vantagem da organização, através da angariação de fundos, auxiliando a organização a colaborar com o Estado ou outras organizações, ou ainda melhorando a sua imagem para o exterior da organização” (Callen et al., 2010, citados por Sousa, 2018, p.28).

Desta forma, as diversas perspetivas de dependência de recursos investigam principalmente “o modo como os membros dos órgãos sociais fornecem informações e conexões com os financiadores públicos ou privados, fornecem competências técnicas a uma organização e dão orientações estratégicas para a organização, para além de desempenharem funções de monitorização e controlo (Brown,2005, citado por Sousa, 2018, p.29).

Contudo, importa ressaltar a questão da sobrevivência das organizações, pois quando sentem dificuldades na aquisição e no controlo dos seus recursos, a teoria implícita refere que pode ser “explicada através da adaptação que as mesmas têm de

ter em lidar com contingências ambientais, com vista a garantir os recursos necessários à sua existência” (Sousa, 2018, p.29).

Segundo Mendonça (2011) o “comportamento organizacional não tem apenas influências de fatores internos, como a liderança, interações sociais ou cultura organizacional, mas também fatores externos, ainda que mutuamente relacionados” (Mendonça, 2011, citado por Sousa, 2018, p.29).

Guo e Acar (2005) mencionam uma outra perspetiva importante, onde explicitam que a “principal fonte de financiamento das organizações com que estabelecem parceria é o Estado, no entanto em nenhuma localidade o governo é a principal fonte de recursos, mas sim “várias fontes” e doações” (Guo & Acar, 2005, citado por Sousa, 2018, p.29).

Porém, as organizações não possuem autonomia total no cumprimento dos seus objetivos e metas, pois estão sempre condicionadas de alguma forma pelo meio ambiente que influencia as suas necessidades e recursos (Sousa, 2018). “O nível de dependência numa organização é determinado pela concentração e importância do fornecimento de recursos” (Froelich, 1998, citado por Sousa, 2018, p. 29).

No entanto, Guo e Acar (2005) defendem que a teoria da dependência de recursos “sugere que as organizações com maior dimensão social, tal como indicadas pelo seu menor tamanho organizacional, podem estar mais inclinadas em colaborar formalmente. Por outro lado, as organizações com maior suficiência de recursos, conforme o apresentado no seu orçamento anual, podem estar menos inclinadas a colaborar formalmente” (Guo & Acar, 2005, citados por Sousa, 2018, p. 29).

Os autores Pfeffer e Salancik (1978) afirmam que “para entender o comportamento de uma organização, você deve entender o contexto desse comportamento, isto é, a ecologia da organização” (Pfeffer & Salancik, 1978, citados por Sousa, 2018, p. 29).

De acordo com Webb e Waymire (2016) “operando em ambientes incertos, as organizações procuram gerir recursos para minimizar os custos de monitorização associados aos recursos externos (Webb & Waymire, 2016, citados por Sousa, 2018, p. 29).

Diversos autores que defendem a teoria em questão referem que está é “uma teoria de natureza económica, apontam que o seu contributo é frequentemente usado para examinar um vasto conjunto de problemas relacionados com as organizações deste setor e dos seus órgãos de gestão” (Anheier, et al. 1997; Hillman & Dalziel, 2003; Miller-Millesen, 2003; Anheier, 2005; Vermeer et al., 2006, citados por Sousa, 2018, p.30).

Em suma, a teoria da dependência de recursos depende sobretudo do ambiente externo para a obtenção de recursos. Esta teoria tem sido usada em diversos contextos “e são exemplos os contextos de âmbito social (Banaszak-Holl, Zinn, & Mor, 1996) ou os que se debruçam sobre as organizações sem fins lucrativos (Guo & Acar,

2005). Como podemos observar, do que é referido por Pfeffer e Salancik (1978), as organizações tentarão se ajustar e manipular seu ambiente para aumentar a perspectiva de sobrevivência organizacional” (Banaszak-Holl et.al., citados por Sousa, 2018, p.30).

Portanto, as organizações do Terceiro Sector cada vez mais analisam e refletem sobre a procura de soluções e estratégias para a sua sobrevivência organizacional, “tentando diminuir a dependência dos recursos controlando o seu uso, o seu acesso e a sua detenção” (Pfeffer & Salancik, 1978; Sheppard, 1995, citados por Sousa, 2018, p.30). “A dependência de recursos exige interdependência entre as organizações e os seus ambientes” (Pfeffer & Salancik, 1978; Anheier, 2005, citados por Sousa, 2018, p.30).

Na opinião de alguns autores a “Teoria da Dependência de Recursos defende que a necessidade de recursos por parte de organização determina a sua estrutura e o seu plano de atividades (Pfeffer & Salancik, 1978; Hillman & Dalziel, 2003) sugerindo que muitas vezes o objetivo dos conselhos de administração está na obtenção de recursos em vez de monitorizar a sua utilização, não reconhecendo que a essa monitorização é requisito necessário para obtenção dos recursos” (Pfeffer & Salancik, 1978; Hillman & Dalziel, 2003, citados por Sousa, 2018, p.30).

1.9. Gestão de Recursos Humanos

Todas as Instituições sem exceção dependem da gestão do capital humano assumindo este, um papel importante no sucesso das mesmas, podendo vir a depender fundamentalmente do “comprometimento, das ações, das decisões e das ideias dos Recursos Humanos (Carvalho, 2005, Santos, Félix & Carvalho, 2009, citados por Névoa, 2018, p.6).

As Organizações Sem Fins Lucrativos, como refere Amaral (2012) desenvolvem a sua gestão focados no seguinte compromisso, “o grande compromisso da gestão de pessoas é garantir a sustentabilidade económica e o cumprimento dos valores inerentes à essência da instituição, que diferencia as organizações públicas e privadas” (Amaral, 2012, citado por Névoa, 2018, p.6).

De acordo com os autores, surge um outro autor Parente (2010) que propõe que sejam adotadas algumas características que as organizações devem aprimorar, ou seja, devem valorizar os seus recursos humanos, “nomeadamente dar primazia às pessoas e ao cumprimento da missão em detrimento do capital; exaltar a democraticidade interna, a equidade e a transparência; exercer a cooperação e solidariedade; proporcionar a oferta de bens/serviços necessários e de qualidade aos respetivos membros e/ou à comunidade; ter autonomia na gestão face ao Estado e ao setor privado” (Parente, 2010, citado por Névoa, 2018, p.6).

Em suma, verificamos que os colaboradores de uma organização são elementos fundamentais e essenciais na constituição de uma dada organização, criando dinâmica às organizações bem como fazem parte da vida produtiva das mesmas. De entre as diversas funções que assumem, os colaboradores acabam por inovar, criar e recriar contextos e situações que levam a que a organização se posicione perante outras de forma competitiva, cooperativa e diferenciada no seu ramo de negócios. Os recursos humanos que exercem funções nas organizações trazem sempre consigo fatores e vantagens que de alguma forma acrescentam valor às mesmas. As organizações devem valorizar, aproveitar e enaltecer as qualidades dos seus recursos humanos (Davel et al., 2010, citado por Névoa, 2018).

Por conseguinte, quando nos referimos à Gestão de Recursos Humanos, não se deve descurar “os rigorosos procedimentos de uma cuidada gestão administrativa, é fundamental o aproveitamento do potencial humano, factor imprescindível de valorização da organização e potenciadora de melhores condições de sucesso” (Névoa, 2018, p.6).

De entre os diferentes autores salienta-se a opinião de Azevedo, Franco e Meneses (2012) que mencionam que os “recursos humanos são diferentes dos restantes recursos necessários para as organizações ... os trabalhadores, enquanto criadores de valor, não podem ser pensados numa lógica meramente económica de custo-benefício e de curto prazo – a que tende a imperar para os restantes recursos. Pelo contrário, devem ser entendidos como clientes internos numa lógica de satisfação com o seu trabalho e de fidelização à organização” (Azevedo, Franco & Meneses, 2012, p.308, citados por Névoa, 2018, p. 6).

As relações estabelecidas entre as organizações e os colaboradores deve ser bidirecional, pois ambas as partes precisam mutuamente umas das outras, ou seja, se por um lado as organizações precisam das pessoas, também estas precisam das organizações.

Segundo Ferreira (2012) a gestão dos recursos humanos não é tão fácil quanto parece, pois, este processo gera dificuldades “ao nível do controlo da qualidade dos serviços prestados, da avaliação de desempenho, da assiduidade e pontualidade. O facto de as organizações do Terceiro Sector primarem ainda pela informalidade das práticas de Gestão dos Recursos Humanos demonstra a falta de políticas de gestão e de sistematização de procedimentos, que dificulta o cumprimento de normas e regras, a atribuição de responsabilidades e, enfim, a própria gestão organizacional” (Ferreira, 2012, citado por Névoa, 2018, p.7).

As organizações devem assim, incentivar os seus colaboradores motivando-os, estimulando-os e procurando satisfazê-los, não somente ao nível económico, para que estes retribuam com a sua ingenuidade, lealdade, criatividade, que por sua vez leva em certos casos a um esforço adicional no cumprimento das suas tarefas (Pereira, 2013, citado por Névoa, 2018).

Desta forma, “emerge hoje a urgência de uma gestão humanizada como parte integrante do novo paradigma organizacional, propondo um novo perfil de gestor em substituição do tradicional estilo autocrático. Só assim poderá captar e desenvolver a capacidade criativa e os talentos de que a organização dispõe” (Silva, 2006 citado por Névoa, 2018, p. 8).

1.10. Gestão de Recursos Alimentares

As entidades da Economia Social, tais como as IPSS, entre outras, fornecem diariamente refeições a diversos grupos da população, nomeadamente idosos, crianças e a cidadãos socioeconomicamente vulneráveis. Estas entidades assumem um papel relevante na melhoria das condições nutricionais da população.

Desta forma, o Manual **“Orientações Para O Fornecimento De Refeições Saudáveis Pelas Entidades Da Economia Social” 2016**, que o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, da Direção-Geral da Saúde recomenda, “pretende contribuir para a melhoria da qualidade da oferta alimentar destas entidades sem fins lucrativos com intervenção social no país, em particular as que possuem gestão alimentar própria, apresentando-se assim como um conjunto de orientações base para a elaboração de ementas aquando do planeamento e produção de refeições”. O presente Manual pretende que os serviços que estas instituições prestam, “garantam os princípios de uma alimentação saudável, completa, equilibrada e variada, apresentado também um modelo orientador genérico de composição das refeições-tipo a distribuir por estas entidades, as quantidades médias de alimentos a oferecer, tendo por base as recomendações alimentares presentes no guia alimentar para a população portuguesa (Roda dos Alimentos), bem como a descrição dos alimentos a limitar” (Gregório & Graça, 2016, p. 9).

O Manual contou com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa, através do Departamento para os Direitos Sociais | Divisão de Participação e Cidadania e do Projeto “Selo saudável” e com a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, seus docentes e investigadores, que apoiaram o desenvolvimento técnico do documento (Gregório & Graça, 2016, p. 11).

Encontra-se explanado no Manual referido anteriormente o âmbito da criação do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) que surge “com a missão de melhorar o estado nutricional da população portuguesa, incentivando a disponibilidade física e económica dos alimentos constituintes de um padrão alimentar saudável e criar as condições para que a população os valorize, aprecie e consuma, integrando-os nas suas rotinas diárias.” Apela-se neste programa a um “consumo alimentar adequado e a conseqüente melhoria do estado nutricional dos cidadãos tenha um impacto direto na prevenção e controlo das doenças mais prevalentes a nível nacional (cardiovasculares, oncológicas, diabetes, obesidade) e que permita simultaneamente, o crescimento e a competitividade económica do país

em outros setores como os ligados à agricultura, ambiente, turismo, emprego ou qualificação profissional. No âmbito da sua missão o PNPAS pretende também identificar e promover ações transversais que incentivem o consumo de alimentos de boa qualidade nutricional, de forma articulada e integrada com outros setores, nomeadamente com os setores da segurança social, economia social e poder local” (Gregório & Graça, 2016, p. 13).

Segundo os autores, as entidades da economia social como assumem um papel preponderante nas questões da alimentação devem ser com maior frequência parceiros cada vez mais importantes na melhoria das questões alimentares da população portuguesa. “Segundo o Instituto Nacional de Estatística, neste setor e em 2010, integravam-se cerca de 55 mil unidades, que se distribuía por um conjunto diversificado de atividades, entre as quais se destacavam os serviços de ação e solidariedade social, com um peso relativo no Valor Acrescentado Bruto da Economia Social ligeiramente superior a 40%” (Gregório & Graça, 2016, p. 13).

De acordo com os autores, “os municípios no âmbito das suas competências relacionadas com a promoção da saúde, e o planeamento de políticas locais de saúde, também não podem ficar à margem destas intervenções” (Gregório & Graça, 2016, p. 14).

As refeições distribuídas pelas referidas entidades são muitas vezes a única refeição diária completa para um número considerável da população. Estas refeições são responsáveis por uma percentagem significativa do aporte diário energético e de nutrientes. Como explicitam os autores que “por exemplo, para muitas pessoas e famílias carenciadas, esta é uma das poucas refeições diárias onde se pode obter fruta fresca e hortícolas às refeições principais, que são importantes contribuintes para a prevenção da doença crónica e grandes fornecedores de nutrientes que habitualmente não se encontram em alimentos processados” (Gregório & Graça, 2016, p. 18).

Descrevem-se sucintamente os critérios para a definição dos componentes das refeições distribuídas pelas entidades da economia social segundo os autores, ou seja as refeições devem ser compostas por sopa, um prato de carne, peixe ou ovos com acompanhamento alimentos fornecedores de hidratos de carbono acompanhados de hortícolas, sobremesa, uma unidade de pão ($\approx 45g$), de preferência de mistura de cereais e, água à descrição conforme na tabela 2 que se segue (Gregório & Graça, 2016).

Tabela 2: Composição das refeições

Descrição	
Sopa	Sopa de hortícolas
Prato de carne, pescado ou ovo	Prato de carne ou de pescado, em dias alternados. Os ovos poderão também ser servidos em simultâneo ou como única fonte proteica
Acompanhamento de hidratos de carbono	Arroz, massa ou batata, em dias alternados, variando o método de confeção. Em simultâneo ou em substituição, poderão servir-se leguminosas (feijão, grão-de-bico...)
Acompanhamento de hortícolas	Os hortícolas podem ser servidos crus (saladas) ou cozinhados. Para além dos hortícolas crus, deve promover-se a oferta de hortícolas cozinhados como acompanhamento do prato, sempre que possível
Sobremesa	Fruta, preferencialmente da época
Pão	1 Pão de mistura de cereais de aproximadamente 45g
Água	A água deverá ser a única bebida servida

Fonte: (Gregório & Graça, 2016, p.19).

Seguidamente apresenta-se na tabela 3 a frequência recomendada para alguns métodos de confeção, pratos culinários e alimentos com base nas orientações descritas no referido manual para a elaboração das ementas (Gregório & Graça, 2016).

Tabela 3: Frequência recomendada para a presença na ementa de alguns métodos de confeção, pratos culinários e alimentos

Frequência recomendada	
Canja e/ou sopa de peixe	1 vez em cada 2 semanas – 15 em 15 dias (frequência máxima)
Prato que inclua leguminosas	2 vezes por semana (frequência mínima)
Pratos que incluam ovo	1 vez por semana (frequência mínima)
Pratos que incluam fritos	1 vez em cada 2 semanas – 15 em 15 dias (frequência máxima)
Pratos que incluam peixe gordo	1 vez por semana (frequência mínima)
Pratos de panela	1 vez por semana (frequência mínima)
Sobremesa doce	1 vez por semana (frequência máxima)

Fonte: (Gregório & Graça, 2016, p.23).

Os frutos secos (amêndoas, avelãs, nozes...) também são mencionados nas recomendações dos autores pelo seu grande valor nutricional e por serem alimentos do padrão alimentar mediterrânico. Idealmente deverão ser consumidos pelo menos 1 vez por semana, enriquecendo, por ex. lanches a meio da manhã ou meio da tarde ao longo da semana (Gregório & Graça, 2016).

São ainda descritas no supracitado manual as quantidades médias de alimentos a oferecer nas diversas refeições ao longo do dia. Os valores recomendados para as quantidades de alimentos a disponibilizar nas refeições “têm por base as necessidades energéticas diárias de 2.200 kcal, tendo em conta que este foi o valor energético considerado pelo guia alimentar para a população portuguesa (Roda dos Alimentos) como sendo a mediana das necessidades energéticas diárias para a população em geral, à exceção das crianças com idades entre 1 e 3 anos e os homens ativos e rapazes adolescentes. Do mesmo modo, consideraram-se também os valores intermédios de porções recomendados pela Roda dos Alimentos para cada grupo alimentar, à exceção do grupo da carne, pescado e ovos, do grupo dos cereais, derivados e tubérculos e do grupo das leguminosas. (Tabela 4). Para o grupo da carne, pescado e ovos considerou-se o valor máximo de porções recomendado pela roda dos Alimentos (4,5 porções), com o intuito de ajustar as recomendações aos hábitos de consumo alimentar da população portuguesa. Deste modo, e para assegurar um aporte energético adequado a equipa de trabalho considerou o valor mínimo de porções recomendado pela roda dos alimentos para o grupo das leguminosas (1 porção) e considerou-se 7 porções para o grupo dos cereais e derivados, tubérculos (Gregório & Graça, 2016, p.24).

Tabela 4: Número de porções consideradas para cada grupo de alimentos por dia

Porções recomendadas	
Cereais e derivados, tubérculos	7
Hortícolas	4
Fruta	4
Laticínios	2
Carne, pescado e ovos	4,5
Leguminosas	1
Gorduras e óleos	2

Fonte: (Gregório & Graça, 2016, p.24).

Apresentam-se ainda alguns alimentos a evitar na elaboração das ementas, devido ao elevado teor de gordura e sal que contêm, sendo estes os “produtos de salsicharia tais como o chouriço de carne, farinheira, alheira, salsichas, presunto, fiambre, os salgados como os croquetes de carne, rissóis, pastéis de bacalhau, folhados e as natas e molhos tais como a maionese, ketchup, bechamel” (Gregório & Graça, 2016, p.29).

Relativamente à Higiene e Segurança Alimentar compete às entidades de economia social “garantir a higiene e segurança das refeições produzidas, em todas as suas fases (receção, manipulação, produção, armazenamento, distribuição/transporte e conservação de alimentos/refeições) é determinante, tanto que a Comissão Europeia definiu as exigências de higiene e segurança alimentar, nomeadamente através do Regulamento (CE) n.º 178/2002e (...) que estabelece regras gerais destinadas aos operadores das empresas do setor alimentar no que se refere à higiene dos géneros alimentícios. Estes regulamentos aplicam-se a todas as empresas e operadores do setor alimentar, responsabilizando os respetivos operadores pela ausência de cumprimento das normas da legislação alimentar. Aplica-se também a todas as fases de produção, transformação e distribuição de géneros alimentícios. A elaboração das normativas de execução, cumprimento e fiscalização deste regulamento europeu para Portugal, encontra-se no Decreto-Lei n.º 113/2006” (Gregório & Graça, 2016, p.32).

Desta forma, considera-se que todas as instituições responsáveis pela produção e distribuição de refeições devem ser capazes de assegurar o cumprimento destas exigências legais de higiene e segurança alimentar.

De acordo com Gregório e Graça, 2016, o “Decreto-Lei n.º 64/2007, que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social, estabelece que para efeitos das ações de avaliação e fiscalização, o Instituto da Segurança Social, I. P., pode solicitar a colaboração de peritos e entidades especializadas, da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Autoridade Nacional de Proteção Civil, da autoridade de saúde de e de outros serviços competentes, tendo designadamente em consideração as condições de salubridade e segurança, acondicionamento dos géneros alimentícios e condições higienosanitárias. Como tal, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) podem contar com apoios de organismos sociais e públicos na assistência e monitorização da implementação de sistemas de segurança alimentar, se tal for solicitado ao Instituto da Segurança Social” (Gregório & Graça, 2016, p.32).

Os autores destacam ainda relativamente aos referenciais para a higiene e segurança alimentar, “o Regulamento (CE) n.º 852/2004, Códigos de Boas Práticas de Higiene e Fabrico destinados ao setor de atividade, quer nacionais quer comunitários quer o Codex Alimentarius, que consiste num conjunto de regras gerais e específicas relativas à higiene dos géneros alimentícios baseadas em evidência científica aceite internacionalmente. Este documento serviu e serve de modelo para a elaboração da

legislação comunitária e nacional relativa à segurança alimentar” (Gregório & Graça, 2016, p.32).

Por fim, refere-se a importância das instituições no apoio aos cidadãos nomeadamente, idosos, crianças e pessoas socioeconomicamente vulneráveis, a quem prestam serviços de alimentação, pois podem ser importantes parceiros na melhoria do estado alimentar da população portuguesa.

Assim, para a concretização do exposto as refeições fornecidas devem ser completas, variadas e nutricionalmente equilibradas, de forma a abranger todas as faixas etárias e a garantir o acesso a todos, bem como a garantir do acesso a alimentos promotores da saúde junto dos grupos populacionais.

O referido manual foi constituído para o apoio e orientação genérica das entidades de economia social no âmbito da alimentação, em particular para as instituições com gestão própria na área alimentar. No entanto, carece de uma introspeção e apoio das equipas técnicas e multidisciplinares que constituem as instituições, para que em conjunto, analisando caso a caso, seja assegurada uma oferta alimentar segura e adequada aos respetivos públicos-alvo.

2. As IPSS enquanto atores de consumo coletivo nos Circuitos Curtos Agroalimentares

A importância do sector da Economia Social revela-se “em impactos positivos em aspetos como a acessibilidade aos serviços; o seu papel regulador da atividade económica; o controlo do impacto dos ciclos económicos; a capacidade para gerar igualdade de oportunidades; a promoção de uma democracia económica e redistribuição da riqueza; o papel importante na construção integrada do espaço comunitário” (Eurocid, 2010, cit. por Santos, 2015, p.29-30).

Considerando a alimentação é um dos serviços prestados pelas IPSS, pautando-se por princípios de responsabilidade na qualidade de vida das pessoas que utilizam os seus serviços, e partindo da identificação dos principais desafios sociais, económicos e ambientais dos sistemas alimentares, a nível internacional e nacional, o destaque é dado à região da Beira Interior, onde coexistem problemas relacionados com a interioridade e a forte expressão rural, resultando impactos na produção, aquisição e consumo de produtos agroalimentares: esvaziamento das culturas e das atividades económicas locais ligadas à área agrícola; culturas intensivas e monoculturas; aumento do preço final do produto para os consumidores; empobrecimento dos produtores de agricultura familiar; desertificação humana dos territórios; fragilidade da sustentação alimentar dos países e criação de relações de dependência alimentar, gerando o aumento das desigualdades a nível global (Vivero, 2013; Carolan, 2012; Holt-Giménez, 2019); vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas (Santos,

2013); doenças crónicas ligadas à alimentação; pobreza alimentar e Insegurança alimentar e nutricional.

Além das potenciais virtualidades de articulação entre o consumo coletivo e os produtores e outros abastecedores locais, o consumo coletivo pode ter um impacto mais lato quando perspetivado do ponto de vista da sustentabilidade alimentar. Considerando a tríade da sustentabilidade, Goggins e Rau (2016) desenvolveram uma ferramenta de avaliação, a FOODSCALE, que admite também os métodos de produção (oferta) e os padrões de consumo (procura), procurando avaliar aspetos que possam ser melhorados nas organizações consumidoras e promover uma maior sustentabilidade do mesmo.

Aqui, a sustentabilidade significa, por exemplo, contribuir para a proteção da biodiversidade, promover o welfare animal (no caso da pecuária), evitar impactos ambientais negativos (menores emissões de dióxido de carbono no caso da queima dos combustíveis fósseis e de uso de produtos químicos de síntese, por exemplo), providenciar alimentos saudáveis e seguros e garantir a sua disponibilidade e acessibilidade ao maior número possível de pessoas, educar e conectar os consumidores com os alimentos que comem, utilizar alimentos sazonais e culturalmente adequados, contribuir para a resiliência das economias, apoiar modos de vida sustentáveis através de preços justos, garantir boas condições de trabalho e comércio justo. A escala avalia diferentes aspetos do serviço, dividindo-se em categorias como: tipo de produção dos alimentos, sazonalidade, produtos de comércio justo, resíduos alimentares, origem dos alimentos, envolvimento dos consumidores e envolvimento com pequenos produtores e comunidades locais. A importância da FOODSCALE para o presente projeto prende-se com a possibilidade de utilizar uma ferramenta simples, que permite avaliar o consumo das organizações e indicar formas de melhoria, e destacar indicadores úteis para a avaliação dos circuitos curtos (STAI.bin, 2018).

A questão do consumo público é cada vez mais vista como uma área que comporta inúmeras possibilidades no quadro do desenvolvimento de inovações sociais ao nível dos sistemas alimentares. Os consumidores coletivos, os de restauração pública em particular (cantinas sociais, escolares, entre outras), assumem um papel fundamental na garantia do acesso à alimentação por parte dos grupos sociais em situação de maior dificuldade, como é o caso das IPSS. Dadas as dimensões diárias destes consumidores, estas organizações têm um papel importante na economia local.

Em Portugal, à semelhança da Europa, as instituições públicas apresentam dificuldades neste âmbito devido aos Contratos de Compras Públicas. As IPSS parecem apresentar maior facilidade em experimentar outras soluções para o seu consumo, ainda que revelem outro tipo de problemas na aquisição dos produtos (recursos alimentares), sobretudo de origem agroalimentar. Porém, em Portugal, são ainda conhecidas poucas iniciativas que associem a maioria das suas necessidades de

consumo coletivo ao abastecimento junto da produção local, enquadrando na economia local a procura de resposta às suas necessidades de restauração.

2.1. Circuitos Curtos Agroalimentares

A perspetiva do local é fundamental para a implementação de estratégias de promoção da qualidade de vida das pessoas e da promoção do que é próprio (físico social, político, económico e cultural), não obstante a sua necessária articulação com os níveis meso e macro de governação e liderança (Akerman, M. et al., 2002).

A Rede Rural Nacional aborda no terceiro número de edição da revista “EM REDE”, 2013, o tema Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA). A temática é desenvolvida nesta revista pelo facto dos CCA “serem uma prioridade da política de Desenvolvimento Rural da UE para o próximo período de programação, e do Programa do XIX Governo Constitucional (2011 - 2015) definir como um dos objetivos estratégicos para a agricultura o de «garantir a transparência nas relações produção - transformação - distribuição da cadeia alimentar e promover a criação e dinamização de mercados de proximidade»” (Correia, 2013, p.1).

Mamaot (2013) define o conceito de Circuito Curto Agroalimentar como “um modo de comercialização que se efetua ou por venda direta do produtor para o consumidor ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário. A ele se associa uma proximidade geográfica (concelho e concelhos limítrofes) e relacional entre produtores e consumidores” (Mamaot, citado por Tibério, 2013, p.7)

O Comité das Regiões (2011) sugere a noção de “produto alimentar local”, define que este terá que ser produzido a nível local ou regional e contribuir para a estratégia de desenvolvimento rural dessa região. Os produtos devem ser “comercializados através de uma cadeia curta de distribuição e vendidos no comércio retalhista ou mercados ao ar livre, destinados a consumidores que se interessam pelas características específicas dos produtos como a qualidade, a tradição, a motivação cultural, o valor ecológico, etc” (Teixeira, 2014, p. 29).

Refere-se ainda que nesta cadeia “visa-se que os produtos sejam vendidos o mais próximo possível do local de origem, distância que pode variar entre 1 e 50 km, dependendo da região. Aqui, o adjetivo ‘local’ tem como função sugerir que o alimento provém de um circuito ‘diferente’ daqueles a que estamos familiarizados, remetendo para uma relação direta entre consumidor e produtor” (Redr, 2012, citado por Teixeira, 2014, p. 29).

Atualmente, a comercialização dos produtos locais, tem sido um tema em destaque por contribuir para a dinamização da atividade agrícola, para a criação ou manutenção de emprego nas áreas rurais, para o aumento do rendimento dos produtores, e para a fixação de valor nas regiões, nomeadamente no interior do País.

Esta temática tem sido debatida em diversos países, em Portugal “foi criado em 2012 um grupo de trabalho com vista à preparação de uma proposta de «Estratégia para a valorização da produção agrícola local» (GEVPAL), coordenado pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, cujo relatório final apresentou um conjunto de propostas no sentido de serem feitas adaptações e revisões de diplomas, com o intuito de contrariar as dificuldades no acesso de pequenos produtores à comercialização dos produtos agrícolas transformados, assim como de melhorar as qualificações de todos os agentes envolvidos e criar um clima de inovação, desenvolvimento de novos produtos, processos, tecnologias e formas organizativas, importante fator de desenvolvimento da produção local” (Correia, 2013, p.1).

Ultimamente, como apontam os autores da revista a população tem adquirido alguns hábitos, estando mesmo a formar-se uma cultura ligada principalmente ao regresso à terra e aos valores da ruralidade. As pessoas cada vez mais procuram consumir produtos nacionais porque há um sentimento instaurado de contribuir para o crescimento da economia nacional e sobretudo para a defesa dos produtores e produtos nacionais (Cristas, 2013).

Os consumidores pretendem consumir produtos diversificados, com qualidade, saudáveis, nutritivos, frescos e sazonais, estabelecendo mesmo uma relação direta com os produtores, com o intuito de conhecerem a origem e as condições de produção desses mesmos produtos (Cristas, 2013).

Como referi a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, os territórios, a venda direta aos consumidores “permite fixar o valor económico destas produções favorecendo o seu desenvolvimento, possibilita o desenvolvimento de outras atividades económicas ligadas à transformação de produtos, ao turismo, gastronomia, entre outras, permite a diversificação da oferta, a preservação de sistemas culturais tradicionais, contribuindo para reforçar a coesão económica, ambiental dos territórios” (Cristas, 2013, p.2).

Menciona-se ainda que a produção e venda local evitam o transporte dos produtos agrícolas em grandes distâncias, o uso de acondicionamentos, de refrigeração e naturalmente a redução de emissões (Cristas, 2013).

Contudo, este tipo de produções envolve alguma dimensão que carece naturalmente de estruturas adequadas para garantir o escoamento dos seus produtos, tal como carece de medidas de políticas e enquadramento legislativo adequado (Cristas, 2013).

Assim neste contexto, a aposta na comercialização em circuitos curtos “destaca-se como uma forma de valorização dos produtos locais, em virtude dos benefícios que pode trazer para os agricultores, consumidores e em particular para as zonas rurais” (Cristas, 2013, p3).

Mamaot (2013) explicita que a venda direta dos produtos pode ocorrer na exploração agrícola, no domicílio do consumidor, pode ocorrer em vendas ambulantes, em mercados, em feiras, no restaurante ou loja comercial do produtor, entre muitas outras.

Refere ainda que, a venda direta de produtos esta intimamente ligada a alguns aspetos como, “a origem do local e identificada do produto; o produtor, para além da intervenção direta na produção, também interfere frequentemente na transformação e comercialização dos produtos; os produtos transformados utilizam matérias-primas provenientes das explorações locais; o consumidor tem acesso a informação sobre a origem do produto, o seu modo de produção e as respetivas qualidades específicas; o fluxo de comunicação entre produtores e consumidores permite criar confiança mútua e diferenciar os produtos locais dos restantes” (Mamaot, citado por Tibério, 2013, p.7).

Todavia, a implantação deste tipo sistemas locais “reclama a existência de agricultores dinâmicos, criativos e competentes; uma boa comunicação entre todos os stakeholders do território; tempo para alcançar o sucesso, que permita a construção de relações de confiança com a comunidade, consumidores e outros atores; e relações democráticas e colaborativas, com liderança e um sentido forte de direção e estabilidade” (Baptista et al., p.15 citado por Tibério, 2013, p.7).

Por fim, apresentam-se alguns dos benefícios dos CCA, redigidos pelo autor (MAMAOT, 2013, citado por Tibério, p.7):

Benefícios sociais, “ao permitirem reforçar a coesão em territórios onde os rendimentos baixos da atividade agrícola favorecem a emigração e proporcionarem aos consumidores produtos frescos e saudáveis, com rastreabilidade;”

Benefícios culturais, “ao possibilitarem diversificar a oferta e preservar sistemas tradicionais de produção vegetal e animal, promovendo a coesão das comunidades locais;”

Benefícios económicos, “ao proporcionarem valor acrescentado às produções locais e alargarem a gama dos produtos oferecidos e poderem reduzir as necessidades de capital a investir, pois tendem a ser menos intensivos na mecanização das operações culturais e na utilização de agroquímicos;”

Benefícios ambientais, “ao viabilizarem uma agricultura menos poluidora (sistemas de produção menos intensivos) e de conservação de recursos. As necessidades de acondicionamento, transporte e refrigeração tendem a ser mais reduzidas e, por conseguinte, a utilização de combustíveis fósseis e as emissões de gases com efeito de estufa tendem a diminuir.”

2.2 Potencial de consumo coletivo das IPSS na Beira Interior

O inquérito realizado pelo STAI.Bin entre novembro e Janeiro de 2018, com uma amostra de 35% de um universo de 402 entidades de economia social com estatuto de IPSS dos concelhos de Castelo Branco e Guarda e, sobretudo, com respostas sociais de apoio a idosos (Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e ERPI), identificou um elevado potencial de consumo de produtos agroalimentares destas entidades, sendo responsáveis pela confeção diária de um total de 17.807 refeições.

Quadro 4: N° de refeições confeccionadas diariamente por distrito (Castelo Branco e Guarda)

Distrito	Refeições confeccionadas diariamente p/ distrito (nº)	Nº refeições confeccionadas diariamente por instituição							
		1-50	51-100	101-150	151-200	201-300	+ de 300	Não confecciona	Não respondeu
Castelo Branco	7792	13	16	12	6	6	5	1	3
Guarda	10015	29	20	12	5	8	6	1	1
Total	17807	42	36	24	11	14	11	2	4

Fonte: STAI.Bin, 2018

Dos alimentos mais adquiridos para consumo nas IPSS destacam-se na sua maioria os legumes/hortícolas, seguindo-se de frutícolas, tubérculos e cereais e seus derivados.

Não obstante o número de refeições produzidas e distribuídas diariamente, a maioria das entidades (56,9%) recorre a grossistas/armazenistas para a aquisição dos produtos que utilizam na confeção das refeições, sendo as IPSS do distrito de Castelo Branco quem mais recorre a grossistas. 33,3% recorre quer a grossistas, quer de produtores locais, destacando-se, neste caso, com maior expressão as IPSS do distrito da Guarda; apenas 4,2% indica o recurso apenas a produtores locais, sendo a sua maioria (4 em 6 IPSS) do distrito de Castelo Branco.

A maioria das IPSS consultadas (52,1%) indicou não ter conhecimento sobre o que são CCA e 45,8% das entidades respondentes referem que conhecem o conceito embora não integrem cadeias curtas. Apenas 10,4% (15) IPSS referiram que utilizam ou já utilizaram CCA, sobretudo para a aquisição de produtos agroalimentares.

As IPSS inquiridas consideram que a utilização de CCA apresenta benefícios, sobretudo, ao nível da garantia de maior qualidade dos alimentos, do menor custo dos alimentos e de valorização do que é local. Atribuem uma valoração positiva sobre a maior e/ou melhor “qualidade” dos alimentos (mais “frescos”, “saudáveis”, “biológicos) e a possibilidade de estes serem mais acessíveis em termos de preço, o que representa uma possibilidade de redução de encargos económicos da instituição

com a alimentação. Com frequência, os respondentes associam ambos os fatores, ou seja, uma relação positiva “qualidade-preço” que a utilização de circuitos curtos possibilita e ainda o facto de a proximidade aparecer associada também ao benefício da “rastreadibilidade” dos alimentos. O uso de CCA surge associado a um conjunto de benefícios para o desenvolvimento da economia e da comunidade local em que a entidade está inserida, em particular, na “ajuda” à “organização” e ao “crescimento” dos produtores locais, assim como à promoção do seu “envelhecimento ativo”. Por fim, ao analisar os testemunhos em conjunto, e procurando agregar as respostas por grandes categorias, verifica-se que grande parte das entidades referem o aspeto económico como sendo o maior benefício (preços mais baixos), seguido do aspeto da qualidade (integrando aqui elementos como a frescura e a rastreabilidade). Ainda que com menor expressão, surgem evidenciadas as dimensões da saúde e do bem-estar, assim como a relação com a proteção do ambiente.

No reverso da medalha, algumas entidades identificaram um conjunto de fatores que consideram desvantajosos em relação à aquisição de alimentos junto de produtores locais, como se apresentarem como “produtos mais caros” e “sem garantia de qualidade”, destacando o facto de não cumprirem “normas formais” que são exigidas às IPSS na aquisição dos produtos e de se registar uma “má organização dos produtores” (Vieira, et al. 2020).

Os resultados preliminares do diagnóstico realizado pelo projeto STAI.Bin (2018) junto de IPSS dos distritos de Castelo Branco e Guarda, permite refletir criticamente sobre o impacto das IPSS na adesão aos Circuitos Curtos. Considera-se que estas entidades contribuem para o desenvolvimento humano sustentável deste território, ao atenuar problemas sociais (desemprego, isolamento, êxodo e desertificação) e promovendo a saúde das pessoas no seu próprio território. Como defendido no conteúdo da Carta de Ottawa (OMS, 1986), a promoção da saúde realiza-se através do aumento da capacidade das pessoas nas suas comunidades controlarem e melhorarem, através de CC, a sua qualidade da cadeia alimentar, ao mesmo tempo que se incrementa a produção local, oportunidades de emprego e aumento de rendimento das famílias, diminuição pegada ambiental), etc.

3. As IPSS no Concelho do Fundão

Na sequência do enquadramento teórico, aborda-se neste ponto e apresenta-se o diagnóstico do Concelho do Fundão e a expressão das IPSS neste território.

3.1. História do Fundão

As raízes históricas do Fundão remontam à Proto-história, período que regista a existência de um Castro da Idade do Bronze (1º Milénio a. C.) no Monte De S. Brás, contraforte da Serra da Gardunha sobranceiro à atual cidade. Do período Romano sobreviveram até aos nossos dias testemunhos materiais que atestam a farta ocupação destas paragens nessa época: casais, villae e inscrições epigráficas latinas (Website Município do Fundão, 2012).

Da Idade média, mais concretamente ao tempo da fundação da nacionalidade, perduraram templos diversos e a própria Igreja Matriz, com a invocação de São Martinho, que conglomerava um conjunto de dezassete casais, segundo as Inquirições de D. Dinis, datadas de 1314 (Website Município do Fundão, 2012).

Contudo, foi ao dealbar dos séculos XV e XVI, sobretudo neste último, que o Fundão ganha foros de excepcional desenvolvimento económico e expansão urbana. O incremento das indústrias manufatureiras é um fator determinante de uma expansão assinalável: os códices, abalizam a atividade de tecelões, pisoeiros, mercadores, tratantes, borracheiros, fundidores e imaginários (Website Município do Fundão, 2012).

À multiplicação de unidades industriais verificada no séc. XVII e criação da Real Fábrica-Escola pelo Marquês de Pombal, corresponde um estatuto socioeconómico que vai valer ao Fundão, no século XVIII, a elevação à categoria de Vila e criação do respetivo Concelho (1747) (Website Município do Fundão, 2012).

É, desde 1988, cidade e sede de Concelho (Website Município do Fundão, 2012).

3.2. Caracterização geoeconómica do Concelho do Fundão

Neste ponto descreve-se a localização geográfica e alguns dos setores mais importantes da economia social do Concelho do Fundão.

Do ponto de vista geográfico, o concelho do Fundão está localizado na NUT III da Cova da Beira e na NUT II da região centro na vertente setentrional da serra da Gardunha, e ocupa uma área de 700 Km², na qual se distribuem 23 freguesias. Faz fronteira com os concelhos de Covilhã, Castelo Branco, Penamacor, Oleiros e Pampilhosa da Serra (Figura 1) (Website Município do Fundão, 2012).

O Concelho do Fundão é atravessado pela autoestrada A23 que o coloca a aproximadamente duas horas e um quarto de carro da capital, Lisboa, a sensivelmente duas horas e meia do Porto e a sensivelmente três horas e meia da capital espanhola, Madrid (Website Município do Fundão, 2012).

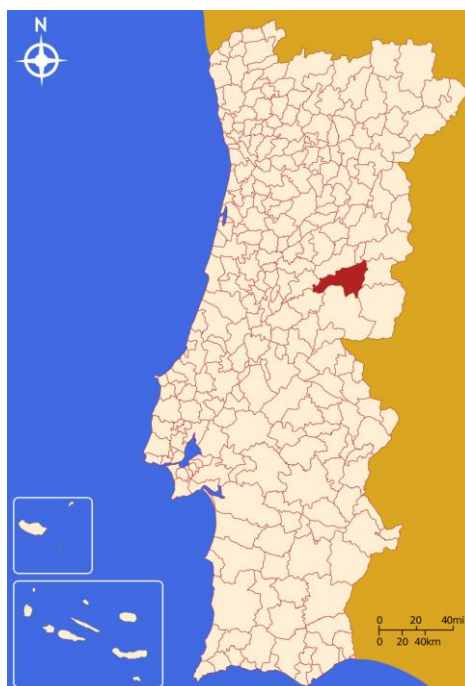


Figura 1: Localização do Concelho do Fundão em Portugal Continental

Fonte: Wikipédia

Em termos da sua génese identitária, o concelho do Fundão caracteriza-se pela dispersão geográfica, em que contrastam zonas marcadamente urbanas, como é o caso da cidade do Fundão cuja principal atividade económica é o comércio, com zonas rurais, vocacionadas para as explorações agrícola, pastorícia e florestal, para a produção de fruta, azeite e vinho, e ainda, para a existência de um importante foco de atividade mineira, designadamente na exploração de volfrâmio (Website Município do Fundão, 2012).

O Concelho do Fundão tem cerca de 30 mil habitantes, com uma densidade populacional de 42hab/km² (Figura 2).

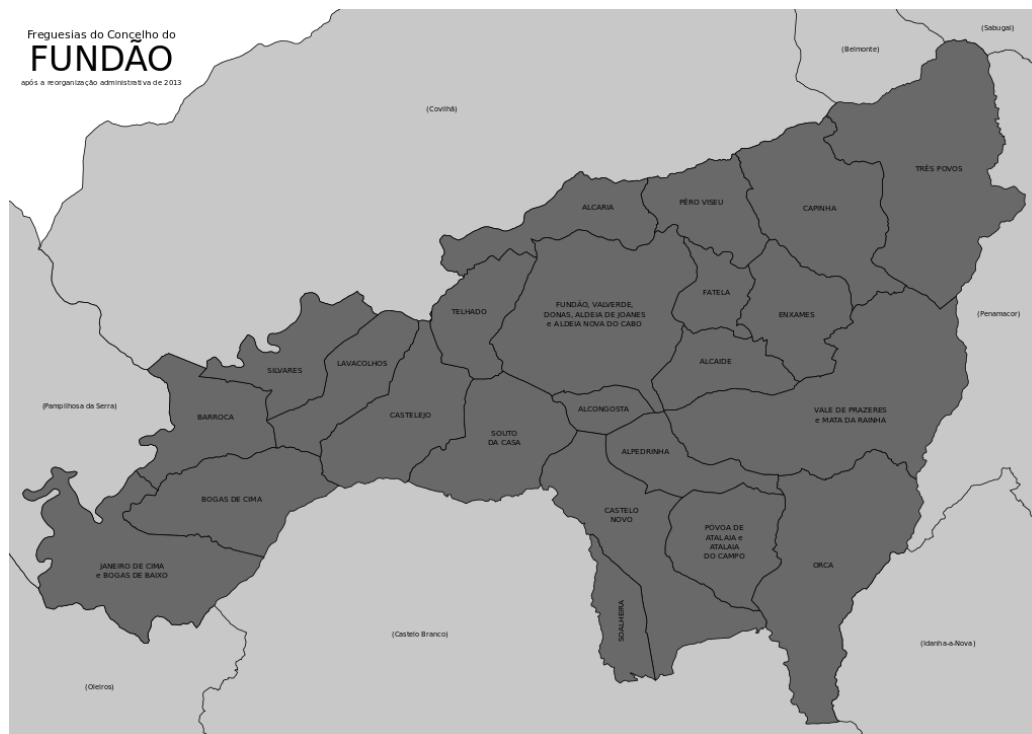


Figura 2: Freguesias do Concelho do Fundão

Fonte: Website Município do Fundão

É reconhecido pela sua visibilidade ao nível do sector económico e da empregabilidade. Como referido na página do município, o concelho do Fundão tem em consideração a densidade populacional e está fortemente empenhado em criar medidas e postos de trabalho para atrair cada vez mais população.

No quadro 5 apresentam-se dados detalhados sobre alguns indicadores recolhidos da PORDATA (Base de Dados sobre Portugal Contemporâneo) relativamente ao município do Fundão.

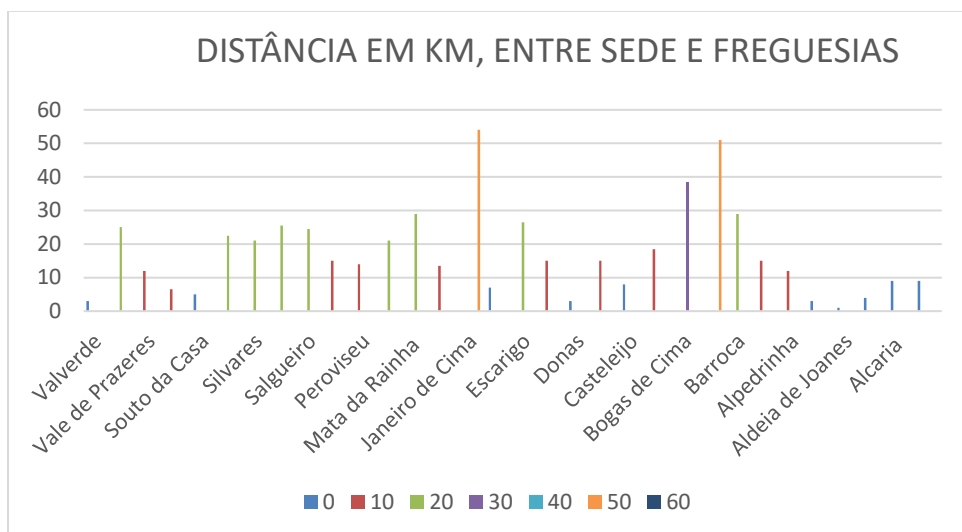
Quadro 5: PORDATA, Município do Fundão

Fundão	2001	2011	2017	2018
População residente	31.399	29.108	27.197	26.879
Freguesias	31	31	23	23
Jovens (%) - menos de 15 anos	14,0	12,2	11,0	10,7
População em idade ativa (%) - 15 aos 64 anos	61,5	60,8	61,1	60,9
Idosos (%) - 65 e mais anos	24,5	27,0	28,0	28,4
Índice de envelhecimento - idosos por cada 100 jovens	174,6	220,9	255,4	265

Fonte: PORDATA (2001/2011/2017/2018)

Observa-se no quadro 5 que houve uma diminuição da população residente no concelho desde 2001 até 2018. Relativamente ao número de freguesias, existiu uma reorganização administrativa que reagrupou o número de freguesias. Observamos que o número de jovens no concelho do Fundão com menos de 15 anos de idade tem diminuído ao longo dos anos o que está relacionado com a diminuição da taxa de natalidade. Em contraste, regista-se um aumento do número de idosos, população com 65 anos e mais anos. Por sua vez, o índice de envelhecimento também aumentou significativamente no concelho do Fundão.

No Gráfico 1, apresenta-se a distância entre a sede de concelho e as freguesias pertencentes ao mesmo. Esta informação consta no Plano de Ação da Unidade de Cuidados Continuados do Fundão editado em 2013.

Gráfico 1: Distância em KM, entre sede e freguesias

Fonte: Plano de Ação U.C.C. Fundão (2013)

Quanto à logística e às áreas de Localização Empresarial existe o Mercado Abastecedor da Cova da Beira instalado no Parque Industrial do Fundão ocupa uma área de cerca de 8 hectares compreendendo um Pavilhão de Mercado com espaços destinados a grossistas e produtores hortofrutícolas, flores e outros produtos alimentares, bem como um espaço para restauração e áreas administrativas e um Pavilhão de Entrepasto com espaços destinados a empresas de distribuição alimentar e logística (Website Município do Fundão, 2012).

Este espaço acolhe ainda a sede da Cerfundão, uma unidade empresarial da qual fazem parte, para além do Município, vários produtores de cereja da região e que está dotada de equipamento e tecnologia de ponta no embalamento e conservação da cereja (Website Município do Fundão, 2012).

Existe ainda neste local uma área destinada a escritórios e um centro de incubação empresarial que em muito tem contribuído para o aumento da atratividade comercial e das relações comerciais do Fundão (Website Município do Fundão, 2012).

Quanto ao enquadramento ferroviário o concelho do Fundão dispõe de um terminal de carga no seu parque industrial da cidade do Fundão e dispõe de ligações para passageiros de comboios inter-regionais e rápidos, designadamente o intercidades. A linha foi modernizada e está atualmente toda eletrificada, para além disto, permite também ligações aos principais portos do país, como o de Sines e Leixões (Website Município do Fundão, 2012).

A região é também servida por um aeródromo em Castelo Branco com uma pista de aproximadamente 1800 metros (Website Município do Fundão, 2012).

No Setor Agro-Produtivo consideram-se como os principais produtos produzidos ligados à terra, o Queijo com 40 queijarias no concelho, o Vinho a Adega Cooperativa do Fundão tem uma capacidade de armazenamento de cerca de 6 milhões de litros

por ano e a sua produção anual estima-se entre os 4 e os 4,5 milhões de quilos por ano, os Enchidos, o Azeite nomeadamente com 10 lagares (Beira Interior é responsável por produzir 6 das 70 mil toneladas de azeite que o país produz), só a Cooperativa do Fundão produz mais de 1,7 milhões de quilos de azeitona por ano, a Fruta com a Cereja (maior produtor nacional – 6.000 toneladas por ano), Frutos vermelhos – 135.000kg produzidos anualmente (framboesa, amora e groselha) (Website Município do Fundão, 2012).

Portanto, o setor agroindustrial no concelho representa para a economia local uma faturação anual de aproximadamente 100 milhões de euros (Website Município do Fundão, 2012).

Só a produção de cereja é responsável por uma faturação acima dos 20 milhões de euros (Website Município do Fundão, 2012).

Além disso, o Fundão é também parceiro nas áreas da investigação e desenvolvimento de projetos de duas unidades de ensino superior regionais, designadamente a Universidade da Beira Interior e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (Website Município do Fundão, 2012).

A região dispõe ainda de uma oferta qualificada de referência proveniente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior.

O Fundão está integrado no Parkurbis, um centro empresarial de investigação, de ciência e tecnologia, localizado no município vizinho da Covilhã. O grande objetivo deste Polo é o reforço da economia da Beira Interior, através da elevação do nível tecnológico da indústria e serviços existentes, da sua diversificação para novos setores, da criação de massa crítica em atividades de I&D e, como consequência, da fixação de pessoas que possam encontrar aqui soluções profissionais (Website Município do Fundão, 2012).

Quanto aos cuidados de Saúde a região da Cova da Beira é servida por um serviço de cuidados de saúde de excelência pelo Centro Hospitalar da Cova da Beira que é composto pelo Hospital do Fundão e pelo Hospital Pero da Covilhã. A rede hospitalar é complementada por um conjunto de centros de saúde e extensões de saúde que estão espalhados pelos concelhos do Fundão, Covilhã e Belmonte (Website Município do Fundão, 2012).

O Centro de Saúde do Fundão é composto por uma rede de 25 extensões de saúde espalhadas por todo o concelho (Website Município do Fundão, 2012).

No que diz respeito ao ambiente o Fundão é o concelho com o melhor ar do país, com base nas medições registadas nas 64 estações de monitorização do Continente o Município do Fundão está no top dos concelhos que têm melhor qualidade de ar do país (Website Município do Fundão, 2012).

As razões são o contexto natural onde está inserido entre a serra da Gardunha e a Serra da Estrela, o vale da Cova da Beira no meio, a proximidade raiana, e onde se inicia o Pinhal Interior a sul. Por outro lado, esta é também uma região com pouca

população, pouco tráfego automóvel e pouca indústria (Website Município do Fundão, 2012).

A este enquadramento junta-se um conjunto de áreas protegidas que rodeiam o concelho, designadamente os parques naturais da Serra da Estrela, da Malcata e do Tejo Internacional, a área de Rede Natura 2000 da Serra da Gardunha ou a paisagem protegida da serra do Açor (Website Município do Fundão, 2012).

Consideramos importante, fazer uma breve resenha sobre o “Dossier – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Fundão”.

O Dossier – “Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Fundão” é um instrumento que visa, por um lado, “compilar e tornar disponível a todos os agentes de desenvolvimento/intervenção social que atuam no concelho do Fundão um conjunto de dados sobre essa mesma realidade (indicadores sociais disponíveis) e, por outro, permitir que os mesmos possam apresentar respostas aos problemas sociais identificados no território concelhio de forma consubstanciada por processos de planeamento estratégico (Plano de Desenvolvimento Social/Planos de Ação).” A publicação deste dossier surge na “sequência do Projeto “Rede Social do Fundão”, Novembro 2002 a Maio 2005, inserido no âmbito do Programa Rede Social, do Instituto da Segurança Social, I.P., sendo, no Fundão, a Câmara Municipal sua entidade dinamizadora” (Dossier-Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Fundão (2005-2010), p.INT. 1).

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Fundão encontra-se estruturado, por conseguinte, “para uma dimensão temporal de intervenção social em 5 anos,” a sua realização planeou-se que ocorresse entre Junho de 2005 e Maio de 2010 (Dossier-Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Fundão (2005-2010), p.INT./RSF. 12).

Refere-se ainda neste documento que “apesar de se verificar na última década, em comparação com a anterior, uma diminuição no índice de desenvolvimento social do concelho, assiste-se nos anos mais recentes ao aparecimento e desenvolvimento de um conjunto significativo de projetos de cariz social, que apesar de pouco partilhados e potenciados a partir de uma rede de parceiros, se assumem como importantes mobilizadores de iniciativas tendentes à promoção do desenvolvimento social local” (Dossier-Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Fundão (2005-2010), p.III. – AI.9. 1).

Constata-se no Plano Municipal do Ambiente do Município do Fundão que inclui o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) pela qual se desenvolve sobre um conjunto de Eixos estruturantes da intervenção em que a cidade se assume simultaneamente numa visão abrangente, mas complementar, designadamente nos seguintes eixos:

Eixo - Cidade INOVADORA E COMPETITIVA - procurando que a competitividade económica esteja alicerçada na capacitação e no apoio do seu capital humano.

Eixo - Cidade MERCADO - como raiz identitária do Fundão e da sua atividade económica fortemente ligada às transações de bens e serviços realizadas dentro da cidade em mercados de rua e nas lojas comerciais;

Eixo - Cidade RURAL E VERDE - assumindo, respeitando e valorizando a sua forte ligação ao meio rural que a envolve e que define a forma de estar e de ser das suas gentes, numa relação de respeito pela natureza e de ligação à terra numa harmonia com o espaço urbano, afirmando assim uma cidade inclusiva em relação ao meio que a envolve;

Eixo - Cidade INCLUSIVA/AMIGA DO IDOSO - que se afirma como um ecossistema aberto e não estanque à sua periferia rural, que acolhe e valoriza todos os seus cidadãos, independentemente da sua idade ou origem, olhando com especial atenção para os seus idosos e que privilegia e constrói um forte sentimento de pertença e identidade.

3.3. As IPSS do Concelho

É na maioria das freguesias identificadas no gráfico 1 que se encontram as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Observa-se que a grande maioria das instituições situam-se a 10km da sede do concelho, bem como o número de instituições que se encontra a 20km e 30km da sede de concelho é bastante significativo. Apenas três instituições ficam a mais de 30km da sede de concelho.

Dada a sua relação de proximidade torna-se pertinente analisar neste estudo a partilha de recursos das IPSS do concelho.

Apresenta-se os dados recolhidos da Carta Social (2018) nomeadamente a rede de serviços e equipamentos existentes no concelho do Fundão. Foi com base nesta recolha de informação que se chegou ao número total de IPSS no concelho, e respetivas respostas sociais.

Aprofundou-se a pesquisa nomeadamente das IPSS com respostas sociais para idosos.

Quadro 6: Rede de Serviços e Equipamentos Existentes

Rede de Serviços e Equipamentos Existentes					
Concelho / Freguesia	Equipamento	Natureza Jurídica	Respostas Sociais	Capacidade	Utentes a frequentar
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Cacff - Centro De Assistência Cultural E Formativo Do Fundão	Associação de Solidariedade Social	Creche	80	71
			Centro de Atividades de Tempos Livres	90	90
			Centro de Apoio Familiar Acons. Parental	80	80
			Centro de Convívio	250	84
Alcaide	Centro Social E Paroquial Do Alcaide	Centro Social Paroquial	Creche	26	26
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	30	30
			Centro de Atividades de Tempos Livres	45	27
			Centro de Dia do Alcaide	27	27
			Centro de Dia da Fatela	30	18
Alcaria	Centro Social Nossa Senhora Das Necessidades De Alcaria	Associação de Solidariedade Social	Creche	16	16
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	25	9
			Centro de Atividades de Tempos Livres	25	20
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	26	14
			Centro de Dia	31	26
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	25	25
Pesinho	Centro De Dia E Apoio Domiciliário Do Pesinho	Irmandade da Misericórdia / SCM	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	5	3
			Centro de Dia	10	16
Alcongosta	Centro De Dia E Apoio Domiciliário De Alcongosta	Irmandade da Misericórdia / SCM	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	16	6
			Centro de Dia	20	13
Alpedrinha	Fundação Gamboa Pina Ferrão	Fundação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	12	10
	Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha	Irmandade da Misericórdia / SCM	Centro de Dia	30	24
			Creche	50	48
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	40	40
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	59	59
Barroca	Centro De Dia De Barroca	Associação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	20	14
			Centro de Dia	5	5
Bogas de Cima	Associação De Apoio Aos Jovens E Idosos De Bogas De Cima	Associação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	12	5
			Centro de Dia	8	7
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	20	20
	Lar S. Sebastião / Santa Casa Da Misericórdia		Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	10	12

Capinha	Do Fundão	Irmandade da Misericórdia / SCM			
	Santa Casa Da Misericórdia Do Fundão		Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	20	6
Castelejo	Centro De Dia De Enxabarda	Associação de Solidariedade Social	Centro de Dia	40	12
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	7	5
	Centro De Dia Santa Luzia		Centro de Dia	24	13
	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)		10	3	
Castelo Novo	Centro Social De Castelo Novo	Associação de Solidariedade Social	Centro de Dia	30	19
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	11	5
Enxames	Centro De Dia Nossa Senhora Do Fastio	Associação de Solidariedade Social	Centro de Dia	15	10
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	25	24
Lavacolhos	Santa Casa Da Misericórdia Do Fundão	Irmandade da Misericórdia / SCM	Centro de Dia	30	19
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	10	6
Orca	Instituto De São Miguel	Fundação de Solidariedade Social	Centro de Dia	19	15
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	15	13
Pêro Viseu	Santa Casa Da Misericórdia Do Fundão	Irmandade da Misericórdia / SCM	Centro de Dia	25	12
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	22	14
Silvares	Associação De Solidariedade Social Da Freguesia de Silvares	Associação de Solidariedade Social	Creche	26	20
			Centro de Atividades de Tempos Livres	27	7
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	20	20
			Centro de Dia	20	19
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	39	39
			Serviço de Apoio Domiciliário (Deficiência)	30	2
Soalheira	Santa Casa Da Misericórdia De Soalheira	Irmandade da Misericórdia / SCM	Centro de Atividades Ocupacionais (Deficiência)	10	9
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	15	15
			Centro de Dia	30	24
Souto da Casa	Centro Paroquial De Assistência De Souto Da Casa	Fundação de Solidariedade Social	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	72	64
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	30	16
			Centro de Dia	35	31
Telhado	Tecto-Centro Social Do Telhado	Associação de Solidariedade Social	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	20	10
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	28	23
			Centro de Dia	21	21

Três Povos	Centro De Assistência Social Dos Três Povos	Associação de Solidariedade Social	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	25	10
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	15	15
			Centro de Dia	30	5
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	29	29
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Centro Paroquial De Bem-Estar Social De Valverde	Centro Social Paroquial	Creche	30	16
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	34	22
			Centro de Atividades de Tempos Livres	40	30
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	8	8
			Centro de Dia	40	30
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Lar Do Fundão	Irmandade da Misericórdia / SCM	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	100	85
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Santa Casa Da Misericórdia Do Fundão - Núcleo De Apoio A Idosos	Irmandade da Misericórdia / SCM	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	70	55
			Centro de Dia	60	40
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	60	40
			Unidade de Media Duração e Reabilitação (UMDR)	10	0
			Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	10	0
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Santa Casa Da Misericórdia Do Fundão - Lar Nossa Senhora Do Amparo	Irmandade da Misericórdia / SCM	Centro de Dia	12	4
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	10	13
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Lar De Idosos Senhora Do Miradouro, Lda	Entidade Lucrativa	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	37	37
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Hotel Sénior Prestige - Residência Sénior Liatriis, Lda	Entidade Lucrativa	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	75	73
União das freguesias de	Centro Paroquial De Assistência Das	Fundação de Solidariedade Social	Creche Estabelecimento de Educação Pré-escolar	30 50	25 36

Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Donas		Centro de Atividades de Tempos Livres	30	18
			Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	5	4
			Centro de Dia	30	20
			Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	0	0
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Vamos ao Domicílio – Apoio Domiciliário	Outra	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	30	5
União das freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Associação Solidariedade Social, Recreativa, Cultural E Desportiva De Janeiro De Cima	Associação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	19	14
			Centro de Dia	9	5
	Centro Social E Cultural De Bogas De Baixo	Associação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	16	2
			Centro de Dia Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	10 14	3 14
União das freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Centro Social E Paroquial De Santo Estêvão - Póvoa De Atalaia	Fundação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	33	27
			Centro de Dia Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	30 17	13 0
	Centro De Dia De Atalaia Do Campo	Associação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	40	28
			Centro de Dia Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	17 17	8 17
União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Centro Social Da Torre	Associação de Solidariedade Social	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	25	19
			Centro de Dia	10	8
	Apoio Domiciliário Nossa Senhora Do Açor		Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	32	27
Centro Paroquial De São Bartolomeu	Centro Social Paroquial		Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	35	27
			Centro de Dia	30	22

Fonte: Carta Social (2018)

De todas as instituições apenas uma das instituições, o Centro De Assistência Cultural E Formativo Do Fundão não tem nenhuma resposta social que se destine para pessoas idosas.

Contabilizam-se as respostas sociais no concelho do Fundão, 31 equipamentos a funcionar como resposta social Centro de Dia em todo o concelho, 29 equipamentos

destinados à resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, apenas 1 equipamento destinado à resposta social Centro de Convívio, e 18 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas em todo o concelho, segundo os dados da Carta Social (2018).

Com base no inquérito online realizado pelo STAI.Bin em 2018, de um total de 6.075 refeições confeccionadas no distrito de Castelo Branco, 21,4% são confeccionadas no concelho do Fundão. As 11 entidades com estatuto de IPSS que responderam, servem diariamente 1302 refeições, destacando-se o facto de duas destas instituições representarem no seu conjunto a confeção e distribuição de 40,7% do total de refeições do concelho (530 refeições diárias).

No concelho do Fundão ainda não existe nenhum Centro de Noite como resposta social para as pessoas idosas.

3.4. Projetos de promoção alimentar no concelho do Fundão

Elenca-se um conjunto de projetos e outras iniciativas promovidas no concelho Fundão que expressam a preocupação do concelho com a promoção da alimentação saudável e com cadeias alimentares sustentáveis.

O projeto Urbact III – Agri-Urban, a decorrer na freguesia de Silvares, na cantina da Escola Básica 2/3 de Silvares desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto. O plano de ação Agri-Urban “Fundão Produtos da Nossa Terra + Ementas Saudáveis = Crianças Felizes” tem como principal foco o combate ao desperdício alimentar.

No âmbito desta iniciativa foi inaugurado o equipamento “Zero Desperdício Alimentar”, criado pelo Fab Lab Aldeias do Xisto, que foi o primeiro em Portugal. Este equipamento permite pesar diariamente o desperdício alimentar, com o intuito de diminuir o desperdício e de provar que a alimentação biológica, aliada à diminuição de desperdício, não aumenta o custo da refeição.

Em janeiro de 2018, na cidade parceira de Mouans-Sartoux, a Câmara Municipal do Fundão participou na criação oficial do European Club Organic Food Territories, que envolve sete países e 16 cidades europeias, cujo objetivo é de conectar os territórios europeus para tornar o alimento sustentável, um pilar do desenvolvimento agrícola, económico, social e de saúde pública.

Um dos focos deste plano de ação é fornecer às cantinas das escolas do Concelho alimentos de origem biológica e de qualidade, melhorando as refeições consumidas pelos alunos, e associar este consumo à produção local, premiando efetivamente quem produz com qualidade e de forma certificada.

Uma das ações estratégicas foi a criação da Escola-Piloto, tendo a escolha recaído na Escola EB 2/3 de Silvares, pertencente ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto, por ter a única cantina gerida pela própria escola no Concelho. Com este projeto

pretende-se implementar o plano de ação no refeitório desta escola e depois nas restantes do concelho do Fundão, sendo que, desde de abril de 2018, a cantina confeciona as suas refeições com 80% dos produtos locais e sazonais, dos quais 10% serão produtos biológicos.

A Presidência da Câmara Municipal do Fundão acolheu a sessão de promoção do **SmartFarmer – Portal Nacional de Mercados Eletrónicos de Proximidade**, consórcio da Beira Interior, realizada no dia 23 de maio de 2018, dinamizada no âmbito das ações de proximidade junto de produtores e consumidores coletivos do território da Beira Interior, dinamizadas pelo projeto STAI.Bin - Sistema Tecnológico de Apoio à Promoção e Avaliação do Impacto Social, Economico e Ambiental do Circuito Curto SmartFarmer.pt na Beira Interior. O **SmartFarmer** é um portal digital concebido pela OIKOS, como ferramenta de agregação da oferta e da procura, comercialização fácil e transparente no âmbito dos Circuito Curtos Agroalimentares. Esta sessão contou com a presença de 19 participantes, entre representantes de IPSS enquanto consumidores coletivos, produtores e membros de serviços da Câmara Municipal, incluindo o próprio presidente da Câmara Municipal (STAI.Bin, 2019).



Figura 3: Logotipo SmartFarmer

Menciona-se outra iniciativa no âmbito do projeto “AlimentAÇÃO! – Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada”, do qual o Fundão é parceiro, que se realizou no dia 29 de novembro de 2019, n’ A Moagem – Cidade do Engenho e das Artes, no Fundão, a roda de diálogos “Produzir e Consumir Local”.

Esta iniciativa foi promovida pela Animar, Actuar, Colégio F3, Universidade de Lisboa e os municípios de Fundão, São Pedro do Sul e Vinhais e conta com a participação de consumidores locais, agricultores, outros produtores de alimentos e atores locais envolvidos na área da alimentação.

Podemos observar que o município do Fundão tem apresentado grande interesse neste tema de dinamização da alimentação saudável e promoção dos produtos locais procurando apoiar iniciativas que estimulem este setor, envolvendo outras entidades.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

As investigações têm sempre como ponto de partida a definição de questões que as orientam. Assim sendo, existe a necessidade de selecionar e apresentar a questão deste Trabalho de Projeto, definir como obter as respostas, o que se pretende observar; e os instrumentos usados para a recolha e tratamento de dados.

No presente capítulo, define-se o desenho metodológico da investigação; através da descrição das principais opções metodológicas, técnicas e instrumentos de recolha de dados e tratamento dos dados recolhidos.

Ao longo do capítulo são apresentadas as características do modelo de investigação usado neste trabalho de índole quantitativo e misto, que compreendeu um estudo de caso onde se promoveu uma investigação-ação, justificando as razões para estas escolhas.

Encontram-se descritas ainda neste capítulo todas as fases de implementação e respetivas recolhas de dados.

1. Questão de investigação

As questões de investigação em ciências sociais pressupõem a prévia localização de um conjunto de problemas que podem surgir da análise do processo de produção de conhecimentos científicos, das suas condições, dos seus instrumentos e fases de desenvolvimento, das dificuldades que se lhe opõe (Almeida & Pinto, 1975).

O presente trabalho de projeto integra-se no projeto “IC&DT “STAI.Bin - Sistema Tecnológico de Apoio à Promoção e Avaliação do Impacto Social, Económico e Ambiental do Circuito Curto SMARTFARMER na Beira Interior”, promovido pelo IPCB,¹.

Os problemas que procurámos explorar neste Trabalho de Projeto foram definidos nos seguintes termos:

¹ O STAI.Bin é um projeto de IC&DT, financiado pelo Programa 02/SAICT/ 2016, nº 23825, aprovado pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro em 2017-06-29, na sua componente FEDER, financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de desenvolvimento e Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. num total de financiamento concedido de € 127.451,42. É promovido pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), em parceria com o Instituto Politécnico da Guarda (IPG) e com a Associação EcoGerminar e a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN). Foi promovido num total de 24 meses, entre 29-9-2017 e 30-09-2019. Integrou uma equipa multidisciplinar, constituída por investigadores das áreas do Serviço Social, Sociologia, Engenharia agrónómica, Engenharia informática, Sistemas multimédia e Contabilidade e administração financeira. Desenvolveu uma abordagem interdisciplinar com recurso a uma metodologia mista (quantitativa e qualitativa) e construída estrategicamente na relação de proximidade com produtores e consumidores coletivos (IPSS) e outros agentes de desenvolvimento local dos distritos da Guarda e de Castelo Branco, da Beira Interior, território centro interior de Portugal continental.

- Como é que as IPSS se relacionam com a noção de gestão partilhada enquanto estratégia socioeconómica?
- É viável a partilha de gestão dos recursos alimentares das IPSS do concelho do Fundão apoiando-se em circuitos curtos?
- Quais os benefícios para as Instituições em aderir ao sistema de circuitos curtos agroalimentares?

Face aos problemas colocados, definiram-se três questões de investigação:

1. Quais as necessidades referidas pelas IPSS quanto à possibilidade de gestão partilhada de recursos.
2. Qual o papel adotado pelas IPSS na compra através dos circuitos curtos agroalimentares?
3. Quais as condições de compra pelas IPSS, dos recursos alimentares no âmbito da economia local, enquanto atores de consumo coletivo?

1.1. Objetivos do Trabalho de Projeto

Estas questões para além de terem orientado todo o desenho do trabalho e as opções metodológicas adotadas, encaminhou-o no sentido do quadro das questões de investigação definidas e na definição dos objetivos do presente trabalho de projeto:

1. Identificar a necessidade de gestão de recursos por parte das IPSS.
2. Identificar o sistema de organização da logística e da gestão alimentar nas IPSS.
3. Identificar as potencialidades da gestão partilhada e estratégias de política pública para a efetivação da gestão.

2. Tipo de estudo

2.1. Estudo de caso exploratório

O presente Trabalho de Projeto corresponde a um estudo de caso, exploratório, com uma metodologia de carácter quantitativo e qualitativo.

Barañano (2008, citado por Arraia 2018), refere que um estudo de caso é um método de investigação utilizado nas Ciências Sociais, que prevê uma apresentação rigorosa de dados empíricos, com base num conjunto de evidências quantitativas e qualitativas. Resumidamente, para Duhamel e Fortin (1999, citados por Arraia 2018), o estudo de caso é um estudo aprofundado de um fenómeno, de um indivíduo, de uma família, de um grupo ou de uma organização.

Ainda no entender de Barañano (2008, p.102, citado por Arraia 2018)

“é uma investigação empírica que (i) estuda um fenómeno contemporâneo, dentro de um contexto real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes; (ii) lida com uma situação na qual pode haver muitas variáveis de interesse; (iii) conta com muitas fontes de evidência; e (iv) precisa do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para orientar a recolha e a análise de dados”.

O estudo de caso possibilita a explicação e descrição de intervenções e ligações causais entre as mesmas, em contexto real, permite “ilustrar certos aspetos dentro de uma avaliação, constituir-se num estudo de uma avaliação de estudo, investigar eventos em que o investigador tem um pequeno ou nulo controlo, quando o fenómeno contemporâneo em estudo não pode ser manipulado (Barañano, 2008) ou estudar uma teoria ou um caso tido como especial e único (Duhamel & Fortin, 1999)” (Barañano, 2008, Duhamel & Fortin, 1999, citados por Arraia, 2018, p. 54).

Segundo Barañano o estudo de caso é um “método de investigação permite abordar uma panóplia de evidências, como documentos, entrevistas e observações, para conhecer melhor uma população” (2008, citado por Arraia, 2018, p. 54). Portanto, este tipo de estudo deve ser claro, explícito, coerente, e completo analisando todas as evidências necessárias de forma a manter o interesse do leitor.

Duhamel & Fortin definem o estudo de caso como algo que “permite assim obter informação detalhada sobre um fenómeno, extrair ideias, ligações entre variáveis e verificar hipóteses, no entanto, os seus resultados não podem ser generalizados a outras populações ou situações, podendo ser dificilmente comparáveis ou incompletos” (1999, citados por Arraia, 2018, p. 54-55).

2.2. Perspetiva quantitativa

Arraia (2018, p.55) considera que a perspetiva quantitativa “centra-se na análise de factos e fenómenos observáveis através da medição/avaliação de variáveis comportamentais e socio afetivas, passíveis de serem comparadas e relacionadas”.

Richardson (1999 citado por Carvalho 2016) refere que a investigação quantitativa é caracterizada pela utilização da quantificação nas diversas modalidades de recolha de dados, tal como no tratamento destes através de técnicas estatísticas, podendo ir das mais simples, às mais complexas.

Na perspetiva do autor a investigação quantitativa procura sempre quantificar a ocorrência de um fenómeno, podendo existir três acontecimentos que caracterizam a

utilização deste tipo de pesquisa, sendo estes, “os estudos descritivos, os estudos que procuram classificar e relacionar variáveis e naqueles que investigam a relação de causalidade entre fenómenos” (Richardson, 1999, citado por Carvalho, 2016, p.8).

A investigação quantitativa baseia-se em dados e a execução desta investigação depende de três questões que necessitam ser bem definidas e adequadas com o que se pretende analisar, ou seja, com a questão de investigação. As três questões são: o que pretendemos recolher, como recolher e como analisar (Richardson, 1999, citado por Carvalho, 2016).

Para sabermos o que se pretende estudar, tem que estar bem definido qual o objetivo da nossa pesquisa. Posto isto, é necessário também definirmos desde logo quais os instrumentos que vamos utilizar no tratamento dos dados recolhidos.

2.3. O estudo de caso

O estudo de caso consiste numa abordagem metodológica, através do qual é possível analisar e aprofundar determinados aspetos de um problema: o caso.

Stake refere que o estudo de caso consiste no “estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular para chegar a compreender a sua complexidade” (2005, citado por Macedo, 2018, p.35).

O investigador pode recorrer a diversas fontes no estudo de caso, designadamente, “documentos, registos de arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e objetivos físicos, no entanto a sua decisão dependerá dos objetivos pretendidos com a investigação (Stake, 1995, Yin, 2003 citados por Macedo, 2018, p.35).

Serrano (1994) reporta-se ao estudo de caso “como uma descrição intensiva, holística e uma análise de um fenómeno, de uma instituição ou de uma determinada pessoa integrada num contexto específico e particular” (Serrano, 1994, citado por Valente, 2016, p.41).

Num estudo de caso, o investigador analisa a situação tal como é apresentada, sem se intrometer, limita-se a apresenta-la de forma significativa e completa tal como ela surge, possibilitando a recolha de evidências para posteriormente apresentar outras propostas.

Yin (2005) refere que o estudo de caso tem como vantagens, a possibilidade de estimular novas descobertas, a vantagem de visualização de um todo, e a simplicidade da aplicação dos procedimentos, desde a recolha até à análise dos dados (Yin, 2005, citado por Pereira, 2019). É ainda acrescentada como vantagem por Dooley (2002), a possibilidade da aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos sobre a vida real (Dooley, 2002, citado por Pereira, 2019).

No entender de (Dooley, 2002, p. 343 – 344, citado por Meirinhos & Osório, 2010, p. 52).

“Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objecto ou fenómeno.”

Segundo Latorre et al. (2003) a natureza da investigação em estudos de caso, é considerada com mais ênfase nas metodologias qualitativas, no entanto não significa que não possam contemplar perspectivas mais quantitativas (Latorre et al., 2003, citados por Meirinhos & Osório, 2010).

Na opinião de Stake (1999) a distinção entre métodos qualitativos e quantitativos é uma questão de ênfase, já que a realidade é uma mistura de ambos (Stake, 1999, citado por Meirinhos & Osório, 2010).

Yin (2005) aborda também esta questão, onde salienta que os estudos de caso podem ser estratégias mais abrangentes que podem incluir evidências quantitativas e ficar até limitados a essas evidências. Contudo, refere que a estratégia do estudo de caso, ao ser abrangente, não se deve confundir com a pesquisa qualitativa, pois existe uma grande e importante área comum entre a investigação qualitativa e quantitativa. Ainda segundo o autor, o desenvolvimento de projetos de investigação constitui-se como uma componente difícil quando se realizam estudos de caso, porque ao contrário de outras estratégias de investigação, os projetos de estudo de caso não foram ainda sistematizados. Porém, a estratégia do estudo de caso, ao ser uma estratégia pouco sistematizada e abrangente, faz com que as características destes estudos não sejam completamente coincidentes e podem sofrer alguma variação conforme as abordagens, o desenho metodológico e os aspetos a que cada autor confere maior importância (Yin, 2005, citado por Meirinhos & Osório, 2010).

Stake (1999), refere que os estudos de caso têm um carácter holístico, ou seja, são holísticos, porque herdaram essa característica da investigação qualitativa. Segundo o autor, nesta perspectiva os estudos de caso visam uma maior concentração no seu todo, para se poder compreender o fenómeno na globalidade (Stake, 1999, citado por Meirinhos & Osório, 2010).

No entanto, para Yin (1993 e 2005), existem estudos de caso que podem ser holísticos ou não, dependendo do desenho do projeto do estudo de caso (Yin, 2005, citado por Meirinhos & Osório, 2010).

Na opinião de Stake (1999), deve ser dada importância ao contexto, a atenção que se deve dar ao contexto deve ser tanto maior, quanto mais intrínseco for o caso. Embora a importância do contexto dependa do tipo de caso a estudar. O autor indica que se nos estivermos a referir a um estudo instrumental, alguns contextos podem

ser importantes, porém em muitas situações os contextos perdem importância (Stake, 1999, citado por Meirinhos & Osório, 2010).

Yacuzzi (2005, p.9), em relação aos estudos de caso refere que “(...) o seu valor reside em que não apenas se estuda um fenómeno, mas também o seu contexto. Isto implica a presença de tantas variáveis que o número de casos necessários para as tratar estatisticamente seria impossível de estudar” (Yacuzzi, 2005, citado por Meirinhos & Osório, 2010, p. 54).

Por fim, Yin (2005) considera que para os estudos de caso, o desenvolvimento da teoria que se desenvolve na fase inicial do projeto, é essencial para saber se o propósito consequente do estudo de caso é desenvolver ou testar a teoria. O objetivo é existir um planeamento bem definido do estudo, com algumas propostas teóricas previamente abordadas pela bibliografia já existente, que poderão conduzir a direção ao estudo (Yin, 2005, citado por Meirinhos & Osório, 2010).

De acordo com Yacuzzi (2005) a totalidade do bom desenho do estudo de caso integra uma teoria, que servirá como plano geral da investigação, da busca e da sua interpretação. (Yacuzzi, 2005, citado por Meirinhos & Osório, 2010).

3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Na fase metodológica, o investigador estabelece os métodos que pretende utilizar para alcançar as respostas às questões de investigação. Posteriormente define-se a população que se quer estudar, determina-se o tamanho da amostra, e por fim seleciona-se os métodos a utilizar para a recolha de dados.

De acordo com Almeida & Pinto (1976), “as técnicas de investigação são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa” (Almeida & Pinto, 1976, p.380).

Os instrumentos de recolha de dados utilizados no presente estudo basearam-se na análise documental, os inquéritos por questionários, em entrevistas semiestruturadas e em notas de campo.

A análise documental implica o planeamento do trabalho de campo, recorrendo desta forma, ao diário de campo para o registo das informações e observações obtidas.

Através dos questionários e entrevistas, pretende-se investigar como é que os intervenientes interpretam o tema a ser desenvolvido e de que forma tem sido a sua atuação até ao momento sobre o tema em questão, identificando experiências de partilha de recursos que possam já ter sido desenvolvidas.

A metodologia e as técnicas de investigação sustentam e acrescentam valor às investigações tal como os diversos instrumentos utilizados. De seguida descrevem-se os instrumentos do presente estudo.

3.1. Inquérito por questionário

O inquérito por questionário destina-se aos Diretores Técnicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho do Fundão.

Os inquéritos por questionário foram aplicados a todas as instituições do concelho. Os dados recolhidos são de fácil tratamento uma vez que as respostas, em particular as fechadas, permitem uma maior facilidade na quantificação dos resultados bem como na análise estatística. A utilização deste instrumento de recolha de informação pressupõe um trabalho faseado em três momentos, a planificação, a execução e tratamento da informação. Os inquéritos por questionário foram enviados de forma *online*, através do *Google Docs* para as instituições através dos e-mails institucionais.

O *Google Docs* é uma ferramenta que permite criar e elaborar inquéritos de forma fácil, intuitiva e rápida e que facilita o envio dos inquéritos aos inquiridos via e-mail. O tratamento dos dados fica disponível e visível após o seu preenchimento

O inquérito por questionário tem como objetivos saber quais são os tipos de recursos que poderão ser partilhados entre IPSS nas freguesias pertencentes ao concelho do Fundão, tal como contribuir para a identificação de estratégias que contribuam para o melhor funcionamento das IPSS, nomeadamente do concelho do Fundão. Contribuirá para a fundamentação de recomendações de políticas públicas que viabilizem sistemas sustentáveis, nomeadamente no setor alimentar.

O inquérito por questionário encontra-se dividido em três partes, a primeira parte trata a sustentabilidade financeira das instituições, a segunda parte refere-se à sustentabilidade alimentar (recursos alimentares e desenvolvimento local) e a última e terceira parte refere-se a gestão partilhada de recursos das instituições.

Na opinião de Dias (1994) o inquérito por questionário “é uma técnica de investigação que, através de um conjunto de perguntas, visa suscitar uma série de discursos individuais, interpretá-los e depois generalizá-los a conjuntos mais vastos. Trata-se de uma técnica de observação não participante, uma vez que não exige a integração do investigador no meio, no grupo ou nos processos sociais estudados” (Dias, 1994, p.5).

É, portanto, um instrumento constituído por uma série de perguntas, que pode também integrar outros instrumentos, “como por exemplo, testes e escalas de atitude e opiniões que visam aferir um certo tipo de comportamentos-reações, e avaliar a intensidade com que se dá determinada opinião ou atitude, as respostas assim

obtidas vão constituir o material, sobre o qual o investigador vai produzir interpretações e chegar a generalizações” (Dias, 1994, p.5).

Assim, o inquérito por questionário é considerado uma técnica que se situa “no âmbito do método de medida ou de análise extensiva (...) permite o estudo de populações vastas colocadas em situações sociais concretas, possibilitando a generalização dos resultados alcançados, quando associado a um método de amostragem. Extensão, standardização do instrumento de recolha dos dados, possibilidade de comparação dos resultados e sua generalização revelam-se, assim, como as principais virtualidades do inquérito por questionário” (Dias, 1994, p.5).

Contudo, é importante realçar que o inquérito por questionário, continua a revelar-se como uma técnica extremamente útil no estudo de uma diversidade de situações e comportamentos (Dias, 1994).

Através deste instrumento, o participante lê ele próprio a questão e escreve a sua resposta, permitindo a recolha de dados junto de um grande número de sujeitos (Barañano, 2008), ou então através do preenchimento de formulários, regra geral, impressos, que podem ser enviados por correio ou entregues em mão, ou por email, (via eletrónica) (Barañano, 2008 & Coutinho, 2014, citados por Arraia 2018).

3.2. Entrevista semi-estruturada

Realizaram-se entrevistas semiestruturas com a pretensão de serem muito mais objetivas e flexíveis na obtenção de respostas fidedignas. Pretendeu-se com as mesmas um maior direcionamento e debate para a questão central do trabalho de projeto. Na perspectiva de Yin (2005), nos estudos de caso a entrevista é considerada como uma das fontes mais importantes, pois permite captar as mais diversas opiniões que as pessoas têm acerca de determinados assuntos sobre a realidade (Yin, 2005, citado por Pereira, 2019).

Na opinião de Chanfrault-Duchet (1988) a entrevista tal como o questionário como instrumentos de trabalho, representam um prolongamento da capacidade de entendimento do investigador na procura de sentido, mas ainda assim pode gerar-se um entrave entre estes dois instrumentos:

“(…) A realidade factual e a análise científica —, aliás agravada pelo próprio ato de inquirir — no caso do questionário, exigindo a compreensão de questões escritas, algumas de resposta condicionada, no caso da entrevista, marcada pela barreira de um gravador ou de um contexto nem sempre favorável à conversa, como acontece em entrevistas feitas em «gabinetes», mediadas pela presença de uma secretária, que intimida o entrevistado (p. 30)” (Chanfrault-Duchet, 1988, citado por Barbosa, 2012, p.80).

De acordo com Carl Rogers e Stevens (1987), a eficácia na utilização da técnica da entrevista em profundidade não só depende da metodologia que se pretende utilizar tal como exige uma atitude “antropológica” do entrevistador. Um dos aspetos importantes é também a questão da empatia que é fundamental na entrevista.

Como refere Le Grand (1988):

“(...) Uma entrevista corresponde sempre a uma versão de uma história. Por um lado, sempre que alguém quer falar de si ou do que pensa, conta-se a alguém em concreto e numa determinada circunstância (p.4)” (Le Grand, 1988, citado por Barbosa, 2012, p.81).

Ao escutar-se o discurso do entrevistado, estamos perante uma construção seletiva baseada na memória e nas representações. Porém a entrevista é guiada segundo as metas e os objetivos traçados pela própria investigação (Barbosa, 2012).

Kaufmann refere que “...a condução da entrevista é, em geral, orientada por um guião que se construiu, mas que se procurou interiorizar (decorar) nas suas grandes linhas (p.48)” (Kaufmann, 1996, citado por Barbosa, 2012, p. 82).

Existem diversas formas de entrevistas, as mais utilizadas em Ciências Sociais são: a entrevista estruturada, semiestruturada, aberta, entrevistas com grupos focais, história de vida e ainda a entrevista projetiva (Boni & Quaresma, 2005).

O Inquérito por Entrevista foi a técnica de recolha de dados utilizada na presente investigação, pois considera-se ser técnica mais adequada para conseguir dar resposta aos objetivos á priori estabelecidos.

A entrevista semiestruturada justifica-se se considerarmos as potencialidades desta estratégia. Na opinião de Bardin (2004) a opção pela entrevista semiestruturada permite reorientar o guião da entrevista em função das verbalizações e reações dos entrevistados. No entanto, na opinião de Bisquerra (1989) et al., nem todas as intervenções do entrevistador são previamente determinadas (Bardin, 2004, Bisquerra, 1989, De Ketele & Roegiers, 1993,1999; Fox, 1981, citados por Valadas & Gonçalves, 2013).

Estes autores acrescentam ainda que na entrevista semiestruturada existe o facto de se poder verificar a expressão dos entrevistados uma vez que as informações recolhidas refletem com precisão a opinião sobre os temas em análise. O guião nas entrevistas semiestruturadas, sua versão final, é submetido a uma avaliação aparente e de conteúdo (Bardin, 2004, Bisquerra, 1989, De Ketele & Roegiers, 1993,1999; Fox, 1981, citados por Valadas & Gonçalves, 2013).

Segundo a opinião de outros autores a entrevista semiestruturada é uma excelente estratégia de recolha de dados quando é especialmente adequada e quando o investigador tem como objetivo: “a) analisar o sentido que os atores atribuem às suas

práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados (sistema de valores, referências normativas, interpretações em situações conflituosas, leituras que fazem das suas próprias experiências); b) analisar um problema específico (dados, pontos de vista, sistemas de relações, funcionamento de uma organização, etc.); e ainda c) reconstituir um processo de ação, experiências ou acontecimentos do passado” (Bogdan & Biklen, 1994, Ghiglione & Matalon, 1997, citados por Valadas & Gonçalves, 2013, p.3).

Portanto, a entrevista semiestruturada é composta por um conjunto de particularidades e vantagens como afirmam os autores citados. Realça-se, dentro deste contexto, o grau de profundidade dos elementos de análise, uma vez que se pode aprofundar um determinado domínio ou verificar a evolução de um outro já conhecido.

A flexibilidade e a frágil diretividade do presente instrumento “permitem recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência (linguagem e categorias mentais), garantindo, por isso, menor ambiguidade” (Bogdan & Biklen, 1994, Ghiglione & Matalon, 1997, Quivy & Campenhoudt, 1995, citados por Valadas & Gonçalves, 2013, p.3).

Realça-se ainda o facto, da possível recolha de informação válida junto de informadores privilegiados, “focando-se a entrevista num respondente influente, proeminente e bem informado da organização” (Demazière & Dubar, 1997, Olabuénaga, 2003, Ruquoy, 1997, citados por Valadas & Gonçalves, 2013, p.3).

Existe ainda a possibilidade de com a utilização deste instrumento, obter de uma forma global dados relevantes sobre a instituição, organização, ou empresa, entre outras, tal como obter conhecimento sobre o conhecimento da estrutura, das políticas, da história e dos objetivos traçados da instituição.

Na presente investigação, as entrevistas aplicadas foram semiestruturadas, foram as que se adequaram mais ao que se pretendia. As entrevistas foram aplicadas a cinco especialistas de áreas diferentes. Os entrevistados foram selecionados de acordo com o cargo desempenhado, e dada a relevância do mesmo para o estudo foram questionados se aceitavam participar no estudo.

Procurámos entrevistar especialistas de áreas relacionadas com o tema em estudo, nomeadamente, um especialista da área da nutrição (Dietista numa IPSS), da área da gestão (Contabilista numa IPSS), da área académica (Professor do Ensino Superior), da área da produção (Produtor Local), e de política local (Vereadora da Câmara Municipal do Fundão).

Permite também que o investigador siga as questões previamente predefinidas, mas as questões podem não seguir exatamente a ordem prevista no guião e poderão, inclusivamente, ser colocadas questões que não se encontram no guião, em função do decorrer da entrevista.

O instrumento metodológico que se considerou mais adequado para o tratamento de dados das entrevistas foi a análise de conteúdo de entrevistas.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente transcritas (Apêndice B), permitindo assim a realização da análise de conteúdo (Apêndice C).

A análise de conteúdo permite formar categorias através dos relatos que os entrevistados fizeram. Estes relatos realçam as grandes linhas do discurso, de forma exaustiva, sem descurar informações significativas, contidas na mensagem.

Os aspetos mais importantes desta análise de conteúdo dizem respeito à representação rigorosa e objetiva dos conteúdos das respostas e ao avanço analítico por inferências, a partir dos conhecimentos que o investigador possui (Alves et al., 2010). Neste caso realça-se, com especial importância, o discurso enriquecedor de todos os entrevistados.

Um dos passos fundamentais foi a elaboração da categorização, a partir deste momento procedeu-se à construção de uma grelha de análise de conteúdo. Tendo presente a totalidade das entrevistas, efetuou-se uma leitura de forma intensa, com vista à deteção dos grandes temas comuns entre as respostas e à observação dos principais contrastes entre o discurso dos entrevistados. A par disto, procedeu-se à verificação do texto e respetiva análise “corpus” (Alves et al., 2010).

De seguida, começaram-se a assinalar os elementos do discurso que se iam repetindo, e que apontavam para associações de respostas sobre um mesmo facto ou acontecimento (indicadores). Posteriormente, destacaram-se expressões, ou seja, segmentos do discurso dos entrevistados (unidades de registo) que permitiram constituir as grandes categorias.

De acordo com Raigada (2002), citado por Reis (2017, p. 206) define a análise de conteúdo como sendo:

“conjunto de procedimentos interpretativos de produtos comunicativos (mensagens, textos ou discursos) provenientes de processos originais de comunicação anteriormente relatados e que, com base em técnicas de medição, às vezes quantitativa (estatísticas com base na contagem de unidades), às vezes qualitativas (com base na combinação de categorias lógicas) têm como objetivo desenvolver e processar dados relevantes sobre as condições em que esses textos foram produzidos, ou em condições que podem ocorrer para aplicação subsequente” (Raigada, 2002: 2).

Na opinião de outros autores, depois de definido e enquadrado o tema e a perspetiva de análise, importa definir a forma como se operacionaliza o estudo.

Portanto, existe uma certa unanimidade acerca do protocolo de investigação da análise de conteúdo (Bardin, 2011; Krippendorff, 1990; Wimmer e Dominick, 1996, citados por Reis, 2017):

“Pode dizer-se que o protocolo é, por conseguinte, um procedimento conjunto de normas que guiam tanto as segmentações do corpus segundo o estabelecimento de critérios interpretativos para a sua leitura e observação, como para efectuar o registo mais adequado aos dados, disponíveis depois de um tratamento estatístico ou lógico e para um processamento posterior (o transmutação) em dados de ‘segunda’ e ‘terceira’ ordem”(Raigada, 2002: 17).

Quer isto dizer que para estabelecermos critérios claros devemos explicar em detalhe no que respeita: “à selecção do material que iremos analisar (o nosso corpus de análise), à forma como iremos tratar os dados (os fundamentos para o registo da informação) e à sua posterior interpretação em vários níveis analíticos (justificar como chegamos aos nossos dados e como aprofundamos a leitura dos mesmos. A explicação (uma segunda ordem de entendimento) intensifica a necessidade de buscarmos novas explicações (uma terceira ordem). Esta proposta de protocolo analítico está alicerçada em 5 passos cruciais (Andréu, 2001, citado por Reis, 2017, p. 214):

- 1) Constituir o objecto da análise;
- 2) Estabelecer as regras de codificação;
- 3) Construir o sistema de categorias;
- 4) Testar a fiabilidade do sistema codificação-categorização;
- 5) Proceder ao processo de inferências”

A entrevista semiestruturada foi o instrumento de recolha de dados, adaptada aos conteúdos a inquirir e aos seus destinatários. A análise de conteúdo foi a estratégia metodológica para o tratamento, análise e interpretação da informação.

Como contributo fundamental desta metodologia aponta-se a visão integradora dos discursos relatados pelos entrevistados, que forneceram informações muito valiosas para o desenvolvimento do trabalho de projeto.

3.3. Notas de campo

Durante o processo de observação é primordial decidir como se irá proceder quanto aos registos. As notas de campo são um instrumento utilizado com frequência

nas investigações, pois permitem obter um registo detalhado e factual do que se observou.

Ao longo da investigação recorreu-se variadíssimas vezes às notas de campo, que serviram de complemento às planificações e ações da investigação, sendo estas muito úteis no planeamento e desenvolvimento da presente investigação. As notas de campo, foram recolhidas ao longo de todas as etapas do presente trabalho, e registadas num bloco para o efeito. Por conseguinte, o diário de campo foi utilizado como uma técnica narrativa na recolha de informações e reflexões que permitiram ao investigador uma análise crítica da sua atuação e melhoria do seu desempenho no decorrer da investigação.

Para Lewgoy e Arruda (2004, p. 123-124), o diário consiste num instrumento “capaz de possibilitar “o exercício acadêmico na busca da identidade profissional” à medida que, através de aproximações sucessivas e críticas, pode-se realizar uma “reflexão da ação profissional cotidiana, revendo seus limites e desafios”. É um documento que apresenta tanto um “caráter descritivo-analítico”, como também um caráter “investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas”, ou seja, consiste em “uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento profissional e do agir através de registos quantitativos e qualitativos” (Lima et al., 2007, p.95-96).

Segundo Pinto, o diário de campo “facilita criar o hábito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho”. Assim desta forma, deve ser usado diariamente para garantir uma maior sistematização e detalhe de todas as ocorrências quer seja no dia a dia ou ocasionalmente (Lima et al., 2007, p.99).

O registo e a observação nos estudos de investigação passam pela qualidade das notas que o investigador regista e deve fazê-lo o mais rapidamente possível sob pena de esquecimento de alguns pormenores observados que mais tarde possam vir a revelar-se imprescindíveis, para o entendimento de significados e sentidos.

4. Triangulação dos dados

De acordo com Duarte (2009) ao longo da história da investigação social foram-se fazendo esforços mútuos para combinar numa única investigação, diferentes métodos de recolha e análise de informação, têm surgido “diferentes formas de combinar metodologias recorrendo a noções como as de “triangulação”, “métodos mistos”, “modelos mistos” ou “métodos múltiplos” (Duarte, 2009, p.3).

Se por um lado estes desenvolvimentos traduzem a necessidade de adotar metodologias tradicionais, como é o caso dos métodos qualitativos e quantitativos, numa mesma investigação, por outro lado, existe o “interesse crescente no que se

refere ao pluralismo metodológico e à abertura, após várias décadas em que prevaleceram as “guerras de paradigmas” (Duarte, 2009, p.3).

O termo “triangulação” constitui-se como o mais utilizado na literatura, sendo desta forma encarado por diversos autores como um conceito “central na integração metodológica” (Duarte, 2009, p.3).

Na opinião de alguns autores este conceito “não apenas constitui, para alguns, uma das formas de combinar vários métodos qualitativos entre si (Flick, 2005a e 2005b) e de articular métodos quantitativos e qualitativos (Fielding e Schreier, 2001; Flick, 2005a), como também representa o conceito que quebrou a hegemonia metodológica dos defensores do monométodo (ou método único) (Tashakkori e Teddlie, 1998)” (Duarte, 2009, p.3).

Denzin (1989) define quatro tipos de “triangulação” a “triangulação de dados”, a “triangulação do investigador”, a “triangulação teórica” e a “triangulação metodológica” (Denzin, 1989, citado por Duarte, 2009, p.11).

Neste contexto, “a “triangulação de dados” refere-se à recolha de dados recorrendo a diferentes fontes. Distinguindo subtipos de triangulação, Denzin propõe que se estude o fenómeno em tempos (datas – explorando as diferenças temporais), espaços (locais – tomando a forma de investigação comparativa) e com indivíduos diferentes” (Denzin, 1989, citado por Duarte, 2009, p.11).

A triangulação de dados na presente investigação, baseia-se na análise dos dados recolhidos através das respostas dos inquiridos por questionário, bem como, através das respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas.

5. Princípios éticos

Nas investigações existe sempre uma dinâmica de procura do conhecimento, “como se investigar fosse já saber e ainda não saber e querer saber mais ainda” como escreve Arnaldo de Pinto (Osswald, 2007, p.12 citado por Silva et al., 2009 p.85).

Como referem os autores a ciência depara-se hoje, como nunca antes, com a fundamentação ética não só do processo de investigação tal como das aplicações que dela se fazem (Silva et al., 2009).

A questão da ética na investigação “não se pode entender como um obstáculo para o avanço da ciência, mas, pelo contrário, porque a ética está a favor do bem melhor dos seres humanos, deve considerar-se como uma aliada, como um impulso para o progresso da actividade investigadora” (Silva et al., 2009, p.86).

Toda e qualquer pesquisa científica só deve ser realizada com o consentimento prévio livre e esclarecido da(s) pessoa(s), grupos ou instituições em causa, realçando que a informação a prestar deve ser suficiente e objetiva daquilo que se pretende” (Silva et al., 2009).

Para a implementação e desenvolvimento desta investigação, foi necessário seguir alguns procedimentos. Foi solicitada a autorização aos entrevistados para a realização das entrevistas, tal como nos inquéritos por questionário foi garantida a confidencialidade das suas respostas.

6. Percurso metodológico do estudo

A presente investigação contém a aplicação de quatro etapas de implementação para a recolha de dados onde se encontram explanadas as técnicas descritas anteriormente. Elaborou-se um quadro onde se encontram explanadas a aplicação das etapas correspondentes à investigação.

A primeira etapa findou com a exposição do projeto STAI.Bin. Nesta etapa procedeu-se à recolha e seleção de informação sobre a temática da investigação e prosseguiu-se com o levantamento de dados para o diagnóstico social do concelho. Fez-se uso de bibliografia relacionada com o tema, utilizou-se a análise documental produzida pela equipa de investigação STAI.Bin e ainda os registos do diário de campo face à participação em reuniões de trabalho da equipa.

Na segunda etapa decorreu uma reunião com a presença de membros da Associação EcoGerminar - “Desenvolvimento Local e Economia Solidária”, esta reunião permitiu a reorganização da estrutura do trabalho. Por fim terminou-se a designada etapa com a apresentação de uma proposta de inquérito por questionário.

A terceira etapa fechou-se com a conclusão do enquadramento teórico e da conclusão dos instrumentos de recolha de dados: inquéritos por questionário e das entrevistas.

A quarta etapa de investigação integrou o processo de análise e reflexão dos dados recolhidos do inquérito por questionário e das entrevistas semiestruturadas, articulando com as notas do diário de campo. Terminou com as conclusões e recomendações de intervenção social e investigação futuras, decorrentes do trabalho de pesquisa desenvolvido.

Quadro 7: Aplicação das etapas correspondentes à investigação

Etapas e datas	Objetivos	Instrumentos de recolha de dados	Fases de cada etapa
Etapa 0 - 01/09/2018	Apresentar o Projeto Planificar as etapas Definir estratégias de trabalho no enquadramento do tema	Diário de Campo	Reuniões de apresentação e planificação (orientadoras) Início do enquadramento teórico
1ª Etapa -	Exposição e integração do		Reuniões de

<p>01/09/2018 31/05/2019</p>	<p>projeto "IC&DT "STAI.Bin - Sistema Tecnológico de Apoio à Promoção e Avaliação do Impacto Social, Económico e Ambiental do Circuito Curto SMARTFARMER na Beira Interior</p> <p>Recolha de informações sobre as IPSS do concelho do Fundão; Levantamento do Diagnóstico Social do Concelho;</p>	<p>Diário de Campo</p> <p>Carta Social</p> <p>Consulta de documentos /Relatórios das ações da pela equipa do projeto STAI.Bin</p>	<p>acompanhamento e planificação (orientadoras)</p> <p>Pesquisa/reflexão</p>
<p>2ª Etapa - 01/06/2019 31/08/2019</p>	<p>Reunião com membros da Associação EcoGerminar – "Desenvolvimento Local e Economia Solidária"</p> <p>Desenvolvimento do enquadramento teórico: Pesquisa empírica;</p>	<p>Diário de Campo</p>	<p>Reuniões de acompanhamento e planificação (orientadoras)</p> <p>Pesquisa/reflexão</p> <p>Proposta definitiva do Inquérito por Questionário</p>
<p>3ª Etapa - 01/09/2019 - 30/11/2019</p>	<p>Completar/concluir o enquadramento teórico;</p> <p>Recolher informações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a opinião das instituições sobre a temática em estudo; - a eficácia e potencialidades/estratégias dos circuitos curtos agroalimentares no concelho; -a realização/implementação de projetos a decorrer no âmbito dos circuitos curtos agroalimentares. <p>Concluir o Inquérito por</p>	<p>Diário de Campo;</p> <p>Consulta de documentos;</p> <p>Inquérito por</p>	<p>Reuniões de acompanhamento e planificação (orientadoras)</p> <p>Pesquisa/ação/reflexão</p>

	Questionário; Elaborar Entrevista Semiestruturada;	questionário Entrevista Semiestruturada	
4ª Etapa - 01/12/2019 - 31/01/2020	Análise dos dados recolhidos do inquérito por questionário e entrevista semiestruturada; Completar/concluir conclusões e recomendações;	Diário de Campo Inquérito por questionário Entrevista Semiestruturada	Reuniões de acompanhamento e planificação (orientadoras) Escrita e reflexão da análise dos dados; Fim da investigação
Inquérito por Questionário enviado para as Instituições do Concelho			
Data	Objetivos	Instrumentos de recolha	
03/10/2019	Recolher informações sobre a importância da gestão partilhada de recursos entre Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho. Obter e analisar dados sobre a temática. Dar a conhecer o estudo às instituições do Concelho	Inquérito por Questionário Após o envio do inquérito por questionário, contactou-se as instituições para se proceder à explicação do estudo.	
04/11/2019	Novo contacto telefónico para alargar o número de respostas ao inquérito por questionário	Segunda tentativa de contactos telefónicos para as instituições.	
Entrevistas a 5 especialistas para aprofundamento dos dados recolhidos			
Data	Objetivos	Instrumentos de recolha	
17/09/2019 - Entrevista Esp. Dietista	Opinião dos especialistas sobre a problemática do estudo.	Entrevista oral gravada, transcrita e analisada.	
25/09/2019 - Entrevista Responsável pela Aquisição de Compras			
25/09/2019 - Entrevista Esp. Académico			
14/10/2019 - Entrevista Produtor Local			
31/10/2019 - Entrevista Vereadora da Educação do Concelho do Fundão			

6.1. A etapa 0 e 1 de investigação

A primeira etapa teve uma duração de 39 semanas (entre 01/09/2018 a 31/05/2019).

Iniciou-se a presente etapa com a definição de metas e objetivos a atingir.

De seguida, procedeu-se à pesquisa de informação para dar início ao enquadramento teórico. Consultou-se a página da Carta Social bem como o respetivo relatório de 2018 para obtenção de dados relativamente às instituições do concelho do Fundão, desde a sua designação, natureza jurídica, respostas sociais existentes, recolha da morada, localização e contactos, para o levantamento de dados do diagnóstico do concelho.

Posteriormente, reuniu-se com membros do projeto “IC&DT “STAI.Bin - Sistema Tecnológico de Apoio à Promoção e Avaliação do Impacto Social, Económico e Ambiental do Circuito Curto SMARTFARMER na Beira Interior”. Este projeto é formado por uma equipa composta por de 13 investigadores de diferentes áreas disciplinares.



Figura 4: Carta Social

Fonte: Página Carta Social, 2018

6.2. A 2 etapa de investigação

A segunda etapa teve uma duração de 14 semanas (entre 01/06/2019 a 31/08/2019).

Durante a segunda etapa decorreram reuniões de acompanhamento e planificação. Decorreu uma reunião com os membros da Associação EcoGerminar -

“Desenvolvimento Local e Economia Solidária” para aprofundar conhecimentos e melhorar o enquadramento teórico. Foram colocadas algumas sugestões por parte destes membros para facilitar a pesquisa empírica e desenvolvimento da mesma.

A presente etapa centrou-se sobretudo na pesquisa empírica e desenvolvimento do primeiro capítulo (Enquadramento Teórico).

6.3. A 3 etapa de investigação

A terceira etapa teve uma duração de 13 semanas (entre 01/09/2019 – 30/11/2019).

Ao longo da etapa concluiu-se o enquadramento teórico, tal como terminou-se também o Inquérito por Questionário.

Após conclusão do Inquérito por Questionário, enviou-se o presente instrumento para todas as instituições do concelho, através dos e-mails institucionais. De seguida, estabeleceu-se um contacto com as mesmas, para assegurar a receção do presente email.

Passado um mês do primeiro contacto estabelecido com as instituições, entrou-se de novo em contacto com as instituições com o objetivo de obter o maior número de respostas ao inquérito por questionário.

Seguidamente, procedeu-se à elaboração de uma Entrevista Semiestruturada para ser realizada junto de especialistas. As áreas selecionadas foram a nutrição, a área académica, área da educação, e a área da produção agrícola.

Toda a investigação, e em especial esta etapa, obedeceu aos princípios de confidencialidade e anonimato, sendo que, aquando da realização das entrevistas pedi e devida autorização, tendo tido a oportunidade de esclarecer o objetivo da investigação, garantir confidencialidade e anonimato e autorização para recorrer ao uso do gravador alegando ser mais fácil a interpretação de dados na altura de analisá-los.

Nesta investigação, realizaram-se 5 entrevistas semiestruturadas, todas individualmente: entrevistou-se a Dietista do Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde, a pessoa responsável pela aquisição de compras da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, um Professor do Ensino Superior, um Produtor Local, e a Vereadora da Educação da Câmara Municipal do Fundão. As pessoas entrevistadas foram selecionadas de acordo com o cargo desempenhado, e dada a relevância do mesmo para o estudo foram questionados se aceitavam participar no estudo.

Foi elaborado para o efeito um guião que teve especial atenção às especificidades de cada entrevistado. Por conseguinte, uma vez que as perguntas são similares para todos, é possível comparar as opiniões que irão contrastar dependendo dos domínios. O guião orientador da entrevista é apresentado no apêndice A.

As entrevistas decorreram em locais distintos e em dias diferentes. Recorreu-se à gravação das mesmas, para uma melhor compreensão e junção da informação. Após as entrevistas procedeu-se à transcrição na íntegra das mesmas.

6.4. A 4 etapa de investigação

A quarta etapa teve uma duração de 9 semanas (entre 01/12/2019 - 31/01/2020).

Na última etapa procedeu-se à análise dos dados de ambos os instrumentos de trabalho, nomeadamente do inquérito por questionário e da entrevista semiestruturada. Esta análise foi completada com notas de campo.

Procurou-se nesta última etapa dar resposta e apresentar as conclusões inerentes à investigação.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo debruçamo-nos sobre a análise e discussão dos dados da recolha efetuada através das entrevistas a especialistas, bem como do inquérito por questionário.

As entrevistas realizadas construíram-se com base num guião orientador (Apêndice A), que posteriormente foram transcritas (Apêndice B) e, por fim, procedeu-se à análise de conteúdo (Apêndice C).

O guião orientador é constituído por sete blocos: no Bloco 1 consta Contextualização do estudo e da realização da entrevista, no Bloco 2 o Perfil do entrevistado, no Bloco 3 as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no Bloco 4 a Gestão Partilhada de recursos alimentares, no Bloco 5 Circuitos Curtos Agroalimentares, no Bloco 6 Economia Local – o papel das IPSS enquanto atores de consumo coletivo e no Bloco 7 Considerações Finais.

Cada bloco é descrito de forma individual onde se encontram explanadas as principais conclusões das entrevistas realizadas. No final expomos uma reflexão global sobre o conjunto dos dados recolhidos na totalidade dos blocos.

Posteriormente, apresentamos a análise e discussão dos dados do inquérito por questionário.

1. Bloco 1 «Contextualização do estudo e da realização da entrevista»

O Bloco 1 pretendeu contextualizar os entrevistados sobre o propósito e os objetivos da investigação e da realização das entrevistas. Num primeiro momento, procedeu-se à apresentação da investigadora e do estudo em questão, evidenciando a importância dos contributos dos entrevistados. A investigadora assegurou o cumprimento de todos os procedimentos éticos e legais relativos à investigação. Solicitou a autorização para registar as entrevistas através de uma gravação áudio.

Assegurou-se o comprometimento da aplicação efetiva de todos os princípios éticos e respeito da confidencialidade. Neste sentido, respeitaremos a seguinte codificação: E1; E2; E3; E4; e E5; (Entrevistado 1 Entrevistado 2 Entrevistado 3 Entrevistado 4 Entrevistado 5).

1.1. Bloco 2 «Perfil do entrevistado»

O Bloco 2 diz respeito ao perfil dos entrevistados e teve como objetivo o conhecimento da formação académica e o respetivo percurso profissional dos entrevistados.

No que se refere à subcategoria «Nível de Escolaridade» verifica-se que os entrevistados são provenientes de cinco áreas diferentes. A profissão dos entrevistados é a seguinte Dietista, Contabilista, Assistente Social, Agricultor-Horticultor e Vereadora.

Relativamente aos anos de experiência profissional, dois dos entrevistados trabalham em IPSS, um deles há cerca de 20 anos e o outro há cerca de 7 anos. Um docente que dá aulas há cerca de 10 anos, um Agricultor - Horticultor há 30 anos e a Vereadora Política Local há cerca de 10 anos.

1.2. Bloco 3 «As Instituições Particulares de Solidariedade Social»

O Bloco 3 pretendeu conhecer e recolher opiniões sobre a partilha de serviços ou recursos, e o trabalho em rede das IPSS.

No que concerne à subcategoria «Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos» as respostas são idênticas. Não existe ainda grande conhecimento de partilha na região havendo, no entanto, a partilha da prestação de serviços na área dos recursos humanos (Técnico Superior de Serviço Social) e a partilha de espaços físicos, nomeadamente “partilha de espaços colaborativos”.

As unidades de registo obtidas são:

E1: “Não.”

E2: “Não.”

E3: “Sim (...) partilha de espaços colaborativos (...) de uma cooperativa “Grupo de Miro” (...) que funciona como um consórcio (...)”

E4: “Não.”

E5: “Três instituições (...) partilham um Técnico de Serviço Social (...) única situação (...) instituições muito pequenas (...) questões de sustentabilidade (...); “(...) às três instituições preenchendo assim a sua semana de trabalho (...)”;

Na subcategoria «Como é que as IPSS procuram soluções conjuntas, e se esta procura deve ser vista numa perspetiva cooperante» as respostas dos entrevistados foram unânimes. Todos concordam que a procura de soluções conjuntas tal como a partilha de recursos ou serviços deveria ser fortalecida. A criação de laços mais consistentes entre as instituições deveria ser promovida por uma instituição organizacional como por exemplo a UDIPSS. O fator condicionante que é realçado é a questão cultural como a mentalidade e a vontade.

E1: “Sim.”

E2: “Sim.”

E3: “Existe o programa Rede Social (...) para permitir um diagnóstico aprofundado do Concelho (...) dos problemas (...) procura de soluções de forma coletiva (...) Criam (...) um conjunto e regras... um conjunto de necessidades que inviabiliza (...) É um problema mais cultural de partilha do que cultural e institucional (...)”; “Cooperativa (...) de certo modo estigmatizada por más gestões (...) ainda me parece que é o modelo que melhor funciona (...) para resolverem os seus problemas. A questão alimentar (...) Ganhar (...) central de compras (...) capacidade de negociação (...) algo a aprofundar e (...) discutir (...)”

E4: “Sim (...) excedentes (...) e depois partilharem (...).

E5: “(...) muito difícil (...) partilha de recursos das IPSS (...) não há muita vontade (...) questão da mentalidade (...) ainda se pensa muito no seu território, no seu espaço, nas suas coisas (...) caminho (...) necessário trilhar (...) a UDIPSS (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social) União das IPSS do Centro Distrital (...) União das Misericórdias (...) a ponte entre as IPSS (...) CNIS ou a União das Misericórdias (...) negociações junto do governo (...) gesto das IPSS (...) modelos de funcionamento (...) iniciativas das IPSS (...) discutem efetivamente os problemas (...) ao longo destes anos temos falado da questão da partilha de recursos materiais e humanos (...) não houve muita abertura (...) urge haver um serviço partilhado de recursos humanos (...) instituições (...) pequena dimensão (...) podem partilhar a cozinha, o refeitório (...) cozinhas, lavandarias e outros serviços, o Técnico de Serviço Social (...) outros recursos, o enfermeiro (...) o psicólogo (...) ganhamos sempre quando temos outras experiências, outros contextos, outras realidades (...) equipamentos (...) carrinhas (...) infelizmente não temos hábitos (...) temos que evoluir (...) alguém fazer esse trabalho (...)”; “Com certeza (...) partilha de recursos (...) entre todas as instituições.”

Quanto à subcategoria «Caracterização do trabalho em rede» e «Perspetivas de trabalho no futuro» as respostas são idênticas, o trabalho em rede seria uma mais valia e benéfico, num futuro muito próximo ainda não se prevê este trabalho em rede, segundo alguns entrevistados este trabalho já foi mais real do que é atualmente.

E1: “Uma mais-valia (...) na poupança (...) no acesso a recursos (...) contratação de uma dietista em rede (...) divisão de honorários (...); “Boas perspetivas (...) mais trabalho (...) divulgado junto das instituições (...)”

E2: “Não tenho ideia (...) formada (...) técnicas de outras instituições que já tem feedback (...); “Muito próximo não estou a ver (...) o pontapé de partida (...) sensibilizá-las para as mais-valias (...) equipas multidisciplinares e transversais dentro das IPSS (...)”

E3: “O trabalho em rede depende (...) dos territórios (...) dos contextos (...) há boas experiências (...) mas há experiências (...) demasiado competitivas (...) o mercado não social (...) acontece muito (...) entidades de IPSS conseguirem terem tantas respostas (...) faz (...) outras sobrevivam em fragilidade (...) partilhando os recursos que têm (...) são recursos da comunidade(...); “O trabalho em rede já foi mais real (...) temos poucos recursos (...) cada rede é uma rede e há boas experiências e más experiências (...) a forma como são discutidos os problemas (...) organizadas as atividades (...) deveriam ser atividades coletivas (...) nós devíamos estar a ganhar força pelo coletivo que somos (...)”.

E4: “Não tem conhecimento (...); “(...) já se devia praticar isso, é benéfico (...)”.

E5: “uma Rede Social (...) CLAS (Conselho Local de Ação Social) no Fundão cerca de 70 entidades, nem todas têm as mesmas valências (...) nem todas são IPSS, algumas (...) escolas, associações (...) não há comunicação (...) reuniões (...) no âmbito do CLAS (...) atividades (...) propostas pelo município ou (...) por outras entidades (...) não há cooperação (...) Centro Comunitário das Lameiras (...) convida (...) outras IPSS (...) atividades pontuais, não há (...) dinâmicas regulares (...); “(...) é fundamental, há viabilidade, é preciso (...) abertura (...) têm as suas direções (...) são autónomas (...) haver vontade (...) em estabelecer (...) redes (...) trabalho sistémico, intensivo (...) encontro de soluções (...) sustentabilidade (...) recursos humanos, aumento dos salários mínimos (...) fiscalização por parte da Segurança Social ocorre todos os anos e (...) é necessário as instituições cumprirem rigorosamente (...) protocolos (...) uma grande oportunidade para todos (...)”.

1.3. Bloco 4 «Gestão partilhada de recursos alimentares»

No Bloco 4 aprofundou-se a recolha de opiniões dos entrevistados sobre a gestão partilhada de recursos alimentares. Procedeu-se à identificação de quais os processos utilizados para a aquisição de compras e quais os métodos de produção mais utilizados. Procurou investigar-se quais as estratégias de rentabilização e sustentabilidade financeira das instituições na aquisição de produtos alimentares.

Relativamente à subcategoria «Partilha de Recursos Alimentares» verifica-se que a maioria dos entrevistados concorda com a possível partilha, se for exclusivamente de produtos locais seria ótimo. Consideram necessária a existência de uma política pública que promova, aproxime e fomente esta prática junto das IPSS, ajudaria numa aproximação das entidades. A criação ou o retomar de uma plataforma de gestão de compras dinamizaria o desenvolvimento local. No município do Fundão já se verifica a existência de protocolos entre IPSS que fornecem refeições escolares, cuja ementa inclui produtos locais.

Na subcategoria «Vantagens e Inconvenientes» as respostas dos entrevistados são unânimes considerando que existem múltiplas vantagens, destacando a freguesia de Silvares onde na escola primária decorre um projeto piloto, em que já são introduzidos na cantina desta escola “alimentos de cadeia curta”. Como inconvenientes são apontadas questões como o preço/qualidade.

E1: “Sim (...)” “Vantagens poupança de recursos, preços mais competitivos e inconvenientes;” “Podem nem sempre ter interesse em adquirir os mesmos produtos (...)”.

E2: “Sim (...)” “(...) produtos locais (...) das próprias IPSS (...) quintas (...) autossuficientes nalguns produtos (...) alface (...) todo ano (...) 8 toneladas por anos (...) os excedentes são vendidos (...) para outros parceiros comerciais revendedores (...) falta a tal plataforma (...) quem dê o pontapé de saída (...) seríamos recetivos.” “Sendo um produto local há desenvolvimento local (...) as desvantagens (...) será o preço (...)” “Haver troca de produtos (...)”.

E3: “Sim se houver uma política pública (...) política que promovam (...) já fiz uma proposta ao Ministério da Segurança Social (...) as IPSS recebem dinheiro do Estado (...) têm um protocolo de cooperação (...) se o Estado der uma majoração àquelas entidades que colaborem entre si (...) criar uma política pública que vai aproximar as entidades”; “(...) combateria o desperdício “...” preços mais baixos, não sei se serão mais justos (...) maior capacidade de negociação (...) aumentava a escala (...) produto é que vive em fragilidade (...) a ideia do circuito curto

agroalimentar num relação de cooperação entre o produtor e consumidor coletivo (...).”

E4: “(...) sim (...) instituição (pequena) na compra (...) não tem capacidade para negociar preços (...) se for duas ou três (...) em conjunto (...) seria diferente a negociação (...); “(...) só vantagens (...).”

E5: “(...) município do Fundão (...) realizar (...) protocolos (...) IPSS (...) refeições escolares (...) IPSS a nível local (...) trabalho de proximidade (...) muito interessante (...) uma IPSS (...) fornece as suas valências (...) servir (...) a escola (...) introduzir alimentos de cadeia curta e (...) projeto (...) inovador e piloto (...) escola de Silvares (...) introdução (...) produtores locais e (...) replicado a todos os do Concelho (...) mais três escolas (...) Castelejo (...) Souto da Casa (...) Pero Viseu (...) questões da qualidade (...) dinâmica (...) dinamização (...) economia local (...); “(...) vantagens(...) inconvenientes (...) organizar (...) adquirir, salvo o caso da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (...) produção própria (...) distribuídos pelos vários equipamentos (...) a partilhar mas dentro da própria instituição, não sei (...) capacidade para fazer chegar (...) a outras cozinhas de outras instituições (...) benefício, custo (...) qualidade (...).”

No que concerne à subcategoria «Serviço de Refeição Próprio ou Contratado» a maioria dos entrevistados refere que este serviço deve ser próprio, defendendo que só traz ganhos como a criação de novos postos de trabalho, maior qualidade das refeições servidas e cria relações de proximidade com os fornecedores.

E1: “Próprio.”

E2: “Deve ser próprio (...) atenção mais redobrada;”

E3: “(...) próprio (...) postos de trabalho (...) tipo de refeições (...) cuidado que é totalmente diferente;”

E4: “(...) próprio (...);”

E5: “(...) depende da contratação e do modelo (...);”

Na subcategoria «Quais os processos para as compras» alguns entrevistados referem que solicitam o pedido de cotações/precário a três fornecedores de cada produto, depois consoante as ementas, e com base no *stock* existente, utilizam requisições internas para procederem à encomenda final. Um dos entrevistados refere que deveria haver uma central de compras para todos no Concelho, apostava-se na economia local e, seria benéfico para todas as instituições.

E1: “Pedido de cotações/preçário (...) três fornecedores de cada produto (...) qualidade dos produtos (...)”

E2: “Temos um sistema implementado (...) ver as ementas (...) equipa de compras (...) visita todas as nossas valências (...) pelo Concelho (...) com base no stock existente (...) fazer uma requisição interna (...) de acordo com a ementa da semana. (...) tabelas de preços atualizadas semanalmente (carnes, peixes, mercearias, frutas, legumes) requisições diretamente junto do fornecedor por email. (...) pequeno armazém para produtos, em quantidades mínimas (...) entrega direta com base na requisição (...) na sexta-feira anterior devem estar lá todos os produtos de mercearia e congelados (...) mais perecível vai em fresco (...) vão durante essa semana, duas vezes para não haver deterioração e não haver prejuízos (...) todas as semanas (...) revistos stocks (...) cerca de 80 a 100 requisições por semana (...)”

E3: “Contratação publica (...) relações de proximidade com os fornecedores (...) e depois dão ajudas no Natal (...) dimensão da qualidade alimentar do local e das questões alimentares.”

E4: “Não sabe (...)”

E5: “(...) deveria haver era uma central de compras para todos (...) aqui no Concelho que se adquirissem os produtos e que depois as IPSS locais irem buscar todas esses produtos, isso (...) apostávamos (...) na economia local e (...) produtos (...) qualidade (...) boa iniciativa (...) é preciso haver um controle (...) da qualidade (...) produtos certificados (...) ser própria ou ser contratada (...) questões (...) que ser controladas.”; “(...) pelas instituições que têm cozinhas próprias (...) outras têm as (...) próprias centrais de compras (...) instituições (...) a nutricionista, dietistas (...) higiene e segurança no trabalho (...) as instituições têm sempre uma palavra a dizer (...) produtos (...) adquiridos a nível local (...) daqui do território (...) fazer ver às instituições os benefícios que vão ter (...) questões ligadas à saúde (...) uma boa nutrição dos seus utentes (...) alimentação mais adequada (...)”

Relativamente à subcategoria «Produção agrícola própria» as respostas dos entrevistados demonstram algumas incertezas. Para as instituições poderem ter produção agrícola própria têm que ter terrenos e água, de preferência do regadio, alguma maquinaria, teriam que criar mais postos de trabalho devido à necessidade de recursos humanos. Na opinião de dois entrevistados uma produção de pequena escala não é rentável, pois pequenas quantidades acabam por ficar mais caras. A dimensão é um fator a ter-se em conta nesta subcategoria.

E1: “Não sei (...) rentável (...) trabalhos (...) feitos por utentes (...) contratar (...) recursos humanos (...)”

E2: “Sim (...) depende se tiver terrenos e água do regadio (...) alguma maquinaria (...) uma forma de ter produtos mais biológicos (...) criação de postos de trabalho (...) ver os custos (...) pode também trazer prejuízo há instituição (...) se não houver uma boa coordenação (...) financiamento a fundo perdido e há sempre bastantes projetos (...) com as pessoas certas e qualificadas (...) uma mais valia (...) um investimento (...)”

E3: “Sim, inovadoras, criarem mais postos de trabalho, há muito território, há a dimensão do turismo por explorar”

E4: “(...) dimensão maior (...) produção (...) pequena escala (...) não é rentável (...) quantidade pequena fica mais cara (...) outras estruturas (...) visibilidade e dimensão (...)”

E5: “(...) a maior parte (...) não tem essa capacidade (...) não têm terrenos para cultivar, teriam que adquirir (...) mais pessoas para trabalhar (...) necessitamos (...) de dinamizar os produtores locais e de adquirir os produtos locais, não precisamos de ter produção própria (...) fazermos (...) concorrência aos produtores”;

Na subcategoria «Estratégias para rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição» realça-se o facto da relação qualidade/preço e refere-se que a estratégia deve ser em “rede”. Na subcategoria «Plataforma eletrónica de aquisição ou programa de gestão para encomendas e compras» a maioria dos entrevistados não conhece nenhuma instituição que tenha ou que faça uso de alguma plataforma ou software. O método mais usado são requisições, normalmente são preenchidas pelas cozinheiras e entregue aos responsáveis pelo economato.

E1: “Relação qualidade / preço; Não conheço nenhuma plataforma eletrónica”

E2: “Situação financeira saudável, atualização de preços (...) procurar sempre novos parceiros comerciais (...) melhor relação qualidade preço; (...) um software (...) visibilidade dos stocks (...) fazemos as nossas requisições (...) semanalmente (...) justifica-se sempre um sistema de informação.”

E3: “a estratégia em rede (...) a sustentabilidade financeira (...) criar mecanismos que ajudem a um menor custo, mas a um custo justo para o produtor e que garanta uma qualidade nutritiva associada às memórias porque isso também é afeto das pessoas (...) um bom trabalho (...) uma

boa gestão; sim (...) há várias plataformas. Não conheço o nome, mas sei que há.”

E4: “Não (...)”; “Não sei (...) meios como o telemóvel (...) pessoalmente (...)”;

E5: “(...) se comprarmos em conjunto ganhamos escala (...) relação preço-qualidade (...) fator sustentabilidade e financeiro (...) não significa que a maior qualidade seja o valor mais baixo (...) maior qualidade (...) os valores para aquisição (...) são outros (...) por vários pesará (...) nesse custo (...) questão da qualidade (...) custo ser mais baixo e o produto de maior qualidade.”; “Não (...) gestão muito própria (...) responsáveis pelo economato (...) as cozinheiras (...) alguns a nível local outros locais onde é mais acessível (...) fornecedores habituais (...)”.

No que concerne à subcategoria «Existência de uma central de compras» os entrevistados apenas conhecem uma única instituição que tem já um sistema implementado que é a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, têm uma central de compras virtual, não é física, gerem stocks com limites mínimos é mais seguro. Referem que também têm conhecimento da Plataforma SMARTFARMER da Beira Interior, e de que algumas instituições já se inscreveram na plataforma, mas na prática não sabem se funciona muito bem.

E1: “Sim central de compras (...) Santa Casa da Misericórdia do Fundão (...) sistema implementado”

E2: “Não, temos uma central de compras virtual (...) não é física (...) é oneroso ter grandes stocks (...) trabalhar sempre com stocks mínimos (...) custa dinheiro (...) gerir stocks com limites mínimos, mas seguro (...)”.

E3: “Plataforma SMARTFARMER da Beira Interior (...) algumas instituições inscreveram-se na plataforma na prática não sei se funciona muito bem (...)”

E4: “Não (...) penso que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão já poderá ter (...) iam implementar (...)”

E5: “Não.”

1.4. Bloco 5 «Circuitos Curtos Agroalimentares»

No Bloco 5 pretendeu-se compreender o circuito de compra dos alimentos, bem como de forma global saber qual o tipo de produção dos alimentos confeccionados nas instituições. Por último, saber quais os benefícios para as instituições em aderirem ao sistema dos Circuitos Curtos Agroalimentares.

Na subcategoria «Tipo de produção» e «Produção Convencional; Produção Integrada; Produção Biológica» os entrevistados referem que de forma global nas instituições o tipo de produção mais utilizado é a produção convencional, apesar de um dos entrevistados realçar que na instituição Santa Casa da Misericórdia do Fundão utilizam a produção biológica.

E1: “Produção convencional”

E2: “Produção convencional”

E3: “Sim, integrada talvez”

E4: “(...) produção convencional”

E5: “(...) produtos biológicos (...) A Santa Casa do Fundão (...) produtos biológicos (...) maioria das instituições (...) produção é convencional”.

No que concerne à subcategoria «Benefícios» os entrevistados consideram que os benefícios das instituições em aderirem aos circuitos curtos agroalimentares propicia preços mais competitivos, a qualidade e a frescura dos produtos é melhor. Existe, portanto, um menor impacto ambiental, ajuda a economia local, gera promoção do empreendedorismo local. Há a possibilidade ainda de criar empresas agrícolas familiares ou uma associação que juntasse os produtores locais e instituições, pese embora abrir atividade nas finanças acarreta um conjunto de condicionalismos.

E1: “Preços mais competitivos”

E2: “Qualidade (...) frescura”

E3: “Impacto ambiental (...) economia local (...) promoção do empreendedorismo local (...) criar empresas agrícolas familiares (...) um dos problemas e obstáculos são as regras (...) abrir atividade nas finanças (...) há um conjunto de condicionalismos (...) controle alimentar (...) combater o desperdício alimentar (...) tente funcionar com regras diferentes (...)”

E4: “(...) uma associação onde juntasse os produtores locais (...) instituições (...) criar uma plataforma para estarem todos interligados.”

E5: “(...) qualidade (...) com o fator da saúde (...) a dinamização (...) produtos locais (...)”

1.5. Bloco 6 «Economia Local - o papel das IPSS enquanto atores de consumo coletivo»

Neste Bloco pretendeu-se diagnosticar expectativas e potencialidades dos produtores e consumidores coletivos, face às relações de produção e consumo de produtos. Este bloco também possibilitou averiguar com que perspetivas as instituições comprariam produtos agroalimentares locais, tal como saber junto das mesmas a opinião sobre receberem produtos alimentares em forma de donativos. Questionou-se ainda que estratégias podem otimizar as instituições na utilização dos circuitos curtos agroalimentares.

No que respeita à subcategoria «Perspetivas» e «Redução de custos?; Acondicionamento aprovisionado?; Refrigeração ou congelação?; Entrega diária?» na maioria das respostas dos entrevistados a redução de custos é o fator chave e o mais importante. Foi referido a necessidade de criar um espaço de diálogo de organização comum devido a dificuldades com pequenos produtores, pois criar respostas e boas práticas permitiria encontrar regras para relações diferentes. A entrega diária, a frescura dos produtos é também mencionada.

E1: “Redução de Custos”

E2: “Custo (...) qualidade (...)”

E3: “Dimensão quase comercial (...) há um conjunto de preocupações (...) primeiro um espaço de diálogo quase de organização comum (...) há dificuldades de pequenos produtores para adequar aquilo (...) ou seja se as partes dialogarem (...) encontra-se um modelo favorável para um e para o outro (...) dou mais 30% dos acordos das IPSS às instituições que criarem circuitos curtos agroalimentares (...) criar respostas (...) criar boas práticas (...) tentar encontrar as mesmas regras para relações diferentes;”

E4: “Depende do tipo de produtos (...) hortícolas e frutícolas a entrega diária será (...) produtos mais frescos (...) (Alface, Espinafre, Alho Francês, Nabo, Cabeças de Nabo, Cherovia) é colhido na véspera ou no próprio dia da entrega (...)”

E5: “(...) o custo (...) depois a qualidade (...)”.

Na subcategoria «Donativos» as respostas são unânimes, os entrevistados referem que os donativos são uma mais-valia, e que o tipo de produto e o seu estado de conservação são fatores a ter sempre em conta. Retém-se a importância de saber como são geridos esses donativos.

E1: “Depende dos produtos e do estado de conservação (...) mais valia (...)”

E2: “Controle à entrada do produto”

E3: “Positiva, depende de quem dá (...) e a forma como eles são geridos (...) os donativos são dados porque as pessoas não conseguem escoar os produtos”

E4: “(...) sim, se houver das instituições para a população em geral (...) apenas a Instituições Sem Fins Lucrativos (...)”.

E5: “Sim (...) devidamente acondicionados (...) na Loja Social da Câmara (...) recebemos (...) alimentos (...) o desperdício é uma das coisas que devemos combater”.

No que diz respeito à subcategoria «Estratégias para circuitos curtos agroalimentares» os entrevistados referem que as instituições com a utilização dos circuitos curtos agroalimentares beneficiavam e poder-se-ia valorizar pequenas e médias IPSS com a implementação de estratégias bem definidas e planeadas, tal como se poderia valorizar o território e o meio envolvente. A substituição do valor monetário pela troca de produtos e serviços entre instituições poderia ser equacionado. O diálogo, a cooperação entre as partes, e o incentivo para a criação de políticas públicas são a base do sucesso da partilha.

E1: “Estratégias bem definidas e planeadas (...) valorizar pequenas e médias IPSS (...) valorizar o território e o meio envolvente”

E2: “Projeto comum com partilhas de recursos (...) o grande inimigo será o preço final (...) substituir o valor monetário pela troca de produtos e serviços entre instituições”

E3: “(...) o diálogo e a cooperação (...) impulsionar o poder local a criar políticas públicas (...) mudança (...) de organização de consumo de produção”

E4: “(...) só traria ganhos par as Instituições”.

E5: “(...) estratégias (...) comuns (...) central de compras (...) otimizar (...) produtos mais frescos (...) entregas diárias o próprio acondicionamento (...) minimizar as contas da eletricidade (...)”.

1.6. Bloco 7 «Considerações Finais»

No último Bloco pediu-se aos entrevistados uma reflexão sobre os temas abordados, as Instituições de Solidariedade Social, gestão partilhada de recursos alimentares, e os circuitos curtos agroalimentares.

Na subcategoria «Observações finais? Propostas?» os entrevistados sugerem a criação de uma plataforma, mas sem a existência de indicarem valores monetários. É apontado ainda o individualismo como fator de entrave, as pessoas, a falta de partilha de ideias e experiências. Existe o medo da concorrência.

É apresentado neste bloco um projeto piloto que está a decorrer na freguesia de Silvares, pretende evitar o desperdício alimentar na escola de Silvares.

E2: “Haver uma plataforma (...) sem a parte financeira (...) trocar não vender”

E4: “(...) tema (...) muito pertinente (...) muito trabalho a implementar estas questões (...) muito individualismo (...) não gostam muito de partilhar (...) não gostam de partilhar ideias e experiências (...) outras zonas do país há pessoas que estão abertas a ensinar, a explicar métodos de trabalhos (...) e aqui não (...) as pessoas parece que se fecham, que se escondem com o medo que a gente aprenda mais que eles (...) o medo da concorrência (...) “pouco atrasados”.

E5: “Projeto piloto a decorrer em Silvares: “Prato saudável – bebemos de uma experiência (...) Agriurban... Mounsan a cidade é toda biológica (...) a própria câmara tem uma quinta (...) para as escolas (...) um modelo de desperdício alimentar (...)”; “Em Silvares (...) a aplicar este modelo (...) com o desperdício (...) é muito interessante”.

1.6.1. Discussão sobre a Análise de Conteúdo das Entrevistas

No que diz respeito à partilha de serviços ou recursos pelas IPSS, os entrevistados referem haver um grande desconhecimento sobre o tema. Ainda é pouco divulgado e são poucos os exemplos que são apontados sobre a partilha de serviços ou recursos.

Quando procuramos saber como é que as IPSS procuram soluções conjuntas e como é que analisam esta perspetiva, constatamos que os entrevistados referem que as instituições deveriam cooperar, não só pelo facto das relações de proximidade, mas também pelo facto de prestarem os mesmos tipos de serviços, ou idênticos, à população em geral.

Neste âmbito, é mencionado como constrangimento a questão da mentalidade e da vontade existente nestas instituições. Na opinião dos entrevistados ainda são escassas as interligações e o relacionamento profícuo entre instituições. Não se pode

evoluir, nem crescer, se nos mantivermos sempre na mesma linha de conduta. As instituições para poderem responder às necessidades atuais têm que criar laços firmes entre si e apoiar-se mutuamente.

Na caracterização do trabalho em rede destas instituições e de perspectivas de trabalho no futuro, verificamos que as opiniões são consensuais e que existem diversas vantagens em trabalhar em rede, ou seja, em parceria com outras instituições. No entanto, é referido que a curto prazo ainda não se vê esta possibilidade, sendo mesmo mencionado por alguns dos entrevistados que este trabalho em rede já foi mais efetivo do que é atualmente.

Procurou-se saber a opinião dos entrevistados em relação à partilha de recursos alimentares e como poderia decorrer esta prática. A maioria concorda com esta partilha. No entanto, é mencionado e reforçada a ideia de que se a partilha fosse exclusivamente de produtos locais seria o ideal, ou como refere um dos entrevistados, a existência de uma política pública que promovesse, aproximasse e fomentasse esta prática junto das instituições.

Em contrapartida é apontado como inconveniente e desvantagem a questão da relação preço/qualidade.

Ainda assim, realça-se o facto de no Município do Fundão já existirem protocolos entre IPSS que fornecem refeições escolares. Neste âmbito, destaca-se a freguesia de Silvares, onde na escola primária decorre um projeto piloto, sendo já introduzidos na cantina desta escola “alimentos de cadeia curta”.

Salienta-se ainda, esta iniciativa por ser pioneira e enriquecedora para o concelho. Este projeto consiste em evitar o desperdício alimentar na escola de Silvares.

Em relação ao serviço de refeições nas instituições se deverá ser próprio ou contratado, as opiniões são similares, defendendo que este serviço deverá ser próprio, trazendo assim inúmeras vantagens. Algumas dessas vantagens resumem-se à criação de postos de trabalho, a uma maior qualidade das refeições servidas e à criação de relações de proximidade com os fornecedores.

Desta forma, é importante percebermos quais os processos utilizados para a aquisição de compras das instituições. É referido por alguns dos entrevistados que dada a sua experiência no terreno, é solicitado o pedido de cotações/preçário a três fornecedores de cada produto, depois consoante as ementas, e com base no *stock* existente utilizam requisições internas para posteriormente procederem à encomenda final.

Ainda assim, referem que a existência de uma central de compras para todas as instituições no Concelho, traria diversos benefícios, para além de se apostar na economia local, proporcionava às instituições uma maior oferta e diversidade de produtos.

Ao abordar-se a questão da produção agrícola própria das instituições, as opiniões divergem, demonstrando algumas incertezas. Se as instituições não tiverem meios

como por exemplo, terrenos, maquinaria, recursos humanos, recursos hídricos, não será viável esta opção. Na opinião de alguns entrevistados esta questão não é de todo a mais exequível, pois há que ter em conta a dimensão. Uma produção de pequena escala não é rentável, e pequenas quantidades acabam por ficar mais caras.

No que diz respeito às estratégias para a rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição de produtos, os entrevistados apelam a que a estratégia seja em rede, e realçam o facto da relação qualidade/preço. Urge a mediação entre estes fatores.

Desta forma, entre os entrevistados ainda se desconhece a utilização de uma plataforma eletrónica ou software para a aquisição e gestão de encomendas e compras. Apenas são referidos os métodos tradicionais como as requisições que normalmente são preenchidas pelas cozinheiras e entregues aos responsáveis pelo economato.

Contudo, é referida apenas uma das instituições que já tem a existência de um sistema implementado, única instituição no concelho. A Santa Casa da Misericórdia do Fundão, tem uma central de compras virtual, não é física, gerem stocks com limites mínimos, argumentando que é mais seguro.

No entanto, alguns dos entrevistados referem que conhecem a Plataforma SMARTFARMER da Beira Interior, e que algumas instituições já se inscreveram na mesma.

Relativamente ao tipo de produção (Convencional, Integrada ou Biológica) constatamos que a maioria das instituições referem que o tipo de produção mais utilizado é a produção convencional. Ainda assim, no concelho deparamo-nos já com algumas iniciativas neste âmbito como é o caso a Santa Casa da Misericórdia do Fundão que já utiliza a produção biológica.

Todavia, a opinião dos entrevistados é consensual e assertiva no que se refere aos circuitos curtos agroalimentares. Foram apontados alguns benefícios em as instituições aderirem e colaborarem no desenvolvimento dos circuitos curtos agroalimentares, sendo que propicia preços mais competitivos, melhor qualidade e a frescura dos produtos, reforça o impacto ambiental, gera economia local e promoção do empreendedorismo local.

Sugere-se ainda de entre as opiniões a possibilidade de se criar empresas agrícolas familiares ou uma associação que reunisse produtores locais e instituições.

Verificamos ainda que em relação às perspetivas das instituições ao comprarem produtos agroalimentares, colocam a redução de custos, como o fator chave essencial a cada instituição. No entanto, são apontados outros elementos fundamentais, sendo estes a entrega diária, e a frescura dos produtos. De forma reiterada foi referido a necessidade de criar um espaço de diálogo de organização comum a instituições e pequenos produtores, onde se possam expor todas as dificuldades e necessidades de ambas as partes.

Porém, quando é questionado se as instituições deveriam receber produtos alimentares em forma de donativos, as opiniões são unânimes, referindo que são sempre uma mais-valia desde que se tenham em conta todos os fatores condicionantes, como a seleção do tipo de produto e o estado de conservação.

Neste âmbito são referidas ainda algumas estratégias de que as instituições podem beneficiar com a utilização dos circuitos curtos agroalimentares, nomeadamente, a valorização de pequenas e médias IPSS, valorização dos territórios e meio envolvente.

De entre as opiniões, surge a ideia de se poder substituir o valor monetário pela troca de produtos e serviços entre instituições. Uma vez mais é reforçada a noção de se criarem sessões de diálogo, de partilha, de cooperação entre as partes interessadas, com a sugestão de se criarem políticas públicas que regulem todos estes aspetos.

Por último, foi sugerida a criação de uma plataforma, onde os valores monetários seriam excluídos e apenas fosse gerida com trocas entre ambas as partes.

São apontados aspetos menos positivos como o individualismo, falta de partilha de ideias e experiências.

2. - Análise dos dados recolhidos através do inquérito por questionário.

Analizamos os dados recolhidos através do inquérito por questionário (Apêndice D).

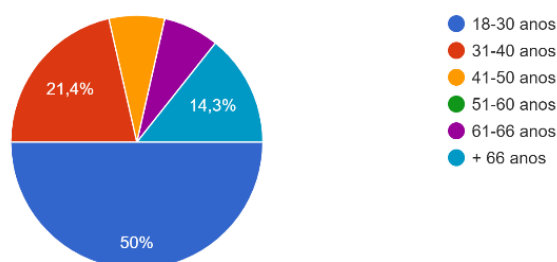
Neste trabalho, a recolha de dados foi feita por inquérito, sob a forma de questionário. Tendo em conta a problemática, os objetivos do estudo, as características da população inquirida e a questão de investigação. Das 36 instituições inquiridas só se obtiveram 14 respostas.

O preenchimento deste inquérito destinou-se aos Diretores Técnicos das diversas instituições do concelho.

2.1. Bloco 1 «Caracterização pessoal do profissional que preenche o questionário»

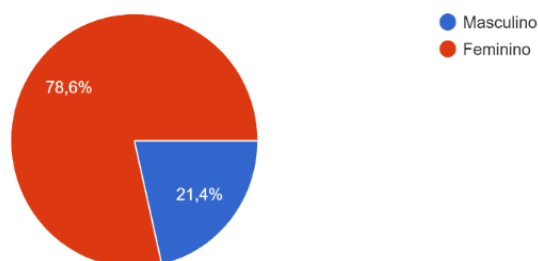
No primeiro bloco do questionário apresenta-se a caracterização pessoal do inquirido. Observamos no (Gráfico 2) as idades dos inquiridos e o (Gráfico 3) demonstra o sexo dos participantes.

Gráfico 2: Descrição da idade dos inquiridos



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Gráfico 3: Descrição do tipo de género dos inquiridos



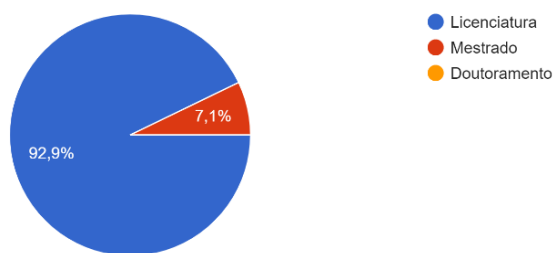
Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Verifica-se que a maioria dos inquiridos tem uma idade compreendida entre 18 e 30 anos de idade com uma percentagem de 50%. Os restantes inquiridos têm entre 31 e 40 anos de idade (21,4%) e 14,3% têm mais de 66 anos de idade.

A maioria dos inquiridos é do sexo feminino (78,6%). O sexo masculino apresenta uma percentagem de 21,4%.

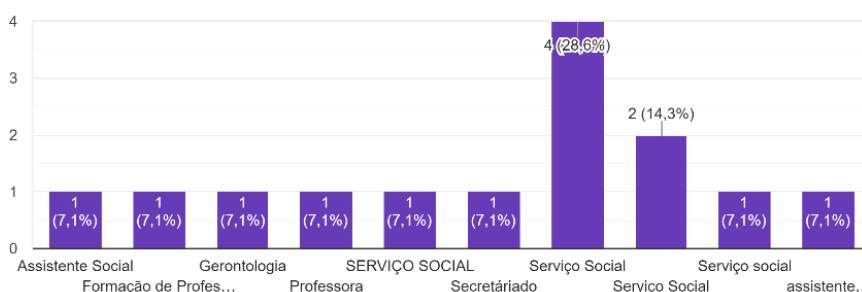
O Gráfico 4, apresenta-nos o nível de escolaridade dos inquiridos, e o Gráfico 5 demonstra qual é a área de formação inicial.

Gráfico 4: Descrição do nível de escolaridade dos inquiridos



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Gráfico 5: Descrição da área de formação inicial dos inquiridos

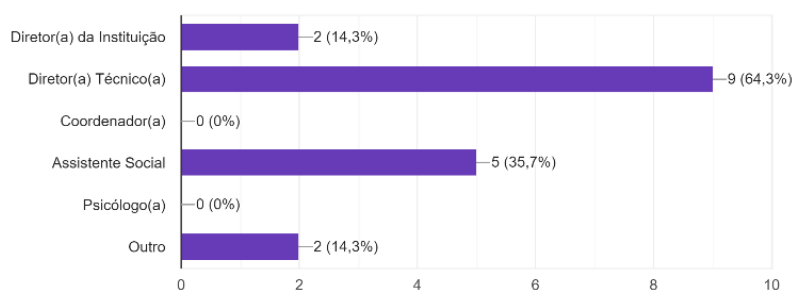


Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Observa-se no Gráfico 4, que o nível de escolaridade na maioria dos inquiridos é a licenciatura (92,9%), e apenas 1 inquirido tem um mestrado.

A área de formação inicial dos inquiridos (Gráfico 5) é predominantemente a licenciatura em Serviço Social com uma percentagem de (28,6%). As restantes áreas de formação mencionadas são a Formação de Professores, Gerontologia, Professora e Secretariado.

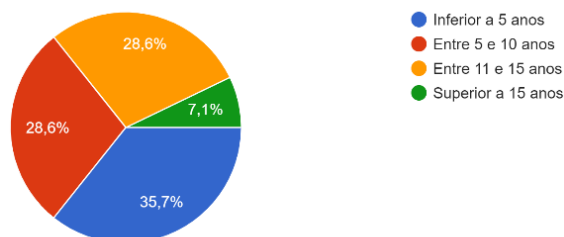
Gráfico 6: Descrição do cargo desempenhado pelos inquiridos nas instituições



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 6 observamos que o cargo desempenhado nas instituições pelos inquiridos na maioria é de Director(a) Técnico(a) com uma percentagem de 64,3%. Com uma percentagem de 35,7%, verifica-se que desempenham o cargo de assistentes sociais e 14,3% desempenham o cargo de Director(a) da Instituição e de Secretária da Direção.

Gráfico 7: Descrição do número de anos de exercício profissional dos inquiridos nas instituições



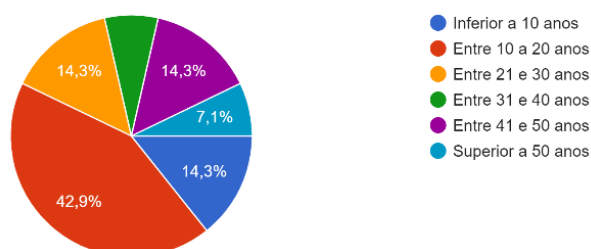
Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

A maioria dos inquiridos (35,7%) exerce funções nas instituições há menos de 5 anos. Com uma percentagem de 28,6% os inquiridos que exercem funções entre 5 e 10 anos e com a mesma percentagem entre 11 e 15 anos (Gráfico 7).

2.2. Bloco 2 «Caracterização das instituições»

No segundo bloco do questionário, procede-se à caracterização das instituições.

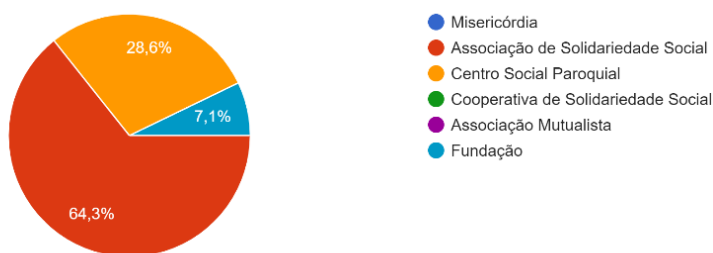
Gráfico 8: Descrição dos anos de existência das instituições inquiridas



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Observamos no Gráfico 8 que a maioria das instituições inquiridas tem entre 10 a 20 anos de existência (42,9%). Verifica-se que existem instituições com mais anos de existência, entre os 21 e os 30 anos (14,3%) e outras entre os 41 e os 50 anos (14,3%) obtendo assim uma percentagem significativa. Também as que existem há menos de 10 anos são 14,3%. Com mais 50 anos de existência há uma instituição.

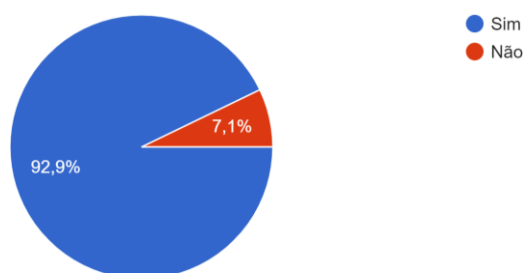
Gráfico 9: Descrição da natureza jurídica das instituições



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 9 observamos que a natureza jurídica das instituições inquiridas na sua maioria corresponde a Associações de Solidariedade Social (64,3%), seguindo-se os Centros Sociais Paroquiais (28,6%) e, por fim, uma Fundação (7,1%).

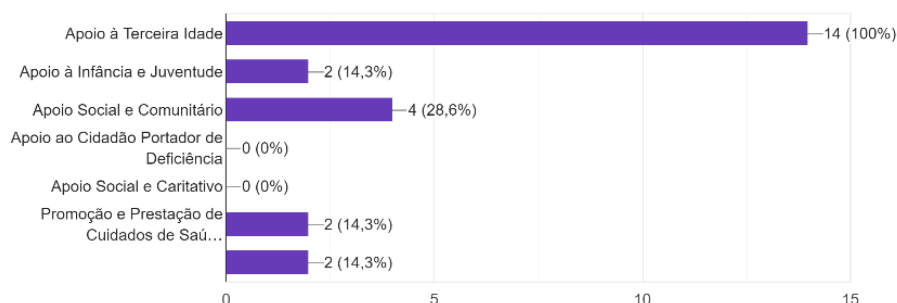
Gráfico 10: Descrição das instituições com estatuto de IPSS



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Todas as instituições inquiridas à exceção de uma têm o estatuto de IPSS, como se verifica no Gráfico 10.

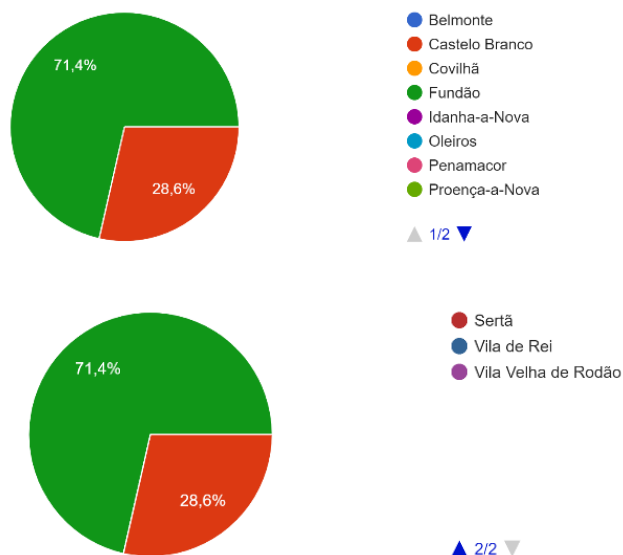
Gráfico 11: Descrição do fim estatutário das instituições



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Todas as instituições se constituíram com o objetivo de prestar apoio à terceira idade, embora em algumas se acrescente o apoio social e comunitário, como demonstra o Gráfico 11.

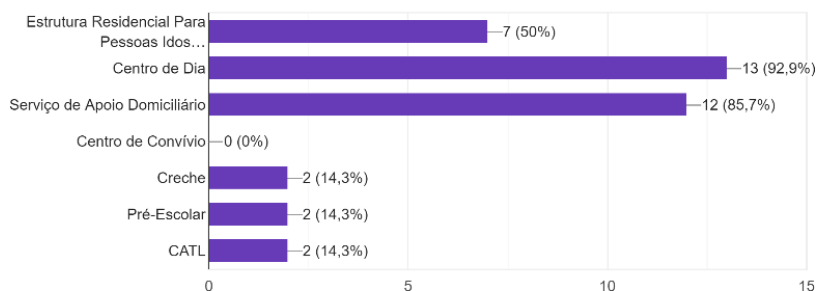
Gráfico 12: Descrição do âmbito geográfico de intervenção



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Verifica-se no Gráfico 12 que a área de abrangência das instituições inquiridas na grande maioria (71,4%) abrangem o concelho do Fundão, sendo que 28,6% abrangem Castelo Branco.

Gráfico 13: Descrição das respostas sociais existentes nas instituições



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

As respostas sociais existentes nas instituições inquiridas são o Centro de Dia (92,9%), o Serviço de Apoio Domiciliário (85,7%), a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (50%), a Creche (14,3%), o Pré-Escolar (14,3%) e o CATL (14,3%), como se pode ver no Gráfico 13.

O Quadro 8 indica para cada resposta social mencionada anteriormente o número de utentes a frequentar.

Quadro 8: Descrição do número de utentes por respostas sociais

Quadro 8	
Respostas Sociais	Número de utentes
CD	257
SAD	146
ERPI	227
Creche	45
Pré-escolar	50
CATL	55

Constata-se no Quadro 8 que as respostas sociais para pessoas idosas com um maior número de utentes é o Centro de Dia e com um menor número de utentes é o Serviço de Apoio Domiciliário.

No Quadro 9 observamos para cada uma das categorias o número total de funcionários.

Quadro 9: Descrição do número total de funcionários por categorias

Quadro 9	
Categorias	Número total
1. N.º total de funcionários	254
2. N.º de mulheres	215
3. N.º de homens	9
4. N.º de funcionários com contrato efetivo	157
5. N.º de funcionários com licenciatura e outros graus superiores	82
6. N.º de funcionários estrangeiros	0
7. N.º de funcionários portadores de deficiência	26
8. Nos últimos três anos, número de pessoas contratadas com mais de 45 anos.	17

Verifica-se no Quadro 9 que o número de mulheres funcionárias é superior ao número de homens funcionários. Como observamos não existem funcionários estrangeiros a trabalhar nestas instituições. Porém, deparamo-nos que com um

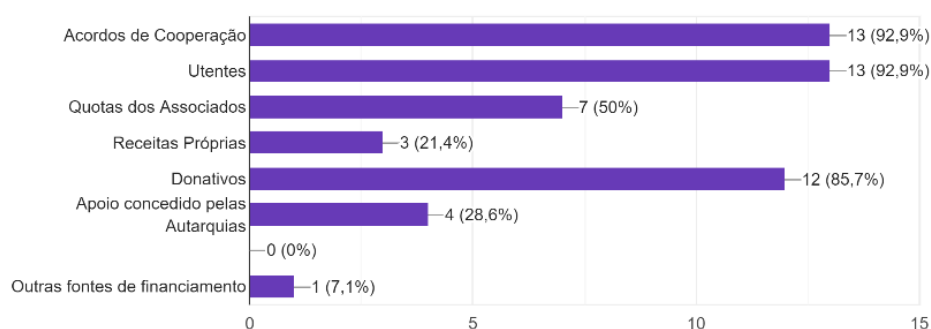
número significativo de funcionários portadores de deficiência a laborar nestas instituições.

2.3. Bloco 3 «Sustentabilidade das instituições»

O terceiro bloco do questionário refere-se à sustentabilidade das instituições.

No Gráfico 14 constatamos quais são as fontes de financiamento que contribuem para o funcionamento das instituições, com destaque para as seguintes: para os acordos de cooperação (92,9%) os utentes (92,9%), de seguida são mencionados os donativos (85,7%), as quotas dos associados (50%), o apoio concedido pelas autarquias (28,6%), as receitas próprias (21,4%) e por fim são referidas outras fontes de financiamento mas que não foram esclarecidas pelos inquiridos.

Gráfico 14: Descrição das diferentes fontes de financiamento que contribuem para o funcionamento das instituições



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Quadro 10: Descrição das fontes de financiamento com maior impacto/menor/ e sem impacto no orçamento das instituições

Quadro 10			
Opções	Menor impacto	Maior impacto	Sem impacto
Acordos de Cooperação	X (1)	X (12)	X (1)
Utentes		X (14)	
Quotas dos Associados	X (9)	X (1)	X (4)
Receitas Próprias	X (4)	X (3)	X (7)
Donativos	X (11)	X (1)	X (2)
Apoio concedido pelas Autarquias	X (7)	X (2)	X (5)
Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais	X (2)	X (2)	X (10)

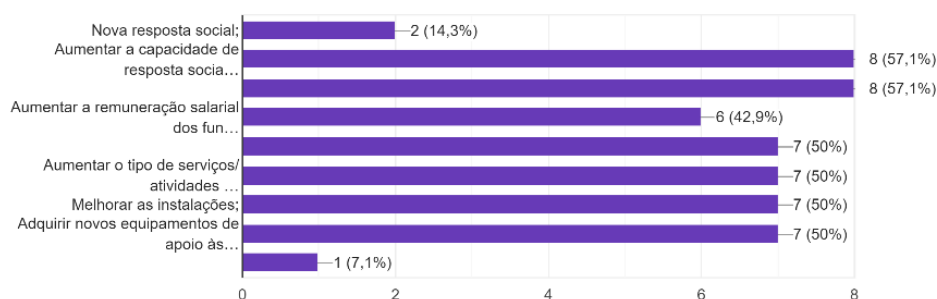
Outras fontes de financiamento que eventualmente citou na questão (3.1 a))	X (1)		
Total	35	35	29
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.			

Observamos no Quadro 10 que as fontes de financiamento com maior impacto no orçamento das instituições são os utentes, de seguida os acordos de cooperação, as receitas próprias, o apoio concedido pelas autarquias e, por fim, o financiamento através de Programas Europeus ou Nacionais.

As fontes de financiamento com menor impacto no orçamento das instituições são os donativos, seguindo-se as quotas dos associados, o apoio concedido pelas autarquias, receitas próprias, o financiamento através de Programas Europeus ou Nacionais e por último os acordos de cooperação. Constatamos que com menor impacto no orçamento das instituições, estão apoios que nem sempre são concedidos da mesma forma nem com a mesma regularidade como é o caso dos donativos e do apoio concedido pelas autarquias, receitas próprias entre outros.

Verificamos que os utentes e os acordos de cooperação, são o factor chave destas instituições, são por isso muito importantes e estruturantes, sendo a principal fonte de financiamento das instituições. A opção “Sem impacto” foi a menos selecionada pelos inquiridos como podemos observar.

Gráfico 15: Descrição de implementação de iniciativas de investimento no âmbito da economia social nos próximos três anos nas instituições



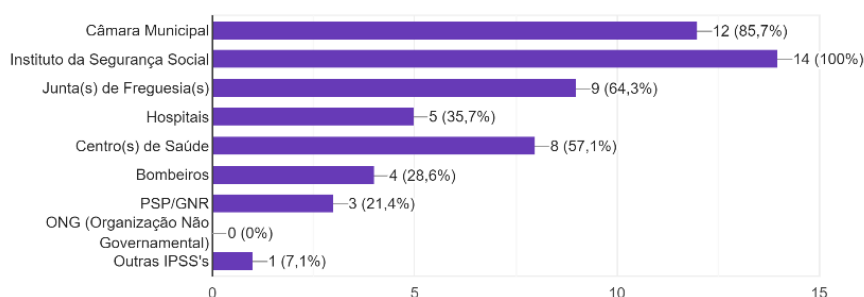
Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Observa-se no Gráfico 15 que as instituições preveem a implementação de iniciativas de investimento no âmbito da economia social, nomeadamente, aumentar a capacidade de resposta social (57,1%), o aumento do número de funcionários (57,1%), o aumento da qualificação dos funcionários (50%), aumentar o tipo de serviços/atividades prestados aos utentes (50%), melhorar as instalações (50%), adquirir novos equipamentos de apoio às atividades promovidas (50%).

Por último, preveem o aumento da remuneração salarial dos funcionários (42,9%), uma nova resposta social (14,3%), e o investimento na aquisição de produtos agroalimentares locais (7,1%).

Constatamos após observação do gráfico que o investimento das IPSS na região a concretizar-se a implementação das iniciativas anteriormente descritas, causará impactos positivos na região, nomeadamente com destaque para o aumento de recursos humanos e respetiva qualificação, pressupõe-se o aumento de serviços prestados a utentes e aquisição de novos equipamentos.

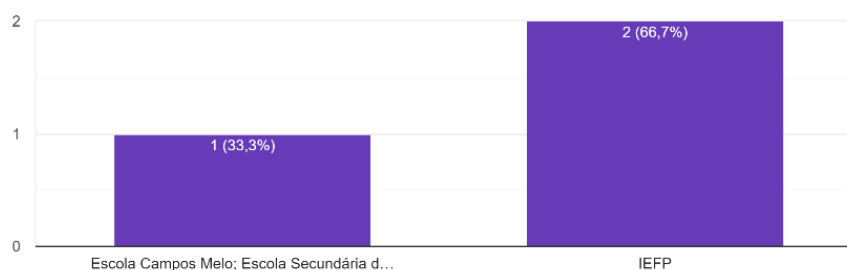
Gráfico 16: Descrição das parcerias com as quais as instituições estabelecem



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

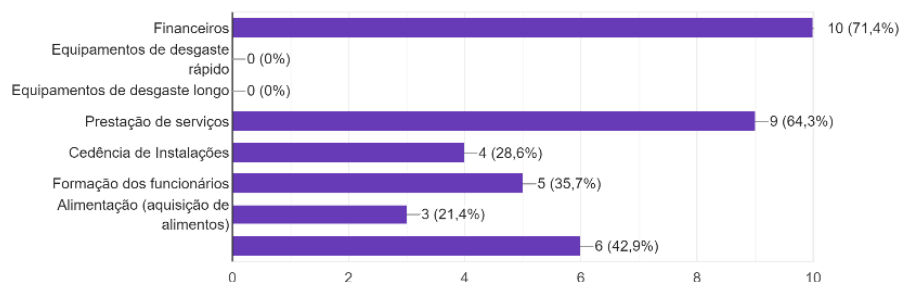
As instituições têm parcerias com diversas entidades (Gráfico 16), nomeadamente com o Instituto da Segurança Social (100%), com a Câmara Municipal (85,7%), com as Junta(s) de Freguesia(s) (64,3%), Centro(s) de Saúde (57,1%), Hospitais (35,7%), Bombeiros (28,6%), PSP/GNR (21,4%), e outras IPSS's (7,1%).

Gráfico 17: Descrição de outras parcerias que foram indicadas pelos inquiridos



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

Foram mencionadas outras parcerias pelas instituições (Gráfico 17), nomeadamente, a Escola Campos Melo e a Escola Secundária do Fundão (33,3%). Foi mencionada ainda a parceria com o IEFP (66,7%).

Gráfico 18: Descrição do tipo de produto e/ou serviço que é abrangido pelas parcerias estabelecidas

Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 18, verificamos que os tipos de produtos e/ou serviços abrangidos pelas parcerias estabelecidas, são maioritariamente serviços financeiros (71,4%), a prestação de serviços (64,3%), alimentação (confeccção e/ou distribuição) (42,9%), formação dos funcionários (35,7%), cedência das instalações (28,6%), alimentação (aquisição de alimentos) (21,4%).

Quadro 11: Descrição das entidades com as quais as instituições mantêm uma cooperação mais estreita

Quadro 11	
Respostas dos inquiridos à questão "Indique qual (quais) a(s) entidade(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita"	Nº de instituições que têm uma cooperação mais estreita com as respetivas entidades
"Segurança Social; Câmara Municipal, devido aos Acordos de Cooperação e ao Fornecimento de Refeições Escolares; IEFP na prestação de apoios e serviços pontuais; Contabilidade; Todas as parcerias referidas baseiam-se em pedidos de apoio para a resolução de problemas pontuais da Instituição, sendo que, tratando-se de IPSS's com carências de interioridade, merecia e deveria ter mais ofertas de apoios e serviços de toda a ordem, dos culturais aos equipamentos e financeiros"	X (11)
"Centro de Saúde - Isenção de taxas moderadoras"	X (1)
"GNR - Na prestação de serviço, nomeadamente no acompanhamento e identificação de idosos isolados"	X (1)
"Acústica Médica Dentista"	X (1)
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.	

Quanto às entidade(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita, no Quadro 11 foram referidas diversas entidades tais como, “Segurança Social; Câmara Municipal, devido aos Acordos de Cooperação e ao Fornecimento de Refeições Escolares; IEFP na prestação de apoios e serviços pontuais; Contabilidade; Todas as parcerias referidas baseiam-se em pedidos de apoio para a resolução de problemas pontuais da Instituição, sendo que, tratando-se de IPSS’s com carências de interioridade, merecia e deveria ter mais ofertas de apoios e serviços de toda a ordem, dos culturais aos equipamentos e financeiros”, Centro de Saúde “isenção de taxas moderadoras”, GNR “na prestação de serviço, nomeadamente no acompanhamento e identificação de idosos isolados”, “Acústica Médica Dentista”.

No Quadro 12 constatamos que todas as instituições na sua maioria têm contribuído para o desenvolvimento da economia local.

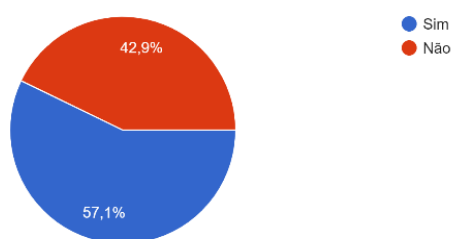
Quadro 12: Descrição das atividades que as instituições promovem de apoio à dinamização da economia local, com menor e maior impacto na economia local

Quadro 12		
Opções	Menor impacto	Maior impacto
Aquisição de produtos agroalimentares locais	X (8)	X (5)
Aquisição de outros produtos locais	X (7)	X (3)
Aquisição de serviços locais	X (5)	X (7)
Empregar membros da comunidade local		X (13)
Promoção de serviços sociais de apoio aos membros da comunidade local	X (4)	X (9)
Participação em atividades culturais	X (6)	X (6)
Contribuição para a melhoria das condições de vida dos cidadãos locais	X (1)	X (12)
Contribuição para a fixação de pessoas e bens ao território	X (5)	X (7)
Total	36	62
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.		

Observamos no Quadro 12 que as instituições referem promover atividades de apoio à dinamização da economia local, sendo a opção “Maior impacto” a mais votada pelos inquiridos.

Com maior impacto na economia local, cabe destacar o emprego de membros da comunidade local, na contribuição para a melhoria das condições de vida dos cidadãos locais, bem como, na promoção de serviços sociais de apoio aos membros da comunidade local. Referem também a aquisição de serviços locais, a contribuição para a fixação de pessoas e bens ao território, a participação em atividades culturais, a aquisição de produtos agroalimentares locais e por fim a aquisição de outros produtos locais.

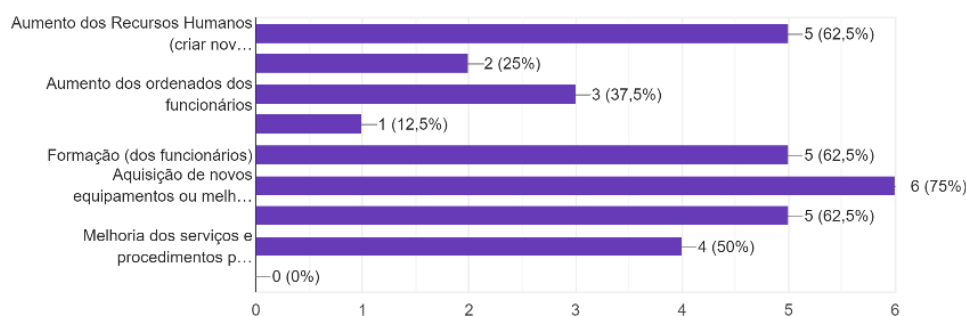
Gráfico 19: Descrição de se nos últimos 5 anos as instituições têm criado lucros



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 19 notamos que 57,1% das instituições tem obtido lucros nos últimos 5 anos, ainda assim há uma percentagem considerável de instituições (42,9%), que refere não ter conseguido lucros nos últimos 5 anos.

Gráfico 20: Descrição dos investimentos das instituições



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

As instituições que conseguiram lucros nos últimos cinco anos, referem que investiram na aquisição de novos equipamentos ou melhoria dos mesmos (transportes, máquinas, computadores, mobiliário, etc) (75%), no aumento dos Recursos Humanos (criar novos postos de trabalho) (62,5%), na formação (dos

funcionários) (62,5%), na melhoria ou construção de novas instalações (62,5%), na melhoria dos serviços e procedimentos prestados (novas ementas, diminuição desperdícios alimentares, novos sistemas informáticos para a gestão de clientes, fornecimento de bens) (50%) e, por último, no aumento dos ordenados dos funcionários (37,5%), no emprego de funcionários com mais qualificação (25%) e na atribuição de prémios de desempenho aos funcionários, como oboervamos no Gráfico 20.

No Quadro 13 solicitava-se que fosse dado um exemplo de um dos mais importantes investimentos que a instituição tenha realizado nos últimos 3 anos tendo mencionados os seguintes investimentos:

Quadro 13: Descrição de um dos mais importantes investimentos que as instituições tenham realizado nos últimos 3 anos

Quadro 13
“Formação dos colaboradores”
“Transporte escolar”
“Mini Bus Adaptado”
“Aumento dos recursos humanos”
“Aquisição de carrinha para a realização do transporte dos utentes para a instituição; Aquisição de carrinha com condições de transportar as refeições até ao domicilio dos utentes; Pequenas obras na instituição de adaptação aos espaços já existentes”
“Não investiu”
“Melhoramento das instalações”
“Alterações nas infraestruturas”
“A construção de um telheiro”
“Arranjos exteriores e construção de um telheiro”
“Requalificação do edificio sede”
“Construção de um espaço destinado à fisioterapia e animação sociocultural”
“Viatura”
“Transporte das crianças”

No Quadro 14 solicitou-se que indicassem de entre as opções concedidas quais eram as que teriam maior relevância e menor relevância respeitante à possibilidade das IPSS partilharem recursos.

Observamos que a maioria dos inquiridos assinalou com “Maior Relevância”, a rede de partilha de informações (informações técnicas, informações sobre compras, partilha de boas práticas, etc.), tal como, as parcerias para a realização de projetos colaborativos, e a partilha de serviços prestados (clínicos, sociais, lúdicos,

desportivos, culturais). Com menor relevância foi assinalada com mais frequência a partilha de meios de transporte, por oito inquiridos.

Quadro 14: Descrição das diferentes possibilidades das IPSS partilharem recursos com maior relevância e menor relevância

Quadro 14		
Opções	Maior relevância	Menor relevância
Rede de partilha de informações (informações técnicas, informações sobre compras, partilha de boas práticas, etc.);	X (14)	
Partilha de meios de transporte;	X (6)	X (8)
Partilha de equipamentos (mobiliário, maquinaria, material didático entre outros);	X (7)	X (7)
Partilha de espaços físicos;	X (9)	X (5)
Partilha de técnicos/profissionais;	X (10)	X(4)
Parcerias para a realização de projetos colaborativos, etc;	X (14)	
Partilha de serviços prestados (clínicos, sociais, lúdicos, desportivos, culturais).	X (13)	X (1)
Total	73	25
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.		

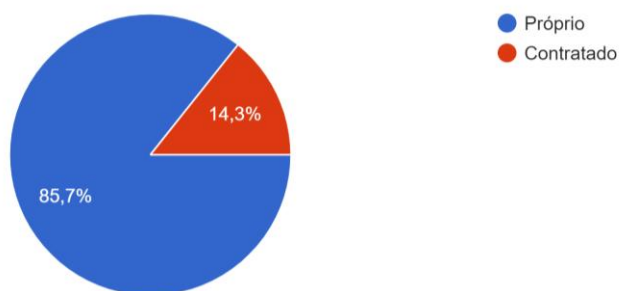
Solicitou-se no inquérito por questionário que fosse indicado quais as maiores dificuldades sentidas por parte das Instituições, ao nível dos recursos (Recursos Humanos, Recursos para desenvolver atividades que gostariam de realizar, Recursos Económicos, entre outros).

Os inquiridos referiram que as maiores dificuldades centram-se essencialmente nos recursos económicos e humanos, mencionando que as IPSS estão a passar por um período de carência económica, de dificuldades ao nível da sua auto-sustentabilidade, onde os recursos económicos são cada vez mais escassos, o que leva a que haja uma maior contenção em todos os outros recursos, causando assim dificuldades em toda a gestão das instituições, nomeadamente na contratação de um maior número de recursos humanos.

2.4. Bloco 4 «Sustentabilidade alimentar nas instituições»

No quarto bloco do questionário aborda-se a sustentabilidade alimentar nas instituições.

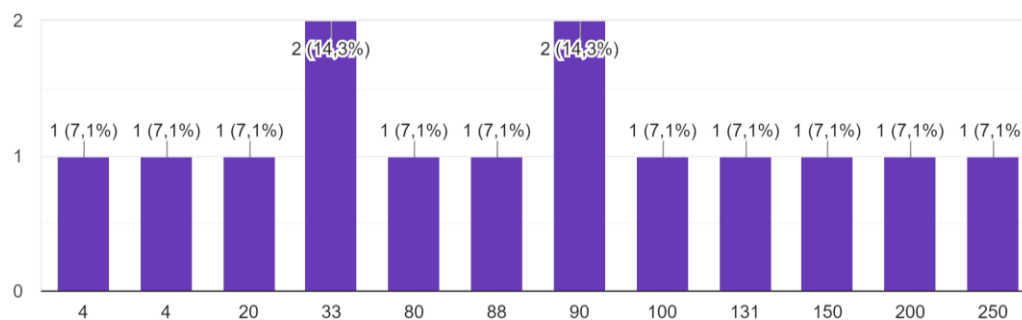
Gráfico 21: Descrição do tipo de serviço de refeições de que as instituições dispõem



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 21 observamos que o serviço de refeições de que a maioria das instituições dispõe é próprio.

Gráfico 22: Descrição do número global de refeições diárias concedidas pelas instituições a utentes e funcionários



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 22 verificamos o número global de refeições diárias servidas nas instituições. Verifica-se que a maioria das instituições serve mais de 80 refeições diárias, atingindo um total de 200 a 250 refeições diárias em algumas das instituições.

No Quadro 15 solicita-se que indiquem o número de refeições diárias (em média) distribuídas aos utentes por respostas sociais.

Observamos que é na resposta social ERPI que são distribuídas o maior número de refeições. Com menor número de distribuição de refeições encontra-se a Escola – EB e a resposta social Pré-Escolar.

Quadro 15: Descrição do número de refeições diárias (em média) distribuídas aos utentes por respostas sociais

Quadro 15	
ERPI	454
CD	362
SAD	143
Escola - EB	22
Pré-Escolar	79
Creche	91
CATL	85

O Quadro 16 solicita-se que fosse indicado o número de refeições diárias (em média) distribuídas pelos funcionários (Membros da direção/funcionários, voluntários e estagiários).

Quadro 16: Descrição do número de refeições diárias (em média) distribuídas pelos funcionários

Quadro 16	
	4
	6
	2
	15
	11
“Entre 10/15 refeições para além dos utentes, tendo em conta, funcionárias, pontualmente membros dos corpos sociais e ainda serviço de refeições para alguém da comunidade ou de passagem pela localidade (que não tem restaurante próprio nem próximo) que, pontualmente necessite.”	
“Funcionários - 6; Membros da Direção - 2/3 pontualmente.”	
	16
	50
	25
	2

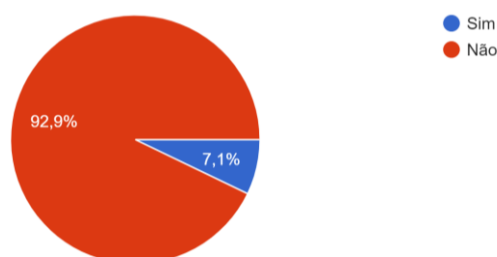
Quadro 17: Descrição do número total de refeições diárias (em média) distribuídas pelos utentes e funcionários

Quadro 17		
Nº total de refeições diárias distribuídas pelos utentes	Nº total de refeições diárias distribuídas pelos funcionários	Total de refeições
1 236	155	1 391

Podemos constatar no Quadro 17 que o número total de refeições distribuídas pelos utentes é de 1 236 e que o número total de refeições distribuídas pelos funcionários é de 155, que perfaz um total de 1 391 refeições diárias.

Com estes resultados concluímos que as instituições de forma global assumem e têm um papel muito preponderante na alimentação. Diariamente confeccionam várias refeições quer para os utentes quer para os funcionários.

O número total de refeições diariamente distribuídas aos utentes é sem dúvida um número superior, pois depende do número de utentes a frequentar cada resposta social. No entanto, realça-se o número de refeições diariamente distribuídas pelos funcionários que no total das instituições inquiridas é de cerca de 155 refeições, sendo este já um número bastante considerável para as instituições. Em geral os funcionários acabam por fazer parte das refeições diárias nas instituições. Posto isto, notámos que é importante para as instituições o cuidar da alimentação dos funcionários, pois acaba também por ser um contributo para benefícios do vínculo laboral.

Gráfico 23: Descrição do tipo de produção utilizado nas instituições

Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 23 é questionado se a instituição tem produção agrícola própria. Verificamos que a maioria não tem. Apenas uma das instituições refere ter produção agrícola própria.

Solicitou-se que fosse indicado as três principais produções e respetivas quantidades, no caso de terem respondido sim no Gráfico 23. É indicado como resposta que as três principais produções são legumes e produtos hortícolas.

No Quadro 18 solicitou-se que indiquem qual (quais) os processos que utilizam para as compras na Instituição.

Observa-se que a opção “Contacto telefónico com os seus fornecedores” é a mais comum em todas as instituições, seguindo-se a opção “Desloca-se ao grossista”. Verifica-se que apenas uma das instituições usa um sistema informático para as encomendas e compras.

Quadro 18: Descrição dos processos utilizados para as compras nas instituições

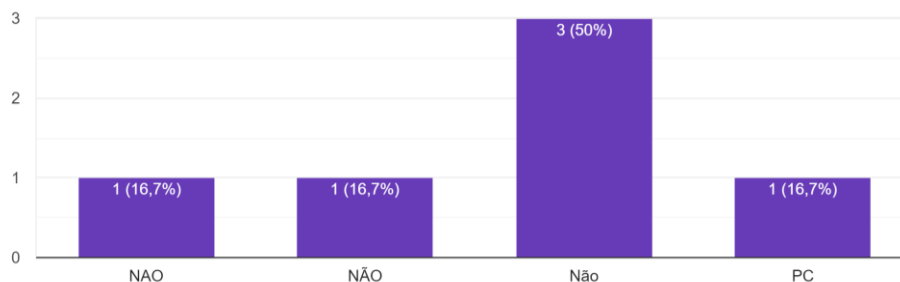
Quadro 18	
Opções	Número de respostas
Desloca-se ao grossista	4
Encomenda no site do grossista e solicita a entrega	3
Desloca-se ao retalhista	2
Contacto telefónico com os seus fornecedores	13
Usa algum sistema informático para as encomendas e compras	1
Recorre a uma central de compras	0

No Quadro 19 quando se pedem para serem indicadas outras opções são descritas as seguintes:

Quadro 19: Descrição de outros processos para as compras utilizados pelas instituições

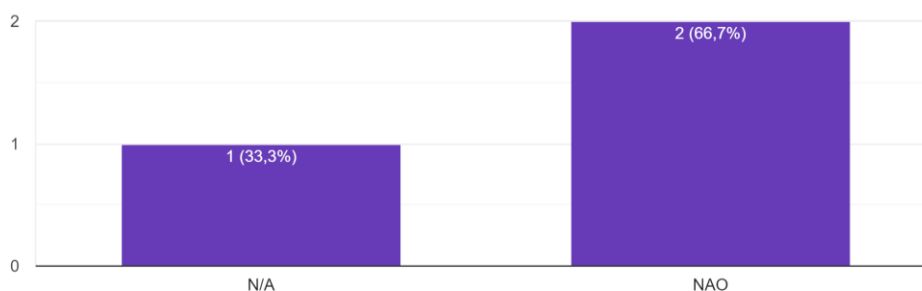
Quadro 19
“Fornecedores na sua maioria vêm à instituição para realizar as encomendas e a sua posterior entrega”
“Deslocam-se semanalmente fornecedores/empresas à Instituição que recolhem as encomendas e de seguida as entregam”
“O retalhista ou o grossista desloca-se à Instituição para proceder à encomenda”

Como observamos no Quadro 19 os inquiridos indicaram outros processos que são utilizados pelas instituições, ou seja os retalhistas e grossistas deslocam-se às instituições para procederem às encomendas.

Gráfico 24: Descrição de se as instituições já usam algum sistema informático para encomendas e compras

Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 24 questiona-se os inquiridos se já usam algum sistema informático para as encomendas e compras, apenas uma instituição refere usar um “PC”.

Gráfico 25: Descrição se as instituições recorrem a alguma Central de Compras

Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 25 solicita-se que seja indicado se as instituições recorrem a alguma central de compras, as respostas à questão colocada são negativas. Ainda nenhuma instituição recorre a nenhuma central de compras.

Quando se questionou se alguma instituição está sujeita às regras de contratação pública, a resposta é não, na totalidade das respostas dos inquiridos.

Questionou-se também se as instituições tomaram alguma decisão que obrigue à compra de alguma percentagem de produtos agroalimentares locais, as respostas dos inquiridos na totalidade é negativa.

No Quadro 20 solicitou-se aos inquiridos que indicassem qual a periodicidade de aquisição dos produtos indicados. Construiu-se uma tabela para um melhor entendimento das respostas dos inquiridos.

Quadro 20: Descrição da periodicidade de aquisição dos produtos apresentados

Quadro 20					
Opções	Diário	Semanal	Quinzenal	Mensal	Nunca
Hortícolas frescos	X (1)	X (13)			
Hortícolas congelados		X (11)	X (1)	X (1)	X (1)
Frutícolas	X (1)	X (13)			
Batata (e outros tubérculos) fresca	X (1)	X (8)	X (4)	X (2)	
Batata (e outros tubérculos) congelados		X (8)	X (2)	X (1)	X (3)
Leguminosas (feijão, grão, etc.,)		X (8)	X (5)	X (1)	
Laticínios		X (8)	X (6)		
Pão e Cereais	X (13)	X (1)		X (1)	
Carne		X (13)	X (1)		
Ovos		X (11)	X (3)		
Peixe		X (13)	X (1)		
Azeite		X (3)	X (5)	X (5)	X (1)
Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.,)		X (6)	X (6)	X (2)	
Pré-cozinhados congelados		X (5)	X (2)	X (2)	X (5)
Total	16	121	36	15	10
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.					

Verifica-se que as instituições adquirem a maioria dos produtos indicados com uma periodicidade semanal (121) e quinzenal (36).

Diariamente (16), mensalmente (15) e nunca (10) são as periodicidades de aquisição de produtos que ocorrem com menos frequência.

Constatamos que o pão e os cereais, são adquiridos na maioria das instituições diariamente. Os hortícolas frescos, hortícolas congelados, frutícolas, a carne, os ovos e o peixe são os produtos que são adquiridos com maior frequência semanalmente.

As leguminosas (feijão, grão, etc.), os laticínios, o azeite, e os produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.) são adquiridos com maior frequência quinzenalmente.

Mensalmente são adquiridos pelas instituições os seguintes produtos, a batata (e outros tubérculos) fresca, o azeite, produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.), e pré-cozinhados congelados.

No Quadro 21 solicita-se que seja indicado o tipo de fornecedor por tipologia de produtos alimentares adquiridos.

Quadro 21: Descrição do tipo de fornecedor por tipologia de produtos alimentares adquiridos

Quadro 21							
Opções	Grossista/ Armazeni sta	Grandes Superfíci es	Pequen o comérc io	Produto res locais individu ais (Beira Interior)	Associações de produtores /cooperativ as (Beira Interior)	Central de Compras	Outro(s)
Hortícolas frescos	X (11)			X (3)	X (1)	X (1)	X (2)
Hortícolas congelados	X (11)					X (2)	X (2)
Frutícolas	X (10)		X (1)	X (3)	X (1)	X (1)	X (2)
Batata (e outros tubérculos) fresca	X (9)		X (1)	X (3)	X (1)		X (1)
Batata (e outros tubérculos) congelados	X (8)		X (1)		X (1)	X (1)	X (3)
Leguminosas (feijão, grão, etc.)	X (9)		X (2)	X (3)	X (1)		X (1)
Laticínios	X (7)	X (3)	X (2)			X (2)	X (1)
Pão e cereais	X (3)		X (7)	X (3)			X (1)
Carne	X (9)	X (1)	X (3)	X (3)		X (2)	X (1)
Ovos	X (10)	X (2)	X (1)			X (2)	X (1)
Peixe	X (11)	X (1)	X (1)			X (2)	X (1)
Azeite	X (7)		X (1)	X (5)	X (3)		X (1)
Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.)	X (6)	X (3)	X (3)			X (2)	X (1)
Pré-cozinhados	X (7)	X (1)	X (1)		X (1)	X (2)	X (3)

congelados							
Total	118	11	24	23	9	17	21
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.							

Verifica-se que os produtos como hortícolas frescos, hortícolas congelados, frutícolas, batata (e outros tubérculos) fresca, batata (e outros tubérculos) congelados, leguminosas (feijão, grão, etc.), laticínios, carne, azeite, produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.), pré-cozinhados congelados, os ovos e o peixe são maioritariamente adquiridos no tipo de fornecedores grossista/armazenista.

Nas grandes superfícies são adquiridos produtos como os laticínios, e os produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.).

No pequeno comércio são adquiridos ainda produtos como o pão e cereais, a carne e os produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.). Refere-se ainda o azeite que é também adquirido nos produtores locais individuais (Beira Interior).

Verificamos que os produtos alimentares são adquiridos na maioria nos fornecedores Grossista/Armazenista, no Pequeno Comércio, nos Produtores locais individuais (Beira Interior).

No Quadro 22 são indicados os fornecedores que anteriormente foram mencionados como “outro(s)”.

Quadro 22: Descrição de outros fornecedores

Quadro 22
“Albifrutas, Serragel, Deltagel, A. Ezequiel, Dany Drinks”
“Beiragel, Serragel, Gelestrela, Sogenave”
“Não se utilizam estes produtos”
“Não utilizamos pré cozinhados”

No Quadro 23 solicitou-se que fosse indicado as quantidades (em média – kg) adquiridas/produzidas por semana de produtos alimentares utilizados na Instituição.

Quadro 23: Descrição das quantidades (em média - kg) adquiridas/produzidas por semana de produtos alimentares utilizados nas instituições

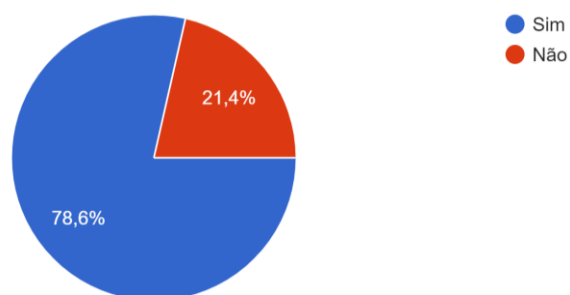
Quadro 23									
Opções	Menos de 1 kg	Entre 1 kg a 5 kg	De 5 kg a 10 kg	De 10 kg a 20 kg	De 20 kg a 40 kg	De 40 kg a 60 kg	De 60 kg a 80 kg	De 80 kg a 100 kg	+ de 100 kg
Hortícolas frescos			X (2)	X (6)	X (6)				
Frutícolas			X (2)	X (6)	X (3)	X (3)			
Batata (e outros tubérculos) fresca				X (5)	X (3)		X (2)	X (3)	X (1)
Leguminosas (feijão, grão, etc.)		X (1)	X (4)	X (8)	X (1)				
Pão e cereais	X (1)		X (6)	X (4)	X (3)				
Azeite		X (1)	X (5)	X (6)	X (1)	X (1)			
Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.)		X (7)	X (2)	X (3)	X (2)				
Total	1	9	21	38	19	4	2	3	1
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.									

Em média são adquiridos por semana entre 1kg a 5 kg produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.) para as instituições. O pão e cereais são adquiridos em média entre 5kg a 10kg por semana.

As Leguminosas (feijão, grão, etc.), hortícolas frescos, frutícolas, batata (e outros tubérculos) fresca, e o azeite são adquiridos em média por semana de 10 kg a 20 kg.

A batata (e outros tubérculos) fresca é o produto adquirido em maiores quantidades como verificamos.

Observamos que as instituições adquirem semanalmente (em média - kg) as seguintes quantidades de produtos alimentares com maior frequência, entre 5 kg a 10 kg, de 10 kg a 20 kg, e de 20 kg a 40 kg.

Gráfico 26: Exposição de se as instituições recebem produtos alimentares em forma de donativos

Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 26 verificamos que a maioria das instituições recebem produtos alimentares em forma de donativos.

No Quadro 24 solicita-se que indiquem qual a origem dos donativos e qual a tipologia.

Quadro 24: Descrição de qual a origem e tipologia dos donativos recebidos pelas instituições

Quadro 24					
Opções	Banco Alimentar	Grandes Superfícies	Produtores Locais	Pequena Agricultura Familiar	Outro
Hortícolas frescos			X (3)	X (9)	X (1)
Hortícolas congelados	X (1)			X (1)	
Frutícolas			X (4)	X (8)	X (1)
Batata (e outros tubérculos) fresca			X (2)	X (6)	X (1)
Batata (e outros tubérculos) congelados				X (3)	X (1)
Leguminosas (feijão, grão, etc.,)	X (1)			X (5)	X (1)
Laticínios	X (2)			X (2)	
Pão e Cereais	X (2)			X (1)	
Carne				X (1)	
Ovos				X (3)	
Peixe	X (1)			X (1)	
Azeite	X (1)			X (3)	

Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.,)	X (1)			X (1)	X (1)
Pré-cozinhados congelados	X (1)			X (1)	
Total	10	0	9	45	6
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.					

Verifica-se através das respostas dos inquiridos que os donativos de frutícolas são realizados pela pequena agricultura familiar e por produtores locais.

Os hortícolas frescos, batata (e outros tubérculos) fresca, leguminosas (feijão, grão, etc.), os ovos e o azeite são concedidos pela pequena agricultura familiar. Observamos que o produto mais concedido às instituições são os hortícolas frescos.

Os “Familiares de Utentes” foram também apontados como sujeitos que doam produtos agroalimentares.

Observa-se no Quadro 24 que os donativos recebidos pelas instituições são provenientes essencialmente da Pequena Agricultura Familiar, Banco Alimentar e dos Produtores Locais.

No Quadro 25 solicita-se que sejam indicados os obstáculos que, no entender dos inquiridos a Instituição enfrenta no abastecimento de produtos de origem local (Beira Interior).

Quadro 25: Descrição dos obstáculos que as instituições enfrentam no abastecimento de produtos de origem local

Quadro 25			
Opções	Nada Relevante	Relevante	Muito Relevante
Quantidade insuficiente dos alimentos disponíveis	X (4)	X (9)	X (1)
Inexistência de certificação da qualidade (segurança alimentar) dos alimentos adquiridos	X (5)	X (5)	X (4)
Reduzida diversidade do tipo de alimentos a adquirir	X (4)	X (9)	X (1)

Preço mais elevado	X (4)	X (5)	X (5)
Dificuldades na entrega dos alimentos	X (4)	X (8)	X (2)
Problemas no acondicionamento dos alimentos no transporte	X (4)	X (8)	X (2)
Dificuldade sobre o cumprimento de normas (faturação e outras)	X (3)	X (8)	X (3)
Falta de informação sobre produtos disponíveis em tempo útil	X (5)	X (7)	X (2)
Total	33	59	20
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.			

Constatamos que na maioria das respostas dos inquiridos a opção selecionada com mais frequência é a opção “**Relevante**”, seguidamente a opção “**Nada Relevante**” e a que foi menos selecionada pelos inquiridos “**Muito Relevante**”.

As opções assinaladas como “Relevantes” foram a “Quantidade insuficiente dos alimentos disponíveis”, a “Reduzida diversidade do tipo de alimentos a adquirir” as “Dificuldades na entrega dos alimentos”, os “Problemas no acondicionamento dos alimentos no transporte”, e a “Dificuldade sobre o cumprimento de normas (faturação e outras)” e a “Falta de informação sobre produtos disponíveis em tempo útil” são caracterizadas pela maioria dos inquiridos como relevantes sendo obstáculos que as instituições enfrentam no abastecimento de produtos de origem local.

Como “Nada Relevante” os inquiridos selecionaram maioritariamente a “Inexistência de certificação da qualidade (segurança alimentar) dos alimentos adquiridos”, e a “Falta de informação sobre produtos disponíveis em tempo útil”.

Como “Muito Relevante” foi selecionado maioritariamente o “Preço mais elevado” e a “Inexistência de certificação da qualidade (segurança alimentar) dos alimentos adquiridos”.

No entanto, a “Inexistência de certificação da qualidade (segurança alimentar) dos alimentos adquiridos” é considerado pelos inquiridos de igual forma como “Nada Relevante e Relevante”. O “Preço mais elevado” é entre os inquiridos considerado como também como “Relevante e Muito Relevante”.

Averiguamos numa outra questão que nenhuma das instituições que responderam ao inquérito por questionário estão integradas num circuito curto agroalimentar.

No Quadro 26 solicitou-se aos inquiridos que indentificassem as 5 principais vantagens da utilização de Circuitos Curtos Agroalimentares pela Instituição. Assinalaram essas vantagens com um (X).

Quadro 26: Descrição das 5 principais vantagens da utilização de Circuitos Curtos Agroalimentares pela Instituição

Quadro 26	
Disponibilidade de outros produtos/serviços	X (1)
Quantidade suficiente dos alimentos disponíveis	X (3)
Qualidade dos alimentos adquiridos	X (3)
Diversidade de escolha sobre o tipo de alimentos disponíveis	X (0)
Preço dos alimentos adquiridos	X (3)
Facilidade no acesso/na entrega dos alimentos	X (3)
Cumprimento de normas (higiene, faturação, controlo da produção) da produção e distribuição dos alimentos adquiridos	X (1)
Apoio aos agricultores locais	X (1)
Valorização dos produtos locais	X (4)
Dinamização da economia local: criação de emprego, reforço do comércio local e retenção de valor no território	X (4)
Reforço da identidade cultural e promoção de novas atratividades	X (1)
Menor consumo de energia na conservação e transporte dos produtos e menores emissões de CO2	X (1)
Práticas agrícolas menos intensivas, melhoria na conservação dos solos e redução no uso de fitoquímicos	X (1)
Preservação da biodiversidade através da diversidade de espécies e utilização de variedades regionais e raças autóctones	X (1)
Fortalece laços comunitários de solidariedade entre as populações e regiões (diálogo entre identidades individuais e coletivas)	X (2)
Promove a cultura das populações e regiões, respeitando a memória e o património do passado e do presente e zelando pelas gerações futuras	X (2)
Promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das organizações	X (3)
Melhorar a alimentação promovendo a saúde e a satisfação dos utentes e dos funcionários	X (3)
Estimula a consciencialização, mudança de atitudes e práticas individuais e coletivas	X (4)
Informação sobre preço, origem dos produtos e os métodos de produção	X (2)
Minimização dos custos de transporte e armazenamento	X (3)

Acesso a produtos frescos, da época e de maior qualidade	X (3)
Reforço da proximidade e maior consciência da cadeia e processos de produção alimentar	X (1)
Equidade de relações comerciais/preço justo	X (2)
Transparência de dispositivos e procedimentos	X (1)
Responsabilização partilhada dos atores da e na cadeia de abastecimento alimentar (Estado, produtores, consumidores, autarquias e sociedade civil)	X (1)
Participação ativa/promoção do associativismo	X (2)
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.	

Como podemos observar no Gráfico 26 as vantagens selecionadas com maior frequência pelos inquiridos, são a valorização dos produtos locais, a dinamização da economia local: criação de emprego, reforço do comércio local e retenção de valor no território, estimula a consciencialização, mudança de atitudes e práticas individuais e coletivas. A quantidade suficiente dos alimentos disponíveis, a qualidade dos alimentos adquiridos, o preço dos alimentos adquiridos, a facilidade no acesso/na entrega dos alimentos, promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das organizações, o melhorar a alimentação promovendo a saúde e a satisfação dos utentes e dos funcionários, a minimização dos custos de transporte e armazenamento, o acesso a produtos frescos, da época e de maior qualidade.

No Quadro 27 solicitou-se aos inquiridos que indicassem os três alimentos mais utilizados na confeção alimentar da Instituição.

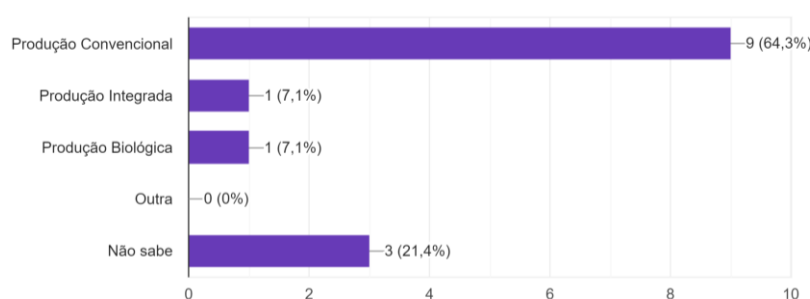
Quadro 27: Descrição dos 3 alimentos mais utilizados na confeção alimentar das instituições

Quadro 27	
Alimentos mais utilizados	Número de vezes indicados pelos inquiridos
Batata	13
Carne	6
Azeite	3
Legumes	3
Cebola	2
Frutas	2
Peixe	2
Massas	2
Arroz	2
Cenoura	2

Pão	1
Alface	1
Couve	1
Produtos hortícolas	1
Leguminosas	1
Lacticínios	1
Vegetais	1

Como podemos observar (Quadro 27) as batatas, a carne, e os legumes são os alimentos mais utilizados na confeção alimentar das instituições.

Gráfico 27: Descrição do tipo de produção dos alimentos confeccionados nas instituições



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 27 questiona-se os inquiridos se têm conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados.

Como podemos observar a maioria das instituições refere que o tipo de produção utilizado é a produção convencional.

No Quadro 28 soliciou-se aos inquiridos que indicassem os principais critérios para a elaboração das ementas.

Quadro 28: Descrição dos 3 principais critérios para a elaboração das ementas

Quadro 28	
Orientações Nutricionais	X (11)
A adequação às necessidades individuais de cada utente	X (10)
A sazonalidade dos produtos	X (6)
A satisfação dos utentes mediante seus pedidos	X (6)
O preço dos alimentos	X (6)
A disponibilidade de produtos pelos fornecedores	X (4)
A proveniência local/regional	X (3)

O tipo de produção	X (1)
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.	

Verificamos que os principais critérios para a elaboração de ementas são as orientações nutricionais, seguindo-se a adequação às necessidades individuais de cada utente, a sazonalidade dos produtos, a satisfação dos utentes mediante seus pedidos, e o preço dos alimentos. Estes foram os critérios mais seleccionados pelos inquiridos.

No Quadro 29 questiona-se os inquiridos sobre o valor mensal em média gasto em alimentação na Instituição.

Quadro 29: Descrição do valor mensal em média gasto em alimentação nas instituições

Quadro 29
"7000"
"6500"
"6.000 euros"
"5000"
"3.000,00€"
"3.000€"
"3.000€"
"2500.00€"
" +/- 1.500€"
"1000 e pouco"
"Cerca de 1000 euros"
"500€"
"300"
"..."

Observamos que os valores monetários são distintos, estes valores dependem do número de utentes a frequentar as diversas respostas sociais, do número de funcionários e da dimensão das instituições.

No Quadro 30 quando se questiona qual a percentagem de valor face a outros custos das instituições, indicam-se as respostas dos inquiridos na tabela seguinte.

Quadro 30: Descrição da percentagem de valor face a outros custos das instituições

Quadro 30
"90%"
"60%"
"50%"
"40%?"
"40%"
"40%"
"35%"
"30%"
"25%"
"12%"
"1 terço"
"mais ou menos o mesmo"
"..."

Observamos que as percentagens de valor indicadas pelos inquiridos são diferentes, pois depende da dimensão das instituições. No entanto, observa-se que os inquiridos referiram percentagens de valor entre os 40% e 30% com maior frequência, ou seja, são estas as percentagens de valor face a outros custos das instituições.

No Quadro 31, solicita-se que indiquem qual o valor pago pelos utentes pelo serviço de refeição (mensal).

Quadro 31: Descrição do valor pago pelos utentes pelo serviço de refeição (mensal)

Quadro 31
"725€"
"725"
"140€"
"140€"
"139,00€"
"135 euros"
"130,00€"
"120"
"105,00€"
"100"
"80"
"25% a 35% dependendo do rendimento"
"0"
"..."

Observa-se no Quadro 31 que o valor pago pelos utentes pelo serviço de refeição (mensal) é distinto em praticamente todas as instituições.

No Quadro 32 questionou-se as entidades se desenvolvem algum tipo de ações para evitar ou diminuir o desperdício alimentar.

Quadro 32: Descrição do tipo de ações desenvolvidas pelas instituições para evitar ou diminuir o desperdício alimentar

Quadro 32		
Opções	Sim	Não
Redistribuição de alimentos não consumidos (excedentes) pelos funcionários	X (7)	X (7)
Redistribuição alimentos por outras instituições (reefood, outras)		X (14)
Para alimentação animal	X (7)	X (7)
Para compostagem	X (3)	X (11)
Para cabazes de apoio social	X (2)	X (12)
Total	19	51
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.		

Os inquiridos referem já desenvolver algum tipo de ações para evitar ou diminuir o desperdício alimentar no que diz respeito à redistribuição de alimentos não consumidos (excedentes) pelos funcionários, e para alimentação animal. Referem também a compostagem e os cabazes de apoio social. No entanto, observamos no (Quadro 32) que os inquiridos ainda não desenvolvem muitas ações (51 respostas) para evitar ou diminuir o desperdício alimentar.

Questionaram-se os inquiridos se já utilizam algum mercado eletrónico para a compra de produtos alimentares. A totalidade dos inquiridos respondeu que não utilizam nenhum mercado eletrónico.

No Quadro 33, solicitou-se que indicassem os três principais motivos por não usarem ainda nenhum mercado eletrónico para a compra de produtos alimentares.

Quadro 33: Descrição dos 3 principais motivos pelo qual as instituições ainda não utilizam nenhum mercado eletrónico

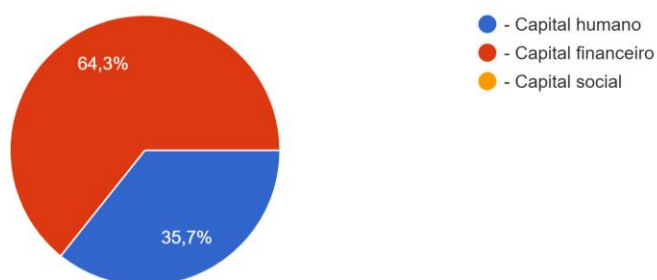
Quadro 33	
Não dominar competências para a utilização de sistemas informáticos	X (3)
Falta de recursos informáticos (computadores, acesso à internet)	
Indisponibilidade de outros produtos/serviços não alimentares	X (5)
Quantidade insuficiente dos alimentos disponíveis	X (1)
Incerteza quanto à qualidade dos alimentos a adquirir	X (11)
Indisponibilidade ao longo do ano de alguns alimentos	
Preço dos alimentos a adquirir	X (3)
Problemas logísticos (entrega, processo de pagamento, devoluções, etc)	X (4)
Incerteza quanto ao cumprimento de normas (higiene, faturação, controlo da produção) da produção e distribuição dos alimentos adquiridos	X (6)
Dificuldade no uso do portal eletrónico	X (1)
Falta de relação direta com o vendedor	X (8)
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.	

Os inquiridos indicaram como os três principais motivos por não usarem ainda nenhum mercado eletrónico para a compra de produtos alimentares, a incerteza quanto à qualidade dos alimentos a adquirir, a falta de relação direta com o vendedor, e a incerteza quanto ao cumprimento de normas (higiene, faturação, controlo da produção) da produção e distribuição dos alimentos adquiridos.

2.5. Bloco 5 «Gestão partilhada de recursos»

O último bloco do inquérito por questionário refere-se à gestão partilhada de recursos.

Gráfico 28: Descrição do tipo de capital que se apresenta como maior dificuldade do ponto de vista da gestão das instituições

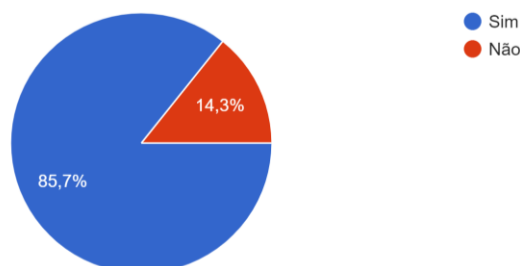


Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 28 solicitou-se que indicassem de entre o capital humano (recursos humanos), o capital financeiro (diversificação de fontes de financiamento, iniciativas de angariação de fundos, análise de investimento) e capital social (parcerias, intervenção em rede), o que se apresenta como maior dificuldade do ponto de vista da gestão de uma Instituição.

Como verificamos a maioria dos inquiridos selecionou o capital financeiro como o que se apresenta como maior dificuldade do ponto de vista da gestão das instituições, ou seja, a sustentabilidade das instituições está em causa devido à dimensão financeira.

Gráfico 29: Descrição de como as instituições encaram a possibilidade de existirem potencialidades ou recursos locais que permitam melhorar o seu desempenho perante os recursos

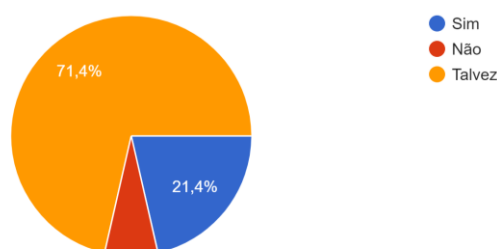


Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 29 questionou-se os inquiridos se consideram que existem potencialidades ou recursos locais que permitam à Instituição melhorar o seu desempenho perante estes recursos.

A maioria dos inquiridos respondeu que sim, ou seja, que existem potencialidades ou recursos locais que permitam à Instituição melhorar o seu desempenho.

Gráfico 30: Descrição da disponibilidade das instituições do concelho do Fundão para a partilha de recursos entre si



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

No Gráfico 30 pergunta-se aos inquiridos se consideram que as Instituições do concelho do Fundão estão disponíveis para a partilha de recursos entre si.

Como se verifica, a maioria dos inquiridos refere que talvez estas instituições estejam disponíveis para a partilha de recursos entre si.

No Quadro 34 questiona-se os inquiridos se consideram que há potencialidades de partilha face à sua Instituição dos seguintes tipos de recursos:

Quadro 34: Descrição das potencialidades de partilha dos recursos referidos indicados pelas instituições

Quadro 34		
Opções	Sim	Não
Partilha de espaços físicos e equipamentos (por ex.: Sala de Fisioterapia com Equipamentos);	X (13)	X (1)
Recursos humanos existentes (partilha de recursos humanos especializados)	X (7)	X (7)
Partilha de veículos (autocarros, carrinhas, etc.)	X (10)	X (4)
Sistemas operacionais (central de compras)	X (6)	X (8)
Outros	X (1)	X (13)
Total	37	33
Nota: () Número de inquiridos que assinalou a opção.		

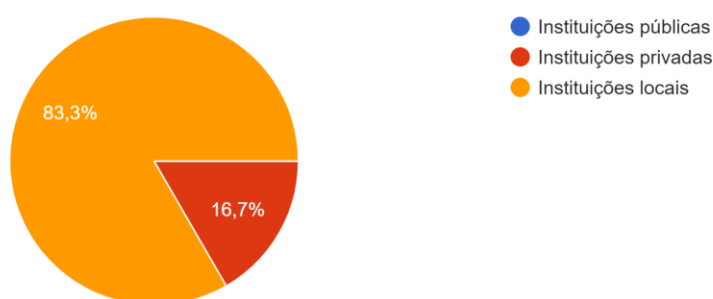
Verificamos que a partilha de espaços físicos e equipamentos (por ex.: Sala de Fisioterapia com Equipamentos), a partilha de veículos (autocarros, carrinhas, etc.), os recursos humanos existentes (partilha de recursos humanos especializados), e os sistemas operacionais (central de compras) são exemplos de recursos que os inquiridos referem haver pontencialidades de partilha nas instituições.

Constatamos ainda no Quadro 34 que os inquiridos referem na maioria das respostas existirem potencialidades de partilha dos recursos anteriormente referidos.

No Quadro 34 os inquiridos selecionaram a opção “Outros”, onde referiram que há potencialidade de partilha de recursos nomeadamente de “reuniões entre os vários Técnicos de Serviço Social, onde possa existir um espaço de partilha de informações e até de algumas orientações de ajuda para outros técnicos”, “partilha de espaços físicos, equipamentos e veículos (autocarro e carinhas)”. Observamos pelas respostas dos inquiridos que existe a necessidade de serem criados espaços de diálogo comum e partilha entre técnicos. Tal como, existe a necessidade de partilhar espaços físicos, equipamentos e veículos.

No Gráfico 31 pede-se para indicarem com que tipo de instituições já praticam esta partilha de recursos.

Gráfico 31: Descrição do tipo de instituições com quem as instituições já partilham recursos



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Docs

A maioria dos inquiridos refere que esta partilha de recursos já se pratica com instituições locais.

No Quadro 35 solicitou-se aos inquiridos que possam dar a sua opinião em relação ao Conceito de Economia de Partilha, tendo em conta os seguintes aspetos (se seria útil à Instituição, ou à comunidade, se é exequível ou utópico).

Quadro 35: Descrição das opiniões dos inquiridos sobre o Conceito de Economia de Partilha

Quadro 35
“Sim, surge assim a sustentabilidade social e partilha de recursos.”

“É uma maneira de partilhar, e de ajudar, para poder melhorar a nossa economia.”
“Útil e exequível.”
“Resistência à mudança.”
“Seria do interesse das IPSS's conseguirem espaços, que possibilitassem a aquisição de novos espaços físicos de forma a conseguir uma maior auto-rentabilização dos recursos existentes, não só a nível monetário, mas também na introdução de novos recursos que dessem apoio à sociedade local. Uma IPSS's que pense aumentar os seus recursos físicos (por exemplo), com a intenção de aumentar os seus recursos financeiros, mas que não tenha nenhum projecto de reaproveitar e rentabilizar os espaços adquiridos, de nada serve.”
“Considero que seria útil quer para a instituição quer para a comunidade.”
“Tudo depende da localização da instituição.”
“Seria útil para a Instituição e à comunidade.”
“Talvez seja exequível, com muito empenho e trabalho de uma equipa para tal.”
“Parece pertinente e útil. Contudo, exige mudanças substanciais de funcionamento e, sobretudo, entendimento/perceção sobre o valor das mudanças.”
“Seria útil às Instituições, no sentido de rentabilidade de recursos.”
“É exequível, e seria muito útil à Instituição e à Comunidade se existisse um pensamento diferente. Tem que partir dos dirigentes das IPSS, estarem mais receptivos a outras modalidades a formas de colaboração. Os profissionais/técnicos que trabalham nas IPSS também têm que ter outro tipo de receptividade na abordagem destas questões.”
“Benéfico por responder às necessidades de várias instituições.”
“Acho uma boa ideia, uma maneira para ajudar os outros e a economia e seria útil a instituição.”

A opinião dos inquiridos em relação ao Conceito de Economia de Partilha é positiva, evidenciam que será exequível referindo que a sustentabilidade social e a economia beneficiam. Referem que para as IPSS neste âmbito também será muito vantajoso, pois existiria a possibilidade de partilha. São referidos aspetos importantes, nomeadamente a rentabilidade de recursos, o trabalho em equipa, e a receptividade na abordagem destas questões. Poderá no concelho do Fundão onde se situam estas instituições, existir um desenvolvimento maior numa lógica de sustentabilidade se estas questões forem colocadas em prática e se se der mais importância ao conceito de economia de partilha.

Numa outra questão solicitou-se aos inquiridos em relação ao Conceito Partilha de Recursos a sua opinião indicando possibilidades e possíveis benefícios.

Foram indicadas como possibilidades e possíveis benefícios quanto ao conceito de partilha de recursos que “as Instituições com esta prática só traria ganhos e benefícios, numa lógica até de divulgação de serviços das mesmas. Mas actualmente, ainda se verifica muito que as Instituições e os Técnicos, trabalham muito numa lógica de Individualismo têm receio de partilharem / ensinarem o que quer que seja.

Existe a necessidade de haver mais divulgação e um maior empenho de outras entidades oficiais em colaborar e divulgar iniciativas deste género, aliás deveriam ser estas entidades oficiais a criar motivação e de alguma forma estimular estas iniciativas junto das Instituições”.

Foi acrescentado por um dos inquiridos que se possa “talvez começar pela formação de uma equipa concelhia (depois deste estudo) para analisar as possibilidades caso a caso”.

É apontado também a necessidade de uma “maior coesão entre as IPSS, ainda existe a ideia de cada uma uma trabalhar por si, apenas com os seus meios, possivelmente, se houvesse uma maior coesão e uma maior partilha, nem que fosse de experiências que pudesse servir de apoio”.

Como benefício um dos inquiridos realça o facto de se “poder adquirir produtos mais baratos e de maior qualidade”. Destaca-se um outro aspecto referido a “gestão de recursos inutilizados ou pouco rentabilizados”.

Os inquiridos consideram que “seria muito útil se houvesse a partilha de recursos com instituições/associações mais próximas”, no entanto referem que “instituições que estão localizadas a mais de 8,9 Km é difícil a partilha porque não é um hábito”.

Os inquiridos expõem que a partilha de recursos “seja de que carácter for é sempre uma mais valia para todos”, a “rentabilidade de recursos e melhoria de gestão financeira”, o “bom financiamento e mais vantagens para a economia da instituição” são algumas das possibilidades e benefícios apontados pelos inquiridos.

Podemos concluir que em relação a esta última questão, os inquiridos indicaram possibilidades e benefícios no que respeita ao conceito de partilha de recursos, no entanto concluímos que tem que existir uma maior coesão entre o município e as instituições para que esta partilha de recursos seja fortalecida e rentável na medida em que se possam explorar recursos e reaproveitar os mesmos dentro de uma lógica sustentável. A sensibilização junto dos técnicos que trabalham nas IPSS e da população em geral é de carácter urgente e muito importante para a concretização destas questões de partilha de recursos.

2.6. Reflexão sobre a análise de dados recolhidos através do inquérito por questionário

Procede-se a uma análise reflexivo-crítica sobre os dados analisados anteriormente, articulando a caracterização pessoal dos inquiridos, dos profissionais, das respetivas instituições e da sustentabilidade financeira.

Começa-se por fazer uma caracterização pessoal dos profissionais que preencheram o inquérito por questionário. Verifica-se que os inquiridos na sua maioria têm uma idade compreendida entre 18 e os 30 anos de idade, sendo

maioritariamente do sexo feminino. O nível de escolaridade entre os inquiridos é a licenciatura na grande maioria, sendo a área de formação com maior frequência a licenciatura em Serviço Social. O cargo desempenhado nas instituições na maioria dos casos é de Director(a) Técnico(a). Na generalidade dos inquiridos o número de anos de exercício profissional nas instituições é de há menos de 5 anos.

Constatamos que a maioria das instituições tem entre 10 a 20 anos de existência, sendo predominantemente Associações de Solidariedade Social. Constituíram-se com o objetivo de prestar apoio à terceira idade na sua maioria. Em relação ao âmbito geográfico situam-se maioritariamente no concelho do Fundão.

No que concerne às respostas sociais, verifica-se que a resposta social Centro de Dia existe na maioria das instituições, sendo a que se encontra com maior frequência, seguindo-se o Serviço de Apoio Domiciliário e a resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. Verificamos que na totalidade das instituições a resposta social Centro de Dia tem cerca de 289 utentes a frequentar a mesma, seguindo-se o Serviço de Apoio Domiciliário com 169 utentes e a resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas com 153 utentes.

No que concerne à sustentabilidade das instituições, verifica-se que as principais fontes de financiamento são na grande maioria os acordos de cooperação e os utentes.

Contatamos que as instituições revelam uma preocupação com estas questões onde preveem a implementação de iniciativas de investimento no âmbito da economia social nomeadamente, aumentar a capacidade de resposta social, o aumento do número de funcionários, o aumento da qualificação dos funcionários, aumentar o tipo de serviços/atividades prestados aos utentes, melhorar as instalações, adquirir novos equipamentos de apoio às atividades promovidas.

Por último, preveem o aumento da remuneração salarial dos funcionários, uma nova resposta social, e o investimento na aquisição de produtos agroalimentares locais.

Verifica-se que as instituições têm parcerias com diversas entidades, sendo o Instituto da Segurança Social a maior parceria, seguindo-se a Câmara Municipal, as Junta(s) de Freguesia(s), os Centro(s) de Saúde, os Hospitais, os Bombeiros, a PSP/GNR, e outras IPSS's.

Observamos que os tipos de produtos e/ou serviços abrangidos pelas parcerias estabelecidas, são na maioria serviços financeiros, seguindo-se a prestação de serviços, a alimentação (confeção e/ou distribuição), formação dos funcionários, cedência das instalações e a alimentação (aquisição de alimentos).

É possível verificarmos que as instituições na sua maioria têm contribuído de alguma forma para o desenvolvimento da economia local.

Para além disto, constata-se que promovem atividades de apoio à dinamização da economia local, particularmente no emprego de membros da comunidade local,

seguidamente na contribuição para a melhoria das condições de vida dos cidadãos locais, bem como, na promoção de serviços sociais de apoio aos membros da comunidade local.

Referem também a aquisição de serviços locais, a contribuição para a fixação de pessoas e bens ao território, a participação em atividades culturais, a aquisição de produtos agroalimentares locais e por fim na aquisição de outros produtos locais.

Notamos que a maioria das instituições (57,1%) diz ter criado lucros nos últimos 5 anos, ainda que uma percentagem considerável de instituições (42,9%), refere não ter criado lucros nos últimos 5 anos.

As instituições que criaram lucros nos últimos cinco anos, investiram na aquisição de novos equipamentos ou melhoria dos mesmos (transportes, máquinas, computadores, mobiliário, etc), no aumento dos Recursos Humanos (criar novos postos de trabalho), na formação (dos funcionários), na melhoria ou construção de novas instalações, na melhoria dos serviços e procedimentos prestados (novas ementas, diminuição desperdícios alimentares, novos sistemas informáticos para a gestão de clientes, fornecimento de bens), e por último no aumento dos ordenados dos funcionários, no emprego de funcionários com mais qualificação, e na atribuição de prémios de desempenho aos funcionários.

Concluimos que existe por parte das instituições uma maior preocupação com questões da sustentabilidade financeira e com aspetos relacionados com a inovação e, sobretudo, com a melhoria dos próprios serviços que prestam à população.

2.7. Discussão final da recolha de dados das entrevistas e dos inquéritos por questionário

Percebemos que, a natureza jurídica das instituições inquiridas são predominantemente Associações de Solidariedade Social, e foram constituídas com o objetivo principal de prestar apoio à terceira idade. Verificou-se que a resposta social Centro de Dia encontra-se com maior percentagem e frequência em todas as instituições inquiridas.

Os principais meios de financiamento das instituições, são na maioria os acordos de cooperação e os utentes.

As instituições inquiridas revelam preocupações significativas com a implementação de iniciativas de investimento no âmbito da economia local, nomeadamente com o aumento da capacidade de resposta social, com o aumento do número de funcionários, o aumento da qualificação dos funcionários, aumentar o tipo de serviços/atividades prestados aos utentes, melhorar as instalações, adquirir novos equipamentos de apoio às atividades promovidas.

Verifica-se que as instituições têm contribuído de alguma forma para o desenvolvimento da economia local, particularmente no emprego de membros da comunidade local, na contribuição para a melhoria das condições de vida dos cidadãos locais, bem como, na promoção de serviços sociais de apoio aos membros da comunidade local. Refere-se também a aquisição de serviços locais, a contribuição para a fixação de pessoas e bens ao território, a participação em atividades culturais, a aquisição de produtos agroalimentares locais e por fim na aquisição de outros produtos locais.

Como analisámos nas entrevistas semiestruturadas a partilha de serviços ou recursos entre IPSS é, por um lado, considerada como essencial e necessária ao desenvolvimento das instituições, mas, por outro lado, deparamo-nos com um grande desconhecimento sobre o tema. A informação e divulgação alusiva ao tema ainda é escassa.

As instituições reconhecem que deveriam neste âmbito estar interligadas entre si, a ajuda deveria ser mútua. Urge o trabalho em rede, tanto ao nível do inquérito por questionário como das entrevistas existem indicadores da necessidade de trabalhar em rede sendo que uma instituição ou organismo deve dar início ou reinício aos trabalhos de divulgação e implementação.

No que respeita à partilha de recursos alimentares entre IPSS, são referidos aspetos como dar primazia aos produtos alimentares locais, e posteriormente a criação de uma política pública que tenha como objetivo principal a aproximação das instituições e o fomentar desta prática nas mesmas.

Destaca-se a proposta da criação de uma central de compras no concelho, onde todas as instituições pudessem ser intervenientes e assumissem um papel fulcral no desenvolvimento e economia local.

Neste âmbito, a questão dos circuitos curtos agroalimentares é percecionada pelas instituições como algo fundamental que deverá ser valorizado. São referidos benefícios como preços mais competitivos, a qualidade e a frescura dos produtos. Um outro benefício apontado é o reforço do impacto ambiental, que a economia local gera e que por sua vez gera promoção do empreendedorismo local. Propicia a valorização de pequenas e médias IPSS, tal como a valorização dos territórios e meio envolvente.

Por conseguinte, é manifestada a necessidade da criação de um espaço de diálogo de organização comum entre as instituições e pequenos produtores.

CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO

Neste capítulo apresentamos as conclusões gerais sobre os resultados obtidos à luz das questões de investigação que nos propusemos investigar. Identificamos algumas limitações e constrangimentos registados ao longo do trabalho, com destaque para dimensão metodológica e cujo teor nos imprime prudência face à amplitude da reflexão e na proposta de projeto a apresentar. Por último, apresentamos algumas recomendações para futuras investigações na área.

A realização do presente trabalho de projeto foi enriquecedora na medida em que se conseguiu conhecer melhor o concelho do Fundão nomeadamente as IPSS em promenor, a abordagem dos CCA no concelho e a importância dos produtores locais.

O presente trabalho de projeto permitiu dar a conhecer a gestão partilhada de recursos entre IPSS, tal como a gestão dos recursos alimentares nas IPSS enquanto consumidores coletivos nos circuitos curtos agroalimentares. Este estudo pretende chamar a atenção para a pertinência desta temática e dar a conhecer os resultados obtidos, pretendendo consciencializar os diversos atores locais. A relevância dos contributos do trabalho de projeto para o mestrado de Gerontologia Social tornam-se ainda mais consistentes se for dada continuidade a outros estudos neste âmbito.

1. Limitações da investigação

No decorrer do trabalho de projeto, registaram-se algumas limitações e constrangimentos de várias ordens.

Uma limitação que com a qual a investigadora se confrontou ao longo do trabalho foi o da gestão do tempo disponível para promover este trabalho, dado ter sido realizado a par de compromissos laborais. Esta situação provocou alguns constrangimentos sobretudo no que respeita à capacidade de aprofundar a recolha de dados no campo empírico.

A este nível destaca-se o facto de, apesar de ter sido definido como campo empírico 36 IPSS do concelho do Fundão do distrito de Castelo Branco, apenas 14 entidades terem respondido ao questionário online limitou a amplitude do processo de análise e sobretudo das conclusões a extrair. Porém, foram realizadas duas tentativas de chamadas telefónicas para as 36 instituições, após o envio do inquérito por questionário. Averiguou-se através das chamadas telefónicas, a receção do email enviado com o presente instrumento, e estabeleceu-se um prazo para o término da resposta ao mesmo, em tempo útil. Apesar do esforço realizado para obter respostas por um maior número de entidades, considera-se que este trabalho exigiria ainda maior insistência junto das entidades ou mesmo recorrer a contacto presencial e a preenchimento do questionário informático pelo a própria investigadora através do questionamento direto aos responsáveis.

Um segundo constrangimento a nível da recolha de dados diz respeito ao número de entrevistas semiestruturadas realizadas; caso tivesse havido possibilidade de realizar a mais do que cinco especialistas da área poderia ter proporcionado um leque mais aprofundado de informação sobre a gestão partilhada das IPSS, nomeadamente sobre a dimensão da capacidade de produção local, entrevistando-se mais do que um produtor local. Além disso, permitir-nos-ia perceber alguns dados efetivos de um projeto responsável e consistente sobre a produção local e sobre os circuitos curtos agroalimentares utilizados pelas instituições. Seria apurada com maior clareza e compreendida a importância da gestão partilhada dos recursos, aprofundando-se nomeadamente a gestão partilhada na cadeia alimentar entre as instituições. Reside o desejo de futuramente haver a possibilidade da criação de uma central de compras no concelho bem como, a adesão das IPSS à utilização dos circuitos curtos agroalimentares. Numa ocasião futura, este estudo deverá ser um estudo longitudinal, onde poderão ser realizadas entrevistas a autarcas e a outros produtores locais.

Por fim, constatou-se ainda não existirem muitos estudos sobre a gestão partilhada de recursos nas IPSS.

2. Principais conclusões da investigação

Neste âmbito, a gestão assume várias dimensões, gestão de recursos (financeiros, humanos, materiais e alimentares). Estas dimensões têm sempre como fator condicionante o meio envolvente e a localização geográfica das instituições. Como refere Hodge & Piccolo (2005) “a chave para a sobrevivência organizacional é a capacidade de adquirir e manter recursos” (citados por Sousa, 2018, p. 28).

Face ao estudo realizado, estamos convictos do eficaz contributo que a gestão partilhada de recursos pode oferecer para o desenvolvimento das IPSS e para melhorar a relação entre as mesmas e outras entidades.

Em primeiro lugar, salientamos o facto de as IPSS poderem partilhar recursos entre si através de uma lógica socioeconómica.

Em segundo lugar, e depois de consultados e analisados alguns documentos relativos à gestão partilhada de recursos. Depreende-se pelas respostas dos inquiridos que as IPSS estão predispostas a partilhar referindo nomeadamente a rede de partilha de informações (informações técnicas, informações sobre compras, partilha de boas práticas, etc.), tal como, as parcerias para a realização de projetos colaborativos, e a partilha de serviços prestados (clínicos, sociais, lúdicos, desportivos, culturais), por último referem a partilha de meios de transporte.

No que diz respeito aos circuitos curtos agroalimentares, estes têm inúmeros benefícios, de entre os quais se destaca o permitir à população controlar e melhorar a sua qualidade da cadeia alimentar, através da produção local, uma vez que gera oportunidades de emprego, bem como o aumento do rendimento familiar e diminui a

pegada ambiental. A adesão das IPSS neste âmbito pode proporcionar um maior desenvolvimento sustentável do concelho.

As IPSS beneficiam em partilhar recursos alimentares apoiando-se em circuitos curtos agroalimentares no concelho, pois para além de poderem ter a oportunidade de consumir produtos diversificados, com qualidade, saudáveis, frescos, e sazonais, podem ainda conhecer a origem e as condições de produção desses mesmos produtos, através da relação direta com os produtores.

Na perspetiva dos inquiridos as principais vantagens da utilização dos CCA são a valorização dos produtos locais e a dinamização da economia local, viabilizando a criação de emprego, o reforço do comércio local e retenção de valor no território, estimulando a consciencialização, mudança de atitudes e práticas individuais e coletivas. A quantidade suficiente dos alimentos disponíveis, a qualidade dos alimentos adquiridos (mediante a acessibilidade a produtos frescos, da época e de maior qualidade), o preço dos alimentos adquiridos, a facilidade no acesso/na entrega dos alimentos, promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das organizações. Segundo o apurado, importa às IPSS do Fundão inquiridas melhorar a alimentação, promovendo a saúde e a satisfação dos seus utentes e funcionários, a par da minimização dos custos de transporte e armazenamento, dos produtos agroalimentares.

Os resultados obtidos com este estudo no concelho do Fundão, vão ao encontro de outros resultados já apurados sobre os benefícios das IPSS na adesão aos CCA, sobretudo como consumidores coletivos (STAI.Bin, 2018; Vieira, et al., 2019; Mammaot, 2013), quer beneficiando a qualidade alimentar dos utentes e funcionários, com benefícios para a saúde, quer para o desenvolvimento sustentável do território, analisado numa lógica de sustentabilidade social e ambiental, no atenuar de problemas sociais, tais como o desemprego, o isolamento, o êxodo e o despovoamento, reforçando assim o desenvolvimento das comunidades envolventes.

Consideramos que os grupos, quer dos inquiridos, quer dos entrevistados, são diferentes. Constatámos que ambos os grupos, referem que a partilha de recursos entre IPSS traz diversos benefícios. No entanto, ainda se pratica muito o individualismo nas instituições, ainda não se verificam muitos exemplos de partilha. Verificámos que os recursos alimentares nas IPSS podem ser adquiridos, geridos e partilhados, se se optar por outros métodos de trabalho, tais como a criação de uma plataforma, ou central de compras e, posteriormente, a adesão de circuitos curtos agroalimentares.

As IPSS assumem um papel preponderante atualmente na sociedade, cada vez mais têm que estar dotadas de ferramentas para conseguirem responder aos desafios colocados. No contexto atual, têm que adotar práticas e estratégias de sustentabilidade eficazes de modo a tornarem-se mais modernas e inovadoras. Constitui-se igualmente como uma estratégia, a gestão utilizada pelos dirigentes das IPSS.

As necessidades das IPSS em relação à possibilidade de gestão partilhada de recursos é ainda um tema em constante desenvolvimento. Constatamos que não se fala ainda muito do assunto, nem são conhecidos muitos exemplos de partilha. Quando o assunto é abordado junto dos inquiridos quer através do inquérito por questionário, quer através dos entrevistados revela-se preocupante, pois considera-se que as instituições devem cooperar mais entre si. São apontados como constrangimentos a questão da mentalidade e da vontade, ou seja, ainda não existe pré-disposição para a partilha, segundo os inquiridos e entrevistados

No entanto, as IPSS reconhecem que existe uma lacuna de interligação entre si, mas admitem que será vantajoso e benéfico futuramente esta permuta de partilha de recursos entre si. O trabalho em rede é caracterizado pelas IPSS como proveitoso, e terá de ser mais real do que tem sido até agora. O trabalho em rede deve ser encarado como um sistema de “nós e elos”, capaz de organizar pessoas e instituições, em torno de um objetivo comum.

O estudo revela no que diz respeito aos processos de aquisição de compras que as IPSS ainda utilizam a forma mais tradicional, ou seja, é através dos pedidos de cotações/preçários que os fornecedores entregam nas instituições que procedem à encomenda final. Contudo é acentuada a ideia de que as estratégias para a rentabilização e sustentabilidade financeira das IPSS na aquisição de compras, são necessárias medidas políticas urgentes de âmbito municipal e regional que apelem à estratégia em rede, bem como deve ser dado destaque ao fator da relação qualidade/preço.

Podemos concluir que as IPSS indicam benefícios no que se refere aos circuitos curtos agroalimentares, pois obtêm-se preços mais competitivos, e também a possibilidade de melhor qualidade e frescura dos produtos, reforça o impacto ambiental, gera economia local e promove o empreendedorismo local. Mencionam ainda que o fator chave será sempre a redução de custos para cada uma das instituições.

Comprova-se através da literatura, como refere Correia (2013) que a comercialização dos produtos locais contribui para a dinamização da atividade agrícola, para a criação ou manutenção de emprego nas áreas rurais, tal como para o aumento do rendimento dos produtores e para a fixação de valor nas regiões, principalmente no interior do país. Reforça-se que a população tem adquirido alguns hábitos, estando nomeadamente a formar-se uma cultura ligada ao regresso à terra e aos valores da ruralidade.

As IPSS enquanto atores de consumo coletivo no âmbito da economia local, referem que, em relação às condições de compra dos recursos alimentares, deveria existir uma central de compras para todas as instituições no concelho. Deste modo, traria benefícios tais como, a aposta na economia local, proporcionava às instituições uma maior oferta e diversidade de produtos. A entrega diária e a frescura dos produtos são benefícios mencionados também neste estudo.

As instituições poderão beneficiar com a utilização dos circuitos curtos agroalimentares, nomeadamente com a valorização de pequenas e médias IPSS, valorização dos territórios e do meio envolvente.

Para concluir, resta-nos dizer que este trabalho de projeto permitiu-nos ter um conhecimento mais aprofundado sobre o trabalho promovido pelas IPSS e potencialidades face à gestão partilhada de recursos como modelo. Acima de tudo, constitui-se um contributo para a definição e implementação de estratégias adequadas e focadas sobre novos modelos de gestão das IPSS enquanto atores fundamentais na economia social.

No que se refere à gestão partilhada de recursos, em particular os recursos alimentares, nas IPSS, destaca-se o potencial de utilização dos circuitos curtos agroalimentares, sustentando a nossa opinião quer em informações patentes na literatura científica, nos resultados promovidos entre 2017 e 2019 no âmbito do projeto STAI.Bin e reforçado pelos resultados obtidos junto dos representantes das organizações da economia social inquiridos e outros actores privilegiados entrevistados neste estudo.

Com base no apurado, considera-se que a gestão de recursos partilhada não pode ser uma responsabilidade apenas das IPSS. É fundamental que sejam criadas políticas públicas consistentes que possam viabilizar às instituições uma dinâmica diferenciadora e sustentável, que venham regular as questões de gestão partilhada entre IPSS e o sistema de circuitos curtos agroalimentares na região do Fundão. Há que responsabilizar quer entidades promotoras de políticas supranacionais como a Comunidade Europeia, quer a nível nacional os organismos do poder central, quer o poder local (autarquias) e outros agentes nos territórios.

3. Recomendações e proposta de intervenção

Face às características das IPSS do concelho do Fundão apuradas neste estudo, registam-se como pertinentes as recomendações indicadas pela equipa de investigadores do projeto STAI.Bin (Vieira et al., 2019), das quais aqui se destacam as seguintes:

- As ementas nas entidades com serviço de alimentação coletiva, devem ser adequadas à dieta mediterrânica e à alimentação com base na sazonalidade dos produtos e na capacidade de produção local.
- No âmbito dos acordos de cooperação entre a Segurança Social e as IPSS, deve ser definida bonificação de verbas tendo por base evidências de gestão de recursos partilhados entre IPSS e entre as IPSS e outros atores como é o caso da proximidade com produtores locais no âmbito da dinamização dos circuitos curtos agroalimentares, tendo em consideração o potencial impacto para o desenvolvimento local;

- Ao nível da Política Fiscal, serem criados incentivos fiscais pelo contributo dos agentes pelo contributo para a redução da pegada ecológica, reduzindo as alterações climáticas, em particular pela redução do carbono, pelo contributo para a preservação das espécies autóctones, da biodiversidade e do património imaterial associado à produção.

Como estímulo à cultura de partilha de recursos pelas e entre instituições, sugere-se a criação de um guia de boas práticas que contemple orientações operativas direcionadas às IPSS de forma a adotarem procedimentos de melhoria de gestão dos seus recursos. nomeadamente no que respeita ao domínio dos recursos utilizados na cadeia alimentar. Neste âmbito, destaca-se a importância do diálogo social entre IPSS, estabelecido sobretudo através de reuniões entre IPSS e produtores locais, onde prevaleça o diálogo enriquecedor, que possa ir ao encontro dos interesses, expectativas e necessidades de ambas as partes.

Importa continuar a investir em trabalhos de investigação nesta área, sugerindo-se especialmente a realização de trabalhos de investigação-ação que contribuam para a criação e avaliação de experiências de gestão partilhada de recursos das IPSS entre si ou com outras entidades em contexto local, de forma a sustentar modelos e políticas que contribuam para a sustentabilidade das IPSS enquanto fortes atores de desenvolvimento local dos territórios, nomeadamente do concelho do Fundão.

Proposta de Projeto de Intervenção

Introdução

Escolheu-se com base no trabalho de pesquisa realizado a Região Centro, Distrito de Castelo Branco, concretamente o concelho do Fundão para a proposta de projeto de intervenção, porque para além de um elemento ser natural do concelho, o ciclo de estudos conducente, nomeadamente o Mestrado em Gerontologia Social decorre no distrito de Castelo Branco e o projeto STAI.Bin desenvolveu-se também no distrito. Para além disto, a Região Centro suscitou nos investigadores o propósito de investigar e conhecer melhor a região.

Para a escolha do projeto realizou-se uma investigação empírica, onde se procedeu ao diagnóstico sobre as potencialidades de gestão partilhada de recursos entre IPSS do concelho do Fundão, no âmbito da gestão diária dos mesmos.

A proposta de projeto apresentada aponta para o desenvolvimento de um projeto de intervenção, que possa explorar e expandir o potencial da gestão colaborativa entre IPSS na promoção dos Circuitos Curtos Agroalimentares no concelho do Fundão. O projeto de intervenção visa abranger todas as IPSS do concelho bem como todas as outras entidades do concelho.

Uma análise de necessidades e de problemas deve ser feita “com profundidade, extensão e consistência. Profundidade no sentido de tornar evidente todos os indicadores e tendências do fenómeno. Deve ter inerente uma compreensão em extensão do fenómeno social no sentido de olhar para os antecedentes, causas e efeitos ao longo dos tempos. Por último, deve ter consistência no sentido da organização e demonstração do quadro das necessidades” (Fialho et al., (2015), p.110).

Enquadramento

O concelho do Fundão, caracteriza-se pela dispersão geográfica, com zonas marcadamente urbanas, vocacionadas para as explorações agrícola, pastorícia e florestal, para a produção de fruta, azeite e vinho, e ainda, para a existência de um importante foco de atividade mineira, designadamente na exploração de volfrâmio (Website Município do Fundão, 2012). No concelho do Fundão, existe um espaço destinado à área da logística e de localização empresarial, onde já se encontra situado o Mercado Abastecedor da Cova da Beira instalado no Parque Industrial do Fundão que ocupa uma área de cerca de 8 hectares compreendendo um Pavilhão de Mercado com espaços destinados a grossistas e produtores hortofrutícolas, flores e outros produtos alimentares, bem como um espaço para restauração e áreas administrativas

e um Pavilhão de Entrepósito com espaços destinados a empresas de distribuição alimentar e logística (Website Município do Fundão, 2012).

Existe ainda, uma área destinada a escritórios e um centro de incubação empresarial que em muito tem contribuído para o aumento da atratividade comercial e das relações comerciais do Fundão (Website Município do Fundão, 2012).

A maioria das IPSS do concelho do Fundão situam-se nas freguesias pertencentes ao concelho, com uma distância aproximadamente entre 10km até 20km - 30km da sede de concelho, segundo o que se apurou. Verifica-se uma relação de proximidade, dadas as distâncias entre IPSS.

Constatámos a variedade de respostas sociais existentes nas IPSS do concelho do Fundão, tendo conhecimento de que lhes traz uma maior complexidade de gestão global no alcance dos desafios decorrentes. Porém as IPSS, vêem-se confrontadas com a necessidade de adotar uma gestão responsável devido às dificuldades financeiras decorrentes, havendo a necessidade de adotar cada vez mais criatividade na prestação dos seus serviços, englobando critérios de inovação social, para que consigam manter um equilíbrio entre os objetivos económicos, objetivos sociais e os desafios ambientais.

Segundo os resultados preliminares do diagnóstico realizado pelo projeto STAI.Bin (2018) junto de IPSS dos distritos de Castelo Branco e Guarda, permitem refletir criticamente sobre o impacto das IPSS na adesão aos Circuitos Curtos. Considerando que estas entidades contribuem para o desenvolvimento humano sustentável deste território, ao atenuar problemas sociais (desemprego, isolamento, êxodo e desertificação) e promovendo a saúde das pessoas no seu próprio território.

Neste sentido, o contexto territorial sobre o qual nos debruçamos tem que ter em conta os recursos do território na procura de uma solução em conjunto, que implicará uma ligação estreita com agentes do concelho e das instituições, para a integração e desenvolvimento de setores de atividade numa lógica de inovação. Urge a cooperação com outros territórios e a articulação com políticas regionais, nacionais e europeias.

Os agentes locais tal com as instituições têm obrigações no sentido de criarem capacidade para valorizar o seu contexto territorial, cooperarem mutuamente, criarem elos de ligação entre sectores tentando manter localmente o máximo valor acrescentado e estabelecer relações profícuas com outros territórios expandindo-se.

Neste sentido, elenca-se um conjunto de projetos e outras iniciativas promovidas no concelho Fundão que expressam a preocupação do concelho com a promoção da alimentação saudável e com cadeias alimentares sustentáveis. Apresenta-se o projeto Urbact III – Agri-Urban que decorre numa escola de uma freguesia pertencente ao concelho do Fundão, e tem como estratégias ser replicado.

Expõe-se o projeto Urbact III – Agri-Urban, a decorrer na freguesia de Silvares, na cantina da Escola Básica 2/3 de Silvares desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto. O plano de ação Agri-Urban “Fundão Produtos da Nossa Terra +

Ementas Saudáveis = Crianças Felizes” tem como principal foco o combate ao desperdício alimentar.

Constatamos que o município do Fundão tem apresentado grande interesse neste tema de dinamização da alimentação saudável e promoção dos produtos locais procurando apoiar iniciativas que estimulem este setor, envolvendo outras entidades.

Elencam-se as necessidades e problemas, bem como potencialidades e recursos apontados ao longo do desenvolvimento do trabalho de projeto.

Necessidades e Problemas:

- Poucos estudos sobre a gestão partilhada de recursos nas IPSS;
- Prevalece ainda muito o individualismo nas instituições;
- Não existe ainda pré-disposição para a partilha;
- Existem ainda muito poucos exemplos de partilha;
- Adoção de outros métodos de trabalho na gestão de recursos nas IPSS;
- Lacuna de interligação entre IPSS;

Potencialidades e Recursos:

- As IPSS podem partilhar recursos entre si através de uma lógica socioeconómica;
- As IPSS estão predispostas a partilhar, nomeadamente a rede de partilha de informações (informações técnicas, informações sobre compras, partilha de boas práticas, etc.), parcerias para a realização de projetos colaborativos, partilha de serviços prestados (clínicos, sociais, lúdicos, desportivos, culturais), e partilha de meios de transporte;
- IPSS reconhecem benefícios na utilização dos circuitos curtos agroalimentares:
 - - Permitem à população controlar e melhorar a sua qualidade da cadeia alimentar, através da produção local, uma vez que gera oportunidades de emprego, bem como o aumento do rendimento familiar e diminui a pegada ambiental.
 - - Consumir produtos diversificados, com qualidade, saudáveis, frescos, e sazonais, podem ainda conhecer a origem e as condições de produção desses mesmos produtos, através da relação direta com os produtores;
- Adesão das IPSS nos CCA proporciona um maior desenvolvimento sustentável do concelho;
- Vantagens da utilização dos CCA são a valorização dos produtos locais e a dinamização da economia local, viabilizando a criação de emprego, o

reforço do comércio local e retenção de valor no território, estimulando a consciencialização, mudança de atitudes e práticas individuais e coletivas. A quantidade suficiente dos alimentos disponíveis, a qualidade dos alimentos adquiridos (mediante a acessibilidade a produtos frescos, da época e de maior qualidade), o preço dos alimentos adquiridos, a facilidade no acesso/na entrega dos alimentos, promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das organizações.

- As IPSS podem melhorar a alimentação, promovendo a saúde e a satisfação dos seus utentes e funcionários, a par da minimização dos custos de transporte e armazenamento, dos produtos agroalimentares.
- Trabalho em rede é caracterizado pelas IPSS como rentável;
- As instituições poderão beneficiar com a utilização dos circuitos curtos agroalimentares, nomeadamente com a valorização de pequenas e médias IPSS, valorização dos territórios e do meio envolvente.

Constatamos que existem necessidades e problemas devidamente identificados no concelho, que merecem a devida atenção de todos os atores envolvidos. São apresentadas diversas potencialidades e recursos que podem viabilizar a proposta de projeto apresentada.

Denominação do projeto

O projeto tem como título **“O potencial da gestão colaborativa entre IPSS na promoção dos CCA no concelho do Fundão”**

Desta forma, explanamos alguns objetivos que consideramos importantes para a relevância da presente proposta de projeto.

Objetivos

Objetivo 1: Enquadrar os Circuitos Curtos Agroalimentares ao nível do enquadramento legal e legislativo; Criação de políticas públicas que regulem as questões de gestão partilhada entre IPSS e a integração dos CCA; paralelamente, privilegiar conteúdos informativos que permitam debater o tema enquanto questão estrutural da sociedade.

- Equadrar os CCA nos planos municipais;
- Convidar especialistas na área para sessões de esclarecimento dando informações específicas e gerais);
- Criação de reuniões, mobilizar agentes como autarquias, associações de produtores e IPSS;
- Continuar a articular com o IPCB para apoio a estudos, nomeadamente a aposta em observatórios sociais que possam realizar a monitorização das experiências.

Objetivo 2: Adotar uma abordagem orientada para os Circuitos Curtos Agroalimentares, utilizando conceitos ajustados ao tema e reforçar junto das Instituições Particulares de Solidariedade Social a relevância dos CCA.

- Divulgar junto das IPSS mais informação sobre os CCA;
- Realizar sessões de esclarecimento nas IPSS;
- Dar informação rigorosa às IPSS acerca dos CCA;

Objetivo 3: Tornar visível práticas já implementadas e em funcionamento ao nível nacional no âmbito dos CCA. Apresentar casos e testemunhos que vieram revolucionar os CCA, que lhe trouxeram visibilidade.

- Ampliar ao nível territorial nacional práticas de CCA;
- Focar práticas de CCA com sucesso;
- Valorizar práticas de IPSS já identificadas, ou seja, valorizar experiências e viabilizar a inspiração de outras IPSS para replicarem nos seus modelos de gestão;
- Noticiar, fazendo referência a casos de sucesso, a medidas/estratégias implementadas.
- Fazer referência a boas práticas, implementar um Guia de boas práticas (livro, ebook, folhetos, conferências, visitas de estudo);
- Priviligiar a perspectiva dos profissionais que já fazem parte do sistema dos CCA;

Objetivo 4: Promover a compreensão do fenómeno dos CCA, itegrando a temática não só em programas de informação mas também através do desenvolvimento de campanhas.

- Divulgar conteúdos inerentes aos produtores locais e realizar provas/degustações dos produtos;
- Dar visibilidade aos produtores locais, com visitas programadas no locais de produção;

Objetivo 5: Fomentar a partilha de recursos entre IPSS, nomeadamente recursos alimentares e integrar os CCA;

- Reunir os dirigentes das IPSS com as associações de produtores locais;
- Fazer sessões de esclarecimento sobre os CCA;
- Dar exemplos de experiências de partilha já efectuados no terreno;

Na proposta de projeto apresentada prima-se pela rentabilização de recursos, de forma a ser excludível economicamente para as IPSS, e pelo estabelecimento de parcerias com as entidades locais.

Como recomendações para futuras investigações descrevem-se ainda:

- Sistematizar e partilhar de exemplos de boas práticas (i.e. referências de práticas validadas de CCA com partilha de recursos já praticada no concelho ou noutros territórios), construindo nomeadamente um guia/manual de boas práticas;
- Desenvolver um Modelo de CCA local/Fundão (adaptado ao Fundão): canalizando as forças e potencialidades do concelho (apoio da CM para financiamento; espaço para central de compras, uso de carrinhas/partilha de transportes...tipo de alimentos face ao tipo de agricultura; adaptação de ementas nas IPSS aos produtos locais e sazonalidade);
- Monitorizar e avaliar o modelo de operacionalização com base na articulação com recurso a um “software da matriz de avaliação”, concebido pela equipa de investigadores do projeto STAI.Bin (2019) designado por **plataforma Stai.bin Analytics** adota cumulativamente conceitos oriundos da área da inteligência empresarial - Business Intelligence (BI) e dos Data warehouse (DW) - para análise e visualização de dados e tomada de ; processo a desenvolver em parceria com investigadores do IPCB (investigação-ação – relação com ensino superior);

Propomos o estabelecimento de parcerias entre as IPSS e entidades locais, como a Câmara Municipal do Fundão, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores e outras entidades que contribuam para o profícuo desenvolvimento do projeto.

As IPSS e os produtores locais serão os atores principais desta proposta de projeto.

Através destas ações e recomendações pretende-se dar uma dinâmica e visibilidade diferentes quer às IPSS quer aos produtores locais.

Referências Bibliográficas

Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1975). Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. *Revista Científica*, Volume XI (42-43), pp. 379-380. Acedido a 16/09/2019, através de: <https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/6755/1/Almeida%2c%20Jo%3a%20Ferreira%20de%20%281975%29%20Vol.%20XI%2c%20N%2c%20ba%2042-43%2c%20pp.%20365-445.pdf>

Alves, R. C. & Gomes, C. L. & Valente, T. M. F. (2010). Contributo para um método de recolha e análise de testemunhos orais da actividade extractiva minhota no decurso do séc. XX. In A. P. Florido e I. Rábano (Eds.), *Una visión multidisciplinar del patrimonio geológico y minero* (pp. 220-221). Cuadernos del Museo Geominero, nº 12. Acedido a 10/11/2019, através de: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30728/1/2010b_CuadernosMuseoGeomineiro12_EntrevistasComunidadeMineira.pdf

Amaro, R. (2009). A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito. *Revista de Economia Solidária*, (1), 11-28. Acedido a 15/05/2018, através de: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4182_pt.html

Akerman, M. et al., (2002). Avaliação em promoção na saúde: foco no município saudável, *Revista de Saúde Pública*, 36(5), 638-646. Acedido a 15/05/2018, através de: <http://www.prove.com.pt/www/wst/files/I173RELAT2XFINALXUVXCCAX30JULXV3.PDF>

Arraia, D. F. L. (2018). *Satisfação Dos Colaboradores De Uma Ips: Estudo De Caso* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Tomar. Escola Superior de Gestão de Tomar). Acedido a 05/11/2019, através de: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/28543/1/Disserta%3a%7c%3a3o.pdf>

Barbosa, A. M. S. F. V. A. (2012). *A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário – Um Estudo de Caso* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus). Acedido a 15/11/2019, através de: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2472/1/AnaMariaBarbosa.pdf>

Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Vol.2 nº1 (3), 71-78. Acedido a 20/11/2019, através de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>

Cabaço, L., Brás H., Motta, G. (coord.), 2017, Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. PORTUGAL. Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros

Carmo, H. (2011). Teoria da Política Social, um Olhar da Ciência Política. Lisboa: ISCSP.

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos. Relatório (2016). Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP). Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Acedido a: 20/05/2018, através de: <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2016.pdf>

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos. Relatório (2018). Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP). Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS). Acedido a: 20/05/2018, através de: <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2018.pdf>

Carvalho, L. C. (2016). *Sebenta de apoio - Metodologias e Técnicas de Investigação*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta) Acedido a 10/11/2019, através de: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5932/1/Sebenta_MTI_LuisaCarvalho.pdf

Carolan, M. (2012). *The sociology of food and agriculture*. New York: Routledge.

Centeno, C. C. R. (2010). *Responsabilidade Social na Gestão das Organizações: Caminhos para a Certificação* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior). Acedido a: 17/05/2018, através de: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2963/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Celina%20Centeno.pdf>

Correia, M. C. (2013). Importância dos produtos locais na dinamização económica e social dos territórios. *EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional*, (3), 2-3. Acedido a 05/11/2019, através de: <http://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos/send/4-cca/1717-revista-emrede-n-3-circuitos-curtos-agroalimentares-produzir-e-consumir-localmente>

Cordeiro, A. R. C. (2019). *O impacto das IPSS no desenvolvimento regional português* (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa). Acedido a 25/11/2019, através de: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28774/1/TFM_AnaRaquelCordeiro_CPBS.pdf

Coutinho, A. C. T. M. (2017). *Estratégias de gestão para a sustentabilidade de uma IPSS - O caso da gestão de recursos humanos na Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Politécnico de Viseu). Acedido a 15/06/2019, através de: https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/5472/1/ana_coutinho_tese_18.pdf

Cristas, A. (2013). Importância dos produtos locais na dinamização económica e social dos territórios. *EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional*, (3), 2-3. Acedido a 05/11/2019 , através de: <http://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos/send/4-cca/1717-revista-emrede-n-3-circuitos-curtos-agroalimentares-produzir-e-consumir-localmente>

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 20/07/2019, através de: <https://www.cm-fundao.pt/municipio/Hist%C3%B3ria>

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 22/07/2019, através de: https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/localizacao_privilegiada

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 22/07/2019, através de: https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/caracterizacao_fundao

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 25/07/2019, através de: https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/logistica/mercado_abastecedor

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 25/07/2019, através de: https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/localizacao_privilegiada/enquadramento_ferrovuario

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 25/07/2019, através de: https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/setor_agro_produtivo

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 27/07/2019, através de: <https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/saude>

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 27/07/2019, através de:

https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/conhecimento_tecnologia

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 27/07/2019, através de:

<https://www.cm-fundao.pt/movetofundao/ambiente>

CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 22/10/2019, através de:

<https://www.cm-fundao.pt/municipio/Quemsomos/transparencia>

- CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 25/11/2019, através de: https://www.cm-fundao.pt/municipionews/conferencia_final_agri_urban_silvares
- CM-Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 25/11/2019, através de: https://www.cm-fundao.pt/municipionews/rota_dialogos_produzir_consumir_local
- CM-Fundão. (2019). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a 25/11/2019, através de: http://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/2019/CCA_2019_CM_Fund%C3%A3o.pdf
- Dias, M. I. C. (1994). *O Inquérito Por Questionário: Problemas Teóricos E Metodológicos Gerais*. Acedido a 15/11/2019, através de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104265/2/193141.pdf>
- Domingues (2009). Comércio Solidário e Sustentável, uma Alternativa para o Desenvolvimento. Tese de Mestrado. ISCTE.
- Dossier - "PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DO FUNDÃO: 2005 – 2010". Acedido 31/05/2018 através de: file:///C:/Users/Mariana/Downloads/PDS%20Fund%C3%A3o_2005-2010.pdf
- Duarte, T. (2009). *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)* (Report CIES e-Working Paper N.º 60/2009). Acedido 10/11/2019 através de: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20Duarte.pdf>
- Farrell, G. Thirion, S. 2001. A competitividade dos territórios rurais à escala global. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. *Inovação em meio rural*, 6(5). Acedido a: 01/08/2010. <http://www.fao.org/sard/static/leader/pt/biblio/global.pdf>.
- Felber, C., (2017). *A Economia do Bem Comum*, Lisboa: Editorial Presença.
- Ferreira, M. (2012). Criação de um banco de recursos humanos: uma proposta no âmbito das Instituições Particulares de Solidariedade Social. (Dissertação de mestrado em Gestão). Páginas 1-94. Acedido a: 20/05/2018, através de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23456/4/Projeto%20mestrado%20final%20-%20Maria%20Jo%C3%A3o%20Ferreira..pdf>
- Fialho, J. Silva, C. & Saragoça, J. (2015). *Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Manuel Robalo;
- Goggins, G., & Rau, H. (2016). Beyond calorie counting: assessing the sustainability of food provided for public consumption. *Journal of Cleaner Production*, 112(1), 257-266. doi:10.1016/j.jclepro.2015.06.035
- Gregório, M. J. & Graça, P. (2016). Orientações Para O Fornecimento De Refeições Saudáveis Pelas Entidades Da Economia Social. Lisboa, Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, Direção-Geral da Saúde. Acedido em 26/10/2019, disponível em https://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp/wp-content/files_mf/1480418285Orientacoesparaofornecimentoderefeicoessaudaveispelasentidadesdaeconomiassocia.pdf
- Holt-Gimenez, E., 2019, *Can We Feed the World Without Destroying It?* Cambridge, Uk; Medford, MA., Policy PPress
- ISS, I. P. Instituto da Segurança Social. (2006). *Respostas Sociais – Nomenclaturas/Conceitos* (PDF). Lisboa: Segurança Social. Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança. Acedido em 10/06/2019, disponível em https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Conceitos_das_Respostas_Sociais.pdf

ISS, I. P. Instituto da Segurança Social. (2014). Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social. Lisboa: Segurança Social. Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/24807/constituicao_ipss/711eac25-5231-4d96-a7db-6c68a6385100 (Acedido em 12/09/2019).

Lima, T. C. S. et al. (2007). A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Revista Textos & Contextos*, v. 6 (n. 1) 93-104. Acedido a 22/11/2019, através de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1048/3234>

Lucas, F. & Pereira, H. (2009). Gestão das IPSS com valências diversificadas: Proposta de um modelo de referência de atuação estratégica dos dirigentes. Lucas & Pereira (Eds.), Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social. Volume 5, Santarém, pp. 10-11. Acedido a: 20/05/2018, através de http://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/74/1/FernandoLucas_CICES_Santarem2009.pdf

Macedo, S. M. B. (2018). *As Práticas De Recursos Humanos Nas Organizações Sem Fins De Lucrativos: Estudos De Caso* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Politécnico de Viseu. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego). Acedido a 10/11/2019, através de: https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/5619/1/susana_macedo_tese_18.pdf

MacCallum, D., Moulaert, F., Hillier, J. Haddock, S. (2009). Social innovation and territorial development, England, USA: Ashgate Publishing Limited. Acedido a 10/11/2019, através de: (https://www.researchgate.net/publication/44960912_Social_Innovation_and_Territorial_Development)

MAMAOT, 2013. “Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local”. Relatório Final do Grupo de Trabalho GEVPAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Lisboa.

Mateus, A. & Associados. (2017). O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma Agenda para o futuro, Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Matos, M. E. C. R. (2015). *A Gestão Da Qualidade Nas Ipss: Uma Reflexão Sobre A Sua Compreensão Em Organizações Com Respostas Sociais Direcionadas Para Idosos* (Dissertação de Mestrado, IPCA – Ensino Superior Público – Barcelos). Acedido a 03/06/2019, através de:

<http://ciencipca.ipca.pt/bitstream/11110/1185/1/A%20Gest%3%a3o%20da%20Qualidade%20nas%20IPSS%20Uma%20reflex%3%a3o%20sobre%20a%20sua%20compreens%3%a3o%20em%20Organiza%3%a7%3%b5es%20com%20respostas%20sociais%20direcionadas%20para%20idosos.pdf>

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: revista de educação*, 2(2), 51-56. Acedido a: 10/01/2020, através de: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20como%20estrat%3%a9gia%20de%20investiga%3%a7%3%a3o%20em%20educa%3%a7%3%a3o.pdf>

Moulaert, F. (2009). Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re)Produced”, MacCallum, D., Moulaert, F., Hillier, J. Haddock, S., (ed.) (2009). Social innovation and territorial development, England, USA: Ashgate Publishing Limited, pp. 11-24

Município do Fundão. (2012). Câmara Municipal do Fundão. Acedido a: 20/05/2018, através de: <https://www.cm-fundao.pt/inicio/municipio>

Névoa, M. J. (2018). *A Ação Da Direção Técnica Das Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas: Um Estudo De Caso No Concelho De Viana Do Castelo* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo) Acedido a 15/07/2019, através de: http://repositorio.ipv.pt/bitstream/20.500.11960/2169/1/Maria_Nevoa.pdf

Pereira, A. S. F. (2019). *Envelhecimento E Terceiro Setor: A construção de inovação e competência* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo) Acedido a 18/09/2019, através de: http://repositorio.ipv.pt/bitstream/20.500.11960/2245/1/Ana_Pereira.pdf

Pinto, C. (2014), Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Entrecruzadas, Pinto, C. e Carvalho, M., Serviço Social – teorias e práticas, Pactor, Lisboa, pp143-162

Portal dos Assistentes Sociais. Acedido a 25/11/2019, através de: <https://servicosocial.pt/diagnostico-social/>

PORDATA. (2018). Município do Fundão - Base de Dados Portugal Contemporâneo. Acedido a 25/11/2019, através de: <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Fund%c3%a3o-251503>

Reis, B. (2017). Os conteúdos em análise – teorias e práticas da análise de conteúdo. In R. Escolar Editora (Ed.), *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais: Experiências de Pesquisa em Contextos Moçambicanos* (pp. 206-214). Acedido a 10/11/2019, através de: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3162/1/Carri%c3%a7o%20Reis%20-%20Os%20conte%c3%bdados%20em%20an%c3%a1lise.%20Teorias%20e%20pr%c3%a1ticas%20%20da%20an%c3%a1lise%20de%20conte%c3%bdado.pdf>

Santos, M., Laureano, Raul., & Machado, M. (2014). Contabilidade de gestão no terceiro setor: estudo empírico em instituições particulares de solidariedade social. *Tourism & Management Studies*, 10 (Special Issue), 79-87. Acedido 31/05/2018 através de: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7947/1/publisher_version_627-2431-1-PB.pdf

Santos et al (2015). O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas organizações do 3º sector. *Cadernos EAPN*, 22. Porto: EAPN.

Santos, J., (2013). Agricultura e ambiente: papel da tecnologia e das políticas públicas. In: J. Santos, I. Carmo, P. Graça & I. Ribeiro, edits. *O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde, Economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 174-186.

Silva, M^a. V. Batoca (et al.). (2009). Desenvolvimento da ciência: aspectos éticos. In S. Portuguesa (Ed.), *Desenvolvimento da ciência: aspectos éticos* (pp. 85-86) Acedido 15/11/2019 através de: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/966/1/desenvolvimento%20da%20ci%c3%aancia%20aspectos%20%c3%a9ticos.pdf>

Sousa, F. J. R. (2018). *Desempenho financeiro e propensão para a insolvência no terceiro setor: o caso das IPSS do distrito de Braga* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Tecnologia e Gestão). Acedido a 28/06/2019, através de: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13630/1/DM_fernandoremondes_GO3S_2018.pdf

STAI.Bin. (2018). Relatório do processo de inquérito por questionário dirigido às entidades de “Economia Social – Consumo Coletivo” no âmbito do processo de diagnóstico do projeto STAI.Bin, Castelo branco, IPCB (documento não publicado).

STAI.Bin. (2019). Relatório das Sessões de apresentação e formação sobre o mercado eletrónico SMARTFARMER Beira Interior. Castelo Branco: IPCB (documento não publicado)

Teixeira, F. S. L. (2014). *Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal: estudo de casos* (Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa).

Acedido a 26/10/2019, através de: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9205/1/2014_ECSH_DEP_Dissertacao_Fl%c3%a1via%20Sofia%20Lopes%20Teixeira.pdf

Tibério, L. (2013). Sistemas Agroalimentares Locais e Comercialização em Circuitos Curtos de Proximidade. *EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional*, (3), 6-7. Acedido a 05/11/2019, através de:

<http://www.rederural.gov.pt/centro-de-recursos/send/4-cca/1717-revista-emrede-n-3-circuitos-curtos-agroalimentares-produzir-e-consumir-localmente>

Valadas, S. T. & Gonçalves, F. R. (2013). *Aspetos metodológicos do inquérito por entrevista*. Valadas & Gonçalves (Eds.). Acedido a 22/11/2019, através de: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3031/1/Valadas%26Gon%c3%a7alves_2013.pdf

Valente, M. J. S. (2016). *A Influência da Satisfação no Trabalho no Desempenho Profissional - Um Estudo de Caso: as Ajudantes de Ação Direta no Centro de Apoio Social da Carregueira* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Santarém. Escola Superior de Gestão e Tecnologia). Acedido a 10/11/2019, através de: https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/1437/1/MariaJoaoSoaresValente_Mestrado_Goes.pdf

Vieira, R. et al., (2019) Circuitos curtos agroalimentares na Beira Interior - Contributos do Projeto STAI.Bin, Castelo Branco, Instituto Politécnico de Castelo Branco.

WIKIPÉDIA - A enciclopédia livre (2019). Acedido a 22/07/2019, através de: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fund%C3%A3o_\(Castelo_Branco\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fund%C3%A3o_(Castelo_Branco))

Vieira et. al. (2020). Contributo para avaliação do impacto social, económico e ambiental dos Circuitos curtos agroalimentares (CCA) no desenvolvimento sustentável das comunidades da Beira Interior - o papel do Serviço Social no Projeto STAI.Bin, in Ebook APSS 5º Congresso Nacional de Serviço Social 2018. Lisboa: IPSS. (no prelo)

Vivero, J. (2013). Food as a Commons: Reframing the Narrative of the Food System (April 23, 2013). Acedido a 15/11/2019 através de: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2255447

Apêndices

Apêndice A

Guião das Entrevistas

Blocos	Objetivos Específicos	Questões	Sub-questões
Bloco 1 Contextualização do estudo e da realização da entrevista	a) Identificar o entrevistador / investigador b) Contextualizar o entrevistado acerca do propósito e objetivos da investigação c) Garantir o cumprimento dos princípios éticos que regem a investigação d) Solicitar a autorização de gravação da entrevista e tratamento dos dados recolhidos	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de investigadora; • Contextualização da questão de investigação e dos objetivos da investigação; • Comprometimento da aplicação efetiva de todos os princípios éticos e respeito da confidencialidade e codificação do entrevistado; • Obtenção da autorização para a gravação da entrevista; 	
Bloco 2 Perfil do entrevistado	a) Conhecer a formação académica e o percurso profissional do entrevistado;	1. Qual é a sua profissão? 2. Há quanto tempo está nesta profissão / projeto? 3. Quais são as suas habilitações académicas?	2.1 E em que empresa/instituição/politécnico?
Bloco 3 As Instituições Particulares de Solidariedade Social	a) Conhecer a opinião do entrevistado sobre o tema; b) Perceber qual a perspetiva do entrevistado em relação às IPSS; c) Entender qual a funcionalidade das IPSS;	4. Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos com outra instituição próxima? 5. Sabe como é que as IPSS procuram soluções conjuntas ao nível socioeconómico? 6. Como caracteriza o trabalho em rede das IPSS, que possuem o mesmo público-alvo e as mesmas respostas sociais?	4.1 Sabe como funciona? 5.1 Reconhece que deve ser analisada numa perspetiva cooperante? 6.1 Quais as perspetivas de trabalho em rede num futuro próximo?

<p>Bloco 4</p> <p>Gestão partilhada de recursos alimentares</p>	<p>a) Procurar saber que benefícios terão as IPSS com a efetivação da partilha de recursos alimentares;</p> <p>b) Analisar e conhecer os diferentes métodos na partilha de recursos alimentares;</p> <p>c) Averiguar as opiniões dos entrevistados sobre a atuação das IPSS;</p>	<p>7. Considera que a partilha de recursos alimentares nas instituições pode torna-se viável?</p> <p>8. Considera que o serviço de refeições de que as instituições dispõem deverá ser próprio ou contratado?</p> <p>9. As instituições deverão ter produção agrícola própria?</p> <p>10. Que estratégias deverá adotar uma Instituição para conseguir uma maior rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição de produtos alimentares?</p> <p>11. Conhece alguma Instituição que recorra a uma central de compras ou já tenha este hábito implementado?</p>	<p>7.1 Quais as vantagens e inconvenientes?</p> <p>8.1 Qual(ais) os processos que deverão utilizar para as compras da Instituição?</p> <p>10.1 Sabe se as instituições usam alguma plataforma eletrónica de aquisição ou programa informático de gestão para as encomendas e compras?</p>
<p>Bloco 5</p> <p>Circuitos Curtos Agroalimentares</p>	<p>a) Entender o circuito de compra alimentos;</p> <p>b) Reconhecer as vantagens e desvantagens dos circuitos curtos agroalimentares;</p>	<p>12. Tem conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados de forma global nas Instituições?</p> <p>13. Quais os benefícios para as Instituições em aderir ao sistema dos circuitos curtos agroalimentares?</p>	<p>12.1 -</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção Convencional; - Produção Integrada; - Produção Biológica;
<p>Bloco 6</p> <p>Economia Local - o papel das IPSS enquanto atores de consumo coletivo</p>	<p>a) Diagnosticar problemas, necessidades, exetativas e potencialidades dos produtores e consumidores coletivos, face às relações de</p>	<p>14. Na sua perspetiva as instituições comprariam produtos agroalimentares locais com base no quê?</p>	<p>14.1 -</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução de custos? - Acondicionamento aprovisionado? - Refrigeração ou congelação? - Entrega diária?

	<p>produção e consumo de produtos agroalimentares no território da Beira Interior;</p> <p>b) Identificar as opiniões do entrevistado sobre propostas de atuação futura nas IPSS;</p>	<p>15. Qual a sua opinião sobre a questão das instituições receberem produtos alimentares em forma de donativos?</p> <p>16. Que estratégias podem otimizar as Instituições na utilização dos circuitos curtos agroalimentares?</p>	
<p>Bloco 7 Considerações Finais</p>	<p>a) Reflexão crítico-reflexiva acerca da partilha de recursos alimentares entre IPSS do mesmo concelho.</p>	<p>17. Observações finais? Propostas?</p>	

Apêndice B

Transcrição das entrevistas

Transcrição da entrevista realizada à Dietista (E1) no dia 17/09/2019

1. Qual é a sua profissão?

Dietista.

2. Há quanto tempo está nesta profissão?

Há cerca de 9 anos.

2.1 E em que empresa/instituição/politécnico?

Numa IPSS. Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde, Fundão.

3. Quais são as suas habilitações académicas?

Licenciatura.

4. Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos com outra instituição próxima?

Não.

4.1 Sabe como funciona?

Não.

5. Sabe como é que as IPSS procuram soluções conjuntas ao nível socioeconómico?

Não.

5.1 Reconhece que deve ser analisada numa perspetiva cooperante?

Sim.

6. Como caracteriza o trabalho em rede das IPSS, que possuem o mesmo público-alvo e as mesmas respostas sociais?

Poderá ser uma mais-valia para as IPSS tanto na poupança como no acesso a recursos. Por exemplo, contratação de um Dietista, serviço que incluído em rede poderá ficar mais acessível às instituições (divisão de honorários pelas várias instituições onde presta serviço).

6.1 Quais as perspetivas de trabalho em rede num futuro próximo?

Penso que apresenta boas perspetivas, necessita de ser mais trabalhado e divulgado junto das instituições.

7. Considera que a partilha de recursos alimentares nas instituições pode torna-se uma viável?

Sim.

7.1 Quais as vantagens e inconvenientes?

Vantagens: poupança de recursos, preços mais competitivos;

Inconvenientes: as Instituições podem nem sempre ter interesse em adquirir os meus produtos, penso que uma uniformização de ementas seria pertinente, não esquecendo gostos e preferências dos utentes de cada instituição.

8. Considera que o serviço de refeições de que as instituições dispõem deverá ser próprio ou contratado?

Próprio.

8.1 Qual(ais) os processos que deverão utilizar para as compras da Instituição?

Pedido de cotações/preçários, pelo menos três fornecedores para cada produto. Um aspeto importante, que além do preço também deve ser considerado, é a qualidade dos produtos.

9. As instituições deverão ter produção agrícola própria?

Não sei até que ponto será rentável, apesar de alguns dos trabalhos poderem ser feitos por utentes, acaba por ser tornar necessário contatar ou despender de um recurso humano para essa atividade.

10. Que estratégias deverão adotar uma Instituição para conseguir uma maior rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição de produtos alimentares?

Relação qualidade/preço.

10.1 Sabe se as Instituições usam alguma plataforma eletrónica de aquisição ou programa informático de gestão para as encomendas e compras?

Não.

11. Conhece alguma Instituição que recorra a uma central de compras ou já tenha este hábito implementado?

Sim, central de compras. Sei que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão já tem este sistema implementado, o seu funcionamento desconheço.

12. Tem conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados de forma global nas Instituições?

12.1 - Produção Convencional;

- Produção Integrada;

- Produção Biológica;

Creio que na maioria das instituições será produção convencional.

13. Quais os benefícios para as Instituições em aderir ao sistema dos circuitos curtos agroalimentares?

Preços mais competitivos.

14. Na sua perspectiva as instituições comprariam produtos agroalimentares locais com que base no quê?

14.1 - Redução de custos;

- **Acondicionamento provisionado?**
- **Refrigeração ou congelação?**
- **Entrega diária?**

Julgo que apenas e somente com base na redução de custos.

15. Qual a sua opinião sobre a questão das instituições receberem produtos alimentares em forma de donativos?

Depende dos produtos e do seu estado de conservação, mas considero que seja uma mais-valia.

16. Que estratégias podem otimizar as Instituições na utilização dos circuitos curtos agroalimentares?

As estratégias se forem bem definidas e planeadas, vão valorizar sobretudo as pequenas e médias IPSS porque vão cooperar entre si, valorizando o território onde estão situadas e o meio envolvente. Será sempre muito útil e importante esta questão dos circuitos curtos entre instituições.

17. Observações finais?

Propostas?

Transcrição da entrevista realizada ao responsável pela aquisição de compras da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (E2) no dia 25/09/2019

1. Qual é a sua profissão?

Contabilista certificado

2. Há quanto tempo está nesta profissão?

Perto de 20 anos

2.1 E em que empresa/instituição/politécnico?

Já trabalhei para a Universidade Lusófona não como contabilista mas como técnico superior administrativo e mais tarde ingressei na Misericórdia (na Misericórdia cerca de 18 anos).

3. Quais são as suas habilitações académicas?

Licenciatura em Gestão e um Bacharelato em Contabilidade e Administração.

4. Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos com outra instituição próxima?

Não.

4.1 Sabe como funciona?

Não.

5. Sabe como é que as IPSS procuram soluções conjuntas ao nível socioeconómico?

Essa não é a minha área, a parte social não é a minha área.

1.6 Reconhece que deve ser analisada numa perspetiva cooperante?

Sim, sem dúvida.

2. Como caracteriza o trabalho em rede das IPSS, que possuem o mesmo público-alvo e as mesmas respostas sociais?

Essa pergunta é mais para a área social, para as minhas colegas da área social, não tenho uma ideia completamente formada sobre este assunto, mas sei que as minhas colegas do gabinete social muitas vezes quando lidam com situações familiares e de utentes recorrem por vezes a técnicas sociais de outras instituições que já têm feedback e que já tem algum conhecimento do agregado familiar... e do potencial utente.

6.1 Quais as perspetivas de trabalho em rede num futuro próximo?

Num futuro muito próximo não estou a ver ... na minha opinião tem que haver alguém que dê o pontapé de partida e que junte as IPSS para sensibilizá-las para as mais-valias de haver... portanto equipas multidisciplinares e transversais a trabalhar dentro das IPSS... no meio delas todas.

3. Considera que a partilha de recursos alimentares nas instituições pode torna-se uma viável?

Sim, com certeza que sim.

7.1 Quais as vantagens e inconvenientes?

As vantagens... muitas vezes falamos em produtos locais...das próprias IPSS, a própria Misericórdia do Fundão tem quintas... produz muita coisa é auto-

suficiente nalguns produtos como a alface durante todo o ano, nós consumimos cerca de oito toneladas por ano e conseguimos produzir mais do que isso... e os excedentes são vendidos neste momento para outros parceiros comerciais, para revendedores, esses produtos também poderão ser vendidos a IPSS... lá está falta a tal plataforma ou, falta quem dê o pontapé de saída para que isso seja possível... quem fala em alfices, fala noutros produtos que a Misericórdia produz mas com certeza que haverá outras IPSS que produzam outros bens alimentares e aí nós seríamos recetivos. Sendo um produto local, há desenvolvimento local... as desvantagens muitas vezes... será o preço, mas contudo poderá haver a troca de produtos... e não haver dinheiro, na minha opinião, não haver como troca o dinheiro mas sim troca por outro bem ou outro serviço. E assim as IPSS, essa rede de IPSS não ter que despender dos seus recursos financeiros para adquirir bens ou serviços

4. Considera que o serviço de refeições de que as instituições dispõem deverá ser próprio ou contratado?

Eu defendo que deva ser próprio, tendo em conta o nosso público... que são crianças e são idosos... e merecem uma atenção mais redobrada.

8.1 Qual(ais) os processos que deverão utilizar para as compras da Instituição?

Nós temos um sistema implementado, o primeiro passo é ver as ementas elaboradas por alguém credenciado, neste caso uma nutricionista ou uma dietista. O segundo passo de que na nossa equipa de compras... aquilo que nós fazemos é de acordo com essas ementas semanalmente uma colega da equipa visita todas as nossas valências porque nós temos valências espalhadas pelo concelho e com base nos stocks existentes vai fazer uma requisição interna de produtos para a essa valência para consumir de acordo com a ementa da semana seguinte ao seja esses dados depois são trabalhados aqui nos Serviços Administrativos, nós temos tabelas de preços atualizadas semanalmente a nível de carnes, peixes, mercearias, frutas, legumes....e procedemos depois às requisições diretamente junto do fornecedor...quer seja por e-mail quer seja presencial...e também temos um pequeno armazém para alguns produtos que consideramos estarem aprovisionados mas em quantidades mínimas de stock... e a entrega é feita diretamente pelos fornecedores nas nossas valências...é claro que a fatura deles e a mercadoria tem que ser sempre acompanhada pela nossa requisição, porque nós não estamos lá, para fazer a aceitação da mercadoria e é aí que a responsável verifica quantidades, principalmente as quantidades, e se não à nenhum produto em falta, ou seja na sexta-feira anterior à semana em que é implementada determinada, a ementa, até à sexta feira devem estar lá todos os produtos de mercearia e congelados, claro tudo o que é mais perecível vai em fresco, os frescos são portanto artigos perecíveis... vão durante essa semana, vão duas vezes por semana para não haver deterioração e não haver prejuízos e portanto todas as semanas são revistos stocks, são feitas as requisições, nós fazemos cerca de 80 a 100 requisições por semana... já há vários anos e as coisas

tem corrido bem tentamos ter sempre um stock mínimo para que não falte nada não é... e para isso temos sempre um plano B, se não for feita determinada entrega...ou se se gastar mais do que aquilo que estava previsto normalmente não há tanto esse risco porque o número de utentes não é muito variável ao longo das semanas, ao longo dos meses...não há grandes variações... o nosso sistema portanto de compras é essa rotina semanal.

Como é que conseguem saber os preços dos fornecedores? Os fornecedores vêm até vocês ou têm folhetos informativos com as tabelas de preços?

Temos vários mecanismos...fornecedores que nos enviam as tabelas por email todas as semanas, principalmente frutas e legumes em que as variações são constantes todas as semanas, na parte de congelados as variações são pontuais, mas todas as semanas há um produto ou outro que tem variação principalmente nos últimos tempos as carnes de porco embora a gente não consuma muito...tem havido várias variações nos últimos quatro cinco meses na questão dos peixes de algumas referências, alguns artigos também, principalmente aqueles que são mais procurados agora pelo mercado asiático ... e essas alterações de preço obrigatoriamente têm que nos ser comunicadas antes de nós enviarmos as requisições... normalmente é por e-mail que as coisas acontecem mas também há de forma presencial, também há quem opte pela presencial e embora também haja comunicação por e-mail mesmo para o envio das requisições à fornecedores que fazem questão de passar por cá, porque há sempre um produto que possa estar em promoção, algo que o vendedor queira transmitir ou uma novidade, um produto diferente, qualquer coisa assim. Na parte das mercearias o preço do quilo do Arroz não varia semanalmente as mercearias não têm essas diferenças semanais grandes.

5. As instituições deverão ter produção agrícola própria?

Sim... tudo depende se a Instituição tiver terrenos férteis se tiver água do regadio, se tiverem já alguma maquinaria...mesmo que não tenham há projetos para a aquisição poderá ser uma forma de ter produtos mais biológicos digamos assim...a produção própria também é uma criação de postos de trabalho... tem que ser é planificada para ver os custos que acarreta e fazer uma análise muito aprofundada, muito séria porque pode ser benéfica mas pode também trazer prejuízo à instituição, é como em tudo se não houver uma boa coordenação, se não se souber bem o que se está a fazer, pode levar a instituição a ter problemas financeiros a médio prazo... agora se houver um financiamento a fundo perdido e há sempre bastantes projetos nessa ... e com as pessoas certas e qualificadas acho que sim, eu vejo sempre como uma mais-valia um investimento num artigo de consumo para os utentes neste caso para as IPSS, sem dúvida.

6. Que estratégias deverão adotar uma Instituição para conseguir uma maior rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição de produtos alimentares?

Bom isto na primeira parte é ter uma situação financeira saudável, esse é o primeiro passo... e depois é ter sempre atualização de preços e procurar sempre

novos parceiros comerciais... e tender para a melhor relação qualidade/preço de cada um dos artigos que se consome na instituição, na minha opinião esse é o caminho.

6.6 Sabe se as Instituições usam alguma plataforma eletrónica de aquisição ou programa informático de gestão para as encomendas e compras?

É assim nós utilizamos um software... na Misericórdia onde se colocam onde temos a visibilidade dos stocks onde fazemos as nossas requisições para cada um dos fornecedores semanalmente porque... portanto tem que ser um trabalho informático com a nossa dimensão e mesmo numa pequena instituição... mesmo que a Misericórdia tivesse 30% da dimensão da atual justifica-se sempre um sistema de informação para se saber a qualquer momento o que é se tem dentro de casa, como se costuma dizer.

Mas conhece ao nível do concelho alguma plataforma que seja já utilizada?

Não, eu não tenho conhecimento.

7. Conhece alguma Instituição que recorra a uma central de compras ou já tenha este hábito implementado?

Não, portanto... nós temos uma Central de Compras virtual, portanto não é física porque nesta fase que estamos a atravessar já de alguns anos para cá... é oneroso ter grandes stocks, ou seja não deveremos ter na minha leitura trabalhar sempre com stocks mínimos porque... isso custa dinheiro, esses stocks avultados, não se saber o que é que tem dentro da instituição se tem 100 quilos ou se tem 10 quilos de massa ou de arroz... saber o que se tem e ir gerindo esses stocks com limite mínimo, mas seguro, com segurança é claro... não criar stocks.

12. Tem conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados de forma global nas Instituições?

12.1 - Produção Convencional;

- Produção Integrada;

- Produção Biológica;

Produção convencional;

13. Quais os benefícios para as Instituições em aderir ao sistema dos circuitos curtos agroalimentares?

Ganha-se qualidade, se repararmos... nós temos esse exemplo enquanto que uma alface que é colhida na nossa quinta na manhã de hoje e é consumida ao almoço tem uma frescura completamente diferente, de uma alface que seja proveniente do Ribatejo ou do Oeste em que o corte da mesma já se deu à dois dias a trás ou à três, já foi transportada, armazenada foi novamente transportada e novamente armazenada e só depois é que chega às nossas cozinhas... portanto em termos de qualidade ao nível da frescura e a qualidade em geral do produto principalmente sendo um produto agrícola é claro que tem toda a vantagem estar num circuito curto, sempre.

14. Na sua perspetiva as instituições comprariam produtos agroalimentares locais com que base?

14.1 - Redução de custos;

- Acondicionamento aprovisionado?

- Refrigeração ou congelação?

- Entrega diária?

Penso que será mais por uma questão de custo, de redução de custo, por essa via... e a qualidade, pronto uma relação de qualidade/preço que fosse compatível com aquilo que a Instituição pretenda para ela própria.

15. Qual a sua opinião sobre a questão das instituições receberem produtos alimentares em forma de donativos?

Não vejo problema nenhum, desde que haja um controle à entrada do produto... não vejo aqui qualquer problema.

16. Que estratégias podem otimizar as Instituições na utilização dos circuitos curtos agroalimentares?

Se envolvermos as Instituições num projeto comum... com partilha de recursos e mais uma vez, o grande inimigo será o preço final, mas se substituirmos o valor monetário pela troca de produtos e serviços entre Instituições sem haver moeda, moeda física penso que será mais fácil a aceitação, é claro que é necessário cada parte valorizar o seu produto de alguma forma, mas a troca de um produto por um serviço ou um serviço por um produto ou de produto por outro produto, se o valorizarmos a preço de mercado... é traduzir por quilos, e será mais viável a troca, e a igualdade, nem sempre será possível porque se um produz e o outro não, teria que haver uma compensação ou económica ou então de um serviço e chegar a um acordo... eu penso que é possível.

17. Observações finais?

Propostas?

Gostava de ver uma plataforma dessas em pé, de preferência sem a parte financeira, a valorizar sim mas a trocar, trocar, não vender, não comprar, trocar... nem que seja por contrapartida de serviços que a outra instituição possa emprestar e de com certeza que se encontrará, se vamos colocar aqui o preço voltamos aquela questão da produção por exemplo de batata em que podemos comprar hoje a 0,15€ no mercado nacional e se for local a menos de 0,35€ ou 0,40€ centimos não vamos conseguir, portanto poderá haver mais possibilidades e probabilidades de funcionar se não colocarmos a parte dinheiro mas sim a partilha e a troca de serviços e bens. As pessoas têm sempre qualquer coisa que podem oferecer à outra pessoa, em contrapartida de um bem, de um serviço, sem haver dinheiro.

O que é que acha desta questão de recursos humanos, físicos entre IPSS?

Eu acho que deveria haver até porque os próprios recursos humanos se conhecerem várias realidades da sua Instituição e de outras Instituições eu penso que vai enriquecer o trabalho das pessoas e o nível de conhecimento das mesmas porque vão partilhar experiências diferentes ... eu não vejo qualquer problema, porque repare numa situação de uma IPSS que tenha a infelicidade de ter logo dois ou três recursos humanos do mesmo sector de baixa, se calhar até dentro do Concelho ou dentro de 5km ou 10km de distância poderá haver uma IPSS que naquele momento até pode dispensar... um trabalhador para colmatar essa lacuna pontual e ficar tipo num banco de horas, portanto não haver dinheiro mais uma vez, mas sim partilha de recursos.

Após a entrevista o Dr. José Carlos informou-me de que nas quintas que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão tem são produzidas alfaces, tomates em estufas, maçãs, pêssegos, etc. Antigamente as pessoas doavam quintas à Santa Casa por não terem recursos económicos suficientes ou por ausência de retaguarda familiar. Hoje em dia já é raro acontecer algum tipo de doação, isso já não acontece.

Transcrição da entrevista realizada ao Especialista em Serviço Social (E3) no dia 25/09/2019

1. Qual é a sua profissão?

Sou professor e Assistente Social também.

2. Há quanto tempo está nesta profissão?

Enquanto professor estou há dez anos enquanto Assistente Social sensivelmente há uns dezasseis anos.

2.1 E em que empresa/instituição/politécnico?

Na Escola Superior de Educação de Castelo Branco... anteriormente fiz vários trabalhos em várias Instituições Sociais.

3. Quais são as suas habilitações académicas?

Tenho Mestrado, sou Especialista também em Serviço Social e estou a concluir o Doutoramento;

4. Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos com outra instituição próxima?

Sim

4.1 Sabe como funciona?

Eu conheço algumas experiências interessantes não sei... na prática se partilham recursos concretos, quer dizer partilham espaços, tem espaços colaborativos, conheço uma Instituição que é uma Cooperativa que se chama o Grupo de Miro, e esse grupo tem uma cooperativa, tem uma IPSS, tem um centro, uma Associação Juvenil, um Clube de Futebol e o que eles fazem funcionam quase como um consórcio em que partilham os diferentes recursos uns com os outros, chama-se mesmo o Grupo de Miro em Penacova. E se calhar é talvez o melhor exemplo que eu conheço.

5. Sabe como é que as IPSS procuram soluções conjuntas ao nível socioeconómico?

Eu sei que existe o programa Rede Social que o objetivo inicial era para além de permitir um diagnóstico aprofundado do Concelho era também um diagnóstico dos problemas das Instituições e dentro desses problemas haver a procura de soluções de forma coletiva o que significava que haveria recursos que deveriam ser partilhados. Esse foi a génese do programa Rede Social na prática isso nunca veio muito à acontecer porque a cultura institucional, e quanto maior são as instituições são aquelas que maiores recursos têm, criam também um conjunto de regras e também têm um conjunto de necessidades que inviabiliza muitas vezes a partilha dos seus próprios recursos em prol dos outros, mas eu julgo que é um problema mais cultural de partilha do que... cultural e institucional... porque haveria de certeza possibilidade de se partilhar recursos do que àqueles que se partilham.

5.1 Reconhece que deve ser analisada numa perspetiva cooperante?

Sim, aliás aquilo que é a cooperação e que originou por exemplo um modelo de instituição social que é a cooperativa, que depois por vários motivos quase que foi de certo modo estigmatizada por más gestões que algumas cooperativas tiveram, ainda me parece que é o modelo que melhor funciona que é a criação de um grupo de as pessoas cooperarem entre si, as pessoas neste caso as pessoas em nome coletivo (associações), cooperarem entre si para resolverem os seus problemas. A questão alimentar é um deles, teriam a ganhar ou uma central de compras seja que nível, se fossem mais entidades a sua capacidade de negociação seria maior... mas teria que ser algo a aprofundar e sempre a discutir com as instituições sociais, sim.

6. Como caracteriza o trabalho em rede das IPSS, que possuem o mesmo público-alvo e as mesmas respostas sociais?

Essa é daquelas perguntas muito difíceis porque o trabalho em rede depende muito dos territórios dos contextos onde elas estão, eu julgo que há... poderei dizer que há boas experiências de colaboração e de cooperação mas também há experiências que são demasiado competitivas, ou seja aquilo que de certo modo se condena dentro de uma outra lógica de mercado, que é um mercado não social que é a lógica da competição, e nós sabemos o resultado, de por exemplo do facto de haver a competição fez que uma boa parte das empresas não tivesse capacidade para competir e fossem excluídas do mercado e desaparecessem, eu julgo que, acontece muito um conjunto de entidades de IPSS conseguirem terem tantas respostas faz com que as outras sobrevivam em fragilidade e até poderiam ter muitas respostas e fazer com que outras vivessem em fragilidade, mas deviam apoiar a fragilidade das outras partilhando os recursos que têm porque os recursos que têm acima de tudo são recursos deles mas também são recursos da comunidade e isso parece-me que seria importantíssimo, mas cada experiência é uma experiência é difícil falar assim de um modo geral.

1.1 Quais as perspetivas de trabalho em rede num futuro próximo?

Eu sinceramente eu já senti que o trabalho em rede foi mais real no sentido da real cooperação porque quando temos poucos recursos sentimos necessidade de gerir esses recursos de forma coletiva, quando algumas instituições têm muitas e outras têm poucas se as muitas não têm uma dimensão solidária com as outras ... e isso acontece muitas vezes, mas lá está cada caso é um caso, cada rede é uma rede e há boas experiências e há más experiências e há péssimas experiências mas talvez a dimensão da rede social o funcionamento da rede social a autonomia e independência a forma como são discutidos os problemas, a forma como são organizadas as atividades, que eu também defendo que as próprias atividades gerais deveriam ser, atividades coletivas, a instituição X tem um conjunto de atividades a instituição B tem outro conjunto de atividades, há muitas atividades que poderiam ser feitas de forma colaborativa, organizadas de forma colaborativa e a rede social era para isso mesmo era para organizar de forma colaborativa, colaborando com a participação e cooperando umas com as outras mas na prática eu sinto que... mas lá está isto

também depende das realidades... há boas experiências há más mas eu tenho algum receio das pessoas estarem ... das instituições estarem a apropriar-se da lógica competitiva e não da lógica cooperativa. Eu costumo dizer que a Economia Social deve ser competitiva que é deve cooperar entre si para competir com o outro setor com o setor comercial, nós devíamos estar a ganhar força pelo coletivo que somos mas há instituições que ganham força, mas ao ganharem força de forma individual fazem com que as outras todas fiquem mais frágeis.

7. Considera que a partilha de recursos alimentares nas instituições pode torna-se uma viável?

Eu considero que sim se houver uma política pública ou seja, tem que haver políticas que promovam... que viabilizem esta possibilidade e eu dou um exemplo... é uma proposta que também já fiz ao ministério da Segurança Social que se forem criadas... as IPSS recebem dinheiro do estado por isso é que são IPSS, têm um protocolo de cooperação e recebem financiamento do Estado, se o Estado der uma majoração nesses protocolos àquelas entidades que colaborarem entre si que cooperarem entre si, está de certo modo a criar uma política pública que vai aproximar as entidades, e parece-me que teria que haver uma política pública para isso acontecer e pode ser que um dia venha a acontecer, vamos ver.

7.1 Quais as vantagens e inconvenientes?

A partilha de recursos para já provavelmente combateria o desperdício conseguiriam combater preços mais baixos, não sei se serão mais justos, mas mais baixos o que significa que teriam uma também uma maior capacidade de negociação porque aumentavam a escala mas por um lado... é também estar a fazer precisamente o que se faz numa grande superfície se aumento a escala eu pago ao produtor menos e o produtor é que vive em fragilidade, e esse parece-me que também não é o objetivo, eu conseguir comprar mais barato simplesmente porque ao comprar mais barato vou deixar o produtor com menos margem de lucro e mais frágil... eu parece-me que há vantagens mas teriam que ser trabalhadas ainda numa outra rede mais abrangente que é a ideia do circuito curto agroalimentar numa relação de cooperação que já não é apenas de cooperação entre as IPSS mas é de cooperação entre o produtor e o consumidor coletivo. Existem por exemplo associações de produtores e consumidores eu acho que era criar aqui um sistema associativo entre consumidores coletivos, IPSS e produtores que forneciam diretamente e os ganhos seriam extraordinários.

8. Considera que o serviço de refeições de que as instituições dispõem deverá ser próprio ou contratado?

Para mim deveria ser sempre próprio porque... por vários motivos pelo facto de ser próprio cria postos de trabalho, porque adequa o tipo de alimentos e pode individualizar o tipo de refeições para as pessoas a quem se destina, há um cuidado que é totalmente diferente de ser um serviço contratado.

8.1 Qual(ais) os processos que deverão utilizar para as compras da Instituição?

É assim os processos que as instituições usam é... muito próximos dos processos de contratação pública por um lado, por lado há depois também as relações de proximidade que têm com os fornecedores alguns fornecedores que fornecem e depois dão ajudas no Natal, é uma das coisas que era interessante estudar, esta relação, se realmente ajudam, se têm ganhos, mas eu julgo que um dos critérios, ou um dos processos deveria estar associado à dimensão da qualidade alimentar do local das questões ambientais, isto deveriam ser características a ter em conta nos processos.

9. As instituições deverão ter produção agrícola própria?

Deveriam, sem dúvida nenhuma. Eu julgo que as instituições sociais e as IPSS tem que ser inovadoras no sentido em que não podem ter apenas as suas respostas tradicionais, lar, creche, centro de dia, serviço de apoio domiciliário, devem acima de tudo tentar de acordo com esses recursos tentar rentabilizar esses recursos no sentido de criarem mais postos de trabalho e a área da produção é um deles... e então quando falamos em contextos de interior, não é, quando falamos de uma cidade como Lisboa provavelmente será mais difícil porque as pessoas não têm acesso a terra as instituições mas aqui parece-me que a capacidade de inovação é muito grande porque há muito território para fazer algo, há a dimensão do turismo por explorar há imensas coisas que poderiam fazer sim.

10. Que estratégias deverão adotar uma Instituição para conseguir uma maior rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição de produtos alimentares?

Bem a estratégia em rede é uma delas, eu julgo que a questão das instituições... a sustentabilidade financeira é fundamental mas não pode de ser um fim em si mesmo, ou seja tem que ser um meio para outras... é importante garantir a sustentabilidade financeira isso é fundamental, mas por outro lado é preciso criar uma rede... não me parece que a questão financeira na que a aquisição de produtos alimentares seja o problema, as pessoas precisam de comer é uma necessidade básica. Aqui o importante é criar mecanismos que ajudem a um menor custo mas um custo que também seja justo para o produtor e que garanta uma qualidade nutritiva e não apenas nutritiva, uma qualidade também associada às memórias porque isso também é afetos das pessoas, não é, uma pessoa que nunca comeu peixe-gato durante toda a vida eu não lhe vou estar a dar peixe-gato que provavelmente ela não vai gostar e o peixe-gato pode ser mais barato, é importante ter em conta todas estas variáveis e para isto é preciso capacidade de organização mas também de capacidade política, se nós não temos condições financeiras temos que lutar por elas fazendo barulho porque eu não acredito que nenhuma instituição que funcione bem que garanta a qualidade e o bem-estar das pessoas para quem trabalha que vá fechar apenas porque não tem condições financeiras para comprar os alimentos porque isso é uma outra política. Se nós estamos a fazer um bom trabalho, estamos a fazer uma boa gestão, não temos que

ser responsabilizados pelos recursos que não temos, porque aí entra o Estado porque se eu enquanto instituição não estiver a cuidar destas pessoas, estas pessoas são preocupação do Estado, por isso fica sempre mais... as instituições sociais existem porque saem mais baratas do que o Estado, se não o Estado tinha todos os lares, mas por isso mesmo é que o Estado tem que ser responsabilizado, e pode ser responsabilizado de forma individual, se eu estou numa zona pobre se as pessoas não têm dinheiro não podem pagar o lar eu não vou deixar de ter um lar, não é, o Estado tem que me dar mais recursos, porque aqui não há pessoas para pagarem, e por isso há aqui questões políticas que tem que ser uma luta das instituições, têm que fazer barulho.

10.1 Sabe se as Instituições usam alguma plataforma eletrónica de aquisição ou programa informático de gestão para as encomendas e compras?

Sim, geralmente sim, há várias plataformas.

Conhece alguma?

Não conheço o nome, mas sei que há.

11. Conhece alguma Instituição que recorra a uma central de compras ou já tenha este hábito implementado?

É assim que recorram a uma central de compras conheço, que sejam um hábito implementado... há uma plataforma que é o SMARTFARMER da Beira Interior que algumas inscreveram-se na plataforma na prática não sei se funciona muito bem mas já há algumas experiências que vão existindo.

12. Tem conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados de forma global nas Instituições?

12.1 - Produção Convencional;

- Produção Integrada;

- Produção Biológica;

Não conheço nenhuma instituição que compre produtos biológicos mas pode ser que haja, a convencional sim... integrada talvez também mas é difícil saber, sendo a mais comum a convencional.

13. Quais os benefícios para as Instituições em aderir ao sistema dos circuitos curtos agroalimentares?

Ao longo da entrevista já fui tocando em algumas questões, para mim há vários benefícios um deles é porque o circuito agroalimentar tem um impacto ambiental muito menos prejudicial para o meio ambiente, outro promove a economia local e o dinheiro que ali se gasta é o dinheiro que ali fica nos produtores locais e o problema é quando o dinheiro sai da nossa economia local, se eu gastar 100€ desses 100€ estiver a circular na minha comunidade esses 100€ transformam-se em 1000€ se passarem por 10 pessoas se eu gasto 100€ numa instituição que não esta no meu território

esses 100€ passam a ser 0€ e esta é uma grande diferença, o facto de eu promover a economia, promover a circulação do dinheiro a nível local e promover a saída do dinheiro não há mais-valia para o território, não há mais-valia para a comunidade esta é uma das vantagens a outra tem haver com o próprio contributo que se dá para promoção do empreendedorismo local para a própria geração de rendimento, podem-se criar empresas agrícolas familiares para abastecer IPSS, pode-se gerar uma economia... as vantagens são de tal forma grandes que a minha admiração pela negativa é de como é que não há quase um obrigação neste sentido e não há uma politica municipal na maior parte dos municípios para isto porque as oportunidades seriam tremendas... sei que um dos problemas e obstáculos são as regras, um pequeno produtor não pode vender, não pode vender porque não quer abrir atividade nas finanças... há um conjunto de condicionalismos... controle alimentar... mas isso são as regras que foram criadas que retiraram a confiança e a proximidade entre as pessoas que antes existia na prática ela ainda existe, há produtos que entram... entra o azeite, entram batatas, entram couves mas se entram e se nós devemos por um lado combater o desperdício alimentar, e se nós sabemos que entram porque é que nós andamos a fingir que estas coisas não existem. Nós temos é que encontram soluções para que a economia local funcione e tente funcionar com regras diferentes... as regras que são aplicadas só causam constrangimentos a que tudo isto possa acontecer, por isso as vantagens são tremendamente grandes e significativas.

14. Na sua perspetiva as instituições comprariam produtos agroalimentares locais com que base?

14.1 - Redução de custos;

- **Acondicionamento provisionado?**
- **Refrigeração ou congelação?**
- **Entrega diária?**

Todos eles têm a ver com uma dimensão quase comercial, porque... há um conjunto de preocupações que as instituições têm e essas são algumas delas mas por outro lado as coisas para funcionarem têm que feitas entre as partes o que significa que era importante dentro de uma politica... os produtores e os consumidores coletivos tivessem primeiro um espaço de diálogo quase de organização comum, porque há dificuldades dos produtores... principalmente quando são pequenos produtores que têm em que se forem partilhados com as instituições e se as instituições tiverem sensibilidade para adequar aquilo que é os problemas dos produtores às suas necessidades ou seja se as partes dialogarem se as partes conversarem encontra-se um modelo económico favorável para um e para o outro, se nós tivermos apenas a perspetiva de um e do outro vai haver sempre conflitos e vai sempre conflitos de organização por isso o que me parece a mim é que tem que ser mesmo uma politica que cria os espaços de dialogo, por exemplo neste momento talvez se a Segurança Social dissesse eu dou mais 30% dos acordos das IPSS às instituições que criarem

circuitos curtos agroalimentares, o facto de fazerem isto já obrigava as instituições a juntar e a criar respostas e com base nestas experiências criavam-se boas práticas para serem replicadas... porque a questão do local e do circuito curto tem que ser adequada ao local e ao tipo de circuito curto...e isso exige dialogo, exige outra forma de fazer a economia que não é esta, ou seja se adequarmos a mesma lógica de economia tentando encontrar as mesmas regras para relações diferentes será muito difícil, mas se nós tivermos relações diferentes e se encontrarmos ou adequarmos novas regras aí as coisas já são mais fáceis.

15. Qual a sua opinião sobre a questão das instituições receberem produtos alimentares em forma de donativos?

A minha opinião é positiva, depende de quem dá os donativos e a forma como eles são geridos, por outro lado lá está os donativos são dados porque as pessoas não conseguem escoar os produtos, e esses produtos têm valor, aqui a questão isso já é um circuito curto, não é um circuito curto com dinheiro mas na prática são pessoas que escoam produtos, doam produtos alimentares a instituições e esses produtos são vantajosos, por isso há possibilidade de produção, há possibilidade de criar relações, as pessoas podem e devem continuar a dar ate porque sentem-se bem, realizadas, sentem-se que estão a contribuir para o bem comum mas tudo isto tem que ser organizado de forma mais comunitária mais local, mas sou totalmente de acordo com os donativos.

16. Que estratégias podem otimizar as Instituições na utilização dos circuitos curtos agroalimentares?

A primeira estratégia é o dialogo e a cooperação, tem que haver dialogo depois tem que haver...impulsionar o poder local a criar politicas publicas, para mim por exemplo é inadmissível que o poder local não tente encontrar e fazer circuitos curtos... e para isso é preciso criar uma politica pública... também se calhar é preciso o poder local exigir à administração central politicas publicas e para haver políticas publicas tem que haver dinheiro, por isso há aqui uma mudança que tem que acontecer que é uma mudança diria quase de organização de consumo de produção e consumo dentro daquilo que é o atual debate relativamente às alterações climáticas, nós vivemos há pouco temo uma crise financeira e essa crise financeira originou um conjunto de mudanças que foram importantíssimas, também aproximou e criou algumas pessoas fez com que outras organizações sociais surgissem... isso é uma dimensão extramente positiva e interessante da crise, nas alterações climáticas nós vamos ter precisamente a mesma coisa, vamos chegar à mesma conclusão, as pessoas vão andar mais de bicicleta vão reduzir... e se calhar vão passar a olhar e já olham para o plástico de forma diferente e a questão dos circuitos curtos agroalimentares vai acontecer precisamente a mesma coisa, aqui a questão que me parece... há sempre pessoas que estão um pouco há frente que é o atual momento, ou seja há pessoas que lutam por estas mudanças e que têm sempre a sensação que as mudanças estão a acontecer muito, muito devagar mas elas vão acabar por acontecer eu não tenho

dúvida nenhuma que os circuitos curtos agroalimentares vão acabar por acontecer pelo menos espero eu.

17. Observações finais?

Propostas?

Transcrição da entrevista realizada ao Produtor Local (E4) no dia 14/10/2019

1. Qual é a sua profissão?

Agricultor – Horticultor (Horticultura)

2. Há quanto tempo está nesta profissão?

Há 30 Anos

2.1 E em que empresa/instituição/politécnico?

Produtor local por conta própria.

3. Quais são as suas habilitações académicas?

2º Ano de Ciclo

4. Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos com outra instituição próxima?

Que eu conheça não, aquelas que eu conheço trabalham individualmente.

4.1 Sabe como funciona?

Não sabe.

5. Sabe como é que as IPSS procuram soluções conjuntas ao nível socioeconómico?

Desconhece, não sabe.

5.1 Reconhece que deve ser analisada numa perspetiva cooperante?

Eu penso que sim, pode haver excedentes de uma parte e depois partilharem com outras que não tenham essas coisas.

6. Como caracteriza o trabalho em rede das IPSS, que possuem o mesmo público-alvo e as mesmas respostas sociais?

Não tem conhecimento de causa, não está dentro do assunto.

6.1 Quais as perspetivas de trabalho em rede num futuro próximo?

Eu penso que hoje já se devia estar a praticar isso, é benéfico...

7. Considera que a partilha de recursos alimentares nas instituições pode torna-se uma viável?

Eu penso que sim... Por exemplo esta instituição (pequena) na compra de arroz, se calhar não tem capacidade para negociar preços com uma quantidade muito grande porque não consome em grandes escalas e se for duas ou três instituições em conjunto a adquirir o mesmo produto já seria diferente a negociação...

7.1 Quais as vantagens e inconvenientes?

Inconveniente, não vejo nenhum, só vejo vantagens nisso...

8. Considera que o serviço de refeições de que as instituições dispõem deverá ser próprio ou contratado?

Eu acho que deveria ser próprio.

8.1 Qual(ais) os processos que deverão utilizar para as compras da Instituição?

Não sabe...

9. As instituições deverão ter produção agrícola própria?

Na opinião ou as Instituições têm uma dimensão maior, já considerável, para que consigam ter essa produção ou então em pequena escala acho que não é rentável, fica mais caro do que comprando... hoje produzir uma quantidade pequena fica mais cara, digo isto por ter conhecimento de causa... esta produção agrícola própria requer outros meios, outras estruturas já com alguma visibilidade e dimensão...

10. Que estratégias deverão adotar uma Instituição para conseguir uma maior rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição de produtos alimentares?

Não está por dentro do assunto...

10.1 Sabe se as Instituições usam alguma plataforma eletrónica de aquisição ou programa informático de gestão para as encomendas e compras?

Não sei... mas eu penso que não... as que eu conheço utilizam meios como o telemóvel ou pessoalmente...

11. Conhece alguma Instituição que recorra a uma central de compras ou já tenha este hábito implementado?

Não conheço... mas penso que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão já poderá ter implementado uma Central de Compras... em tempos ouvi dizer que iam implementar essa dita Central de Compras...

12. Tem conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados de forma global nas Instituições?

12.1 - Produção Convencional;

- Produção Integrada;
- Produção Biológica;

Eu penso que é mais a produção convencional

13. Quais os benefícios para as Instituições em aderir ao sistema dos circuitos curtos agroalimentares?

Se existisse por exemplo uma associação onde juntasse os produtores locais e as Instituições talvez se conseguisse criar uma plataforma para estarem todos interligados.

14. Na sua perspetiva as instituições comprariam produtos agroalimentares locais com que base?

14.1 - Redução de custos;

- Acondicionamento aprovisionado?
- Refrigeração ou congelação?
- Entrega diária?

Depende do tipo de produtos... se falarmos em hortícolas e frutícolas a entrega diária será mais benéfica, porque são produtos mais frescos... Por exemplo o produto que aqui entrego (Alface, Espinafre, Alho Francês, Nabo, Cabeças de Nabo, Cherovia) é colhido na véspera ou no próprio dia da entrega...

15. Qual a sua opinião sobre a questão das instituições receberem produtos alimentares em forma de donativos?

Penso que sim, se houver abertura das Instituições para a população em geral, não vejo qualquer problema nisso, mas isto aplica-se na minha opinião apenas a Instituições Sem Fins Lucrativos...

16. Que estratégias podem otimizar as Instituições na utilização dos circuitos curtos agroalimentares?

Eu julgo que esta questão dos circuitos curtos agroalimentares implementada só traria ganhos para as Instituições.

17. Observações finais?

Propostas?

Eu penso que este tema é muito pertinente, mas vai dar muito trabalho a implementar estas questões... e eu acho que hoje ainda existe muito individualismo... mesmo no setor agrícola noto muito isso... não gostam muito de partilhar... as pessoas não gostam de partilhar ideias e experiências do dia-a-dia... acontece comigo frequentemente, eu quando vou visitar outras zonas do país há pessoas que estão abertas a ensinar, a explicar os métodos de trabalhos deles e aqui não isso não acontece as pessoas parece que se fecham, que se escodam com medo que a gente aprenda mais que eles... depois a isto associa-se a concorrência, o medo da concorrência... ainda estamos um “pouco atrasados” no que diz respeito a este assunto da partilha de recursos...

Como produtor local apenas tem hortícolas e produção de cereja...

Vende os seus produtos apenas numa Instituição (Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Valverde) ...

Depois vende é ao comércio os seus produtos, todos os dias faz entregas nas Frutarias do Fundão, e a dois restaurantes do Fundão também... tem clientes da Covilhã, de Belmonte, e de Caria.

Transcrição da entrevista realizada à Vereadora da Educação, Ação Social, Saúde, Cultura e Património e Turismo da Câmara Municipal do Fundão (E5) no dia 31/10/2019

1. Qual é a sua profissão?

Sou professora mas neste momento em funções de Vereadora a tempo inteiro na Câmara Municipal do Fundão.

2. Há quanto tempo está nesta profissão?

Desde 2009, portanto há 10 anos.

2.1 E em que empresa/instituição/politécnico?

Câmara Municipal do Fundão.

3. Quais são as suas habilitações académicas?

Licenciatura e Mestrado. A minha formação inicial foi em Educação Musical e posteriormente Mestre em Administração e Gestão Educacional.

4. Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos com outra instituição próxima?

Conheço, três instituições que partilham um Técnico de Serviço Social... alguns recursos humanos que são partilhados ... mas é a única situação que eu conheço ao nível da partilha de recursos e deve-se fundamentalmente a serem instituições muito pequenas em que não se justifica a terem por exemplo um Técnico de Serviço Social a tempo inteiro e que ... por questões até de sustentabilidade com a mesma resposta partilham os recursos aqui no Concelho do Fundão.

4.1 Sabe como funciona?

Apenas sei que este Técnico de Serviço Social vai às três instituições preenchendo assim a sua semana de trabalho.

5. Sabe como é que as IPSS procuram soluções conjuntas ao nível socioeconómico?

É assim... é muito difícil ainda a mentalidade que existe entre a partilha de recursos das IPSS ou de outras organizações. Neste caso das IPSS creio que não há muita vontade ainda devido a essa questão da mentalidade que existe porque ainda se pensa muito no seu território, no seu espaço, nas suas coisas, e é muito difícil partilhar ... é um caminho que eu acho que é necessário trilhar até pelas razões óbvias da partilha de recursos e da sustentabilidade das instituições...há uma entidade que é a UDIPSS (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social) União das IPSS do Centro Distrital a que eu também pertenço, faço parte da direção da mesma... e que através desta resposta... como é também a União das Misericórdias, no caso da União das Misericórdias também tem uma entidade que faz a ponte entre as IPSS e as misericórdias e também os outros órgãos a nível nacional, porque depois há uma entidade a nível nacional como é a CNIS ou a União das Misericórdias em que fazem as negociações junto do governo e que reúnem um pouco por todo o país as questões relacionadas com a gestão das IPSS, com os modelos de funcionamento, com todo o tipo de iniciativas das IPSS... e há depois então as entidades que

derivam da CNIS ou da União das Misericórdias a nível mais territorial... e nós temos aqui então a UDIPSS que a nível do território de Castelo Branco faz essa mesma gestão, reúne com as IPSS convoca-as onde se discutem efetivamente os problemas... as possibilidades de soluções para os problemas definidos pelas mesmas IPSS e que de alguma forma quando são colocadas essas questões tentam ser encontradas as soluções... mas a verdade é que ao longo destes anos temos falado da questão da partilha de recursos materiais e humanos... e ainda não houve muita abertura para efetivarem essas questões e por isso urge haver um serviço partilhado de recursos humanos e materiais porque é evidente que nós há questões que podem ser feitas por outra IPSS não temos todos que ter os mesmos serviços dentro das instituições sobretudo algumas de que de pequena dimensão em que podem partilhar a cozinha o refeitório... sobretudo as cozinhas, as lavandarias e outros serviços o Técnico de Serviço Social... outros recursos, o enfermeiro... o psicólogo... entre outros recursos que podem partilhar... isso é muito importante porque para além de partilharem experiências, porque também é muito bom, até a forma de atuação com as pessoas, ganhamos sempre quando temos outras experiências, outros contextos e outras realidades e podemos adapta-las a outro contexto e podemos ter sucesso na intervenção... como também temos os tais recursos e equipamentos... carrinhas há uma série de materiais, de recursos que podemos partilhar e é um bom modelo... infelizmente não temos hábitos a esse nível mas temos que evoluir... evoluir para esse tipo de questões e acho que é muito interessante alguém fazer esse trabalho para vermos efetivamente o pensamento dessas instituições se poderá realizar ou não esse trabalho, quem é que o vai realizar ... eu acho que é mesmo muito importante.

5.1 Reconhece que deve ser analisada numa perspetiva cooperante?

Com certeza, essa partilha de recursos deve ocorrer entre todas as instituições.

6. Como caracteriza o trabalho em rede das IPSS, que possuem o mesmo público-alvo e as mesmas respostas sociais?

É a mesma coisa, porque é assim nós temos uma Rede Social em que estão representadas no CLAS no Fundão cerca de 70 entidades, nem todas têm as mesmas valências, nem todas são IPSS, algumas são entidades de outra natureza das escolas, das associações que constituem a Rede Social mas as IPSS que têm as mesmas respostas sociais é exatamente o que falávamos há pouco... mesmo tendo a mesma resposta de ERPI porque a maioria tem essa resposta, não há comunicação ...tirando salvo as questões que abordamos, nestas reuniões que reunimos no âmbito do CLAS (Conselho Local de Ação Social) em que algumas atividades que nós propomos muitas vezes são propostas pelo município ou até por outras entidades e que organizamos algumas atividades em conjunto em comum em que... nomeadamente o dia dos Avós, houve agora os encontros ligados à terceira idade... e outras atividades que realizamos e que as pessoas, as instituições comparecem, participam, partilham nesse (s) dia (s)... mas para além disso é a mesma coisa continuam a trabalhar para dentro para cada uma

das instituições e... não há cooperação, não conheço nenhuma entidade no Concelho do Fundão que tendo as mesmas valências e as mesmas respostas partilhe... pontualmente por exemplo conheço o Centro Comunitário das Lameiras que realiza algumas atividades e convida as outras IPSS a realizar... mas são somente atividades pontuais, não há de facto dinâmicas regulares em que ambas e várias participem, isso não acontece.

6.1 Quais as perspectivas de trabalho em rede num futuro próximo?

Acho que é fundamental, há viabilidade, é preciso que as instituições se abram para se poder realizar esse trabalho, em primeiro lugar é essa abertura, como sabe estas instituições têm as suas direções e são autónomas na forma de gestão das mesmas e para isso é preciso haver vontade das direções para a abertura em estabelecer estas redes, redes em que haja um trabalho sistémico, intensivo para que se possa partilhar a vários níveis até nas questões do encontro de soluções para os problemas, os problemas devem ser idênticos para todos, para uns são maiores pela questão da sustentabilidade que é uma questão complexa e sendo IPSS todos os dias convivem com este tipo de situações, o que não é fácil, cada vez as pessoas têm mais capacidade em corresponder às mensalidades que tem que ter em relação as respostas onde estão inseridos, e os aumentos também que as instituições têm em relação aos recursos humanos, aumento dos salários mínimos... um conjunto de... que não é fácil as exigências são muitas, porque a fiscalização por parte da Segurança Social ocorre todos os anos e que é necessário as instituições cumprirem rigorosamente com os protocolos que assinaram e para isso é necessário um esforço muito grande, é verdade e que nem sempre é possível e se houver esta abertura de estabelecer redes, de estabelecer protocolos conjuntos, eu considero que é uma grande oportunidade para todos.

7. Considera que a partilha de recursos alimentares nas instituições pode torna-se uma viável?

O município do Fundão está exatamente neste momento a realizar alguns protocolos como estas IPSS que também fornecem refeições escolares na maioria das nossas escolas, são as próprias IPSS a nível local... porque este trabalho de proximidade é muito interessante... porque se há uma IPSS numa das nossas freguesias e fornece as suas valências mas pode também servir ainda a escola onde está inserida e para isso temos tentado ao nível das refeições introduzir a alimentos de cadeia curta e temos um projeto até inovador e piloto a decorrer na escola de Silvares em que... para a introdução também dos produtos dos nossos produtores locais e que... estamos a tentar que isso seja replicado a todos os do Concelho, neste momento já há mais três escolas inseridas com instituições, temos a do Castelejo, a do Souto da Casa e a de Pero Viseu com instituições distintas também de solidariedade social das IPSS, com a introdução efetivamente de alimentos de produtores locais nas suas cozinhas... isso é mesmo muito importante pelas várias razões, pelas questões da qualidade e pela dinâmica que se pode, e dinamização da economia local desses mesmos produtores.

7.1 Quais as vantagens e inconvenientes?

As vantagens são um pouco o que já fomos falando. Os inconvenientes terão que se identificar para vermos, porque é assim a introdução desta partilha de alimentos, como é que nós a poderíamos organizar, as instituições por si não têm produtos, têm que os adquirir, salvo o caso da Santa Casa da Misericórdia do Fundão que tem produção própria e nalgumas situações estamos a ver também de o poder partilhar com outras entidades mas também a Santa Casa da Misericórdia do Fundão é a entidade que também tem mais valências distribuídas por várias e outras freguesias, tem outras respostas que pertencem à Santa Casa e que também esses produtos que eles próprios produzem serão distribuídos pelos vários equipamentos que têm, ou seja já estão a partilhar mas dentro da própria instituição, não sei se eles terão ainda capacidade para fazer chegar esses produtos a outras cozinhas de outras instituições, teria que se avaliar essa possibilidade, mas eu penso que tem todo o interesse para eles que produzem e que geram maior sustentabilidade para a própria instituição e para os outros que teremos produtos de maior qualidade, portanto a questão do fator, deste benefício, custo por um lado e qualidade, teremos que pesá-lo sempre, eu acho que é mesmo muito interessante poder partilhar também para além do que já falamos, também esta questão dos alimentos ou da cozinha que confecione já com esses alimentos poder ser distribuídas outras refeições noutras instituições.

8. Considera que o serviço de refeições de que as instituições dispõem deverá ser próprio ou contratado?

Há várias modalidades aqui... depende da contratação e do modelo que têm, porque isso é que faz a diferença, temos conhecimento de que as empresas muitas vezes até multinacionais que estão nalgumas entidades e o fator económico é aquele que pondera mais porque... e também é verdade quando há uma escala maior os produtos também são adquiridos por um valor mais baixo, há esse fator interessante, se todos comprarmos.... deveria haver era uma central de compras para todos... isso era interessante... mas feito aqui no Concelho que se adquirissem os produtos e que depois as IPSS locais irem buscar todas esses produtos, isso seria um modelo muito interessante porque apostávamos mais uma vez na economia local e tínhamos produtos com outra qualidade, essa seria uma boa iniciativa que poderíamos implementar... agora é preciso haver um controle, porque o facto de serem locais não significa que têm maior qualidade, tem que haver um controle da qualidade, isso é fundamental, seja para as empresas que vêm de outras... penso que o terão, que é obrigatório, mas que tem que ser produtos certificados porque se não forem produtos certificados sejam daqui ou de outro lado qualquer não significa que haja essa qualidade e que seja uma boa solução, portanto depende desta questão que referi, da qualidade dos produtos e sim, depois de certificada depois de estar aferida essa questão uma central de compras para todos seria fantástico, agora ser própria ou ser

contratada, claro que se for própria a direção tem sempre uma palavra a dizer mesmo que seja contratada... e pode avaliar e supervisionar todas essas questões e deve fazê-lo, mas depende daquilo que eu referi... não tem a ver que seja contratada ou própria, estas questões têm que ser controladas.

8.1 Qual(ais) os processos que deverão utilizar para as compras da Instituição?

Penso que esta possível Central de Compras seria o ideal, mas esta só poderia ser utilizada pelas instituições que têm cozinhas próprias, porque as outras têm as suas próprias centrais de compras, por isso... ou as instituições que queiram ter cozinha própria, o tem outras implicações para as instituições que tem a ver com a nutricionista, dietistas, tem a ver com higiene e segurança no trabalho tem a ver com muitas outras questões em que as instituições provavelmente estão mais descansadas digamos assim se isso for feito por uma empresa que já tem todas essas questões inerentes ao próprio trabalho que desenvolvem, mas também uma coisa é certa, as instituições têm sempre uma palavra a dizer... em relação aquilo que essas empresas, valem por isso quando contrata com elas tem que colocar uma série de questões, uma delas pode ser de que os produtos sejam adquiridos a nível local, ou nessa central, ou seja dizer-se à empresa olhe nós fazemos um contrato desde que os produtos que vêm para serem aqui confecionados têm que vir desta central, que é daqui do território, portanto há liberdade, têm é que de facto se fazer ver às instituições os benefícios que vão ter, e isso é muito importante, as questões e que atualmente há muitas preocupações, as questões ligadas à saúde... uma boa nutrição dos seus utentes que têm nas instituições... alimentação mais adequada... portanto há aqui um conjunto de fatores que poderão contribuir para se fomentar esse tipo de aquisição de produtos da mesma central.

9. As instituições deverão ter produção agrícola própria?

É assim a maior parte das instituições que eu conheço não tem essa capacidade, porque não têm terrenos para cultivar, teriam que adquirir terrenos, tinham que adquirir mais pessoas para trabalhar nos terrenos eu penso que não têm essas condições mas também sobretudo no Concelho onde nós estamos sendo ele todo um território agrícola necessitamos é de dinamizar os produtores locais e de adquirir os produtos locais, não precisamos de ter produção própria porque nem há capacidade e por outro lado era fazermos quase uma concorrência aos produtores que já desenvolvem esse trabalho. Eu considero que deveríamos usar os produtores sim, aqueles que já produzem e que investem para as suas próprias produções.

10. Que estratégias deverão adotar uma Instituição para conseguir uma maior rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição de produtos alimentares?

Essa é uma delas... aquela que já falamos aqui, que se comprarmos em conjunto ganhamos escala e os produtos quando há uma escala maior o valor diminui, a relação preço-qualidade, esta é a principal razão pela qual no fator

sustentabilidade e financeiro essa é uma das razões com certeza e também... sobretudo pela questão que colocou a da sustentabilidade é essa embora não significa que a maior qualidade seja o valor mais baixo, porque temos que pesar isto na tal balança... o que é que queremos...porque sabemos quando á produtos de maior qualidade também os valores para aquisição desses mesmos produtos são outros e por isso essa questão tem pesado muito, agora se forem adquiridos por vários pesará certamente também nesse custo e isso é que poderá ter nestas instituições a questão da qualidade e se forem partilhados e adquiridos na mesma central poderemos obter esse benefício até o custo ser mais baixo e o produto de maior qualidade.

10.1 Sabe se as Instituições usam alguma plataforma eletrónica de aquisição ou programa informático de gestão para as encomendas e compras?

Não, não à nenhuma que eu conheça, julgo que fazem uma gestão muito própria, normalmente ou são as pessoas responsáveis pelo economato ou são as cozinheiras que pedem os produtos para aquisição e depois compram, alguns a nível local outros noutros locais onde é mais acessível. Compram aos seus fornecedores habituais e é isso que eu conheço. Por isso é que uma Central de Compras para todos seria muito interessante.

11. Conhece alguma Instituição que recorra a uma central de compras ou já tenha este hábito implementado?

Não.

12. Tem conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados de forma global nas Instituições?

12.1 - Produção Convencional;

- Produção Integrada;

- Produção Biológica;

Tenho conhecimento desse projeto piloto de que lhe falei, de produtos biológicos. A Santa Casa do Fundão também tem produção agrícola própria por isso têm alguns produtos biológicos, os restantes produtos também recorrem à aquisição dos mesmos como as outras instituições. Mas na maioria das instituições penso que o tipo de produção é convencional.

13. Quais os benefícios para as Instituições em aderir ao sistema dos circuitos curtos agroalimentares?

Já falei disso... é essa questão da qualidade, sobretudo da qualidade relacionada com o fator da saúde dos seus utentes, e também a dinamização mais uma vez dos produtores locais, são fundamentalmente essas as razões.

14. Na sua perspetiva as instituições comprariam produtos agroalimentares locais com que base?

14.1 - Redução de custos;

- Acondicionamento provisionado?

- Refrigeração ou congelação?

- Entrega diária?

Todos eles são importantes mas o custo será um fator que pesa sempre, o custo é o mais importante e depois a qualidade, eu penso que as instituições têm bem presente também isso, se estes fatores tiverem bem equilibrados penso que as instituições aderiam, em primeiro lugar os custos claro, se for um preço mais baixo mas normalmente não é, mas seria um fator a pesar e a ponderar se for um preço mais baixo, claro que sim.

15. Qual a sua opinião sobre a questão das instituições receberem produtos alimentares em forma de donativos?

Sim, não vejo nenhum problema nisso, desde que esses produtos sejam devidamente acondicionados e que haja e tentam em conta... imagine há um senhor que tem maçãs em excesso é preciso avaliar se as maçãs têm qualidade, claro que esse é um dos fatores que é preciso pesar, eu considero que sim e essa avaliação deve ser feita porque se nos entregam produtos mesmo que sejam locais mas que não estejam em condições acho que não devem ser aceites, agora se houver confiança eu considero que sim. Imagine até para escoamento de produtos, por exemplo já nos aconteceu até na Loja Social da Câmara onde recebemos também alimentos, já nos aconteceu produtor de pera que tem pouca durabilidade e que depois apodrece rapidamente, entregam-nos e dizem-nos “isto é para entregar, temos esta pera para aqui” e nós aceitamos e entregamos imediatamente às famílias porque de facto também não se mantém muito tempo saudável e acho que devemos aceitar, não vamos estragar quando efetivamente o desperdício é uma das coisas que devemos combater.

16. Que estratégias podem otimizar as Instituições na utilização dos circuitos curtos agroalimentares?

Como já referi a questão do custo é sempre importante... as estratégias devem ser comuns em que haja então a tal central de compras... podemos otimizar de facto as questões até dos produtos mais frescos... entregas diárias o próprio acondicionamento pode minimizar as contas da eletricidade, porque não têm que acondicionar os alimentos por um período muito grande e assim se forem entregas diárias ou seja, no dia-a-dia nem precisa de haver grandes despesas no acondicionamento por parte das instituições.

Acha que deveria haver uma política pública que viesse regular?

Isso seria o ideal, como já vimos nem sempre... se não houver esse controle nem sempre se faz de uma forma correta... nós não sabemos o que se passa nas instituições se não houver essa forma de regular e de alguma forma controlar porque tudo o que se trata de alimentos é preciso haver um controle muito forte porque se trata também do bem-estar das pessoas, dos utentes, portanto isso é fundamental é

uma das coisas mais importantes é as questões relacionadas com a alimentação, isso tem implicações diretas com as pessoas, com a saúde e com o bem-estar.

17. Observações finais?

Propostas?

Nome do projeto piloto em esta a decorrer em Silvares:

Prato saudável - “Bebemos de uma experiência de que lhe chamamos o Agriurban, integrado no projeto Agriurban”.

Há uma cidade Francesa que é perto de Nice que se chama Mounsan a cidade é toda biológica, a cidade é fantástica a própria câmara tem uma quinta onde recolhe os alimentos todos para as escolas vem diretamente da quinta para as cantinas e depois tem um modelo de desperdício alimentar espetacular, onde as crianças, imagine as crianças que não gostam de salada ou que não gostam de fruta, então têm a possibilidade... também tentam estimular isso, o consumo de mais saladas e frutas, então poem taças maiores e mais pequenas e cada um escolhe aquilo que acha que vai comer eu escolho uma taça maior porque gosto daquilo, depois tenho uma taça mais pequena de acordo com aquilo que a minha vontade e depois o seguinte miúdos de três anos, levam nos seus tabuleiros, escolhem isto, eles é que levam ninguém os ajuda e no final pesam o desperdício, não comeu a salada toda pesam o desperdício da salada, pesam o desperdício da carne que não comeu, pesa o desperdício das batatas, pesa o desperdício da fruta que deixou e no final é feito um calculo, portanto é usado também na escola nas aulas de matemática mas fazem um calculo do desperdício e depois ainda têm mais uma coisa é que o desperdício volta a terra porque fazem compostagem... é interessantíssimo este modelo volta tudo, é um ciclo em que volta tudo.

Em Silvares estamos a aplicar este modelo já também com o desperdício e é muito interessante.

Apêndice C

Análise de Conteúdo das entrevistas

Categoria em Análise	Subcategoria	Unidades de registo
Boco 2 – Perfil do entrevistado	1 – Profissão 2 – Tempo de exercício da profissão 2.1 – Empresa/Instituição	E1: Dietista; Há 9 anos; IPSS Fundão;
		E2: Contabilista certificado; 20anos; Santa Casa da Misericórdia do Fundão
		E3: Professor de Ensino Superior; Assistente Social; 16 anos; Escola Superior de Educação de Castelo Branco;
		E4: Agricultor – Horticultor; Há 30 anos; Produtor local por conta própria;
		E5: Professora, mas neste momento em funções de Vereadora da Educação; Há 10 anos; Câmara Municipal do Fundão;
Inferências: No que respeita à subcategoria «Profissão» verifica-se uma dietista um Contabilista certificado e responsável de compras. Um Assistente Social e Professor no Ensino Superior na Escola Superior de Educação, um Agricultor e Horticultor. Por último uma Vereadora da Educação na Câmara Municipal do Fundão.		

Categoria em Análise	Subcategoria	Unidades de registo
Boco 2 – Perfil do entrevistado	3- Formação Académica	E1: Licenciatura
		E2: Licenciatura em Gestão e Bacharelato em Contabilidade e Administração
		E3: Mestrado; Especialista em Serviço Social; Doutorando
		E4: 2º Ano do Ciclo
		E5: Licenciatura e Mestrado em Administração e Gestão Educacional;
Inferências:	Quanto à subcategoria «Formação Académica» verifica-se que os entrevistados desempenham diversas funções (Dietista; Contabilista; Assistente Social e Professor de Ensino Superior; Agricultor e Horticultor; Professora e Vereadora da Educação). As diferentes áreas profissionais permitem recolher informações diversificadas relacionadas com a questão de investigação.	

Categoria em Análise	Subcategoria	Unidades de registo
<p>Boco 3 – As Instituições Particulares de Solidariedade Social e a Gestão</p>	<p>4 - Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos;</p> <p>4.1 - Sabe como funciona.</p>	<p>E1:</p> <p>4; 4.1 – Não; Não</p> <p>5; 5.1 - Não; Sim</p> <p>6; 6,1 – “Uma mais-valia... na poupança... no acesso a recursos... contratação de uma dietista em rede... divisão de honorários...” “Boas perspetivas... mais trabalho... divulgado junto das instituições...”</p>
	<p>5 - Como as IPSS procuram soluções conjuntas;</p> <p>5.1 – Reconhece que deve ser analisada numa perspetiva cooperante.</p>	<p>E2:</p> <p>4; 4.1 – Não; Não</p> <p>5; 5.1 - Não é minha área; Sim;</p> <p>6; 6,1 – “Não tenho ideia... formada... técnicas de outras instituições que já tem feedback” “Muito próximo não estou a ver... o pontapé de partida... sensibilizá-las para as mais-valias... equipas multidisciplinares e transversais dentro das IPSS...”</p>
		<p>E3:</p> <p>4; 4.1 – Sim; Partilha de espaços colaborativos... de uma cooperativa “Grupo de Miro”... que funciona como um consórcio...</p> <p>5; 5.1 - “Existe o programa Rede Social... para permitir um diagnostico aprofundado do Concelho...dos problemas... procura de soluções de forma coletiva.... Criam... um conjunto e regras... um conjunto de necessidades que inviabiliza... a partilha.... É um problema mais cultural de partilha do que cultural e institucional...”; “Cooperativa...de certo modo estigmatizada por más gestões... ainda me parece que é o modelo que melhor funciona... para</p>

	<p>6 – Caracterização do trabalho em rede;</p> <p>6.1 – Perspetivas de trabalho no futuro;</p>	<p>resolverem os seus problemas. A questão alimentar.... Ganhar... central de compras... capacidade de negociação... algo a aprofundar e... discutir”</p> <p>6; 6,1 – “O trabalho em rede depende... dos territórios...dos contextos... há boas experiências... mas há experiências.... Demasiado competitivas... o mercado não social... acontece muito...entidades de IPSS conseguem terem tantas respostas... faz... outras sobrevivam em fragilidade... partilhando os recursos que têm.... são recursos da comunidade...” “O trabalho em rede já foi mais real... temos poucos recursos... cada rede é uma rede e há boas experiências e más experiências... a forma como são discutidos os problemas... organizadas as atividades... deveriam ser atividades coletivas... nós devíamos estar a ganhar força pelo coletivo que somos...</p> <p>E4:</p> <p>4; 4.1 – Não; Não sabe</p> <p>5; 5.1 - Sim...excedentes...e depois partilharem...</p> <p>6; 6,1 – “Não tem conhecimento...”; “... já se devia praticar isso, é benéfico...”</p> <p>E5:</p> <p>4; 4.1 – “Três instituições...partilham um Técnico de Serviço Social... única situação... instituições muito pequenas...questões de sustentabilidade...”; “...às três instituições preenchendo assim a sua semana de trabalho...”;</p> <p>5; 5.1 – “...muito difícil... a mentalidade... partilha de</p>
--	--	---

		<p>recursos das IPSS... não há muita vontade... questão da mentalidade... ainda se pensa muito no seu território, no seu espaço, nas suas coisas... caminho... necessário trilhar... a UDIPSS (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social) União das IPSS do Centro Distrital... União das Misericórdias... a ponte entre as IPSS... CNIS ou a União das Misericórdias... negociações junto do governo... gesto das IPSS... modelos de funcionamento... iniciativas das IPSS... UDIPSS... discutem efetivamente os problemas... ao longo destes anos temos falado da questão da partilha de recursos materiais e humanos... não houve muita abertura... urge haver um serviço partilhado de recursos humanos... instituições... pequena dimensão... podem partilhar a cozinha, o refeitório... cozinhas, lavandarias e outros serviços, o Técnico de Serviço Social... outros recursos, o enfermeiro... o psicólogo... ganhamos sempre quando temos outras experiências, outros contextos, outras realidades... equipamentos... carrinhas... infelizmente não temos hábitos... temos que evoluir... alguém fazer esse trabalho...”; “Com certeza... partilha de recursos... entre todas as instituições.”</p> <p>6; 6,1 – “uma Rede Social... CLAS no Fundão cerca de 70 entidades, nem todas têm as mesmas valências... nem todas são IPSS, algumas... escolas, associações... não há comunicação... reuniões... no âmbito do CLAS (Conselho Local de Ação Social)... atividades... propostas pelo município ou... por outras entidades... não há cooperação... Centro Comunitário das Lameiras... convida... outras IPSS... atividades pontuais, não</p>
--	--	---

		há... dinâmicas regulares...”; “é fundamental, há viabilidade, é preciso... abertura... têm as suas direções... são autónomas... haver vontade... em estabelecer... redes... trabalho sistémico, intensivo... encontro de soluções... sustentabilidade... recursos humanos, aumento dos salários mínimos... fiscalização por parte da Segurança Social ocorre todos os anos e... é necessário as instituições cumprirem rigorosamente... protocolos...uma grande oportunidade para todos...
Inferências:	<p>No que concerne à subcategoria «Conhece alguma IPSS que partilhe serviços ou recursos» a maioria dos entrevistados desconhece. Apenas dois dos entrevistados conhecem algumas instituições que partilham recursos. Na subcategoria «Sabe como funciona» um dos entrevistados reforça que a partilha que conhece é sobretudo uma partilha de espaços colaborativos que na prática funciona como um consórcio. Um outro entrevistado conhece a realidade da partilha de recursos em três instituições que partilham um Técnico de Serviço Social, devido ao facto de serem muito pequenas e de a sua sustentabilidade ser mais rentável. Na subcategoria «Como é que as IPSS procuram soluções conjuntas, e se esta procura deve ser vista numa perspetiva cooperante» as respostas dos entrevistados foram unânimes, sendo que todos concordam que a procura de soluções conjuntas tal como a partilha deveria ser fortalecida, existindo laços entre as instituições mais consistentes, o fator condicionante que é realçado é a questão da mentalidade e da vontade.</p> <p>Quanto à subcategoria «Caracterização do trabalho em rede» e «Perspetivas de trabalho no futuro» as respostas são idênticas, o trabalho em rede seria uma mais valia e benéfico, num futuro muito próximo ainda não se prevê este trabalho em rede, segundo alguns entrevistados este trabalho já foi mais real do que é atualmente.</p>	

Categoria em Análise	Subcategoria	Unidades de registo
Boco 4 - Gestão Partilhada de Recursos	<p>7 - Partilha de Recursos Alimentares;</p> <p>7.1 - Vantagens e Inconvenientes</p> <p>8 - Serviço de Refeição Próprio ou Contratado</p> <p>8.1 - Quais os processos para as compras</p> <p>9- Produção agrícola própria</p> <p>10 - Estratégias para rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição</p> <p>10.1 - Plataforma eletrónica de aquisição ou programa de gestão para encomendas e compras</p> <p>11- Existência de uma central de compras;</p>	<p>E1:</p> <p>7; 7.1 - Sim; Vantagens poupança de recursos, preços mais competitivos e inconvenientes; "Podem nem sempre ter interesse em adquirir os mesmos produtos..."</p> <p>8; 8.1 - "Próprio; Pedido de cotações/preçário ... três fornecedores de cada produto... qualidade dos produtos..."</p> <p>9 - "Não sei... rentável... trabalhos....feitos por utentes... contratar... recursos humanos..."</p> <p>10; 10.1 - "Relação qualidade / preço; Não"</p> <p>11- "Sim central de compras... Santa Casa da Misericórdia do Fundão... sistema implementado"</p> <p>E2:</p> <p>7; 7.1 - "Sim; produtos locais... das próprias IPSS... quintas... autosufucueinte nalguns produtos... alface... todo ano... 8 toneladas por anos... os excedentes são vendidos...para outros parceiros comerciais revendedores... falta a tal plataforma... quem dê o pontapé de saída... seríamos recetivos. Sendo um produto local há desenvolvimento local... as desvantagens... será o preço.... Haver troca de produtos..."</p> <p>8; 8.1 - "Deve ser próprio... atenção mais redobrada; Temos um sistema implementado...ver as ementas... equipa de compras... visita todas as nossas valências... pelo Concelho... com base no stock existente... fazer uma requisição interna... de acordo com a ementa da semana. Nos serviços administrativos, temos tabelas de preços atualizadas semanalmente (carnes, peixes, mercearias, frutas, legumes) requisições diretamente junto do fornecedor por email.</p>

		<p>Temos um pequeno armazém para alguns produtos, em quantidades mínimas... entrega direta com base na requisição... ou seja na sexta-feira anterior à semana em que é implementada determinada, a ementa, até à sexta feira devem estar lá todos os produtos de mercearia e congelados, claro tudo o que é mais perecível vai em fresco, os frescos são portanto artigos perecíveis... vão durante essa semana, vão duas vezes por semana para não haver deterioração e não haver prejuízos e portanto todas as semanas são revistos stocks, são feitas as requisições, nós fazemos cerca de 80 a 100 requisições por semana...”</p> <p>9 - “Sim... depende se tiver terrenos e água do regadio...alguma maquinaria... uma forma de ter produtos mais biológicos... criação de postos de trabalho... ver os custos... pode também trazer prejuízo há instituições... se não houver uma boa coordenação... financiamento a fundo perdido e há sempre bastantes projetos... com as pessoas certas e qualificadas... uma mais valia... um investimento...”</p> <p>10; 10.1 - “Situação financeira saudável, atualização de preços... procurar sempre novos parceiros comerciais... melhor relação qualidade preço; ... um software... visibilidade dos stocks... fazemos as nossas requisições... semanalmente... justifica-se sempre um sistema de informação.”</p> <p>11- “Não, temos uma central de compras virtual... não é física... é oneroso ter grandes stocks... trabalhar sempre com stocks mínimos... custa dinheiro... gerir stocks com limites mínimos mas seguro...”</p> <p>E3: 7; 7.1 - “Sim se houver uma política pública... política que</p>
--	--	--

		<p>promovam... já fiz uma proposta ao Ministério da Segurança Social... as IPSS recebem dinheiro do Estado... têm um protocolo de cooperação... se o Estado der uma majoração àquelas entidades que colaborem entre si... criar uma política pública que vai aproximar as entidades; combateria o desperdício... preços mais baixos, não sei se serão mais justos... maior capacidade de negociação... aumentava a escala... produto é que vive em fragilidade... a ideia do circuito curto agroalimentar num relação de cooperação entre o produtor e consumidor coletivo...</p> <p>8; 8.1 - “próprio... postos de trabalho... tipo de refeições... cuidado que é totalmente diferente; Contratação pública... relações de proximidade com os fornecedores... e depois dão ajudas no Natal... dimensão da qualidade alimentar do local e das questões alimentares”</p> <p>9 - “Sim, inovadoras, criarem mais postos de trabalho, há muito território, há a dimensão do turismo por explorar”</p> <p>10; 10.1 - “a estratégia em rede... a sustentabilidade financeira... criar mecanismos que ajudem a um menor custo, mas a um custo justo para o produtor e que garanta uma qualidade nutritiva associada às memórias porque isso também é afeto das pessoas...um bom trabalho... uma boa gestão; sim... há várias plataformas. Não conheço o nome mas sei que há”</p> <p>11- “Plataforma SMARTFARMER da Beira Interior... algumas instituições inscreveram-se na plataforma na prática não sei se funciona muito bem...”</p> <p>E4: 7; 7.1 - “... sim... instituição (pequena) na compra... não tem capacidade para negociar preços... se for duas ou três... em conjunto...”</p>
--	--	---

		<p>seria diferente a negociação...”; “... só vantagens...”</p> <p>8; 8.1 - “... próprio...”; “Não sabe...”</p> <p>9 - “... dimensão maior... produção... pequena escala... não é rentável... quantidade pequena fica mais cara... outras estruturas... visibilidade e dimensão...”</p> <p>10; 10.1 - “Não...”; “Não sei... meios como o telemóvel... pessoalmente...”;</p> <p>11- “Não... penso que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão já poderá ter... iam implementar...”</p> <p>E5: 7; 7.1 - “... município do Fundão... realizar... protocolos... IPSS... refeições escolares... IPSS a nível local... trabalho de proximidade... muito interessante... uma IPSS... fornece as suas valências... servir... a escola... introduzir alimentos de cadeia curta e... projeto... inovador e piloto... escola de Silvares... introdução... produtores locais e... replicado a todos os do Concelho... mais três escolas... Castelejo... Souto da Casa... Pero Viseu... questões da qualidade... dinâmica... dinamização... economia local...”; “... vantagens... inconvenientes... organizar... adquirir, salvo o caso da Santa Casa da Misericórdia do Fundão... produção própria... distribuídos pelos vários equipamentos... a partilhar mas dentro da própria instituição, não sei... capacidade para fazer chegar... a outras cozinhas de outras instituições... benefício, custo... qualidade...”.</p> <p>8; 8.1 - “... depende da contratação e do modelo... deveria haver era uma central de compras para todos... aqui no Concelho que se adquirissem os produtos e que depois as IPSS locais irem buscar todas esses produtos, isso... apostávamos... na economia local e... produtos... qualidade... boa</p>
--	--	---

		<p>iniciativa... é preciso haver um controle... da qualidade... produtos certificados... uma central de compras para todos... ser própria ou ser contratada... questões... que ser controladas.”; “possível Central de Compras... só... pelas instituições que têm cozinhas próprias... outras têm as... próprias centrais de compras... instituições... a nutricionista, dietistas... higiene e segurança no trabalho... as instituições têm sempre uma palavra a dizer... produtos... adquiridos a nível local... daqui do território... fazer ver às instituições os benefícios que vão ter... questões ligadas à saúde... uma boa nutrição dos seus utentes... alimentação mais adequada...”</p> <p>9 - “... a maior parte... não tem essa capacidade... não têm terrenos para cultivar, teriam que adquirir... mais pessoas para trabalhar... necessitamos... de dinamizar os produtores locais e de adquirir os produtos locais, não precisamos de ter produção própria...fazermos... concorrência aos produtores”;</p> <p>10; 10.1 - “...se comprarmos em conjunto ganhamos escala... relação preço-qualidade... fator sustentabilidade e financeiro... não significa que a maior qualidade seja o valor mais baixo... maior qualidade... os valores para aquisição... são outros... por vários pesará... nesse custo... questão da qualidade... custo ser mais baixo e o produto de maior qualidade.”; “Não... gestão muito própria... responsáveis pelo economato... as cozinheiras... alguns a nível local outros locais onde é mais acessível... fornecedores habituais...”</p> <p>11- “Não”.</p>
Inferências:		<p>No que diz respeito à subcategoria «Partilha de Recursos Alimentares» verifica-se que a maioria dos entrevistados concorda com a possível partilha, se for exclusivamente de</p>

	<p>produtos locais seria ótimo, ou a existência de uma política pública que promova, aproxime e fomente esta prática junto das IPSS. No município do Fundão já se verifica a existência de protocolos entre IPSS que fornecem refeições escolares. Na subcategoria «Vantagens e Inconvenientes» as respostas dos entrevistados são unânimes considerando que existem múltiplas vantagens, destacando a freguesia de Silvares nomeadamente na escola primária onde decorre um projeto piloto, já são introduzidos na cantina desta escola “alimentos de cadeia curta”. Como inconvenientes são apontadas questões como o preço/qualidade. No que concerne à subcategoria «Serviço de Refeição Próprio ou Contratado» a maioria dos entrevistados refere que este serviço deve ser próprio, defendendo que só traz ganhos como a criação de novos postos de trabalho, maior qualidade das refeições servidas e cria relações de proximidade com os fornecedores.</p> <p>Na subcategoria «Quais os processos para as compras» alguns entrevistados referem que procedem da seguinte forma, é solicitado o pedido de cotações/precário a três fornecedores de cada produto, depois consoante as ementas, e com base no stock existente utilizam requisições internas para procederem à encomenda final. Um dos entrevistados refere que deveria haver uma central de compras para todos no Concelho, apostava-se na economia local, seria benéfico para todas as instituições.</p> <p>No que diz respeito à subcategoria «Produção agrícola própria» as respostas dos entrevistados demonstram algumas incertezas, pois para as instituições poderem ter produção agrícola própria têm que ter terrenos e água, de preferência do regadio, alguma maquinaria, teriam que criar mais postos de trabalho devido à necessidade de recursos humanos. Na opinião de outros entrevistados uma produção de pequena escala não é rentável, pois pequenas quantidades acabam por ficar mais caras. A dimensão é um fator a ter-se em conta nesta subcategoria. “Necessitamos... de dinamizar os produtores locais e de adquirir os produtos locais, não precisamos de ter produção própria”.</p> <p>Na subcategoria «Estratégias para rentabilização e sustentabilidade financeira na aquisição» realça-se o facto da relação qualidade/preço e refere-se que a estratégia deve ser em “rede”.</p> <p>No que concerne na subcategoria «Plataforma eletrónica de aquisição ou programa de gestão para encomendas e compras» a maioria dos entrevistados não conhece nenhuma instituição que tenha ou que faça uso de alguma plataforma ou software. O método mais usado são requisições, normalmente são preenchidas pelas cozinheiras e entregue aos responsáveis pelo economato.</p> <p>Na subcategoria «Existência de uma central de compras» os entrevistados apenas conhecem uma única instituição que</p>
--	---

	tem já um sistema implementado que é a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, têm uma central de compras virtual, não é física, gerem stocks com limites mínimos é mais seguro. Referem que também têm conhecimento da Plataforma SMARTFARMER da Beira Interior, e de que algumas instituições já se inscreveram na plataforma, mas na prática não sabem se funciona muito bem.
--	--

Categoria em Análise	Subcategoria	Unidades de registo
Boco 5 - Circuitos Curtos Agroalimentares	12 - Tipo de produção;	E1:
	12.1 - Produção Convencional;	12; 12.1 - Produção convencional
	Produção Integrada	13 - Preços mais competitivos
	Produção Biológica	E2:
	13- Benefícios	12; 12.1 - "Produção convencional" 13 - "Qualidade... frescura"
		E3:
		12; 12.1 - "Sim, integrada talvez" 13 - "Impacto ambiental... economia local... promoção do empreendedorismo local... criar empresas agrícolas familiares... um dos problemas e obstáculos são as regras... abrir atividade nas finanças... há um conjunto de condicionalismos... controle alimentar... combater o desperdício alimentar... tente funcionar com regras diferentes..."
		E4: 12; 12.1 - "... produção convencional". 13 - "... uma associação onde juntasse os produtores locais... instituições... criar uma plataforma para estarem todos interligados".
		E5: 12; 12.1 - "... produtos biológicos... A

		<p>Santa Casa do Fundão... produtos biológicos... maioria das instituições... produção é convencional”.</p> <p>13 - “...qualidade... com o fator da saúde... a dinamização... produtos locais...”</p>
Inferências:	<p>Na seguinte subcategoria «Tipo de produção» e «Produção Convencional; Produção Integrada; Produção Biológica» os entrevistados referem que de forma global nas instituições o tipo de produção mais utilizado é a produção convencional, apesar de um dos entrevistados realçar que na instituição Santa Casa da Misericórdia do Fundão utilizam a produção biológica.</p> <p>No que concerne à subcategoria «Benefícios» os entrevistados consideram que os benefícios das instituições em aderirem aos circuitos curtos agroalimentares propicia preços mais competitivos, a qualidade e a frescura dos produtos é melhor. Existe, portanto, impacto ambiental, gera economia local, gera promoção do empreendedorismo local. Há a possibilidade ainda de criar empresas agrícolas familiares ou uma associação que juntasse os produtores locais e instituições.</p>	

Categoria em Análise	Subcategoria	Unidades de registo
Boco 6 - Economia Local - o papel das IPSS enquanto atores de consumo coletivo	14 - Perspetivas 14.1 - Redução de custos? - Acondicionamento provisionado? - Refrigeração ou congelação? - Entrega diária? 15 - Donativos	E1: 14;14.1 - Redução de Custos 15 - “Depende dos produtos e do estado de conservação... mais valia...” 16 - “Estratégias bem definidas e planeadas... valorizar pequenas e médias IPSS... valorizar o território e o meio envolvente”
	16 - Estratégias para circuitos curtos agroalimentares	E2: 14;14.1 - “Custo... qualidade...” 15 - “Controle à entrada do produto” 16 - “Projeto comum com partilhas de recursos... o grande inimigo será o preço final...substituir o valor

		<p>monetário pela troca de produtos e serviços entre instituições”</p> <p>E3:</p> <p>14;14.1 - “Dimensão quase comercial...há um conjunto de preocupações... primeiro um espaço de dialogo quase de organização comum... há dificuldades de pequenos produtores para adequar aquilo... ou seja se as partes dialogarem...encontre-se um modelo favorável para um e para o outro... dou mais 30% dos acordos das IPSS às instituições que criarem circuitos curtos agroalimentares... criar respostas... criar boas práticas... tentar encontrar as mesmas regras para relações diferentes;</p> <p>15 - “Positiva, depende de quem dá... e a forma como eles são geridos...os donativos são dados porque as pessoas não conseguem escoar os produtos”</p> <p>16 - “o diálogo e a cooperação...impulsionar o poder local a criar políticas publicas... mudança... de organização de consumo de produção”</p> <p>E4:</p> <p>14;14.1 - “Depende do tipo de produtos... hortícolas e frutícolas a entrega diária será... produtos mais frescos... (Alface, Espinafre, Alho Francês, Nabo, Cabeças de Nabo, Cherovia) é colhido na véspera ou no próprio dia da entrega...”</p> <p>15 - “...sim, se houver das instituições para a população em geral... apenas a Instituições Sem Fins Lucrativos...”</p>
--	--	--

		<p>16 - "... só traria ganhos par as Instituições".</p> <p>E5:</p> <p>14;14.1 - "... o custo... depois a qualidade...".</p> <p>15 - "Sim... devidamente acondicionados... na Loja Social da Câmara... recebemos... alimentos... o desperdício é uma das coisas que devemos combater".</p> <p>16 - "... estratégias... comuns... central de compras... otimizar... produtos mais frescos...entregas diárias o próprio acondicionamento...minimizar as contas da eletricidade... entregas diárias...".</p> <p>Acha que deveria haver uma política pública que viesse regular?</p> <p>- "Isso seria o ideal... alimentos é preciso haver um controle muito forte... bem-estar das pessoas".</p>
Inferências:	<p>No que respeita à subcategoria «Perspetivas» e «Redução de custos?; Acondicionamento aprovisionado?; Refrigeração ou congelação?; Entrega diária?» na maioria das respostas dos entrevistados a redução de custos é o fator chave e o mais importante. Foi referido a necessidade de criar um "espaço de diálogo de organização comum devido a dificuldades com pequenos produtores. A entrega diária, a frescura dos produtos é também mencionada.</p> <p>Na subcategoria «Donativos» as respostas são unânimes, os entrevistados referem que os donativos são uma mais valia, e que o tipo de produto e o seu estado de conservação são fatores a ter sempre em conta. Retém-se a importância de saber como são geridos esses donativos. No que diz respeito à subcategoria «Estratégias para circuitos curtos agroalimentares» os entrevistados referem que as instituições com a utilização dos circuitos curtos agroalimentares beneficiavam e poder-se-ia valorizar pequenas e médias IPSS com a implementação de estratégias bem definidas e planeadas, tal como se poderia valorizar o território e o meio envolvente. "Deverá ser um projeto comum com partilhas de recursos... o preço final". A substituir do valor monetário pela troca de produtos e serviços entre instituições poderia ser equacionado. O</p>	

	diálogo, a cooperação entre as partes, e o incentivo para a criação de políticas públicas são a base do sucesso da partilha.
--	--

Categoria em Análise	Subcategoria	Unidades de registo
Boco 7 – Considerações Finais	17 – Observações finais? Propostas?	<p>E1: 17 –</p> <p>E2: 17- “Haver uma plataforma...sem a parte financeira... trocar não vender”</p> <p>E3: 17-</p> <p>E4: 17 – “...tema... muito pertinente... muito trabalho a implementar estas questões... muito individualismo... não gostam muito de partilhar... não gostam de partilhar ideias e experiências... outras zonas do país há pessoas que estão abertas a ensinar, a explicar métodos de trabalhos... e aqui não... as pessoas parece que se fecham, que se escondem com o medo que a gente aprenda mais que eles... a concorrência, o medo da concorrência... “pouco atrasados”.</p> <p>E5: 17 – Projeto piloto a decorrer em Silves: “Prato saudável – bebemos de uma experiência... Agriurban... Mounsan a cidade é toda biológica... a própria câmara tem uma quinta... para as escolas... um modelo de desperdício alimentar...” “Em Silves... a aplicar este modelo... com o desperdício... é muito</p>

		interessante”.
Inferências:	<p>Na subcategoria «Observações finais? Propostas?» os entrevistados sugerem a criação de uma plataforma, mas sem a existência de valores monetários, ou seja, existiria apenas a troca sem existência de dinheiro. É apontado ainda o individualismo como fator de entrave nestas questões, as pessoas a falta de partilha ideias e experiências. Existe o medo da concorrência.</p> <p>É apresentado neste bloco um projeto piloto que está a decorrer na freguesia de Silvares, pretende evitar o desperdício alimentar na escola de Silvares.</p>	

Apêndice D

Inquérito por questionário

Questionário: Gestão Partilhada de Recursos entre Instituições Particulares de Solidariedade Social - o caso do Concelho do Fundão

Este questionário destina-se aos Diretores Técnicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho do Fundão. O seguinte questionário é realizado no âmbito do Mestrado de Gerontologia Social, ministrado pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco. O presente instrumento enquadra-se no projeto de investigação “Gestão Partilhada de Recursos entre Instituições Particulares de Solidariedade Social – o caso do Concelho do Fundão”.

Solicito a sua colaboração no preenchimento deste questionário, cujo tema central do trabalho de investigação na gestão partilhada de recursos entre IPSS. Tendo em conta que no mesmo concelho coexistem várias IPSS, com recursos próprios a prestarem o mesmo tipo de serviços questiona-se neste projeto a pertinência e a capacidade de promover um trabalho de cooperação e partilha de recursos. Neste contexto, explora-se nomeadamente os recursos alimentares considerando-se que a alimentação que é hoje exemplo paradigmático das intrincadas relações entre necessidades humanas e a gestão dos recursos naturais, assim como os impactos dessa relação sobre as comunidades humanas e sobre a biodiversidade.

Com este estudo pretende-se apurar quais são os tipos de recursos que poderão ser partilhados entre IPSS nas aldeias e freguesias pertencentes ao Concelho do Fundão. Com este estudo procura-se contribuir para a identificação de estratégias que contribuam para o melhor funcionamento das IPSS, nomeadamente do Concelho do Fundão. Contribuirá para a fundamentação recomendações de políticas públicas que viabilizem sistemas sustentáveis, nomeadamente no setor alimentar, a concretizar no âmbito do projeto de investigação e desenvolvimento STAI.bin (CENTRO-01-0145-FEDER- 023825 – Programa 02/SAICT/2016).

O questionário é anónimo e confidencial, destina-se a fins académicos e de investigação social. O tempo de preenchimento é breve e a sua colaboração é fundamental para o sucesso deste estudo. Solicita-se que responda ao questionário até dia 10/10/2019.

Muito obrigada pela Sua colaboração!

Mariana Salvado Justiça - Aluna do Mestrado em Gerontologia Social

Professora Doutora Maria João da Silva Guardado Moreira - Orientadora

Professora Doutora Sandra Regina Vieira Alexandre Ferreira Vieira -
Coorientadora

1 - Caracterização pessoal do profissional que preenche o questionário

1.1 - Idade

- 18-30 anos
- 31-40 anos
- 41-50 anos
- 51-60 anos
- 61-66 anos
- + 66 anos

1.2 - Sexo

- Masculino
- Feminino

1.3 - Nível de escolaridade

- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

1.3 a) - Qual é a sua área de formação inicial?

1.4 - Cargo que desempenha na Instituição

- Diretor(a) da Instituição
- Diretor(a) Técnico(a)
- Coordenador(a)
- Assistente Social
- Psicólogo(a)
- Outro

1.4 a) - Qual?

1.5 - Número de anos de exercício profissional na Instituição

- Inferior a 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos

- Superior a 15 anos

2 - Caracterização da Instituição

2.1 - Anos de existência da Instituição

- Inferior a 10 anos
- Entre 10 a 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Superior a 50 anos

2.2 - Indique a natureza jurídica da Instituição

- Misericórdia
- Associação de Solidariedade Social
- Centro Social Paroquial
- Cooperativa de Solidariedade Social
- Associação Mutualista
- Fundação

2.2 a) - Outra:

2.3 - A Instituição em questão tem estatuto de IPSS?

- Sim
- Não

2.4 - Indique o fim estatutário da Instituição, ou seja, os interesses para a qual se constituiu e foi reconhecida? (Assinale tantos quanto necessário)

- Apoio à Terceira Idade
- Apoio à Infância e Juventude
- Apoio Social e Comunitário
- Apoio ao Cidadão Portador de Deficiência
- Apoio Social e Caritativo
- Promoção e Prestação de Cuidados de Saúde
- Promoção do Desenvolvimento Local e Regional

2.4 a) - Outra: Qual?

**2.5 - Qual o âmbito geográfico de intervenção?
- Distrito de Castelo Branco**

- Belmonte
- Castelo Branco
- Covilhã
- Fundão
- Idanha-a-Nova
- Oleiros
- Penamacor
- Proença-a-Nova
- Sertã
- Vila de Rei
- Vila Velha de Rodão

2.6 - Indique as respostas sociais existentes na Instituição.

- Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
- Centro de Dia
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Convívio
- Creche
- Pré-Escolar
- CATL

2.6 a) - Outra(s)

2.6 b) - Indique para cada resposta social que referiu anteriormente qual o número de utentes que frequenta a resposta social. Exemplo (ERPI - Nº Total de Utentes: 30) (CD - 40) e assim sucessivamente.

2.7 - Indique para cada um dos seguintes números (1,2,3,4...) o número total de funcionários.

1. Nº total de funcionários?

2. Nº de mulheres?

3. Nº de homens?

4. Nº de funcionários com contrato efetivo?
5. Nº de funcionários com licenciatura ou outros graus superiores?
6. Nº de funcionários estrangeiros?
7. Nº de funcionários portadores de deficiência?
8. Nos últimos 3 anos, nº de pessoas contratadas com mais de 45 anos?

3 - Sustentabilidade

3.1 - Indique as diferentes fontes de financiamento que contribuem para o funcionamento da Instituição que representa.

- Acordos de Cooperação
- Utentes
- Quotas dos Associados
- Receitas Próprias
- Donativos
- Apoio concedido pelas Autarquias
- Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais
- Outras fontes de financiamento

3.1 a) - Outras fontes de financiamento (qual/quais)?

3.1 b) Das diferentes fontes de financiamento que selecionou anteriormente, indique as que têm menor impacto no orçamento e as que têm maior impacto no orçamento da Instituição. Nota: As fontes de financiamento que não selecionou no ponto 3.1 por favor coloque sem impacto.

	Menor impacto	Maior impacto	Sem impacto
Acordos de Cooperação			
Utentes			
Quotas dos Associados			
Receitas Próprias			
Donativos			
Apoio concedido pelas			

Autarquias			
Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais			
Outras fontes de financiamento que eventualmente citou na questão 3.1 a)			

3.2 - Indique se a Instituição prevê a implementação de iniciativas de investimento no âmbito da economia social nos próximos 3 anos:

- Nova resposta social;
- Aumentar a capacidade de resposta social;
- Aumentar o número de funcionários;
- Aumentar a remuneração salarial dos funcionários;
- Aumentar a qualificação dos funcionários;
- Aumentar o tipo de serviços/atividades prestados aos utentes;
- Melhorar as instalações;
- Adquirir novos equipamentos de apoio às atividades promovidas;
- Investir na aquisição de produtos agroalimentares locais;

3.3 - Indique com que Instituições/Organizações a Instituição tem parcerias. (Pode selecionar mais do que uma opção)

- Câmara Municipal
- Instituto da Segurança Social
- Junta(s) de Freguesia(s)
- Hospitais
- Centro(s) de Saúde
- Bombeiros
- PSP/GNR
- ONG (Organização Não Governamental)
- Outras IPSS's

3.3 a) Outra(s). Especifique:

3.4 Indique o tipo de produto e/ou serviço que é abrangido pelas parcerias estabelecidas:

- Financeiros
- Equipamentos de desgaste rápido
- Equipamentos de desgaste longo
- Prestação de serviços
- Cedência de Instalações
- Formação dos funcionários
- Alimentação (aquisição de alimentos)
- Alimentação (confeção e/ou distribuição)

3.4 a) Outro. Qual?

3.5 - Indique qual (quais) a(s) entidades(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita. Justifique a sua resposta

3.6 - Na sua opinião, a sua Instituição tem contribuído para o desenvolvimento da economia local?

- Sim
- Não

3.6 a) - Se sim, indique que atividades promove de apoio à dinamização da economia local? (Selecione a que tem menor impacto e maior impacto na economia local)

	Menor impacto	Maior impacto
Aquisição de produtos agroalimentares locais		
Aquisição de outros produtos locais		
Aquisição de serviços locais		
Empregar membros da comunidade local		
Promoção de serviços sociais de apoio aos membros da comunidade local		
Participação em atividades culturais		
Contribuição para a melhoria das condições de vida dos cidadãos locais		
Contribuição para a fixação de pessoas e bens ao território		

3.7 - A Instituição tem criado lucros nos últimos 5 anos?

- Sim
- Não

3.7 a) - Se sim, onde tem investido?

- Aumento dos Recursos Humanos (criar novos postos de trabalho)
- Emprego de funcionários com mais qualificação
- Aumento dos ordenados dos funcionários
- Atribuição de prémios de desempenho aos funcionários
- Formação (dos funcionários)
- Aquisição de novos equipamentos ou melhoria dos mesmos (transportes, máquinas, computadores, mobiliário, etc);
- Melhoria ou construção de novas instalações
- Melhoria dos serviços e procedimentos prestados (novas ementas, diminuição desperdícios alimentares, novos sistemas informáticos para a gestão de clientes, fornecimento de bens)
- Criação de novos serviços (respostas sociais, atividades)

3.7 b) Dê um exemplo de um dos mais importantes investimentos que a Instituição realizou nos últimos 3 anos.

3.8 - Existem diferentes possibilidades das IPSS partilharem recursos. Na sua opinião, de que forma podem as IPSS complementar-se entre si? De entre as seguintes opções seleccione as que têm maior relevância e menor relevância para si?

	Maior relevância	Menor relevância
Rede de partilha de informações (informações técnicas, informações sobre compras, partilha de boas práticas, etc.);		
Partilha de meios de transporte;		
Partilha de equipamentos (mobiliário, maquinaria, material didático entre outros);		
Partilha de espaços físicos;		
Partilha de técnicos/profissionais;		

Parcerias para a realização de projetos colaborativos, etc;		
Partilha de serviços prestados (clínicos, sociais, lúdicos, desportivos, culturais).		

3.9 - Identifique quais são as maiores dificuldades sentidas por parte da Instituição, ao nível dos recursos (Recursos Humanos, Recursos para desenvolver atividades que gostariam de realizar, Recursos Económicos, entre outros).

4 - Sustentabilidade Alimentar

Recursos Alimentares e Desenvolvimento Local

4.1- O serviço de refeições de que a Instituição dispõe é:

- Próprio
- Contratado

4.2 - Indique o número global de refeições diárias (Utentes + Funcionários):

4.3 - Indique o número de refeições diárias (em média) distribuídas pelas respostas sociais aos utentes: (Exemplo: ERPI - Nº de refeições contabilizadas para os utentes; CD - Nº de refeições contabilizadas para os utentes; e assim sucessivamente...)

4.3 a) - Indique o número de refeições diárias (em média) distribuídas pelos funcionários (Membros da direção/funcionários, voluntários e estagiários).

4.4 - A Instituição tem produção agrícola própria?

- Sim
- Não

4.4 a) - Se sim, indique as 3 principais produções e respetivas quantidades. (Exemplo: Tipo de produto - Quantidade (Kg))

4.5 - Qual (quais) os processos que utiliza para as suas compras na Instituição? De entre as seguintes opções selecione as que se adequem à sua Instituição.

- Desloca-se ao grossista
- Encomenda no site do grossista e solicita a entrega
- Desloca-se ao retalhista
- Contacto telefónico com os seus fornecedores
- Usa algum sistema informático para as encomendas e compras
- Recorre a uma central de compras

4.5 a) - Outros. Quais?

4.5 b) - Na opção anterior "Usa algum sistema informático para as encomendas e compras", explicita qual?

4.5 c) - Na opção referida anteriormente "Recorre a uma Central de Compras", refira qual?

4.6 - A sua Instituição está sujeita às regras de contratação pública?

- Sim
- Não

4.6 a) - Se sim, para compras superiores a que valor monetário?

4.7 - A Instituição tomou alguma decisão que obrigue à compra de alguma percentagem de produtos agroalimentares locais?

- Sim
- Não

4.7 a) - Se sim, que percentagem de compras foi considerada?

4.8 - Indique qual a periodicidade de aquisição dos produtos abaixo indicados:

	Diário	Semanal	Quinzenal	Mensal	Nunca
Hortícolas frescos					
Hortícolas congelados					

Frutícolas					
Batata (e outros tubérculos) fresca					
Batata (e outros tubérculos) congelados					
Leguminosas (feijão, grão, etc.,)					
Laticínios					
Pão e Cereais					
Carne					
Ovos					
Peixe					
Azeite					
Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.,)					
Pré-cozinhados congelados					

4.9 - Indique o tipo de fornecedor por tipologia de produtos alimentares adquiridos:

	Grossista /Armazenista	Grandes Superfícies	Pequeno comércio	Produtores locais individuais (Beira Interior)	Associações de produtores /cooperativas (Beira Interior)	Central de Compras	Outro (s)
Hortícolas frescos							
Hortícolas congelados							
Frutícolas							
Batata (e outros tubérculos) fresca							
Batata (e outros tubérculos) congelados							

Leguminosas (feijão, grão, etc.,)								
Laticínios								
Pão e cereais								
Carne								
Ovos								
Peixe								
Azeite								
Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.,)								
Pré-cozinhados congelados								

4.9 a) - Se na questão anterior selecionou outro(s) fornecedores indique quais?

4.10 - Identifique as quantidades (em média - kg) adquiridas/produzidas por semana de produtos alimentares utilizados na Instituição:

	Menos de 1 kg	Entre 1 kg a 5 kg	De 5 kg a 10 kg	De 10 kg a 20 kg	De 20 kg a 40 kg	De 40 kg a 60 kg	De 60 kg a 80 kg	De 80 kg a 100 kg	+ de 100 kg
Hortícolas frescos									
Frutícolas									

Batata (e outros tubérculos) fresca									
Leguminosas (feijão, grão, etc.,)									
Pão e cereais									
Azeite									
Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.,)									

4.11 - Recebem produtos alimentares em forma de donativos?

- Sim
 Não

4.11 a) - Se sim, qual a origem dos donativos e qual a tipologia:

	Banco Alimentar	Grandes Superfícies	Produtores Locais	Pequena Agricultura Familiar	Outro
Hortícolas frescos					
Hortícolas congelados					
Frutícolas					
Batata (e outros tubérculos) fresca					
Batata (e outros tubérculos) congelados					
Leguminosas (feijão, grão, etc.,)					
Laticínios					
Pão e Cereais					
Carne					
Ovos					

Peixe					
Azeite					
Produtos transformados (compotas, charcutaria, queijo, etc.,)					
Pré-cozinhados congelados					

4.11 b) - Se na questão anterior selecionou a opção (Outro) indique qual?

4.12 - Identifique os obstáculos que, no seu entender, a Instituição enfrenta ao abastecimento de produtos de origem local (Beira Interior):

	Nada Relevante	Relevante	Muito Relevante
Quantidade insuficiente dos alimentos disponíveis			
Inexistência de certificação da qualidade (segurança alimentar) dos alimentos adquiridos			
Reduzida diversidade do tipo de alimentos a adquirir			
Preço mais elevado			
Dificuldades na entrega dos alimentos			
Problemas no acondicionamento dos alimentos no transporte			
Dificuldade sobre o cumprimento de normas (faturação e outras)			
Falta de informação sobre produtos disponíveis em tempo útil			

Entende-se por Circuito Curto Agroalimentar (CCA) como um "modo de comercialização de produtos locais que interliga de forma estruturada os produtores e os consumidores de um território, limitando o número de intermediários (...) e privilegiando a proximidade geográfica entre a origem dos produtos e o local de venda ao consumidor final (podendo também envolver vendas de proximidade ou à distância)" (MAMAOT, 2013).

4. 13 - A Instituição está integrada num circuito curto agroalimentar:

- Sim
- Não

4. 13 a) - Indique o(s) tipo(s) de Circuito Curto Agroalimentar utilizado na Instituição caso tenha respondido sim na pergunta anterior:

- Na Exploração Agrícola
- Venda Itinerante
- Mercado de Produtores / mercadinho
- Cabaz
- Plataforma Eletrónica
- Ponto de Venda Coletivo
- Feiras
- Comércio Local
- Intermediário Associativo ou Cooperativo

4.14 - Identifique as 5 principais vantagens da utilização de Circuitos Curtos Agroalimentares pela Instituição

- Disponibilidade de outros produtos/serviços
- Quantidade suficiente dos alimentos disponíveis
- Qualidade dos alimentos adquiridos
- Diversidade de escolha sobre o tipo de alimentos disponíveis
- Preço dos alimentos adquiridos
- Facilidade no acesso/na entrega dos alimentos
- Cumprimento de normas (higiene, faturação, controlo da produção) da produção e distribuição dos alimentos adquiridos
- Apoio aos agricultores locais
- Valorização dos produtos locais
- Dinamização da economia local: criação de emprego, reforço do comércio local e retenção de valor no território
- Reforço da identidade cultural e promoção de novas atratividades
- Menor consumo de energia na conservação e transporte dos produtos e menores emissões de CO2
- Práticas agrícolas menos intensivas, melhoria na conservação dos solos e redução no uso de fitoquímicos

- Preservação da biodiversidade através da diversidade de espécies e utilização de variedades regionais e raças autóctones
- Fortalece laços comunitários de solidariedade entre as populações e regiões (diálogo entre identidades individuais e coletivas)
- Promove a cultura das populações e regiões, respeitando a memória e o património do passado e do presente e zelando pelas gerações futuras
- Promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das organizações
- Melhorar a alimentação promovendo a saúde e a satisfação dos utentes e dos funcionários
- Estimula a consciencialização, mudança de atitudes e práticas individuais e coletivas
- Informação sobre preço, origem dos produtos e os métodos de produção
- Minimização dos custos de transporte e armazenamento
- Acesso a produtos frescos, da época e de maior qualidade
- Reforço da proximidade e maior consciência da cadeia e processos de produção alimentar
- Equidade de relações comerciais/preço justo
- Transparência de dispositivos e procedimentos
- Responsabilização partilhada dos atores da e na cadeia de abastecimento alimentar (Estado, produtores, consumidores, autarquias e sociedade civil)
- Participação ativa/promoção do associativismo

5 - Sustentabilidade Alimentar da Instituição

5.1 - Indique os três alimentos mais utilizados na confecção alimentar da Instituição?

5.2 - Tem conhecimento do tipo de produção dos alimentos confeccionados?

- Produção Convencional
- Produção Integrada
- Produção Biológica
- Outra
- Não sabe

5.3 - Indique os três principais critérios para a elaboração das ementas:

- Orientações Nutricionais
- A sazonalidade dos produtos
- A proveniência local/regional
- O tipo de produção
- A adequação às necessidades individuais de cada utente
- A satisfação dos utentes mediante seus pedidos
- A disponibilidade de produtos pelos fornecedores
- O preço dos alimentos

5.4 - Em média, qual o valor mensal gasto em alimentação, na Instituição?

5.5 - Qual a percentagem de valor face a outros custos da entidade?

5.6 - Qual o valor pago pelos utentes pelo serviço de refeição (mensal)?

5.7 - A entidade desenvolve algum tipo de ações para evitar ou diminuir o desperdício alimentar?

	Sim	Não
Redistribuição de alimentos não consumidos (excedentes) pelos funcionários		
Redistribuição alimentos por outras instituições (reefood, outras)		
Para alimentação animal		
Para compostagem		
Para cabazes de apoio social		

5.8 - Utiliza algum mercado eletrónico para a compra de produtos alimentares?

- Sim
- Não

5.8 a) - Se sim, qual?

5.8 b) - Se sim, indique os três principais motivos:

- Disponibilidade de outros produtos/serviços não alimentares
- Quantidade suficiente dos alimentos disponíveis
- Qualidade dos alimentos adquiridos
- Diversidade de escolha sobre o tipo de alimentos adquiridos
- Preço dos alimentos adquiridos
- Facilidade na entrega dos alimentos
- Redução dos recursos utilizados no processo de aquisição (tempo e nº de pessoas envolvidas)
- Acondicionamento dos alimentos no transporte
- Cumprimento de normas (higiene, faturação, controlo da produção) da produção e distribuição dos alimentos adquiridos
- Facilidade de uso do portal eletrónico
- Apoio aos agricultores locais
- Promoção dos produtos da região
- Apoio personalizado prestado pela gestão da plataforma

5.8 c) - Se não, indique os três principais motivos:

- Não dominar competências para a utilização de sistemas informáticos
- Falta de recursos informáticos (computadores, acesso à internet)
- Indisponibilidade de outros produtos/serviços não alimentares
- Quantidade insuficiente dos alimentos disponíveis
- Incerteza quanto à qualidade dos alimentos a adquirir
- Indisponibilidade ao longo do ano de alguns alimentos
- Preço dos alimentos a adquirir
- Problemas logísticos (entrega, processo de pagamento, devoluções, etc)
- Incerteza quanto ao cumprimento de normas (higiene, faturação, controlo da produção) da produção e distribuição dos alimentos adquiridos
- Dificuldade no uso do portal eletrónico
- Falta de relação direta com o vendedor

6 - Gestão Partilhada de Recursos

6.1 Considerando que as IPSS dispõem de três tipos de recursos, sendo estes o capital humano (recursos humanos), o capital financeiro (diversificação de fontes de financiamento, iniciativas de angariação de fundos, análise de investimento) e o capital social (parcerias, intervenção em rede) assinale, qual o que se apresenta como maior dificuldade do ponto de vista da gestão de uma Instituição.

- Capital humano
- Capital financeiro
- Capital social

6.2 - Considera que existem potencialidades ou recursos locais que permitam à Instituição melhorar o seu desempenho perante estes recursos?

- Sim
- Não

6.3 - Considera que as Instituições no Concelho do Fundão estão disponíveis para a partilha de recursos entre si?

- Sim
- Não
- Talvez

6.4 - Na sua opinião e face à sua Instituição, considera haver potencialidade de partilha dos seguintes tipos de recursos:

	Sim	Não
Partilha de espaços físicos e equipamentos (por ex.: Sala de Fisioterapia com Equipamentos);		
Recursos humanos existentes (partilha de recursos humanos especializados)		
Partilha de veículos (autocarros, carrinhas, etc.)		
Sistemas operacionais (central de compras)		
Outros		

6.4 a) - Outros, quais?

6.4 b) - Na sua Instituição já se verifica a partilha de alguns destes recursos mencionados anteriormente ou outros? Se sim, diga quais?

6.4 c) - Se sim, com que tipo de Instituições?

- Instituições públicas
- Instituições privadas
- Instituições locais

6.4 d) - Outras, quais?

Entende-se por Economia de Partilha um “modelo económico baseado na partilha de bens inutilizados desde espaços e competências a produtos físicos com benefícios monetários ou não” (Botsman, 2013).

6.5 - Dê a sua opinião sobre o Conceito Economia de Partilha, tendo em conta os seguintes aspetos (se seria útil à Instituição, ou à comunidade, se é exequível ou utópico).

6.5 a) - Em relação ao Conceito Partilha de Recursos de que as Instituições podem beneficiar, dê a sua opinião indicando possibilidades e possíveis benefícios.
